



**PAEBM BARRAGEM B1 - MINA IPÊ**

**SEÇÃO IV**

(Decreto Estadual 48.078/2020)

**MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A.**



# MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A.

VERTENTE BRUMADINHO

PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA  
PARA BARRAGENS DE MINERAÇÃO  
(PAEBM)

<b>EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO</b>	
<b>Razão social:</b> Brandt Meio Ambiente Ltda.	
<b>CNPJ:</b> 71.061.162/0001-88	
<b>Endereço:</b> Alameda do Ingá, 89 - Vale do Sereno - 34.006-042 - Nova Lima - MG - Tel (31) 3071 7000	
<b>Site:</b> www.brandt.com.br	<b>e-mail:</b> contato@brandt.com.br
<b>Diretor e Representante Legal Geral:</b> Diego Lara	
<b>CPF:</b> 064 754 196 30	
<b>Registro Cadastro Técnico Federal:</b> 2067350	

<b>EQUIPE TÉCNICA DA BRANDT MEIO AMBIENTE</b>		
<b>ESTA EQUIPE PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO TÉCNICO E RESPONSABILIZA-SE TECNICAMENTE POR SUAS RESPECTIVAS ÁREAS</b>		
<b>Nome</b>	<b>Formação / Registro Profissional Currículo Lattes</b>	<b>Cargo Responsabilidade no Projeto</b>
Gabriel Costa Nacur	Engenheiro Ambiental e Sanitarista / MBA em Gestão de Projetos CREA-MG 242208	Coordenador Geral
Ari Silva Gobira	Biólogo, Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local CRBio 70.101/04-D	Analista de Meio Ambiente Elaboração do Plano de Resgate
Emanuel Manfred Freire Brandt	Químico Industrial PhD. Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos CRQ-MG 02202467	Diretor técnico Responsável pela revisão do Relatório
Lucas Lacerda	Mestre em Modelagem de Sistemas Ambientais Especialista em geoprocessamento Geógrafo CREA-MG: 217069/ D	Analista de Meio Ambiente Elaboração dos mapas
Patrícia C. Letro de Brito	Historiadora / Mestre em Arqueologia /doutoranda no Departamento de Antropologia com ênfase em Arqueologia	Analista Ambiental Responsabilidade técnica sobre as atividades de campo e elaboração de relatório técnico final.
Amanda Diniz	Cientista Social/ mestre em Arqueologia	Consultora Responsabilidade técnica sobre as informações coletadas em campo e atividades em gabinete
Luísa Roedel	Antropóloga/ mestre em Arqueologia	Consultora Equipe técnica de campo
Nathalia França	Geógrafa	Consultora Responsabilidade técnica sobre as informações coletadas em campo
Valdiney Leite	Arqueólogo/MsC. Antropologia/Doutor ando em Geografia Cultural/Estudos Arqueológicos	Analista de Meio Ambiente Revisão Geral
Ricardo Paiva	Geólogo-Msc. Geologia Regional CREA 345847 MG	Elaboração do Relatório Responsável pela Elaboração e Revisão de Mapas - Plumas de Contaminação

<b>EQUIPE TÉCNICA DA BRANDT MEIO AMBIENTE</b>		
<b>ESTA EQUIPE PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO TÉCNICO E RESPONSABILIZA-SE TECNICAMENTE POR SUAS RESPECTIVAS ÁREAS</b>		
<b>Nome</b>	<b>Formação / Registro Profissional Currículo Lattes</b>	<b>Cargo Responsabilidade no Projeto</b>
Giovanna Fagundes	Estagiária Cursando Engenharia Ambiental	Compilação dos dados e Elaboração de Mapas (sob supervisão) -
Mateus Comine	Engenheiro Florestal CREA: 255977/D	Elaboração do documento
Rafaela Cristina de Souza Rossi	Bióloga CRBio 87861/04-D	Analista de Meio Ambiente Elaboração do documento
Renata Moleiro Fadel	Bióloga Mestre em Biologia Animal CRBio 86689/04-RS	Analista de Meio Ambiente Coordenação da fauna
Vanessa Monteiro	Bióloga Mestre em Avifauna	Analista Ambiental Responsável pela revisão e consolidação do diagnóstico de fauna silvestre
Pedro Costa	Eng. Ambiental CREA MG 142003412-0	Analista de Meio Ambiente Elaboração
Marina Fonseca Cotta	Engenheira Química CREA MG 328505/D	Responsável pela elaboração do relatório

<b>EMPRESA RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO</b>	
<b>Razão social</b>	Mineração Morro do Ipê S.A
<b>CNPJ</b>	22.902.554/0001-17
<b>Instalação</b>	Brumadinho - MG
<b>Endereço</b>	Rodovia Fernão Dias BR 381
<b>Contato Regional</b>	Guilherme Raposo
<b>E-mail</b>	guilherme.raposo@ipeminerao.com
<b>Fiscal Ipê Mineração</b>	Julia Miranda
<b>E-mail</b>	julia.miranda@ipeminerao.com

**Sumário**

1	APRESENTAÇÃO .....	6
2	INFORMAÇÕES DO EMPREENDIMENTO .....	6
3	OBJETIVOS .....	9
3.1	Objetivos específicos.....	9
4	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	10
5	METODOLOGIA PROPOSTA .....	12
5.1	Fluxograma de Responsabilidades.....	12
6	Planos e Relatórios.....	16
6.1	Caracterização dos Bens Culturais.....	16
6.2	Plano de Ação Emergencial para Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Protegido .....	16

**Índice de inserções**

---

INSERÇÃO 2-1	- Mapa de Localização do Empreendimento .....	8
INSERÇÃO 2-2	- Localização e características técnicas das barragens B1 - Mina Ipê e dique Quéias .....	9
INSERÇÃO 4-1	- Mapa das áreas de estudo .....	11
INSERÇÃO 5-1	- Classificação de níveis de emergência.....	12
INSERÇÃO 5-2	- Fluxograma com Ações de Notificação/Comunicação .....	13
INSERÇÃO 5-3	- Contatos dos participantes internos do PAEBM.....	14

# 1 APRESENTAÇÃO

O Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM), visa o atendimento a RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.049, DE 2 DE MARÇO DE 2021, PORTARIA IEPHA/MG Nº 07/2021 e PORTARIA IMA Nº 2047/2021 no município de Brumadinho, através disto foram elaborados diversos planos e relatórios relacionados ao meio ambiente.

Este relatório base contempla os estudos da Seção IV a saber:

- Caracterização dos bens culturais;
- Plano de Ação Emergencial para Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Protegido.

# 2 INFORMAÇÕES DO EMPREENDIMENTO

A vertente Brumadinho está localizada no município de Brumadinho, Minas Gerais. O acesso à área é feito pela BR- 381, que liga Belo Horizonte a São Paulo e corta a Serra das Farofas à Leste da barragem, distante a 65 km de Belo Horizonte. Nesta vertente encontram-se a Barragem B1 - Mina Ipê e um Dique chamado Quéias, como referenciado no estudo de *Dam Break* da DF+Engenharia Geotécnica e Recursos Hídricos (2020). A Barragem B1 - Mina Ipê foi classificada de acordo com a Categoria de Risco (CRI), como de risco baixo e Dano Potencial Associado (DPA) alto, enquadrada, desta forma, na Classe B, de acordo com a classificação da Portaria DNPM (ANM) nº 70.389/2017 com as suas resoluções mais atuais (Resolução ANM nº 13/2019, de 08/08/2019, Resolução ANM nº 32/2020, de 11/05/2020 e retificação dessa resolução em 21/05/2020, Resolução nº 40/2020, de 06/07/2020), em consonância com a Lei nº 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens) alterada pela Lei 14.066/2020. Esta classificação foi atribuída pela empresa Terracota Consultoria e Projetos, conforme consta no Relatório de Inspeção de Segurança Regular - RISR, do 2º Semestre de 2021 (Relatório 09421-S-BA-RL-01-GE\_r1), emitido em setembro de 2021.

A Barragem B1 - Mina Ipê encontra-se a montante do Dique Quéias, desta maneira, o estudo de ruptura hipotética desenvolvido pela DF+ Engenharia Geotécnica e Recursos Hídricos (Relatório DF20-124-1-EG-RTE-0004) para a Barragem B1 - Mina Ipê levou em consideração um possível efeito cascata que abrange todas estas estruturas. A localização dessas estruturas pode ser observada na inserção 2-1. A área a jusante da Barragem B1 - Mina Ipê, considerada como área de impacto, inicia-se no talude de jusante da estrutura, engloba a Barragem e o Dique Quéias, no Córrego Quéias, onde foi considerada a ruptura, passando pelo Rio Veloso, que deságua no Sistema Rio Manso, onde foram interrompidas as análises, a aproximadamente 12 km da Barragem B1 - Mina Ipê (considerando a distância medida com base no talvegue observado através de imagens de satélite).

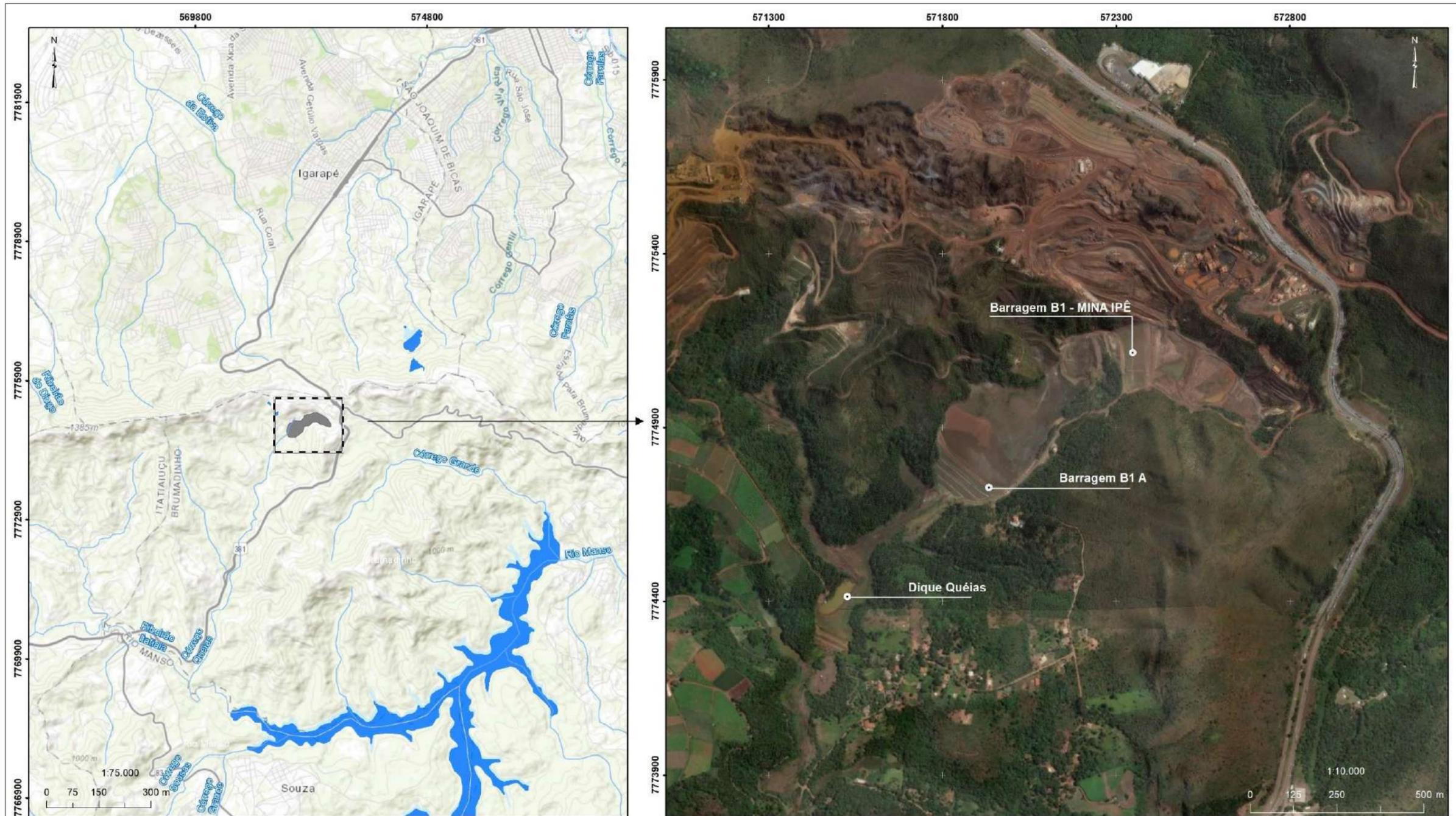
A área de potencial impacto atinge áreas de ocupação permanente e temporária de pessoas, estradas de solo, de asfalto e a rodovia BR-381. A onda de ruptura atinge parte dos limites territoriais dos municípios de Brumadinho e Rio Manso, em sua área rural.

As barragens B1 - Mina Ipê e Dique Quéias possuem a função de contenção de sedimentos exógenos e amortecimento de cheias provenientes de sua bacia de contribuição. Deste modo, a Barragem B1 - Mina Ipê assume, portanto, fundamental importância no quadro de estruturas da Mina Ipê pelo alto potencial de dano inerente às suas características geométricas.

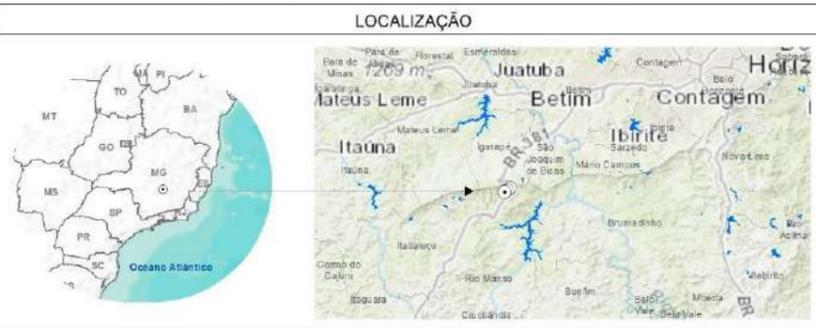
O reservatório da Barragem B1 - Mina Ipê possuiu a finalidade de armazenar rejeitos e reservar água para recirculação no processo de beneficiamento do minério. A disposição contínua de rejeitos foi paralisada em dezembro de 2017, recebendo aportes eventuais durante manutenções e operando basicamente na retenção de sedimentos e no amortecimento de cheias afluentes de sua bacia de contribuição. Parte dos rejeitos e sedimentos retidos estão sendo removidos a partir da área mais próxima ao barramento para aumentar a capacidade de acumulação durante o próximo período chuvoso. A barragem possui na etapa atual (elevação média do coroamento 1.057,00 m) desnível máximo de 55,00 m, crista com largura aproximada de 6,00 m e bermas com largura variável, com um mínimo de 3,00 m de largura. Os taludes de jusante foram executados com a inclinação média de 2,55H:1V (21,4°).

De acordo com o Relatório (09421-S-BA-RL-01-GE\_r1), o maciço da Barragem B1 - Mina Ipê apresenta-se em condições adequadas de operação, com taludes de jusante e montante, bermas e ombreiras sem indícios de surgências, deformações ou quaisquer instabilidades que comprometam a segurança da barragem em curto prazo. Os dispositivos de drenagem superficial apresentam-se em bom estado geral de conservação. O canal extravasor encontra-se operacional e em bom estado geral de conservação. A avaliação da eficiência hidráulica mostra que o extravasor possui capacidade de condução de vazão gerada por eventos de precipitação com TR 1.000 anos, atendendo aos requisitos estabelecidos em norma.

INSERÇÃO 2-1 - Mapa de Localização do Empreendimento



LEGENDA	
	Localização das Barragem e Dique
	Hidrografia
	Barragens
	Limite municipal
	Massa d'água



		Ciente: <b>IPÊ - MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ</b>
		Projeto: <b>ELABORAÇÃO DE ESTUDOS INTEGRANTES DO PAEBM DECRETO 48.078 MG RESOLUÇÃO CONJUNTA 3.049/2021</b>
Título: <b>MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS BARRAGENS - IPÊ MINERAÇÃO - VERTENTE BRUMADINHO</b>		
Execução / Data:	Formato/ Orientação:	Dados Técnicos:
Wellington Menéz / 22.07.22	A3/ Horizontal	SIRGAS 2000 UTM Zone 23S / Meridiano Central: 45° WGR
Revisão / Data:	Escala Aproximada:	
Alcione Milagres / 22.07.22	1:75.000	
Fontes: Localidades e limites (IBGE), ZAS (IPÊ), Hidrografia (IDE SISEMA) Service Layer Credits: ESRI, DigitalGlobe.		Código do Documento: BRM01_011_001_MAPA_VERTENTE_BRUMADINHO_LOCALIZACAO_BARRAGENS_ESTRUTURAS

As informações a respeito da localização exata e das características técnicas das barragens B1 - Mina Ipê e dique Quéias podem ser observadas na inserção a seguir.

### INSERÇÃO 2-2 - Localização e características técnicas das barragens B1 - Mina Ipê e dique Quéias

<b>Barragem B1 - Mina Ipê</b>	
Estado	Minas Gerais
Município	Brumadinho
Coordenadas UTM WGS 84 (Fuso 23S)	572.402 m E / 7.775.091 m S
Altura máxima (m)	55,0
Elevação da crista (m)	1.057,0
Volume útil do reservatório (m3)	540.766,0
Vertedouro (Tipo)	Serviço: Tubular Emergência: Canal trapezoidal no maciço
NA operacional máximo (m)	1.055,62
NA máximo Maximorum (m)	1.056,90
<b>Dique Quéias</b>	
Estado	Minas Gerais
Município	Brumadinho
Coordenadas UTM WGS 84 (Fuso 23S)	571.479 m E / 7.774.291 m S
Altura máxima (m)	15,0
Elevação da crista (m)	952,0
Vertedouro (Tipo)	Canal trapezoidal na ombreira esquerda
NA operacional máximo (m)	947,50

Fonte: DF+ Engenharia Geotécnica e Recursos Hídricos (2020)

## 3 OBJETIVOS

O objetivo geral do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM), é realizar o estudo prévio de todos os itens RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.049, DE 2 DE MARÇO DE 2021, PORTARIA IEPHA/MG Nº 07/2021 e PORTARIA IMA Nº 2047/2021, para assim portar os dados de background caso ocorra um desastre e através dos planos e relatórios possuir todas as informações necessárias para executar uma ação imediata, assim conseguindo mitigar e minimizar os danos causados ao meio ambiente.

### 3.1 Objetivos específicos

Os objetivos específicos do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) são:

- Caso ocorra quaisquer das situações de emergência previstas no art. 21 do Decreto nº 48.078, de 2020, o empreendedor responsável por barragens deverá apresentar imediatamente comunicação ao Núcleo de Emergência Ambiental - NEA, da FEAM, conforme Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/Igam nº 3.181/2022;

- Uma vez iniciada uma situação de emergência, o empreendedor deverá imediatamente iniciar a apresentação dos relatórios, laudos, estudos técnicos e planos à FEAM, conforme prazos previstos na Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/Igam nº 3.181/2022.

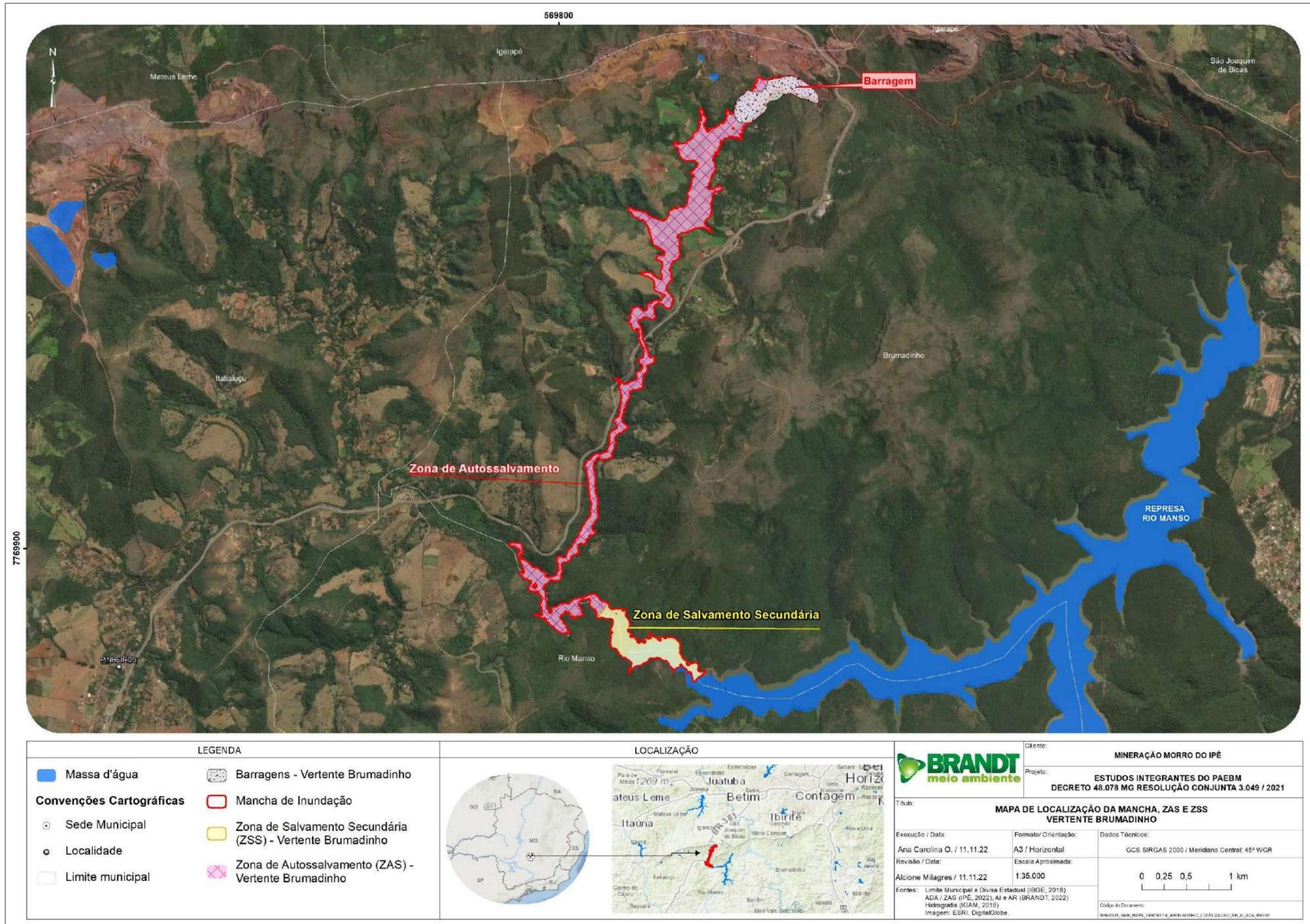
## 4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

De acordo com o PAEBM da barragem B1 - Mina Ipê e Dique Quéias e a portaria nº 70.389/2017 do DNPM, são definidos a ZAS e ZSS:

- **Zona de autossalvamento (ZAS):** é definida como a região do vale à jusante da barragem onde os avisos de alerta à população devem ser considerados sendo de responsabilidade do empreendedor. Essa consideração leva em conta que, dentro desta área, não há tempo suficiente para uma intervenção das autoridades competentes em situações de emergência. Para a delimitação da ZAS foi adotada a maior das seguintes distâncias: Tempo de chegada da onda de inundação igual a trinta minutos; ou 10km
- **Zona de salvamento secundária (ZSS):** emergência, trecho constante do mapa de inundação não definido como ZAS. Áreas e corpos hídricos circunvizinhos à ZAS cujos atributos físicos ou bióticos possam sofrer impactos diretos ou indiretos decorrentes de eventual desastre; chamado pela Portaria de Minas e Energia 70.389, de 17 de maio de 2017 como e energia ZSS - Zona de Salvamento Secundária.

Para melhor visualização das áreas definidas acima a inserção abaixo apresenta as respectivas áreas.

INSERÇÃO 4-1 - Mapa das áreas de estudo



## 5 METODOLOGIA PROPOSTA

### 5.1 Fluxograma de Responsabilidades

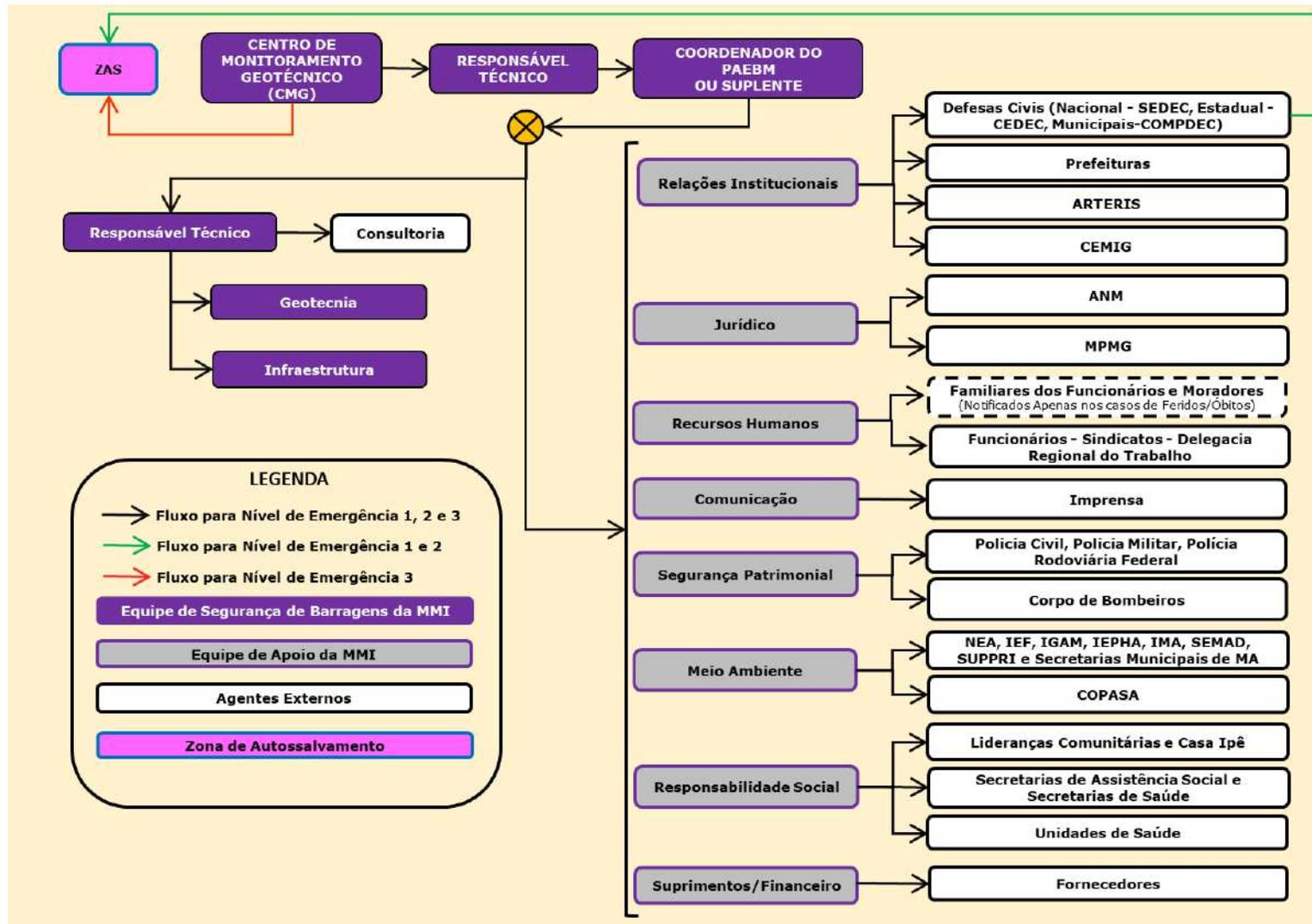
Nos termos da mesma Resolução ANM nº 95/2022 os níveis de emergência são classificados de acordo com o Artigo 41, cujos níveis de emergência previstos podem ser observados a seguir.

#### INSERÇÃO 5-1 - Classificação de níveis de emergência

Níveis de Alerta/ Emergência	Descrição dos Critérios Objetivos que Caracterizam o Nível
<b>Nível de Alerta</b>	Estado de conservação: Detecção de anomalia que resulte em pontuação 6 (seis) do quadro de Estado de Conservação (Quadro 3 do anexo IV da Resolução ANM nº 95) no Extrato de Inspeção Regular. INSTABILIZAÇÃO: <ul style="list-style-type: none"> <li>Quando identificada a existência de trincas e abatimentos sem implantação das medidas corretivas necessárias.</li> <li>Quando identificadas erosões superficiais, presença de vegetação arbórea e sem implantação das medidas corretivas necessárias.</li> </ul> GALGAMENTO: <ul style="list-style-type: none"> <li>Quando forem identificados problemas nas estruturas extravasoras e sem implantação das medidas corretivas necessárias, afetando a confiabilidade do sistema extravasor (sem restrição operacional e extravasor com capacidade plena).</li> </ul> EROSIÃO INTERNA: <ul style="list-style-type: none"> <li>Quando for identificada umidade ou surgência nas áreas de jusante, taludes ou ombreiras sem implantação das medidas corretivas necessárias.</li> </ul>
<b>Nível 1</b>	a) Quando a barragem de mineração estiver com Categoria de Risco Alta; ou b) Quando for detectada anomalia com pontuação 6 (seis) na mesma coluna do Quadro 3 – Matriz de Classificação Quanto à Categoria de Risco (1.2 – Estado de Conservação) do Anexo IV em 4 (quatro) EIR seguidos; ou c) Quando for detectada anomalia com pontuação 10 (dez) no EIR; ou d) Qualquer situação elencada no §1º do art. 5º da Resolução ANM nº 95; ou e) Quando o Fator de Segurança drenado estiver entre $1,30 < FS < 1,50$ ou Fator de Segurança não drenado de pico estiver entre $1,20 < FS < 1,30$ ou quando o Fator de Segurança não drenado de pico estiver entre $1,20 < FS < 1,50$ para os casos elencados no inciso I, §3º do art. 59 da Resolução ANM nº 95; ou f) Para qualquer outra situação com potencial comprometimento de segurança da estrutura.
<b>Nível 2</b>	i. Quando o resultado das ações adotadas na anomalia referida no inciso I for classificado como “não controlado”, de acordo com a definição do § 1º do art. 31 da Resolução ANM nº 95; ou ii. Quando o Fator de Segurança drenado estiver entre $1,10 < FS < 1,30$ ou Fator de Segurança não drenado de pico estiver entre $1,00 < FS < 1,20$ .
<b>Nível 3</b>	i. A ruptura é inevitável ou está ocorrendo; ou ii. Quando o Fator de Segurança drenado estiver abaixo de 1,10 ou Fator de Segurança não drenado de pico estiver abaixo de 1,00.

O fluxograma apresentado a seguir apresenta os nomes dos profissionais internos, função e suas áreas de responsabilidade para cada nível de emergência estabelecidos no PAEBM da Mineração Morro do Ipê - Vertente Brumadinho.

INSERÇÃO 5-2 - Fluxograma com Ações de Notificação/Comunicação



## INSERÇÃO 5-3 - Contatos dos participantes internos do PAEBM

Função	Elemento de notificação	Nome do Responsável	Telefone
Diretor de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade	<b>Coordenador do PAEBM (Titular)</b>	Cristiano Monteiro Parreiras	(31) 99250-0091
Gerente PAEBM	<b>Coordenador do PAEBM (Suplente)</b>	Renato Fuad Jeha	(31) 99415-0084
Coordenador em Geotecnia Responsável Técnico	<b>Coordenador do Centro de Monitoramento Geotécnico (CMG)</b>	Wellington Pereira Maximiano	(31) 3614-1841
			(31) 99490-0034
Geólogo Master	<b>Substituto do Coordenador Centro de Monitoramento Geotécnico (CMG)</b>	Roberto Pasquale da Cruz Trotta	(21) 98233-3040
Relações Institucionais	<b>Analista de Excelência Operacional</b>	Warley de Paula Guedes	(31) 97508-0097
Gerente de Saúde e Segurança Ocupacional	<b>Segurança do Trabalho</b>	Paulo Parziale Milleu	(31) 99490-0018
Coordenador de Saúde e Segurança Ocupacional	<b>Segurança do Trabalho</b>	Abner de Oliveira Freitas	(31) 97301-7059
Diretor Jurídico	<b>Diretoria Jurídica</b>	Manuel Hermeto	(21) 99544-7458
Médico do Trabalho	<b>Saúde Ocupacional</b>	Dr. José Luiz Lopes	(31) 3614-1832
			(31) 99981-8169
Bombeiros Civis	<b>Brigada de Emergência</b>	Bombeiros Plantonistas	(31) 3614-2222
			0800 1111 123
			(31) 99207-0192
Técnicos de Monitoramento	<b>Centro de Monitoramento Geotécnico (CMG)</b>	Christiano Ricardo Aleixo de Araújo	(31) 3614-1841
			(31) 991849747
Supervisor de Infraestrutura	<b>Infraestrutura de mina</b>	Jovane Evangelista Ribeiro	(31) 99483-0084
Advogado Sênior	<b>Jurídico</b>	Raquel Caram Nascif Dutra	(31) 3614-1840
			(31) 99296-0538
Gerente de Meio Ambiente	<b>Meio Ambiente</b>	Guilherme Raposo de Faria	(31) 3614-1811
			(31) 99240-0591
Coordenador de Comunicação	<b>Comunicação</b>	Heder Godinho	(31) 3614-1800
			(31) 98011-1151

Função	Elemento de notificação	Nome do Responsável	Telefone
Gerente de Responsabilidade Social	<b>Responsabilidade Social</b>	Raquel Cristina Neves Rocha	(31) 3614-1800
			(31) 97546-2334
Gerente de Operação de Mina	<b>Operação de Mina</b>	André Luiz Puygserver do Carmo	(31) 3614-1807
			(31) 99297-0196
Gerente de Serviços Técnicos	<b>Planejamento de Lavra e Geotecnia</b>	Walter Mazon	(31) 3614-1898
			(31) 99321-2252
Gerente de Suprimentos	<b>Suprimentos</b>	Matheus Coelho	(31) 3614-1800
			(31) 99335-1876
Supervisor de Almoxarifado	<b>Almoxarifado</b>	Thiago Xavier Fortes	(31) 3614-1889
			(31) 97523-5220
Gerente de Recursos Humanos	<b>Recursos Humanos</b>	Érika Fonte Boa Teófilo	(31) 3614-1877
			(31) 97553-8489
Analista de Recursos Humanos	<b>Recursos Humanos</b>	Angelita Soares	(31) 99457-0405
Coordenador de Segurança Patrimonial	<b>Segurança Patrimonial</b>	Jorge Alves da Fonseca	(31) 3614-1857
			(31) 97329-0018
Gerente Financeiro	<b>Financeiro</b>	Andre Gontijo Alvares	(31) 3614-1881
			(31) 99179-5735
Ramal de Emergência (24horas)			(31) 3614-2222
			(31) 3614-1111
Bombeiros e Medicina			0800 1111 123 (31) 99207-0192
Telefone Plantão do Centro de Monitoramento Geotécnico			(31) 99240-0611

## 6 Planos e Relatórios

Conforme exigência da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.049, DE 2 DE MARÇO DE 2021, PORTARIA IEPHA/MG Nº 07/2021 e PORTARIA IMA Nº 2047/2021 seguem os planos e relatórios que serão protocolados:

### 6.1 Caracterização dos Bens Culturais

Este documento tem como objetivo apresentar uma análise do Estudo Prévio de Impacto Cultural (EPIC) e do Relatório de Impacto no Patrimônio Cultural (RIPC) elaborado pela Ampla Engenharia e Gestão de Projetos LTDA no ano de 2017. À época, a mineradora Mineração Morro do Ipê S.A em virtude do Projeto Morro do Ipê 6 Mtpa, pleiteava a retomada das operações e a expansão da Cava Tico-Tico.

Para tanto, a viabilidade do empreendimento foi submetida à análise do órgão competente, responsável pela proteção e salvaguarda do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), conforme Deliberação Normativa nº 07/2014 do CONEP e TERMO DE REFERÊNCIA - IEPHA, MG, segundo PORTARIA IEPHA/MG Nº 52/2014.

Na ocasião do estudo, foram considerados os municípios de Brumadinho, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Betim e Sarzedo que integravam as áreas de influência do empreendimento naquela ocasião. Neste contexto, foram realizados levantamentos secundários e primários acerca do patrimônio cultural existente nos municípios supracitados, considerando todas os níveis de proteção - municipal, estadual e federal -, além das distintas naturezas dos bens, sendo eles materiais ou imateriais.

Este item encontra-se no Anexo 1.

### 6.2 Plano de Ação Emergencial para Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Protegido

O presente documento refere-se ao Plano de Ação de Emergência (PAE) previsto pela PORTARIA IEPHA/MG Nº 7/2021, responsável por estabelecer as normas e procedimentos acerca da apresentação, análise e aprovação de estudo que versa sobre a análise do patrimônio cultural - material e imaterial - protegido pelo Estado de Minas Gerais. Destaca-se que a portaria supracitada é um dos desdobramentos decorrentes da Lei Estadual nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens que estabelece os meios a serem observados quando submetidos aos riscos impostos por tais estruturas minerárias.

O objetivo geral deste Plano é analisar o cenário de hipotética ruptura da Barragem B1 - Mina Ipê para compreender os possíveis impactos que poderão ocorrer sobre o patrimônio cultural - protegido a nível estadual - existente nas áreas interceptadas pela mancha de inundação previamente projetada a partir de estudo de modelagem.

Este item encontra-se no Anexo 2.



# IPÊ MINERAÇÃO

## DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

<b>EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO</b>	
<b>Razão social:</b> Brandt Meio Ambiente Ltda.	
<b>CNPJ:</b> 71.061.162/0001-88	
<b>Endereço:</b> Alameda do Ingá, 89 - Vale do Sereno - 34.006-042 - Nova Lima - MG - Tel (31) 3071 7000	
<b>Site:</b> www.brandt.com.br	<b>e-mail:</b> contato@brandt.com.br
<b>Diretor e Representante Legal Geral:</b> Diego Lara	
<b>CPF:</b> 064 754 196 30	
<b>Registro Cadastro Técnico Federal:</b> 2067350	

<b>EQUIPE TÉCNICA DA BRANDT MEIO AMBIENTE</b>		
<b>ESTA EQUIPE PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO TÉCNICO E RESPONSABILIZA-SE TECNICAMENTE POR SUAS RESPECTIVAS ÁREAS</b>		
<b>Nome</b>	<b>Formação / Registro Profissional Currículo Lattes</b>	<b>Cargo Responsabilidade no Projeto</b>
Gabriel Costa Nacur	Engenheiro Ambiental e Sanitarista/MBA em Gestão de Projetos CREA-MG 242208/D	Coordenador de Projetos
Patrícia C. Letro de Brito	Historiadora / Mestre em Arqueologia /doutoranda no Departamento de Antropologia com ênfase em Arqueologia	Analista Ambiental Responsabilidade técnica sobre as atividades de campo e elaboração de relatório técnico final.
Amanda Diniz	Cientista Social/ mestre em Arqueologia	Consultora Responsabilidade técnica sobre as informações coletadas em campo e atividades em gabinete
Luísa Roedel	Antropóloga/ mestre em Arqueologia	Consultora Equipe técnica de campo
Nathalia França	Geógrafa	Consultora Responsabilidade técnica sobre as informações coletadas em campo
Valdiney Leite	Arqueólogo/MsC. Antropologia/Doutorando em Geografia Cultural/Estudos Arqueológicos	Analista de Meio Ambiente Revisão Geral

<b>EMPRESA RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO</b>	
<b>Razão social</b>	Mineração Morro do Ipê S.A
<b>CNPJ</b>	22.902.554/0001-17
<b>Instalação</b>	Brumadinho - MG
<b>Endereço</b>	Rodovia Fernão Dias BR 381
<b>Contato Regional</b>	Guilherme Raposo
<b>E-mail</b>	guilherme.raposo@ipeminerao.com
<b>Fiscal Ipê Mineração</b>	Julia Miranda
<b>E-mail</b>	julia.miranda@ipeminerao.com

## Sumário

1	APRESENTAÇÃO .....	4
1.1	Legislação e patrimônio cultural .....	4
2	O PATRIMÔNIO CULTURAL IDENTIFICADO .....	6
2.1	Patrimônio Cultural Material .....	6
2.2	Patrimônio Cultural Imaterial .....	9
3	SABERES, LINGUAGENS E EXPRESSÕES DA VIOLA DE MINAS GERAIS .....	12
4	A VIOLA NOS MUNICÍPIOS DE BETIM, BRUMADINHO, IGARAPÉ, SÃO JOAQUIM DE BICAS E SARZEDO .....	16
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	18
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	19
	ANEXOS .....	20
	ANEXO 1 - EPIC/RPIC AMPLO .....	21

## Índice de inserções

INSERÇÃO 2-1	- Quadro Patrimônio Cultural Material - Betim, MG .....	7
INSERÇÃO 2-2	- Quadro Patrimônio Cultural Material - Brumadinho, MG. ....	7
INSERÇÃO 2-3	- Quadro Patrimônio Cultural Material, Igarapé, MG. ....	8
INSERÇÃO 2-4	- Quadro Patrimônio Cultural Material, São Joaquim de Bicas, MG. ....	8
INSERÇÃO 2-5	- Quadro Patrimônio Cultural Material, Sarzedo, MG. ....	8
INSERÇÃO 2-6	- Quadro Patrimônio Cultural Imaterial, Betim, MG. ....	9
INSERÇÃO 2-7	- Quadro Patrimônio Cultural Imaterial, Brumadinho, MG. ....	10
INSERÇÃO 2-8	- Quadro Patrimônio Cultural Imaterial, Igarapé, MG. ....	10
INSERÇÃO 2-9	- Quadro Patrimônio Cultural Imaterial, São Joaquim de Bicas, MG. ....	11
INSERÇÃO 2-10	- Patrimônio Cultural Imaterial, Sarzedo, MG. ....	11
INSERÇÃO 3-1	- Cortejo da rainha negra no festejo de Reis, Carlos Julião, 1740-1811. Em primeiro plano, há quatro mulheres, sendo que a segunda, da esquerda para a direita, está tocando viola .....	13
INSERÇÃO 3-2	- Festa do Divino Espírito Santo, Miguelzinho Dutra, séc. XIX. O cortejo é encabeçado por dois homens tocando viola .....	14
INSERÇÃO 4-1	- Mapa com a localização dos violeiros identificados nos municípios de Betim, Brumadinho, Igarapé, São Joaquim de Bicas e Sarzedo. ....	17

# 1 APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar uma análise do Estudo Prévio de Impacto Cultural (EPIC) e do Relatório de Impacto no Patrimônio Cultural (RIPC) elaborado pela Amplo Engenharia e Gestão de Projetos LTDA no ano de 2017. À época, a mineradora Mineração Morro do Ipê S.A em virtude do Projeto Morro do Ipê 6 Mtpa, pleiteava a retomada das operações e a expansão da Cava Tico-Tico.

Para tanto, a viabilidade do empreendimento foi submetida à análise do órgão competente, responsável pela proteção e salvaguarda do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), conforme Deliberação Normativa nº 07/2014 do CONEP e TERMO DE REFERÊNCIA - IEPHA, MG, segundo PORTARIA IEPHA/MG Nº 52/2014.

Na ocasião do estudo, foram considerados os municípios de Brumadinho, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Betim e Sarzedo que integravam as áreas de influência do empreendimento naquela ocasião. Neste contexto, foram realizados levantamentos secundários e primários acerca do patrimônio cultural existente nos municípios supracitados, considerando todas os níveis de proteção - municipal, estadual e federal -, além das distintas naturezas dos bens, sendo eles materiais ou imateriais.

## 1.1 Legislação e patrimônio cultural

Os estudos de impacto cultural, bem como os relatórios elaborados para a mesma finalidade, estão submetidos à legislação que rege os procedimentos administrativos a serem adotados no âmbito do Licenciamento Ambiental. Este arcabouço legal tem como instrumento embrionário a Constituição Federal de 1988, que faz referência à promoção do patrimônio cultural de natureza material e imaterial, a partir de formas de preservação, como o registro e o inventário. À época, a política de preservação que tem o tombamento como instrumento, já tinha sido estabelecida pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, voltado para a proteção de edificações, paisagens, objetos e obras de arte considerados históricos e conjuntos históricos urbanos.

Dessa forma, criaram-se mecanismos para garantir a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro considerado referência nacional, ou seja, representativo de um povo enquanto nação. Contudo, a gestão dos bens culturais já recebia atenção por parte dos órgãos estaduais, como é o caso do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais, criado em setembro de 1971, como desdobramento da importância dada ao patrimônio cultural brasileiro a partir das políticas públicas instituídas na década de 1930<sup>1</sup>.

Desde então, para atender as demandas sociais com relação ao patrimônio histórico, bem como para viabilizar a coexistência entre os bens culturais e desenvolvimento econômico, houve o esforço de dar robustez à legislação que se debruça sobre a questão. O intuito dessa ação é atenuar o conflito existente diante da ideia de não compatibilidade entre o desenvolvimento econômico e o cultural.

---

<sup>1</sup> <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/o-iepha#hist%C3%B3ria>

Nesta esteira, o Estado de Minas Gerais, tendo o IEPHA como órgão gestor do patrimônio cultural mineiro, criou suas próprias políticas de proteção ao patrimônio cultural, tendo em vista a realidade existente em suas fronteiras, considerando as atividades econômicas que geram a fricção entre o desenvolvimento financeiro e a manutenção de bens culturais representativos de sua sociedade.

Diante disso, para a proteção do patrimônio cultural material, o Estado de Minas Gerais tem como premissa o seguinte corpo legal:

- Constituição do Estado de Minas Gerais, de 21 de setembro de 1989;
- LEI Nº 11.258, DE 28 DE OUTUBRO DE 1993 - Reorganiza o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG e dá outras providências;
- LEI Nº 13.464, DE 12 DE JANEIRO DE 2000 - Cria o Fundo Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico - FUNPAT - e dá outras providências;
- LEI Nº 18.030, DE 17 DE JANEIRO DE 2009 - Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios;
- DECRETO Nº 42.505, DE 15 DE ABRIL DE 2002 - Institui as formas de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais.

Para garantir ainda mais as especificidades do patrimônio cultural, ainda há a atuação dos municípios que são responsáveis, também, pela proteção e salvaguarda dos bens considerados significativos para a sua população.

Como detalhado no EPIC/RPIC elaborado para o contexto do projeto Morro do Ipê 6 Mtpa, os municípios abrangidos pelo empreendimento - Betim, Igarapé, São Joaquim de Bicas e Sarzedo - já possuem legislação própria para a gestão do patrimônio cultural e estão em processo de consolidação de suas políticas públicas voltadas para tal questão.

## **2 O PATRIMÔNIO CULTURAL IDENTIFICADO**

### **2.1 Patrimônio Cultural Material**

Para subsidiar a análise sobre o patrimônio cultural apresentado no EPIC/RPIC considerando a possível necessidade de complementação, foram analisadas as listas dos bens culturais materiais existentes em cada município, bem como a distância de cada um deles em relação a ADA do projeto e seu acesso. Ademais, foi consultada a base de dados espacial do IEPHA, com a distribuição do patrimônio cultural protegido pelo estado por município, bem como as bases do IPHAN para conferência dos bens protegidos em nível federal.

Cabe destacar, que não houve atualização na lista de bens materiais protegidos, ou seja, novos bens não foram arrolados, permanecendo a mesma quantidade de bens identificados pelo estudo supracitado, protegidos na esfera municipal e estadual.

**Betim****INSERÇÃO 2-1 - Quadro Patrimônio Cultural Material - Betim, MG**

Localização	Bem Cultural	Distância ADA (KM)	Distância Acesso (KM)	Proteção Existente
All	Casa de Cultura Josephina Bento	16,83	4,70	Municipal
All	Museu Paulo Gontijo	17,07	5,03	Municipal
All	Estação Ferroviária	17,07	5,06	Municipal
All	Capela de Nossa Senhora do Rosário	17,08	5,1	Municipal
All	Casa de Máquina Usina Hidrelétrica Dr. Gravatá	15,21	4,04	Municipal
All	Barreira da Polícia Rodoviária Federal / Monumento da Inauguração da Rodovia Fernão Dias	18,33	6,21	Municipal
All	Capela de São Sebastião	25,13	11,62	Municipal
All	Conjunto Urbano da Colônia Santa Isabel	9,35	0,44	Municipal
All	Caixa D'Água	17,05	4,92	Municipal
All	Acervo do Padre Osório (Composta de um suporte de tinteiro, seis alvas, 10 casulas, três estolas, sete tapa corpo, cinco guardanapos, uma batina preta, uma bengala, uma carteira de identidade, um crucifixo de quarto e uma estola)	16,83	4,69	Municipal
All	Núcleo Histórico do Assentamento Dois de Julho	17,36	11,26	Municipal
All	Colégio Comercial Betinense	17,08	5,04	Municipal
AID	Portal da Colônia Santa Isabel	10,24	0,0	Municipal

**Brumadinho****INSERÇÃO 2-2 - Quadro Patrimônio Cultural Material - Brumadinho, MG.**

Localização	Bem Cultural	Distância ADA (KM)	Distância Acesso (KM)	Proteção Existente
All	Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada	29,09	21,21	Estadual
All	Ruínas do Forte de Brumadinho	28,67	21,0	Municipal
All	Casa de Cultura Carmita Barros	7,52	3,23	Municipal
All	Estação Ferroviária de Brumadinho	7,92	3,34	Municipal
All	Matriz de Nossa Senhora da Piedade	26,33	20,15	Municipal
All	Fazenda Gorduras	26,60	20,43	Municipal

Localização	Bem Cultural	Distância ADA (KM)	Distância Acesso (KM)	Proteção Existente
All	Estação Ferroviária de Marinhos	25,28	21,17	Municipal
All	Fazenda Martins	29,13	24,36	Estadual

**Igarapé****INSERÇÃO 2-3 - Quadro Patrimônio Cultural Material, Igarapé, MG.**

Localização	Bem Cultural	Distância ADA (KM)	Distância Acesso (KM)	Proteção Existente
All	Conjunto Natural e Paisagístico da Pedra Grande	5,01	2,96	Municipal
All	Escola estadual Professora Maria Magalhães Pinto	3,46	0,09	Municipal
All	Imagem de Nossa Senhora Mãe de Misericórdia	2,66	0,91	Municipal

**São Joaquim de Bicas****INSERÇÃO 2-4 - Quadro Patrimônio Cultural Material, São Joaquim de Bicas, MG.**

Localização	Bem Cultural	Distância ADA (KM)	Distância Acesso (KM)	Proteção Existente
All	Instrumentos da Folia de Reis: Viola e Concertina	Não se aplica	Não se aplica	Municipal
AID	Estação Fecho do funil	6,32	0,00	Municipal

**Sarzedo****INSERÇÃO 2-5 - Quadro Patrimônio Cultural Material, Sarzedo, MG.**

Localização	Bem Cultural	Distância ADA (KM)	Distância Acesso (KM)	Proteção Existente
All	Conjunto da Estação Ferroviária	15,87	3,27	Municipal

## 2.2 Patrimônio Cultural Imaterial

Para subsidiar a análise sobre o patrimônio cultural imaterial apresentado no EPIC/RPIC considerando a possível necessidade de complementação, foram analisadas as listas dos bens culturais imateriais existentes em cada município, além das bases com a especialização dos bens protegidos nas esferas estadual e federal, com consulta aos dados disponibilizados pelo IEPHA e IPHAN, respectivamente.

### **Betim**

#### **INSERÇÃO 2-6 - Quadro Patrimônio Cultural Imaterial, Betim, MG.**

<b>Localização</b>	<b>Bem Cultural</b>	<b>Proteção Existente</b>
All	Salão do Encontro	Municipal
All	Folia de Reis do Bairro Santo Afonso	Municipal Estadual
All	Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário	Federal Municipal
All	Guarda de Congo São Judas Tadeu	Federal Municipal
All	Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Beti	Federal Municipal
All	Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santo Antônio de Pádua	Federal Municipal
All	Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário	Federal Municipal
All	Guarda de Moçambique Divino Espírito Santo	Federal Municipal
All	Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Desterro	Federal Municipal
All	Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário	Federal Municipal
All	Guarda de Moçambique de Santa Efigênia	Federal Municipal
All	Guarda de Marujos São João Bosco	Federal Municipal
All	Guarda de Catopês de Santa Inês	Federal Municipal

**Brumadinho****INSERÇÃO 2-7 - Quadro Patrimônio Cultural Imaterial, Brumadinho, MG.**

<b>Localização</b>	<b>Bem Cultural</b>	<b>Proteção Existente</b>
AID	Guarda de Moçambique de Santa Isabel	Federal
AID	Guarda de Moçambique de Santa Efigênia	Federal
AID	Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário	Federal
AID	Encontro de Folias	Estadual
AID	Folia de Reis de São Sebastião	Municipal
AID	Corporação Musical Santa Efigênia	Municipal
AID	Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição	Municipal
All	Jubileu de Nossa Senhora da Piedade	Municipal
All	Festa de Nossa Senhora das Mercês	Municipal
All	Folia de Reis de Ribeirão	Estadual
All	Banda de Música Santo Antônio	Municipal
All	Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário	Federal Municipal
All	Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário	Federal
All	Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário	Federal
All	Guarda de Congo e Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário	Federal Municipal

**Igarapé****INSERÇÃO 2-8 - Quadro Patrimônio Cultural Imaterial, Igarapé, MG.**

<b>Localização</b>	<b>Bem Cultural</b>	<b>Proteção Existente</b>
AID	Folia de Reis de Nossa Senhora do Desterro	Estadual
AID	Encontro de Folias	Municipal
AID	Mestras da Culinária Tradicional	Estadual
AID	Guarda de Moçambique São João Batista e N. Sra. do Rosário	Federal
AID	Conjunto de Coroas da Guarda de Moçambique	Municipal

**São Joaquim de Bicas****INSERÇÃO 2-9 - Quadro Patrimônio Cultural Imaterial, São Joaquim de Bicas, MG.**

<b>Localização</b>	<b>Bem Cultural</b>	<b>Proteção Existente</b>
AID	Instrumentos da Folia	Estadual
AID	Folia de São Joaquim	Municipal
AID	Folia de Nossa Senhora da Paz	Estadual

**Sarzedo****INSERÇÃO 2-10 - Patrimônio Cultural Imaterial, Sarzedo, MG.**

<b>Localização</b>	<b>Bem Cultural</b>	<b>Proteção Existente</b>
AID	Festa de Santa Rosa de Lima	Municipal
AID	Estação Sarzedo - Plataforma Cultura	Municipal
AID	Folia de reis do povoado do Lambari	Estadual

Contudo, a análise dos dados relativos ao patrimônio imaterial evidenciou que o estudo - EPIC / RPIC - foi elaborado antes dos Saberes, Linguagens e Expressões da Viola de Minas Gerais ter sido registrado a nível estadual e, por isso, o bem cultural não foi contemplado.

### 3 SABERES, LINGUAGENS E EXPRESSÕES DA VIOLA DE MINAS GERAIS

Conforme indicado pelo Dossiê de Registro dos Saberes, Linguagens e Expressões da Viola em Minas Gerais, elaborado pelo IEPHA (2018), a viola passou a ser considerada pelo órgão a partir da percepção da sua relação intrínseca com a manifestação cultural da Folia de Reis, bem registrado por aprovação do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural no dia 06 de janeiro de 2017. No decorrer deste registro, percebeu-se que entre os 1.300 grupos de folias cadastrados, 1.000 tinham a viola como um dos instrumentos principais durante a sua prática.

Ainda segundo o dossiê, à medida que a pesquisa sobre a viola foi sendo aprofundada, os pesquisadores concluíram que o universo da viola é formado por um emaranhado de aspectos - atividade, simbologia, conhecimentos, ritos e etc -, e, diante disso, a análise do bem passou a ser feita a partir de diferentes vieses, a saber:

- **Saberes:** porque se trata de um universo envolto, em todas as suas dimensões, por conhecimentos, técnicas, ofícios e modos de fazer que vão desde a fabricação artesanal do instrumento até o conhecimento tácito das afinações. Não por acaso, a figura do mestre violeiro ou fazedor de viola é recorrente na fala dos entrevistados evidenciando a sua importância para a perpetuação dos saberes relacionados à viola;
- **Linguagens:** por uma razão elementar: existe um sistema através do qual os violeiros e tocadores de viola comunicam seus saberes, suas ideias e sentimentos. Há, portanto, uma linguagem simbólica, rítmica, melódica e poética concebida como um modo incomum de discurso, distinto das falas ordinárias. Em última instância, o instrumento fala e seu tocador também, instituindo distintas formas de comunicação: olhares, posturas, gestos, escutas e
- **Expressões:** porque diz das práticas musicais, individuais e coletivas, que perpassam distintas manifestações consideradas importantes para a cultura, as memórias e as identidades do estado. Porque se configura no ambiente no qual violeiros e viola se sustentam e executam suas funções. Entre esses contextos estão as Folias, Congados, Rodas de viola, Catiras, Batuques, Danças de São Gonçalo, entre outro

Segundo as informações do dossiê publicado pelo IEPHA (2018: 29) a viola, desde sua concepção, se mostra um instrumento popular. Quanto à sua origem, estudos indicam que instrumentos de corda semelhantes ao que viria a ser a viola foram introduzidos pelos árabes na Península Ibérica, como o oud ou alaúde, instrumento que integra a família dos cordofones, *mas que apresentava como diferencial a presença de braço e pares de cordas uníssonas divididas em cinco ordens, e que, por sua vez, podiam ter modificadas as suas notas.*

O instrumento ganhou notoriedade na Península Ibérica, região conhecida pelo constante contato com povos e culturas que estão presentes no mar mediterrâneo e pelo oceano atlântico, assim como por ser berço da criação de diversos instrumentos de corda. A viola então ganhou notoriedade e se modificou principalmente em Portugal:

*O instrumento podia ser encontrado em várias cidades e ilhas portuguesas, variando em tamanhos, formas de construção, encordoamento e adornos. Ao norte, tinha-se a Viola Braguesa, numa clara referência à região de Braga, enquanto na região nordeste, não muito distante dali, na cidade de Amarante, houve a proliferação da Viola Amarantina ou de dois corações. (IEPHA, 2018).*

A história da viola no Brasil se confunde com a história da música sertaneja e das expressões religiosas, como a Folia de Reis. Em Minas Gerais, pelo que indica a bibliografia, o tráfico de mão-de-obra escrava para as atividades mineradoras em sua maioria foi transferida dos engenhos de cana-de-açúcar. Indicando além das trocas comerciais entre Minas e o nordeste brasileiro, intensas trocas culturais entre as regiões.

A introdução da viola no Brasil ocorreu à época da invasão portuguesa no Brasil. Como pode ser percebido nos relatos do padre Anchieta, a música e os instrumentos musicais também foram utilizados como instrumentos civilizatórios:

*[...] ensinam aos filhos dos Índios a ler, escrever, contar e falar português, que aprendem bem e falam com graça [...] Ihes ensinam a cantar e tem seu coro de canto e flautas para suas festas, e fazem suas danças à portuguesa com tamboris e violas, com muita graça, como se fossem meninos portugueses [...]* (ANCHIETA, 1933, p. 26)

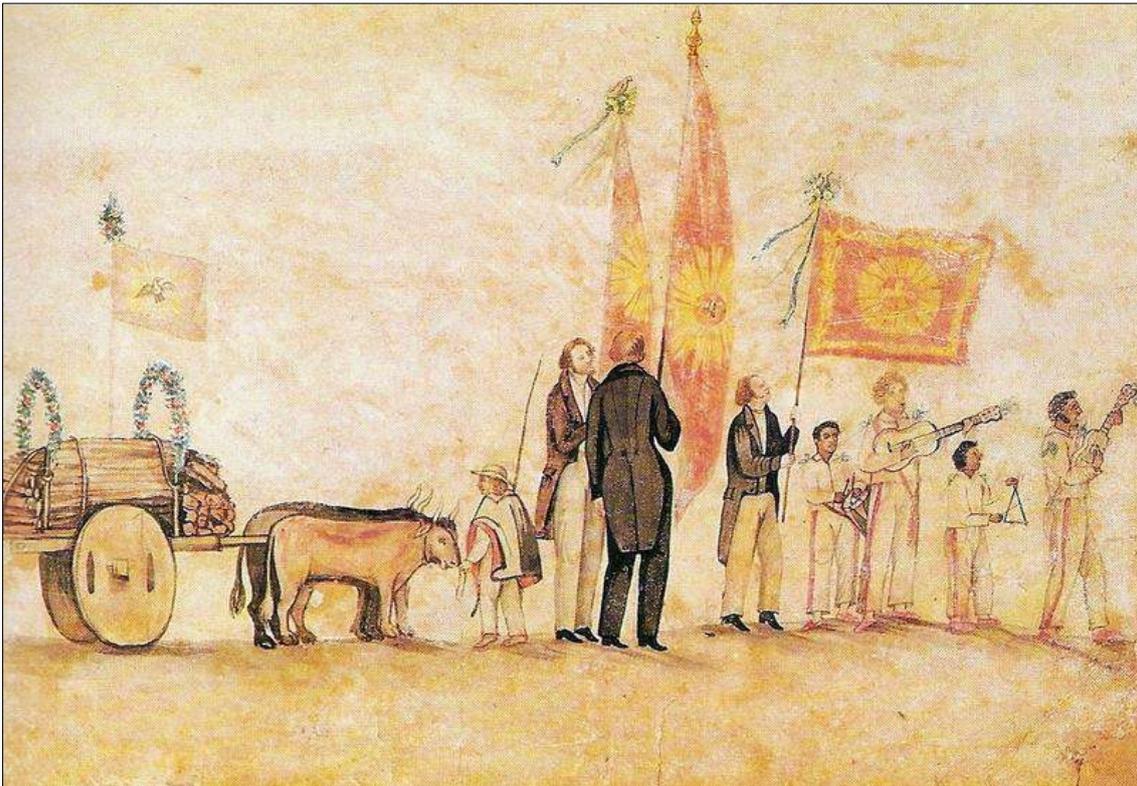
Muitas são as representações iconográficas que mostram a presença da viola nos festejos no Brasil, bem como a sua dispersão por todo o território durante o Período Imperial. Ademais, vê-se que o instrumento foi incorporado nas práticas dos diversos grupos sociais, como nos cortejos de reis e rainhas negras e em festejos religiosos do universo senhorial e elitista.

**INSERÇÃO 3-1 - Cortejo da rainha negra no festejo de Reis, Carlos Julião, 1740-1811. Em primeiro plano, há quatro mulheres, sendo que a segunda, da esquerda para a direita, está tocando viola**



Fonte: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/iconc1\\_2\\_8i36/iconc1\\_2\\_8i36.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/iconc1_2_8i36/iconc1_2_8i36.jpg), acessado no dia 01/12/2022

**INSERÇÃO 3-2 - Festa do Divino Espírito Santo, Miguelzinho Dutra, séc. XIX. O cortejo é encabeçado por dois homens tocando viola**



Fonte: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra5862/festa-do-divino-espírito-santo>  
Data de acesso:

01/12/2022 [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/iconc1\\_2\\_8i36/iconc1\\_2\\_8i36.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/iconc1_2_8i36/iconc1_2_8i36.jpg)

Em Minas Gerais, a difusão da viola não foi diferente, como já mencionado, ocorreu ao mesmo tempo em que houve a migração de um número significativo de pessoas em decorrência da exploração aurífera. Com isso, principalmente após a chegada da Família Real ao Brasil, em 1888, o comércio e a importação de produtos europeus ganharam força, alcançando os mercados litorâneos e aqueles estabelecidos no interior (FAUSTO, 1995).

O processo de Registro para o reconhecimento das violas como patrimônio cultural do estado foi iniciado a partir da solicitação pública dos violeiros ao poder executivo e legislativo. Em 2015, foi discutida a PL Nº 1.921/2015, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, declarando então, a manifestação musical da viola um patrimônio histórico cultural e imaterial do estado. Ao mesmo tempo, foi solicitado popularmente, também à Secretaria de Cultura do Estado (SEC), a demanda de registro dos modos de fazer e tocar as violas. Tal solicitação foi encaminhada ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, através de um ofício solicitando a abertura do processo de Registro da “Viola Caipira Mineira” como patrimônio imaterial.

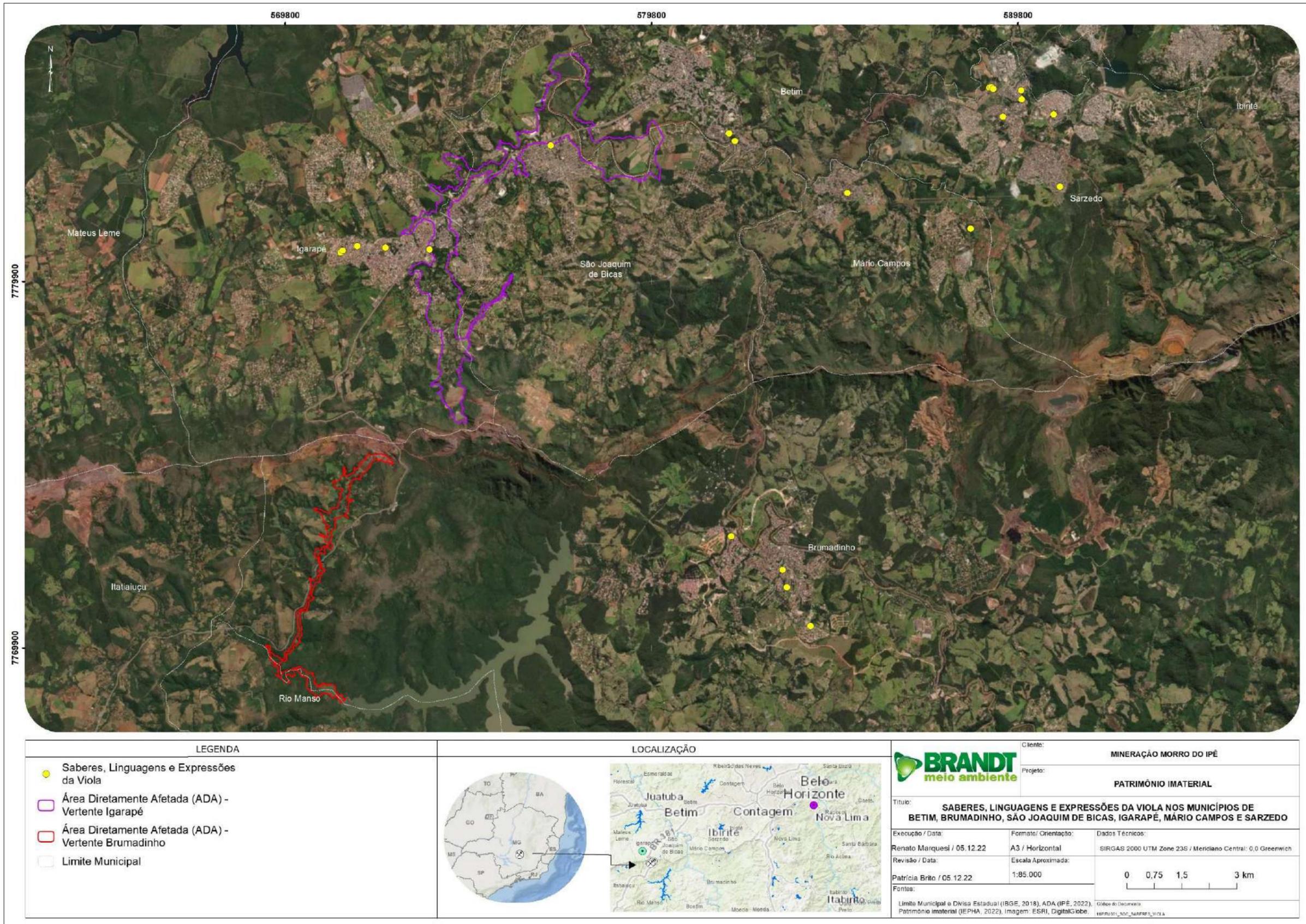
Diante disso, procedeu-se à abertura do processo de Registro, prevista no Plano Estadual de Proteção do Patrimônio Cultural de Minas Gerais para o biênio 2016-2017 e aprovada pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural - CONEP por meio da deliberação CONEP N°02/2016. Nesse contexto, estava sendo realizado pelo IEPHA-MG o estudo sobre as Folias de Minas, concluído e aprovado pelo CONEP no dia 06 de janeiro de 2017. Como consequência desse estudo, consolidou-se entre os pesquisadores da instituição a compreensão acerca da importância da viola para as práticas culturais mineiras, visto que, dos 1300 grupos de folias cadastrados, cerca de 1000 tinham a viola como instrumento musical principal. Assim, finalizado o processo de registro das Folias, deu-se início ao inventário para fins de registro dos bens culturais associados à viola (IEPHA, 2018). O registro da viola, seus saberes, linguagens e expressões, foi concluído no dia em 14/06/2018, quando ganhou o título de patrimônio cultural imaterial do Estado de Minas Gerais.

#### **4 A VIOLA NOS MUNICÍPIOS DE BETIM, BRUMADINHO, IGARAPÉ, SÃO JOAQUIM DE BICAS E SARZEDO.**

A viola está presente em quatro dos cinco municípios abordados, sendo que somente em São Joaquim de Bicas não há registro do bem cultural. Nos demais, a viola ocorre de maneira difusa pelo território, apesar da maior incidência nas áreas urbanas em detrimento das áreas rurais. Porém, a viola está associada ao homem do campo, à contemplação da paisagem mineira, além da sua estreita relação dos os festejos. Em todos os municípios foram identificados grupos de Folias de Reis, por exemplo, como também o congado.

No município de Betim foram identificadas três ocorrências do bem; em Brumadinho, são cinco, em Igarapé e Sarzedo, seis. O mapa a seguir mostra a espacialização do bem Saberes, Linguagens e Expressões da Viola de Minas Gerais nos municípios supracitados. Destaca-se que a esta espacialização ~~são~~ é resultado da coadunação dos dados disponibilizados pelo IEPHA e do trabalho de campo realizado no contexto dos Planos de Ação Emergenciais para as vertentes Brumadinho e Igarapé / São Joaquim de Bicas.

**INSERÇÃO 4-1 - Mapa com a localização dos violeiros identificados nos municípios de Betim, Brumadinho, Igarapé, São Joaquim de Bicas e Sarzedo.**



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em caso de pedido de atualização dos estudos de impacto sobre o patrimônio cultural pelo IEPHA, haverá necessidade de inserção do bem imaterial, Saberes, Linguagens e Expressões da Viola, tendo em vista que o mesmo ainda não tinha sido registrado à época da elaboração do EPIC/RPIC.

Os dados levantados durante a elaboração dos planos de ação emergenciais poderão ser reaproveitados, porém esses não contemplaram os municípios de Betim e Sarzedo por eles não serem interceptados pela mancha de inundação.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, J. de. Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta: Cartas jesuíticas iii. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1933. Disponível em: <[http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio:anchieta-1933-cartas/anchieta\\_1933\\_cartas\\_mindlin.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio:anchieta-1933-cartas/anchieta_1933_cartas_mindlin.pdf)>

GIANECHINI, Ana Clara. O patrimônio como recurso para o desenvolvimento. *MOUSEION*, Canoas, n. 33, ago. 2019, p. 31-40

IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais). *Dossiê para registro dos Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais*. Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

# ANEXOS

## **ANEXO 1 - EPIC/RPIC AMPLO**

# **PROJETO MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ**

## **RELATÓRIO FINAL**

### **ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO CULTURAL (EPIC) E RELATÓRIO DE IMPACTO NO PATRIMÔNIO CULTURAL (RIPC) (IEPHA) PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ**

**BELO HORIZONTE, JUNHO DE 2017**

---

## SUMÁRIO:

<b>1</b>	<b>FICHA TÉCNICA.....</b>	<b>8</b>
1.1	PROJETO .....	8
1.2	IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR.....	8
1.3	IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA DE CONSULTORIA .....	8
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
2.1	OBJETIVO .....	11
2.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	12
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO .....</b>	<b>16</b>
3.1	HISTÓRICO DO EMPREENDIMENTO .....	16
3.2	DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO .....	22
3.3	OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS .....	27
3.4	LOCALIZAÇÃO E ACESSOS.....	27
3.5	O PROJETO MORRO DO IPÊ 6 MTPA.....	28
3.5.1	<i>Retomada das Operações Considerando as Estruturas Existentes e Licenciadas.....</i>	<i>29</i>
3.5.2	<i>Expansão da Cava Tico-Tico.....</i>	<i>30</i>
3.6	ACESSOS AOS TERMINAIS DE CARGA DE SARZEDO E SERRA AZUL .....	30
<b>4</b>	<b>HISTÓRICOS .....</b>	<b>36</b>
4.1	BRUMADINHO .....	36
4.2	IGARAPÉ.....	43
4.3	SÃO JOAQUIM DE BICAS.....	46
4.4	BETIM.....	52
4.5	SARZEDO .....	56
<b>5</b>	<b>ÁREAS DE INFLUÊNCIA .....</b>	<b>61</b>
5.1	ÁREAS DE INFLUÊNCIA PARA OS BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL.....	61
5.2	ÁREAS DE INFLUÊNCIA PARA OS BENS CULTURAIS DE NATUREZA MATERIAL.....	65
<b>6</b>	<b>DIAGNÓSTICO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL.....</b>	<b>70</b>
6.1	LEGISLAÇÃO PARA BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL.....	74
6.1.1	<i>Brumadinho .....</i>	<i>74</i>
6.1.2	<i>Igarapé .....</i>	<i>75</i>
6.1.3	<i>São Joaquim de Bicas.....</i>	<i>76</i>
6.1.4	<i>Betim .....</i>	<i>76</i>
6.1.5	<i>Sarzedo .....</i>	<i>77</i>
6.2	ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA .....	78
6.2.1	<i>BRUMADINHO .....</i>	<i>83</i>
6.2.2	<i>Betim .....</i>	<i>84</i>
6.2.3	<i>Sarzedo .....</i>	<i>85</i>
6.3	ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA.....	88
6.3.1	<i>Brumadinho .....</i>	<i>88</i>

6.3.2	Igarapé .....	98
6.3.3	São Joaquim de Bicas.....	105
6.4	ÁREA DIRETAMENTE AFETADA .....	114
6.5	IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOBRE OS BENS DE NATUREZA IMATERIAL .....	114
6.6	RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	115
<b>7</b>	<b>DIAGNÓSTICO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA MATERIAL.....</b>	<b>116</b>
7.1	LEGISLAÇÃO DOS BENS CULTURAIS DE NATUREZA MATERIAL.....	119
7.1.1	Brumadinho .....	121
7.1.2	Igarapé .....	122
7.1.3	São Joaquim de Bicas.....	124
7.1.4	Betim .....	124
7.1.5	Sarzedo .....	126
7.2	ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA .....	127
7.2.1	Brumadinho .....	127
7.2.2	Igarapé .....	132
7.2.3	São Joaquim de Bicas.....	134
7.2.4	Betim .....	135
7.2.5	Sarzedo .....	143
7.3	ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA.....	145
7.4	ÁREA DIRETAMENTE AFETADA .....	147
7.5	IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOBRE OS BENS DE NATUREZA MATERIAL .....	147
7.6	PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO: REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL .....	149
7.6.1	Introdução .....	149
7.6.2	Objetivos e Justificativa .....	150
7.6.3	Plano De Trabalho .....	151
7.6.4	Recursos Humanos .....	152
7.6.5	Indicadores e Metas .....	152
7.7	RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	152
<b>8</b>	<b>PROPOSTA DE CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL .....</b>	<b>154</b>
<b>9</b>	<b>RESPONSÁVEIS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS .....</b>	<b>155</b>
<b>10</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>156</b>

## ANEXOS

ANEXO I: LISTA DE CONTATOS EM CAMPO.....	162
ANEXO II: IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS .....	164
ANEXO III: ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ (DIGITAL) .....	169
ANEXO IV: PROPOSTA DE CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (DIGITAL) .....	170

## LISTA DE TABELAS

TABELA 3-1: LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS E ESTRUTURAS ASSOCIADAS – MINA IPÊ .....	25
TABELA 3-2: LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS E ESTRUTURAS ASSOCIADAS – MINA TICO-TICO .....	26
TABELA 5-1: VALORES DE VELOCIDADE DE VIBRAÇÃO DE PARTÍCULA E FREQUÊNCIA DAS PRINCIPAIS NORMAS INTERNACIONAIS.....	68
TABELA 5-2: VALORES-LIMITES ESTABELECIDOS PELO CMRI PARA VIBRAÇÕES NA FUNDAÇÃO A DIFERENTES NÍVEIS DE FREQUÊNCIA..	68
TABELA 6-1: BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL .....	71
TABELA 6-2: BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL IDENTIFICADOS NA AII DE BRUMADINHO, BETIM E SARZEDO .....	86
TABELA 6-3: BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL IDENTIFICADOS NA AID.....	113
TABELA 6-4: BENS IMATERIAIS DIAGNOSTICADOS NA ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO .....	115
TABELA 7-1: BENS CULTURAIS DE NATUREZA MATERIAL.....	116
TABELA 7-2: BENS DE NATUREZA MATERIAL TOMBADOS NO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO .....	131
TABELA 7-3: BENS MATERIAIS INVENTARIADOS EM BRUMADINHO, POR CATEGORIA .....	131
TABELA 7-4: BENS DE NATUREZA MATERIAL TOMBADOS NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ .....	133
TABELA 7-5: BENS MATERIAIS INVENTARIADOS EM IGARAPÉ, POR CATEGORIA .....	134
TABELA 7-6: BENS DE NATUREZA MATERIAL TOMBADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DE BICAS .....	135
TABELA 7-7: BENS MATERIAIS INVENTARIADOS EM SÃO JOAQUIM DE BICAS, POR CATEGORIA.....	135
TABELA 7-8: BENS DE NATUREZA MATERIAL TOMBADOS NO MUNICÍPIO DE BETIM.....	142
TABELA 7-9: BENS MATERIAIS INVENTARIADOS EM BETIM, POR CATEGORIA .....	143
TABELA 7-10: BENS DE NATUREZA MATERIAL TOMBADOS NO MUNICÍPIO DE SARZEDO .....	144
TABELA 7-11: BENS MATERIAIS INVENTARIADOS EM SARZEDO, POR CATEGORIA .....	144
TABELA 7-12: PLANO DE TRABALHO/ CRONOGRAMA.....	151
TABELA 7-13: INDICADORES E METAS.....	152
TABELA 7-14: BENS MATERIAIS DIAGNOSTICADOS NA ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO.....	153
TABELA 9-1: EQUIPE TÉCNICA .....	155

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 2-1: CAMINHAMENTO E TRAJETOS EM CAMPO .....	15
FIGURA 3-1: CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....	24
FIGURA 3-2: LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO .....	28
FIGURA 5-1: ÁREA DE INFLUÊNCIA SOBRE O PATRIMÔNIO IMATERIAL .....	63
FIGURA 5-2: ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PATRIMÔNIO MATERIAL.....	66
FIGURA 6-1: BENS IMATERIAIS IDENTIFICADOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA .....	73
FIGURA 6-2: PROGRAMA DA FESTA DE SÃO JOAQUIM – SÃO JOAQUIM DE BICAS/MG. ....	110
FIGURA 7-1: BENS MATERIAIS IDENTIFICADOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA.....	118

## LISTA DE FOTOS

FOTO 3-1: VISTA DO TRECHO INICIAL DO ACESSO PARA O TERMINAL, AO FUNDO, INTERCESSÃO COM A BR-381, BAIRRO TEREZA CRISTINA, SÃO JOAQUIM DE BICAS.....	31
FOTO 3-2: PRIMEIRAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS NA MARGEM DIREITA DO ACESSO PARA O TERMINAL DE CARGAS SERRA AZUL, RUA HUM, BAIRRO TEREZA CRISTINA, SÃO JOAQUIM DE BICAS. ....	31
FOTO 3-3: EDIFICAÇÃO COMERCIAL NA MARGEM DIREITA DO ACESSO PARA O TERMINAL DE CARGAS SERRA AZUL, RUA HUM, BAIRRO TUPANAUARA, SÃO JOAQUIM DE BICAS. ....	31
FOTO 3-4: EDIFICAÇÃO COMERCIAL NA MARGEM ESQUERDA DO ACESSO PARA O TERMINAL, BAIRRO NAZARÉ, SÃO JOAQUIM DE BICAS. ....	31
FOTO 3-5: FAZENDA POMPÉU, BAIRRO TUPANAUARA, MARGEM DIREITA DA VIA SENTIDO TERMINAL.....	32
FOTO 3-6: CAMINHÕES TRAFEGANDO NO ACESSO PARA O TERMINAL SERRA AZUL ENTRE OS BAIROS TAPUNAUARA E NAZARÉ, SÃO JOAQUIM DE BICAS. ....	32
FOTO 3-7: ENTRADA DO CONDOMÍNIO RETIRO DA MATA, SÃO JOAQUIM DE BICAS NO TRECHO FINAL DO ACESSO PAVIMENTADO PARA O TERMINAL DE CARGAS DE SERRA AZUL. ....	32
FOTO 3-8: TRECHO DA ESTRADA QUE CRUZA ÁREA DE MATA, SEM OCUPAÇÃO HUMANA.....	32
FOTO 3-9: TRECHO FINAL DA ESTRADA PAVIMENTADA, NO CRUZAMENTO COM A ESTRADA DE FERRO, APÓS ESSE CRUZAMENTO, A ESTRADA PASSA A SER SEM PAVIMENTAÇÃO.....	32
FOTO 3-10: AO FUNDO, ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA FECHO DO FUNIL, TOMBADA PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MUNICIPAL, ATUALMENTE OCUPADA POR MORADORES SEM-TETO, SITUADA DO CRUZAMENTO COM A VIA FÉRREA.....	32
FOTO 3-11: EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL NO POVOADO DE FECHO DO FUNIL. ....	33
FOTO 3-12: TERMINAL DE CARGAS DE SERRA AZUL, BRUMADINHO, MG. ....	33
FOTO 3-13: TRECHO INICIAL “RUA PAIVA CONDÉ” NO ACESSO AO TERMINAL DE CARGAS DE SARZEDO, PRÓXIMO A INTERCESSÃO COM A BR-381. PLACA INDICATIVA DE MARIO CAMPOS, 7KM, BRUMADINHO, 21KM E INHOTIM, 25 KM. ....	33
FOTO 3-14: VISTA DOS BAIROS PARQUE IPIRANGA (ESQUERDA) E CITROLÂNDIA (DIRETA), EM BETIM A PARTIR DO TRECHO INICIAL DA ESTRADA QUE DÁ ACESSO AO TERMINAL. ....	33
FOTO 3-15: EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL ÀS MARGENS DA ESTRADA, VIA LOCAL DENOMINADA RUA PAIVA CONDÉ, BAIRRO CITROLÂNDIA, BETIM. ....	34
FOTO 3-16: VISTA DA MARGEM DIREITA DO TRECHO INICIAL DA ESTRADA DE ACESSO PARA O TERMINAL DE CARGAS DE SARZEDO.....	34
FOTO 3-17: EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS PRÓXIMAS DA ESTRADA DE ACESSO, E AO FUNDO, MAIS DISTANTE, CONJUNTO HABITACIONAL DICALINO CABRAL, BAIRRO PARQUE IPIRANGA, BETIM.....	34
FOTO 3-18: EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS PRÓXIMAS AO ACESSO, BAIRRO CITROLÂNDIA, BETIM.....	34
FOTO 3-19: VISTA DA ESTRADA PARA A COLÔNIA SANTA ISABEL, BETIM. ....	34
FOTO 3-20: ENTRADA PARA O BAIRRO CITROLÂNDIA, BETIM. ....	34
FOTO 3-21: TRANSITO INTENSO DE VEÍCULOS PESADOS NO ACESSO AO TERMINAL DE SARZEDO. ....	35
FOTO 3-22: EDIFICAÇÃO COMERCIAL PRÓXIMA AO TERMINAL DE CARGAS DE SARZEDO, TRECHO NÃO PAVIMENTADO EM SARZEDO, MG. ....	35
FOTO 3-23: CANCELAS DE ENTRADA PARA O TERMINAL FERROVIÁRIO DE CARGAS DE SARZEDO, EM SARZEDO. ....	35
FOTO 4-1: TRABALHADORES E SEUS FAMILIARES NA ESTAÇÃO DE BRUMADINHO EM 1930. ....	38
FOTO 4-2: IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO. ....	40
FOTO 4-3: VISTA DA RUA BARÃO DO RIO BRANCO. À ESQUERDA, ESTAÇÃO BRUMADINHO. ....	40
FOTO 4-4: VISTA DA BARRAGEM DO RIO MANSO A PARTIR DO DISTRITO DE CONCEIÇÃO DO ITAGUÁ. ....	40
FOTO 4-5: VISTA DA ESTAÇÃO BRUMADINHO NO PÁTIO DA EMPRESA MRS LOGÍSTICA.....	41
FOTO 4-6: ACESSO À PONTE SOBRE O RIO PARAPEBA E À MG-040 A PARTIR DA RUA QUINTINO BOCAIUVA, NO CENTRO DE BRUMADINHO.....	41

FOTO 4-7: VISTA PARCIAL DA SERRA DA MOEDA. ....	42
FOTO 4-8: LOCALIZAÇÃO DA ATUAL PRAÇA MIGUEL H. DA SILVA NA DÉCADA DE 1940. ....	45
FOTO 4-9: PRAÇA DA MATRIZ NA DÉCADA DE 1960. ....	45
FOTO 4-10: MESTRA MARIA NUNES EM PUBLICAÇÃO DE RECEITAS DO FESTIVAL “IGARAPÉ BEM TEMPERADO” .....	46
FOTO 4-11: IGREJA MATRIZ DE SÃO JOAQUIM DE BICAS, NO LOCAL CONHECIDO COMO “BICAS VELHA”, ÁREA DA PRIMEIRA OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	48
FOTO 4-12: SERRA DOS TRÊS IRMÃOS E FECHO DO FUNIL EM BRUMADINHO. ....	49
FOTO 4-13: VISTA DA ENTRADA PARA O POVOADO DAS FAROFAS. ....	51
FOTO 4-14: PÁGINAS 2 E 3 DA PUBLICAÇÃO “FOLIAS DE REIS, FÉ E SIMPLICIDADE”, DE AUTORIA DA PROFESSORA NEUZA BATISTA E ALUNOS DA E.E. PROFESSORA GERALDA EUGÊNIA DA SILVA.....	51
FOTO 6-1: GUARDA DE MOÇAMBIQUE DE SANTA EFIGÊNIA – BRUMADINHO/MG. ....	89
FOTO 6-2: SALÃO DO ROSÁRIO, SEDE DO MOÇAMBIQUE DO BRUMADO – CONCEIÇÃO DO ITAGUÁ/MG.....	90
FOTO 6-3: CARTAZ DO ENCONTRO DE FOLIAS EM 2016 – BRUMADINHO/ MG. ....	91
FOTO 6-4: SEDE DA CORPORAÇÃO MUSICAL SÃO SEBASTIÃO – BRUMADINHO/MG. ....	93
FOTO 6-5: BANDA DE SANTA EFIGÊNIA – BRUMADINHO/MG. ....	94
FOTO 6-6: INTEGRANTES DA BANDA DE BRUMADO – BRUMADINHO/MG. ....	95
FOTO 6-7: CASA DE CULTURA CARMITA PASSOS – BRUMADINHO/MG. ....	97
FOTO 6-8: FACHADA EM INHOTIM HOMENAGEANDO O CONGADO DE BRUMADINHO – BRUMADINHO/MG. ....	97
FOTO 6-9: CASA DE CULTURA FRATER HENRIQUE CRISTIANO JOSÉ MATTOS – IGARAPÉ/MG. ....	99
FOTO 6-10: ESPAÇO DA MÚSICA – IGARAPÉ/MG. ....	100
FOTO 6-11: LIRA DE SANTO ANTÔNIO DURANTE ENCONTRO DE BANDAS – IGARAPÉ/MG. ....	100
FOTO 6-12: JOSÉ DIONISO – IGARAPÉ/MG. ....	101
FOTO 6-13: CARTAZ DO FESTIVAL IGARAPÉ BEM TEMPERADO – IGARAPÉ/MG.....	102
FOTO 6-14: DOSSIÊ DE REGISTRO DO SABER DAS MESTRAS DA CULINÁRIA TRADICIONAL. ....	103
FOTO 6-15: DOSSIÊ DE REGISTRO DO SABER DAS MESTRAS DA CULINÁRIA TRADICIONAL. ....	103
FOTO 6-16: CAPITÃO JOSÉ MARIA DE SOUZA MOTA, O MARAMBAIA NA SEDE DO CONGADO E DO TERREIRO DE CANDOMBLÉ ILÊ AXÉ PALÁCIO DE OXÓSSI – IGARAPÉ/MG. ....	103
FOTO 6-17: EXEMPLO DO TRABALHO DE MARIA HELENA QUE MOSTRA A ANTIGA HABITAÇÃO EM COMPARAÇÃO COM A PAISAGEM CONTEMPORÂNEA DO CENTRO DE IGARAPÉ – IGARAPÉ/MG.....	105
FOTO 6-18: UM DOS ESPAÇOS DA CASA DA MEMÓRIA QUE GUARDA OS INSTRUMENTOS DA ANTIGA BANDA DE SÃO JOAQUIM – SÃO JOAQUIM DE BICAS/MG. ....	106
FOTO 6-19: CARTAZ NA CASA DA MEMÓRIA COM COZINHEIRAS E RECEITAS VENCEDORAS NO FESTIVAL DA FAROFA NO ANOS DE 2014 E 2015 – SÃO JOAQUIM DE BICAS. ....	107
FOTO 6-20: FOLIA DE SÃO JOAQUIM CONFORME TRABALHO DOS ALUNOS DA E.E. GERALDA EUGÊNIA – SÃO JOAQUIM DE BICAS/MG. ....	108
FOTO 6-21: FOLIA DE NOSSA SENHORA DA PAZ CONFORME TRABALHO DOS ALUNOS DA E.E. GERALDA EUGÊNIA – SÃO JOAQUIM DE BICAS/MG.....	108
FOTO 6-22: DONA VILMA E SEUS BISCOITOS – SÃO JOAQUIM DE BICAS/MG.....	111
FOTO 6-23: IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PAZ NO DISTRITO DE MESMO NOME – SÃO JOAQUIM DE BICAS/MG. ....	112
FOTO 7-1: VISTA GERAL DA SEDE DA FAZENDA DOS MARTINS.....	127
FOTO 7-2: VISTA GERAL DA SEDE DA FAZENDA GORDURAS. ....	128
FOTO 7-3: VISTA GERAL DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE BRUMADINHO. CENTRO DE BRUMADINHO. ....	128
FOTO 7-4: VISTA GERAL DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE MARINHOS. DISTRITO DE MARINHOS.....	129
FOTO 7-5: VISTA GERAL MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE. DISTRITO DE PIEDADE DE PARAOPÉBA.....	129
FOTO 7-6: VISTA GERAL SERRA DA CALÇADA. DATA: 06/07/2016. ....	130

FOTO 7-7: VISTA DA FACHADA FRONTAL DA CASA DE CULTURA CARMITA PASSOS. CENTRO DE BRUMADINHO. ....	130
FOTO 7-8: VISTA GERAL DA BR-381 E AO FUNDO O CONJUNTO PAISAGÍSTICO DA PEDRA GRANDE. ....	132
FOTO 7-9: VISTA GERAL DA ESCOLA ESTADUAL. CENTRO DE BRUMADINHO. ....	132
FOTO 7-10: IMAGEM DE NOSSA SENHORA MÃE DE MISERICÓRDIA, QUE ENCONTRA-SE SOB CUSTÓDIA DO LAR VICENTE DE PAULO, NA CAPELA FEITA EM SUA HOMENAGEM. ....	133
FOTO 7-11: VISTA GERAL DA ESTAÇÃO FECHO DO FUNIL. ....	134
FOTO 7-12: VISTA GERAL DA CASA JOSEPHINA BENTO. ....	136
FOTO 7-13: VISTA GERAL DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. ....	136
FOTO 7-14: VISTA GERAL DO ANTIGO COLÉGIO COMERCIAL BETINENSE, ATUAL MUSEU PAULO ARAÚJO MOREIRA GONTIJO. ....	137
FOTO 7-15: VISTA GERAL DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA CAPELA NOVA DE BETIM. ....	137
FOTO 7-16: VISTA GERAL DA CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO. ....	138
FOTO 7-17: VISTA GERAL MATRIZ DA COLÔNIA DE SANTA IZABEL. ....	139
FOTO 7-18: CINE TEATRO GLÓRIA. ....	139
FOTO 7-19: ALVA COM DETALHE EM RENDA E CASULA BORDADA. ....	139
FOTO 7-20: ESTANDARTE DE NOSSA SENHORA DO CARMO. ....	139
FOTO 7-21: CRUCIFIXO DE QUARTO. ....	140
FOTO 7-22: CARTEIRA DE IDENTIDADE DO PADRE OSÓRIO. ....	140
FOTO 7-23: FACHADA LATERAL DA EDIFICAÇÃO DA USINA. ....	140
FOTO 7-24: TRANSFORMADOR - PARTE DA ESTRUTURA DA USINA. ....	140
FOTO 7-25: ANTIGA EDIFICAÇÃO DA BARREIRA. ....	141
FOTO 7-26: MONUMENTO DE INAUGURAÇÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS REVITALIZADO. ....	141
FOTO 7-27: VISTA GERAL DA CAIXA D'ÁGUA. ....	141
FOTO 7-28: VISTA GERAL DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SARZEDO E SEU ENTORNO. ....	144
FOTO 7-29: VISTA GERAL DO PORTAL DA COLÔNIA DE SANTA IZABEL. ....	146
FOTO 7-30: VISTA GERAL DA ESTAÇÃO FECHO DO FUNIL. ....	146

## 1 FICHA TÉCNICA

### 1.1 PROJETO

O Projeto consiste na elaboração e realização de estudos técnicos para processo de licenciamento ambiental no que se refere aos bens culturais de natureza material e imaterial para obtenção de anuência junto ao (IEPHA) Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e aos municípios (Brumadinho, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Betim e Sarzedo) que fazem parte da área de influência do empreendimento.

### 1.2 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Razão Social: Mineração Morro do Ipê S.A	
CNPJ	22.902.554/000117
Responsável	João Antônio da Silva
CPF	074.585.761-20
Função	Diretor de Operações
Endereço	Rodovia Fernão Dias, BR 381 Parte, s/n, km 463, Zona Rural, Brumadinho – CEP 35.460-000
Contato	Juliana Carneiro Cota / Guilherme Raposo de Faria
Telefone	(31) 3614-9740
E-mail	juliana.cota@ipemineracao.com

### 1.3 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA DE CONSULTORIA

Razão Social: Amplo Engenharia e Gestão de Projetos LTDA	
CNPJ	04.590.934/0001-81
Inscrição Municipal	167675/001-8
Nº de Registro no CREA	037561
Responsável Técnico	Jackson Cleiton Ferreira Campos
Endereço	Rua Engenheiro Carlos Antonini, 37 – São Lucas, Belo Horizonte – MG – CEP 30.240-280
Telefone	(31) 2534 – 4048
E-mail	ciac-cerrado@uol.com.br

## 2 INTRODUÇÃO

O presente Relatório é o resultado final do Estudo Prévio de Impacto Cultural (EPIC): Relatório de Impacto no Patrimônio Cultural (RIPC). O estudo consiste na identificação dos bens culturais de natureza material e imaterial presentes na área de influência do empreendimento e análise de possíveis impactos que a implantação e operação do empreendimento poderiam gerar sobre os mesmos. O estudo visa à obtenção de anuência do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) e dos municípios que fazem parte da área de influência do empreendimento para Licenciamento Ambiental do Empreendimento Mineração Morro do Ipê e servirá de subsídio nos aspectos relacionados à proteção dos bens de interesse cultural nas suas áreas de influência (AII, AID e ADA).

O desenvolvimento e conteúdo deste relatório foram realizados por equipe multidisciplinar, de acordo com a Deliberação Normativa nº 07/2014 do CONEP e TERMO DE REFERÊNCIA - IEPHA, MG, segundo PORTARIA IEPHA/MG Nº 52/2014. A Deliberação Normativa estabelece as normas para a realização do Estudo Prévio de Impacto Cultural (EPIC) e a PORTARIA IEPHA/MG Nº 52/2014 dispõe sobre os procedimentos para elaboração do Estudo Prévio de Impacto Cultural (EPIC) e aprovação do respectivo Relatório de Impacto no Patrimônio Cultural (RIPC).

Segundo a Deliberação Normativa, em seu Artigo 1º: “A realização de empreendimento, obra ou projeto, público ou privado, que tenha efeito real ou potencial, material ou imaterial, sobre área ou bem identificado como de interesse histórico, artístico, arquitetônico ou paisagístico pelo Poder Público, depende da elaboração de Estudo Prévio de Impacto Cultural (EPIC) e da aprovação do respectivo Relatório de Impacto no Patrimônio Cultural (RIPC), nos termos desta Deliberação”.

A elaboração do EPIC e respectivo RIPC para o empreendimento Mineração Morro do Ipê justifica-se por seu enquadramento no item 9 (“Extração de minério, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração”) do Anexo 1 a que se refere o § 2º do Artigo 1º: “São considerados empreendimentos, obras e projetos com efeito real ou potencial, material ou imaterial, no patrimônio cultural, para os quais se exigirá a elaboração do EPIC e a aprovação do respectivo RIPC, os constantes no ANEXO 1 desta Deliberação.”

O Estudo Prévio de Impacto Cultural (EPIC) constitui etapa do processo de licenciamento ambiental, compõem o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e compete ao EPIC realizar a avaliação dos impactos do empreendimento, obra ou projeto no patrimônio cultural.

As informações aqui apresentadas contêm as principais conclusões referentes aos resultados que foram integralmente diagnosticados, atendendo as normas ambientais vigentes e que possam conter os elementos necessários à análise da sustentabilidade ambiental do empreendimento no que se refere ao patrimônio cultural.

O Relatório Final foi elaborado a partir da coleta de dados secundários e primários sobre e na área objeto de estudo. A definição da área para os levantamentos primários levou em conta o Plano Diretor do Projeto Ampliação das Cavas Tico-Tico e Ipê e da Pilha de Estéril Grotas das Cobras, a legislação pertinente a cada uma das áreas temáticas (bens materiais e bens imateriais) e, principalmente, os critérios técnicos relacionados à análise e aos possíveis impactos sobre os bens culturais.

O empreendimento será implantado nos municípios de Brumadinho, Igarapé e São Joaquim de Bicas, com as vias de escoamento de minério passando pelos municípios de Betim e Sarzedo, todos localizados no estado de Minas Gerais.

O trabalho se inicia com a realização de estudos de identificação, caracterização e análise dos bens culturais localizados nas áreas de influência do empreendimento para, posteriormente, identificar e avaliar os possíveis impactos que poderiam surgir a partir da implantação e operação do mesmo. Somente caso fossem identificados impactos, seriam elaborados os programas de compensação e/ ou mitigação relacionados.

O Relatório Final foi elaborado tomando-se como base a Deliberação Normativa CONEP Nº 007/2014, de 03 de Dezembro de 2014. Em seu Art 6º, a referida Deliberação versa sobre o conteúdo do presente estudo:

“O conteúdo do Estudo Prévio de Impacto Cultural (EPIC) deve abordar, pelo menos, os seguintes aspectos:

- I. Caracterização do empreendimento, obra ou projeto, considerando sua localização e concepção, atestando a viabilidade e estabelecendo, quando necessário, os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, no que tange ao patrimônio cultural;
- II. Definição e diagnóstico da Área Diretamente Afetada (ADA), bem como da Área de Influência Direta (AID) e da Área de Influência Indireta (AII);
- III. Demonstração da compatibilidade do empreendimento, obra ou projeto com a legislação federal, estadual e municipal no que tange ao patrimônio cultural;
- IV. Identificação de bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, ainda não reconhecidos pelo poder público como patrimônio cultural;
- V. Identificação dos impactos no patrimônio cultural localizado na Área Diretamente Afetada (ADA), na Área de Influência Direta (AID) e na Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, obra ou projeto que podem decorrer das ações de implantação ou operação;
- VI. Elaboração de programa de salvaguarda do patrimônio cultural afetado, que deverá incluir, obrigatoriamente, medidas de prevenção, mitigação e compensação, e

projeto de educação patrimonial, e respectivos cronogramas de execução e monitoramento;

VII. Indicação dos responsáveis técnicos pelos estudos.”

Neste sentido, o presente Relatório Final está dividido nos seguintes capítulos: **Introdução**, com um breve histórico do projeto e do processo, definindo ao que o projeto atende, apresentação do conteúdo do documento por capítulos, objetivos e metodologia aplicados ao projeto; **Caracterização do Empreendimento**, onde apresenta-se a caracterização do empreendimento, obra ou projeto, considerando sua localização e concepção, item I do Art 6º; **Histórico dos municípios**, em que é apresentado o histórico de cada um dos municípios onde será implantado o empreendimento, como parte do item II do Art 6º; **Áreas de Influência**, contendo a definição da Área de Influência Indireta (AII), Área de Influência Direta (AID) e Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento para cada uma das áreas temáticas, item II do Art 6º; **Diagnóstico de Bens Culturais de Natureza Imaterial**, contendo uma síntese da legislação relacionada ao patrimônio cultural imaterial (item III do Art 6º), a análise das Áreas de Influência com respectiva identificação e descrição de bens imateriais (itens II e IV do Art 6º), a identificação e avaliação dos impactos no patrimônio cultural imaterial que podem decorrer das ações de implantação e operação do empreendimento (item V do Art 6º) e os resultados e outras considerações a partir das análises realizadas<sup>1</sup>; **Diagnóstico de Bens Culturais de Natureza Material**, que possui os mesmos subcapítulos e aborda as mesmas análises que o capítulo anterior, porém, direcionados para a área temática de bens materiais (itens II, III, IV e V do Art 6º). Para o caso dos bens materiais acrescenta-se um capítulo destinado ao Programa Educação Patrimonial (item VI do Art 6º), pois, foi identificada a possibilidade de impactos sobre essa categoria de bens culturais; **Proposta de Cartilha de Educação Patrimonial**, apresentando o conteúdo da Cartilha de Educação Patrimonial a ser finalizada e entregue pelo empreendedor à comunidade, item VI do Art 6º; **Responsáveis Técnicos e Científicos**, com a equipe responsável pela elaboração dos estudos, item VII do Art 6º; e, **Referências Bibliográficas**.

## 2.1 OBJETIVO

A execução dos estudos apresentados atende a Deliberação Normativa nº 07/2014 do CONEP e o TERMO DE REFERÊNCIA - IEPHA, MG, segundo PORTARIA IEPHA/MG Nº 52/2014. A Deliberação Normativa estabelece as diretrizes para a realização do Estudo Prévio de Impacto Cultural (EPIC) e a PORTARIA IEPHA/MG Nº 52/2014 dispõe sobre os procedimentos para elaboração do Estudo Prévio de Impacto Cultural (EPIC) e aprovação do respectivo Relatório de Impacto no Patrimônio Cultural (RIPC). Nesse sentido, o objetivo principal do presente EPIC e respectivo RIPC é a identificação e avaliação dos possíveis impactos da implantação e operação do empreendimento Mineração Morro do Ipê no

---

<sup>1</sup> O Relatório Final não contempla a “Elaboração de programa de salvaguarda do patrimônio cultural afetado”, conforme item VI do Art 6º da Deliberação Normativa CONEP Nº 007/2014, uma vez que, para o empreendimento em análise não foram identificados impactos sobre os bens imateriais, não foi necessário realizar a indicação ou elaboração de Programas sobre o patrimônio cultural imaterial afetado, conforme será explicitado no decorrer do presente documento.

patrimônio cultural e, caso fossem identificados impactos, a proposição de medidas preventivas, mitigadoras e/ ou compensatórias na forma de Programas e/ ou Projetos.

O principal objetivo desse relatório é apresentar a localização dos bens culturais de natureza material e imaterial identificados na área de estudo (AII, AID e ADA) e suas distâncias, além da possível relação de impactos com a implantação e operação do empreendimento. A seleção dos bens aqui apresentados respeita os critérios estabelecidos na legislação pertinente<sup>2</sup>, quais sejam, bens acautelados (tombados, inventariados ou com qualquer proteção legal) e “(...) bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, ainda não reconhecidos pelo poder público como patrimônio cultural” (IEPHA, 2014: Deliberação Normativa CONEP Nº 007/2014, de 03 de Dezembro de 2014, Artigo 6º, Item IV).

## 2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para ambas as áreas temáticas (bens materiais e imateriais) foram utilizados, *a priori*, os mesmos procedimentos metodológicos, a saber:

- Coleta de dados primários
  - ✓ Reconhecimento de campo (conjunto para as duas áreas temáticas);
  - ✓ Trabalhos de Campo (realizados em separado para cada área temática);
- Realização de trabalhos de gabinete
  - ✓ Coleta e sistematização de dados secundários;
  - ✓ Elaboração de planejamento de campo;
  - ✓ Sistematização de dados primários;
  - ✓ Elaboração de Relatório Final.
  - ✓ Realização de reuniões técnicas

Uma vez definidas as áreas de influência do empreendimento, o planejamento de campo foi feito de acordo com a pesquisa secundária sobre os bens presentes em cada um dos municípios, visto que, cada um deles já havia realizado ações de proteção do patrimônio por meio de dossiês de tombamento e registros de memória através de inventário. Também foram listados bens culturais inventariados ou dentro do planejamento do município, inclusive no ICMS Cultural, política estadual de preservação de patrimônio cultural, além de bens não acautelados em que haja interesse patrimonial e que foram identificados *in loco*. Os trabalhos de campo foram iniciados logo após a realização das atividades supracitadas e foram divididos em três campanhas.

---

<sup>2</sup> Deliberação Normativa CONEP Nº 007/2014, de 03 de Dezembro de 2014; e, Portaria IEPHA/MG Nº 52/2014.

Com relação aos procedimentos metodológicos específicos para a área temática de bens culturais de natureza imaterial, foram realizados os seguintes procedimentos:

- Consulta às listas de bens inventariados, fichas de inventário e dossiês de registros constantes da coleção do IEPHA, IPHAN e órgãos municipais;
- Pesquisa de dados secundários sobre os municípios estudados e seus bens culturais;
- Reconhecimento de campo (1ª campanha de campo) e visita aos órgãos municipais de cultura e patrimônio cultural (realizado entre 16 e 20 de maio de 2016). Nestas visitas, as listas de bens foram confirmadas e os detentores foram indicados para as entrevistas posteriores;
- Na 2ª campanha (de 23 a 25 maio, de 30 de maio a 03 de junho e de 06 a 08 de junho de 2016) percorreu-se toda a área acessível do empreendimento (ADA), as sedes municipais e locais da AID onde foram identificados bens imateriais, com mapeamento de possíveis acessos, identificação prévia de todos os bens relevantes, registro fotográfico e caminhamento com auxílio de equipamento de GPS, conforme representado no Mapa de Caminhamento e Trajetos em Campo (Figura 2-1);
- Em 23 de março de 2017 foi realizada a terceira campanha de campo, nos municípios de Betim e de Sarzedo, para a verificação das rotas de escoamento da futura produção minerária e se estas teriam impactos relevantes sobre os bens culturais de natureza imaterial nestes municípios, que estão fora da área de instalação e produção das referidas minas;
- Pesquisa sobre as leis relacionadas ao patrimônio cultural;
- Visita aos municípios, distritos e povoados para mapeamento das manifestações culturais e sua inclusão na AID e All; e,
- Entrevistas com os detentores cujos bens culturais estavam localizados na AID.

Para a coleta de dados com o fim de diagnosticar os bens de natureza material na área de influência da Mineração Morro do Ipê foram cumpridas as seguintes etapas e atividades de trabalho:

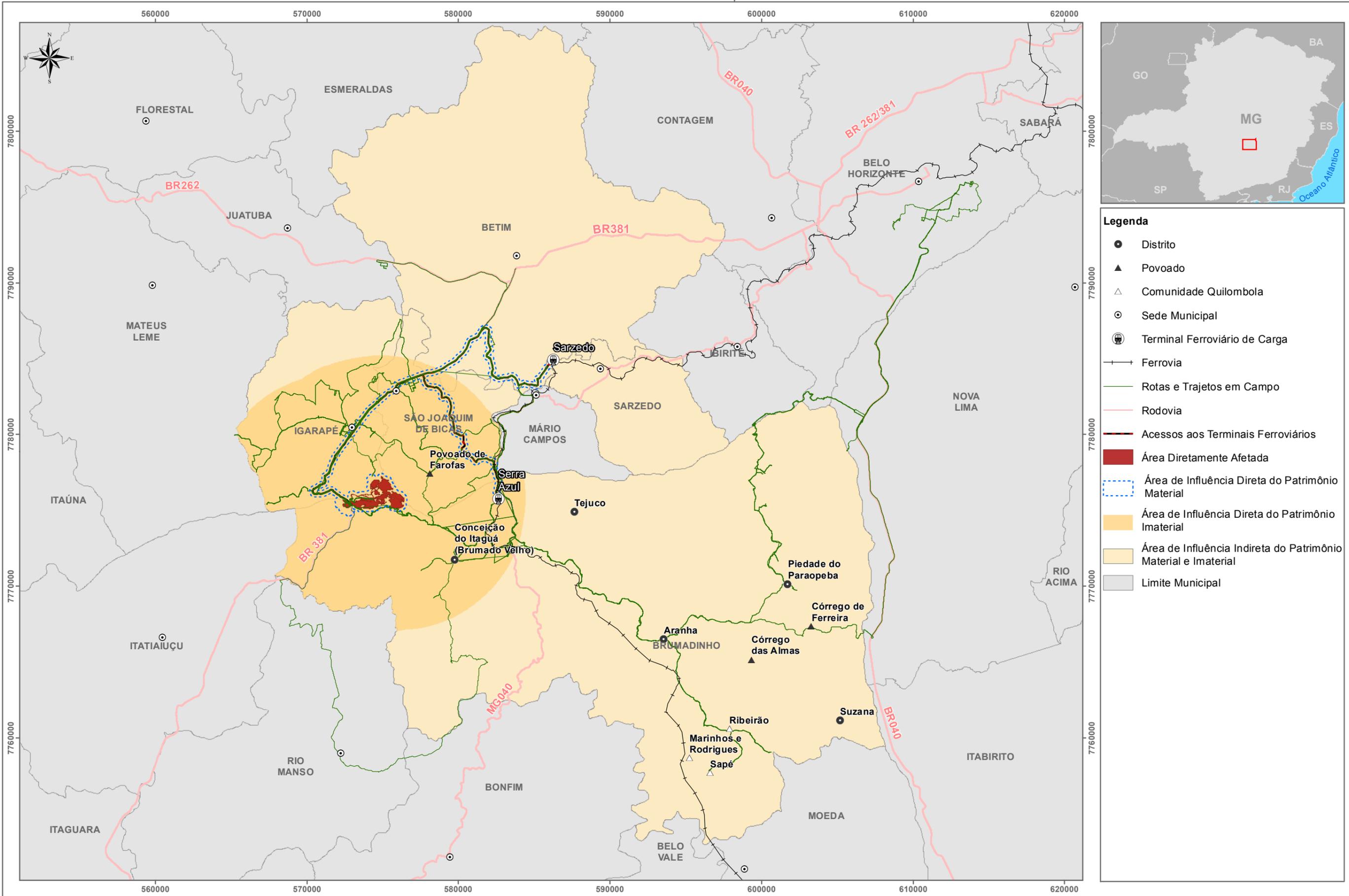
- Etapa de levantamento de dados secundários:
  - ✓ Pesquisa de fontes bibliográficas e cartográficas em órgãos patrimoniais como IPHAN, IEPHA-MG e Conselhos Municipais de Patrimônio e Secretarias Municipais de Cultura, além de estudos anteriores realizados na área do empreendimento, com atenção à identificação dos bens tombados, acautelados e demais estudos relativos ao cadastramento de bens culturais materiais já realizados na região.
- Etapa de planejamento de campo:
  - ✓ Listagem e identificação dos bens protegidos por tombamento ou inventário ou acautelados;

- ✓ Localização prévia das estruturas arquitetônicas acauteladas, localizadas nos municípios de Betim, Brumadinho, Igarapé, São Joaquim de Bicas e Sarzedo;
- ✓ Elaboração de uma base cartográfica prévia, com levantamento, a partir de imagem de satélite Google Earth (2016) e dos dados secundários, das possíveis edificações a serem referenciadas nas áreas de influência do empreendimento.
- ✓ Etapa de campo:

Foram realizadas três campanhas de campo: 1ª Campanha (de reconhecimento), realizada entre 16 e 20 de maio de 2016; a 2ª Campanha, para efetivo registro e diagnóstico dos bens identificados, de 23 a 25 de maio e de 30 de maio a 01 de junho de 2016; e a 3ª campanha de campo, em 23 de março de 2017, contemplando os acessos por onde será escoado o material beneficiado;
- ✓ Percorreu-se toda a área acessível do empreendimento e seu entorno (ADA e AID) e as sedes municipais, com mapeamento de possíveis acessos, identificação prévia de todos os bens relevantes, registro fotográfico e caminhamento com utilização de equipamento de GPS, conforme representado no Mapa de Caminhamento e Trajetos em Campo (Figura 2-1);
- ✓ Nas áreas externas à ADA e AID, ou seja, na AII, o levantamento se limitou à identificação dos bens através de listagens, dada a sua distância do empreendimento e a análise quanto à possibilidade de impactos.

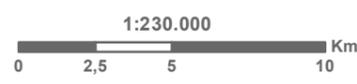
Os dados relacionados aos bens culturais de natureza material e imaterial identificados nos levantamentos de campo são organizados a partir de sua localização, apresentando uma análise por área de estudo, com sua identificação através de tabelas com o número de referência do bem ou sua nomenclatura, uma imagem e a indicação do tipo de proteção existente (tombamento a nível municipal, estadual e federal ou inventário).

Por fim, cabe esclarecer que os procedimentos metodológicos para a realização da identificação e avaliação de impactos sobre os bens culturais de natureza material e imaterial são os mesmos e constam no ANEXO II.



**Legenda**

- Distrito
- ▲ Povoado
- △ Comunidade Quilombola
- ⊙ Sede Municipal
- 🚂 Terminal Ferroviário de Carga
- +— Ferrovia
- Rotas e Trajetos em Campo
- Rodovia
- Acessos aos Terminais Ferroviários
- Área Diretamente Afetada
- ▭ (tracejado azul) Área de Influência Direta do Patrimônio Material
- (laranja) Área de Influência Direta do Patrimônio Imaterial
- (laranja claro) Área de Influência Indireta do Patrimônio Material e Imaterial
- (cinza) Limite Municipal



Base Cartográfica (Fonte): limites municipais (IBGE, 2015); área diretamente afetada (Mineração Morro do Ipê, 2017); áreas de influência (Amplo/ Plantuc, 2017); caminhamento (Plantuc, 2017); rodovias (DER, 2011); ferrovia (CPRM, 2006).

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 23S  
 Projeção: Transverse Mercator  
 Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 45°W Greenwich acrescidas das constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente

	Projeto:	<b>PROJETO MORRO DO IPÊ 6 MTPA</b>			
	Título:	<b>Caminhamentos e Trajetos em Campo</b>			
Elaboração:	Geoprocessamento Amplo	Data:	06/06/2017	Formato:	A3
				Arquivo:	MMI_Caminhamento_v00

### 3 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Apresenta-se neste item uma caracterização simplificada do empreendimento, com histórico, descrição do empreendimento, objetivos e justificativas, localização e acessos, além da descrição do Projeto Morro do Ipê 6 Mtpa, considerando a retomada das operações e a expansão da Cava Tico-Tico.

Importante destacar que a caracterização detalhada do empreendimento e do projeto está apresentada no ANEXO III, em meio digital.

#### 3.1 HISTÓRICO DO EMPREENDIMENTO

O Quadrilátero Ferrífero, localizado na região centro-sul do Estado de Minas Gerais, é uma das mais importantes regiões produtoras de minério de ferro no Brasil, cuja atividade de mineração foi iniciada ainda no século XIX, quando a lavra era realizada em pequena escala. Como parte integrante deste contexto é a hoje conhecida Serra Azul (no passado chamado de Serra do Itatiaiuçu) onde, a partir da década de 1940, diversas pequenas mineradoras se instalaram na região adotando procedimentos de lavra predatória, sem critérios técnicos adequados, gerando impactos ambientais significativos no território onde as mesmas foram instaladas.

A partir do mapeamento dos recursos minerais na Serra Azul na década de 1960, a grande riqueza mineral da região começou a atrair o interesse de empresas de mineração. A produção de minério de ferro granulado foi sendo ampliada, passando-se a aproveitar os finos da planta (<9.0 mm) para a produção de *sinter feed*.

A partir da década de 1980 e até o final da década de 2000, empresas de pequeno e médio porte também se instalaram na região, como a empresa AVG Mineração (AVG) e a Mineradora Minas Gerais (MINERMINAS). Trata-se de uma das porções do Quadrilátero Ferrífero onde esta atividade foi iniciada sem os devidos cuidados em relação às questões ambientais.

O histórico de atuação dos órgãos fiscalizadores do setor, por diversas vezes, se pautou em proposições e, por vezes, na paralisação de significativo número de empresas produtoras de minério de ferro no domínio da Serra de Itatiaiuçu. Os efeitos deletérios da mineração na região podem ser observados na caótica paisagem que se delineou na maioria dos altos serranos, nas condições das calhas fluviais das drenagens que recebem o fluxo hídrico que passa por terrenos que já foram ou encontra-se em processo de mineração.

As duas últimas décadas foram muito importantes em termos de avanços na estrutura da legislação aplicável às questões ambientais, bem como no desenvolvimento técnico em relação às exigências demandadas pelos órgãos licenciadores do setor.

No mesmo período estruturou-se, também, uma rede social caracterizada pela mobilização e estruturação de organizações não governamentais, de grupos voltados à conservação e

preservação ambiental, o fortalecimento do papel desenvolvido pelas universidades através da geração de conhecimento sobre questões ambientais, bem como uma importante participação e percepção da sociedade em relação a estes. Importante também neste cenário tem sido o balizamento do ministério público estadual, ator relevante no fortalecimento de uma nova cultura incorporada dos processos de desenvolvimento da atividade de mineração.

Por fim, há que se destacar o reconhecimento dos próprios empreendedores do setor que incorporou, nos processos de gestão, fundamentos alinhados com a modernidade do pensamento socioambiental.

Na atualidade, a discussão da viabilidade de um projeto com a dimensão do que ora se propõe, considerados os fatos como o histórico de formação social e econômica do território, a vocação mineral inegável da região, o dinamismo econômico da atualidade, o grau expressivo de antropização da região e a existência de cavas, pilhas, barragens, diques, usinas de beneficiamentos, acessos, entre outras estruturas, conduz à necessária racionalização das ações ambientais adequadas ao controle, mitigação, compensação ou potencialização dos impactos existentes. Trata-se de possibilitar a sustentação de uma vital atividade econômica da Região Metropolitana de Belo Horizonte, num domínio onde esta já se apresenta de forma muito intensa.

Importante ressaltar que em 1992, a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), juntamente com outros agentes do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA), realizou a denominada “Operação Serra Azul/Ressaca”, que culminou na necessidade de licenciamento ambiental corretivo e assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta para as mineradoras situadas na região. Tal atividade propiciou a realização de vistorias em toda a região pelos órgãos ambientais licenciadores, estabelecendo os procedimentos necessários para a regularização das atividades mineradoras desenvolvidas na região.

No final de 2007 e início de 2008 a MMX Sudeste S.A. – MMX Sudeste (controlada pela empresa MMX Mineração e Metálicos S.A. - MMX) adquiriu as empresas AVG Mineração e a Mineradora Minas Gerais, que operavam com contrato de arrendamento de três direitos minerários da Companhia de Mineração Serra da Farofa (CEFAR):

- DNPM nº 5.182/1958.
- DNPM nº 801.908/1968
- DNPM nº 805.374/1971.

Assim sendo, a empresa MMX Sudeste operou na região de Serra Azul desde 2008 (Minas Ipê e Tico-Tico), com uma produção crescente até 2012, saindo de 3,4 milhões de toneladas em 2008 para níveis de 6,0 milhões de toneladas nos anos de 2011-2012. Desde dezembro de 2011 os processos de licenciamento ambiental do Projeto Serra Azul, que estavam em nome da AVG Mineração, vêm passando à titularidade da MMX Sudeste Mineração.

Ressalta-se que quanto à necessidade de áreas para disposição de estéril, desde 2009 a MMX vem estudando alternativas locacionais, as quais foram apresentadas ao órgão

licenciador. Os estudos realizados apontaram como melhor opção a ampliação da Pilha de Disposição de Estéril - PDE Grota das Cobras, cujo projeto inicial foi apresentado em março de 2010 visando o seu licenciamento ambiental. Este processo de licenciamento ambiental considerou que esta área já havia sofrido interferências pretéritas voltadas à atividade de mineração na região. Em termos de contextualização, de acordo com informações apresentadas pela MMX, a Pilha de Disposição de Estéril – PDE Grota das Cobras, em sua configuração atual, encontra-se devidamente licenciada por meio do Processo Administrativo COPAM nº 886/2003/002/2003, revalidado em 29/11/10 pelo Processo Administrativo COPAM nº 00886/2003/016/10.

No início de 2012, a empresa anunciou investimentos da ordem de 4,8 bilhões de reais para expandir sua capacidade instalada para 29 milhões de toneladas por ano. Esse projeto previa uma grande barragem de rejeitos a ser implantada no município de Itatiaiuçu, não conseguindo, porém, a declaração de conformidade do município e, portanto, não obtendo o seu licenciamento ambiental.

Além disso, com a crise mundial instalada a partir deste ano, o mercado transoceânico de minério de ferro sofreu forte queda o que, associado à crise do Grupo EBX (controlador da MMX), levou a empresa a rever seus projetos de investimentos. Neste contexto, e diante de sua reduzida capacidade de investimento, a MMX Sudeste Mineração decidiu cancelar o Projeto de Expansão Serra Azul 29 Mtpa e concentrar sua operação considerando as estruturas inicialmente dimensionadas e devidamente licenciadas.

No dia 10 de outubro de 2012, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) aprovou a constituição do Grupamento Mineiro nº 249/12, que reuniu os processos 5.182/1958, 801.908/1968, 805.374/1971 e 931.798/2011. Neste último processo (Processos nº 931.798/2011), a Companhia de Mineração Serra da Farofa (CEFAR) é a titular e a MMX Sudeste Mineração é a arrendatária da concessão de lavra, que tem validade até 2021. O DNPM exigiu, ainda neste processo, a transferência de todas as licenças ambientais do empreendimento à MMX Sudeste Mineração.

Portanto, com a incorporação dos contratos de arrendamento, esta empresa passou a deter o direito de explorar minério de ferro na região de Serra Azul, vindo a ser um importante *player* nessa região e em Minas Gerais.

Em 2013 iniciou-se a operação na Cava Ipê e Cava Tico-Tico. Nesse ano foram produzidas 5,4 milhões de toneladas de minério de ferro. Diante de uma nova realidade econômica observada no país, a empresa iniciou uma reestruturação interna, com a redução gradativa de pessoal. Apesar das dificuldades financeiras, a empresa não se absteve de operar tomando os cuidados necessários para causar o menor impacto possível ao meio ambiente ou, quando possível, evitá-los.

Em 2014 as operações foram interrompidas devido a um embargo da SUPRAM em função da presença de cavidades na área de influência do empreendimento – região da Cava Tico-Tico. A SUPRAM lavrou Autos de Infração contra a MMX, com aplicação de multa e

restrição à lavra em um raio de 250 metros de cada cavidade - Auto de Infração nº 62.295/14 e Auto de Infração nº 62.205/14.

A empresa, diante do embargo, tomou as medidas necessárias para a paralisação de suas operações minerárias, a qual se processou em setembro de 2014, com a demissão de mais de 600 funcionários. Apenas foi mantido um contingente mínimo de pessoas para realizar a manutenção geral das instalações operacionais, fiscalizar as propriedades, bem como garantir as atividades voltadas à segurança e qualidade ambiental. Atualmente este contingente é da ordem de 100 funcionários diretos.

Em dezembro de 2014 a MMX Sudeste apresentou um Plano de Recuperação Judicial que foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, ocorrida em segunda chamada no dia 28 de agosto de 2015. Faziam parte deste Plano de Recuperação Judicial três unidades de ativos, denominadas de:

- Unidade Produtiva Isolada Operação Minerária – faz parte a Mina Ipê, a Mina Tico-Tico e suas estruturas associadas.
- Unidade Produtiva Isolada Terminais - faz parte a área do Terminal Ferroviário da MMX (Funil) e a participação acionária do Terminal de Sarzedo (TCS).
- Unidade Produtiva Isolada Fazendas – faz parte os imóveis rurais adquiridos pela MMX para viabilizar o Projeto de Expansão Serra Azul. Imóveis estes localizados nos municípios de Igarapé, São Joaquim de Bicas, Brumadinho, Itatiaiuçu, Itaguara e Rio Manso.

Em função da paralisação das atividades minerárias no empreendimento, e considerando o estabelecido na Deliberação Normativa DN COPAM nº 127/2008, que define as diretrizes e os procedimentos para avaliação ambiental em fase de fechamento de mina e impõe ao empreendedor, em caso de paralisação temporária das suas atividades, seja ela motivada por fatos fortuitos, desastres naturais, impedimentos técnicos, problemas de ordem econômicas ou decisões judiciais, que o mesmo comunique o fato ao órgão ambiental e que apresente um relatório circunstanciado sobre as condições da mina.

Em função disto, a MMX protocolou em março de 2015 o relatório circunstanciado das condições da mina em suas unidades Ipê e Tico-Tico. Este documento foi enviado a FEAM por meio da Carta 010/2015, protocolada no dia 23/03/15 - Protocolo SIPRO 0060050-1170/2015-7. Posteriormente, o mesmo relatório foi protocolado na SUPRAM-CM, por meio da Carta 22/2015, no dia 11/06/15 - Protocolo R0381330/15. Além das condições ambientais da mina, o relatório apresentou uma proposta otimizada de gestão das condicionantes e dos programas de controle ambiental, adequando as atividades à situação de paralisação.

No dia 02 de julho de 2015 a FEAM emitiu um parecer técnico de análise do referido relatório (referente ao ano de 2015), onde considerou que o mesmo foi elaborado em conformidade com a DN nº 127/2008 e solicitou que, em função da indeterminação do retorno das atividades, que a MMX apresente sistematicamente a atualização do relatório,

principalmente ao acompanhamento das ações de manutenção da qualidade ambiental e segurança operacional.

Assim sendo, a MMX protocolou em agosto de 2015, a atualização do relatório circunstanciado - este documento foi protocolado na SUPRAM-CM FEAM por meio da Carta 039/2015 protocolada no dia 15/09/15 - Protocolo R0482110. Ainda em agosto de 2015, a empresa Trafigura confirmou a proposta de compra do Projeto Serra Azul da MMX Sudeste Mineração, condicionada a um acordo sobre os direitos minerários com os donos das minas de Tico-Tico e Ipê e, sobretudo, condicionada a uma solução a ser negociada com o governo de Minas Gerais em relação aos problemas ambientais das minas da MMX.

No dia 01 de setembro de 2016 foi firmado um Protocolo de Intenções, celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SEDECTES, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI e o empreendedor, no sentido de viabilizar a consolidação do empreendimento, sempre observando os procedimentos e formas estabelecidas na legislação vigente. Este documento teve como objetivo a apuração e superação de eventuais óbices legais e/ou judiciais à regular tramitação dos processos de licenciamento ambiental, atuais e futuros, que se fizerem necessários à retomada das operações de lavras do Complexo Minerário de Serra Azul, por meio da implantação do Projeto Morro do Ipê 6 Mtpa.

Em 24 de setembro de 2015 o juiz homologou o Plano de Recuperação Judicial. Faz parte deste Plano a proposta do grupo investidor (Mineração Morro do Ipê), que se comprometeu com novos investimentos da ordem de R\$ 190 milhões de reais, que preveem a reabertura da lavra de Tico-Tico e a instalação de uma nova planta com capacidade de produção de 6 milhões de toneladas de produto final por ano – Projeto Morro do Ipê 6 Mtpa.

Em outubro de 2016 foi assinado o acordo entre as empresas Trafigura e MMX, criando a empresa Mineração Morro do Ipê S.A., cujos principais acionistas são Trafigura e Mubadala, com 51 % das ações. Os outros 49% das ações da Mineração Morro do Ipê S.A. são detidos pelos credores quirografários da MMX Sudeste. A Mineração Morro do Ipê S.A. assumiu apenas a Unidade Produtiva Isolada Operações Minerárias, sendo que as demais UPI's continuaram sob controle da MMX. Esta UPI adquirida corresponde aos ativos relativos às áreas operacionais referentes às Minas Ipê e Tico-Tico.

Em 24 de Abril de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União a autorização para averbação dos direitos minerários pela Mineração Morro do Ipê. Além disso, em Maio de 2017 foram concluídas as transferências dos processos de licenciamento ambiental da MMX para a Mineração Morro do Ipê S.A.

Assim, a Mineração Morro do Ipê S.A. tem por planejamento o retorno das atividades operacionais da Mina Ipê com o aproveitamento (lavra) dos finos de minério dispostos nas pilhas de finos de minério e o retorno das atividades de beneficiamento de minério na unidade de tratamento de minério existente (UTM Ipê).

As licenças ambientais das estruturas necessárias à retomada das atividades operacionais se encontram válidas, sendo que tiveram sua vigência expirada, porém com requerimentos de revalidações tempestivos. No contexto da retomada da operação de exploração de pilhas de finos de minério de ferro na Mina Ipê estão previstas duas novas atividades que não foram consideradas em processos de licenciamento ambiental anteriores (novas atividades previstas), as quais são alvo do presente licenciamento ambiental:

- Reprocessamento, do material disposto na Barragem B2, na Unidade de Tratamento de Minério – UTM Ipê.
- Alçamento da Barragem B1 Auxiliar para atender as demandas operacionais da retomada da operação da Mina Ipê.

A Mina Tico-Tico, por sua vez, atualmente se configura como um projeto a ser novamente licenciado, no presente processo de LP+LI, apesar de contar com licenças ambientais válidas. A decisão da Mineração Morro do Ipê S.A. em proceder um processo de licenciamento ambiental de áreas já licenciadas anteriormente, se faz pela necessidade de resolução das questões associadas às cavidades naturais subterrâneas presentes na área de influência do empreendimento, e o embargo de atividade estabelecido pela SUPRAM-CM devido à constatação de impactos ocorridos nestas feições, pelas atividades operacionais da antiga controladora das Minas Tico-Tico e Ipê. No presente projeto foram estabelecidas as seguintes atividades, que também são alvo do presente licenciamento ambiental:

- Implantação de uma nova unidade de tratamento de minério de ferro na área da Mina Tico-Tico – UTM Tico-Tico.
- Implantação de novas unidades de apoio operacional e de apoio administrativo.
- Expansão da Cava Tico-Tico.
- Ampliação do sistema de disposição de estéril - Pilha de Disposição de Estéril – PDE Grota das Cobras.
- Implantação do processo de filtragem de rejeitos, visando reduzir o volume de rejeitos a serem dispostos nas barragens existentes.
- Ampliação da adutora de água existente.
- Adequação do posto de abastecimento de combustível na Mina Tico-Tico.
- Relocação da linha de distribuição de energia.
- Adequação no sistema viário interno.
- Futura desmobilização da UTM Ipê.
- Manutenção dos sistemas de controle ambiental existentes.

O investimento total previsto para o Projeto Morro do Ipê 6 Mtpa é de R\$ 503.411.655,00.

Ressalta-se que o Projeto Morro do Ipê 6 Mtpa, objeto do presente licenciamento ambiental, será instalado em uma região que é palco tradicional da mineração, e será implantado considerando os devidos controles ambientais necessários estabelecidos na legislação

vigente e em normas técnicas aplicáveis. Este projeto está pautado nos princípios da responsabilidade socioambiental e observância à legislação e seu arranjo foi estruturado na adoção dos controles intrínsecos aos aspectos potencialmente intervenientes nos mais diversos atributos ambientais.

Traz associado ao seu desenvolvimento a implementação e/ou adequação dos sistemas de controle existentes, tais como estações de tratamento de esgoto, estações de tratamento de efluentes oleosos, sistemas de disposição de resíduos, barragens para disposição de rejeitos, diques e *sumps* para contenção de sedimentos, controles para abatimento de material particulado, além da recuperação sistemática de áreas degradadas pela mineração, entre outros.

Ações de igual ou maior relevância, porém, muitas vezes, de efeitos intangíveis, já são e serão desenvolvidas, também com o objetivo de controlar, mitigar, compensar ou potencializar impactos. Tais ações são portadoras de um viés social e buscam como resultado:

- Maior nível de informação à população.
- Priorização dos benefícios diretos e indiretos associados ao Projeto.
- Menor efeito possível dos impactos na região onde está prevista a implantação do Projeto Morro do Ipê 6 Mtpa.

Cabe acrescentar que ao longo de toda a vida útil do Projeto serão desenvolvidos sistemáticos monitoramentos. Estes objetivam avaliar a efetividade das medidas adotadas, identificar interferências.

### **3.2 DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

O Projeto Morro do Ipê 6 Mtpa prevê a produção de minério de ferro na forma de *sínter feed*. Este produto seguirá pela ferrovia da empresa MRS até o Porto Sudeste localizado em Itaguaí, no Rio de Janeiro, controlado pelas empresas Trafigura e Mubadala.

Dentre os ganhos ambientais decorrentes da implantação e operação do Projeto Morro do Ipê 6 Mtpa, pode-se ressaltar:

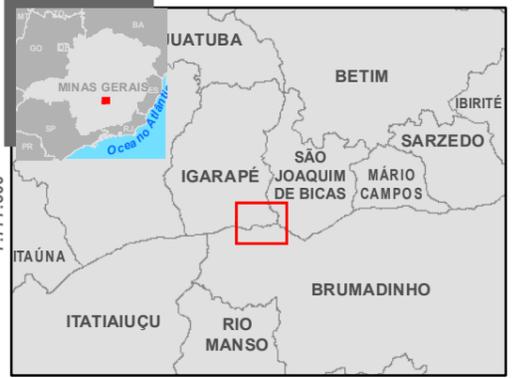
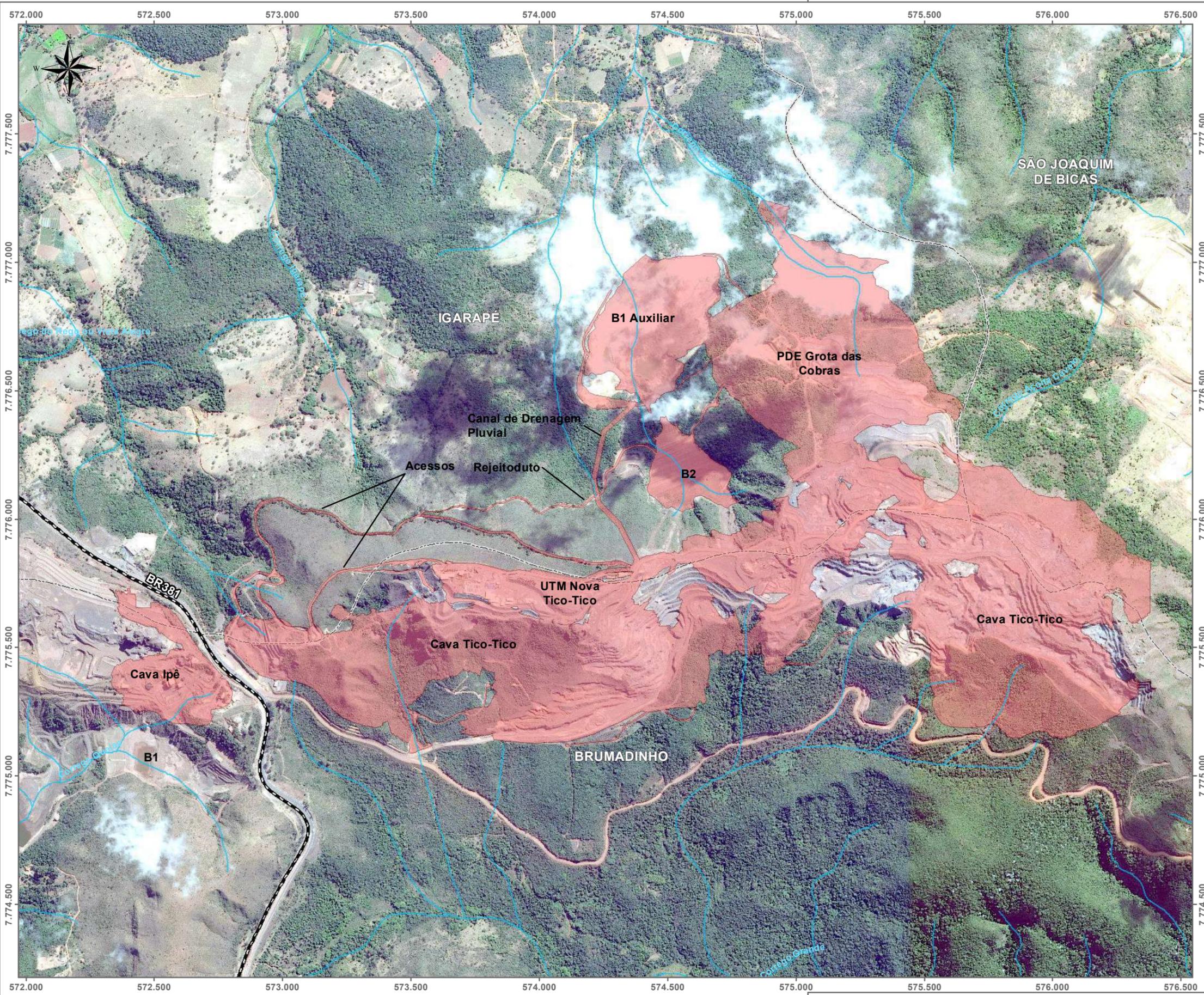
- A implantação da infraestrutura de apoio e da infraestrutura operacional em áreas que já sofreram alterações pretéritas quando da implantação e operação do processo minerário anteriormente desenvolvido.
- A utilização dos acessos existentes, sem causar alterações nos atributos ambientais presentes na área de inserção do projeto.
- A eliminação de riscos operacionais da Barragem B2 que poderiam causar danos ao meio ambiente, conforme já mencionado no presente estudo.
- O uso da Barragem B1 Auxiliar somente para amortecimento de drenagem pluvial após a complementação da sua capacidade (elevação até a cota 1.018 metros).

- A adoção da técnica de filtragem de rejeitos e disposição destes em pilhas de disposição de estéril, eliminando a necessidade de barragem para a sua disposição e promovendo a recirculação de 85% da água de processo por meio dos sistemas de desaguamento previstos para a planta industrial (espessamentos e filtragem).
- Melhoria dos sistemas de controle ambientais existentes.

Em linhas gerais, as seguintes estruturas encontram-se devidamente licenciadas e implantadas na área do Projeto Morro do Ipê 6 Mtpa:

- Cavas Ipê e Tico-Tico.
- Unidades de Tratamento de Minério – UTM Ipê e UTM Tico-Tico (atual).
- Barragens para disposição de rejeitos – Barragem B1 Ipê, Barragem B2, Barragem B1 Auxiliar.
- Pilha de Disposição de Estéril – PDE Grota das Cobras.
- Pilha de finos de minério – Pilhas C e D.
- Estruturas - apoio administrativo e apoio operacional.
- Linha de transmissão de energia - tensão 13,8 kV.
- Sistema de captação de água no rio Paraopeba.
- Área para disposição de resíduos.
- Estação de tratamento de esgotos.
- Estação de tratamento de água.
- Postos de abastecimento de combustível.
- Poços de captação de águas subterrâneas.
- Sistemas de controle ambiental.

O mapa de caracterização do empreendimento está representado na Figura 3-1. A Tabela 3-1 e a Tabela 3-2 apresentam as licenças ambientais emitidas e estruturas associadas a cada processo de licenciamento ambiental.



- Legenda**
- Curso d'água
  - Rodovia
  - Área Diretamente Afetada
  - Limites Municipais



Base Cartográfica (Fonte): limites políticos (IBGE, 2015); hidrografia (IGAM, 2010); área diretamente afetada (Mineração Morro do Ipê, 2017).  
Imagens: Google (Agosto, 2015).

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 23S  
Projeção: Transverse Mercator  
Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 45°W Greenwich acrescidas das constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente

	Projeto:	<b>PROJETO MORRO DO IPÊ 6 MTPA</b>			
	Título:	<b>Mapa de Localização da Área Diretamente Afetada</b>			
Elaboração:	Data:	Formato:	Arquivo:		
Geoprocessamento Amplo	06/06/2017	A3			MMI_ADA_v00

**Tabela 3-1: Licenças Ambientais Emitidas e Estruturas Associadas – Mina Ipê**

Licença	Estruturas Associadas
LO 185/08	Lavra de minério de ferro nas cavas denominadas Cava Oeste, Cava da Coréia e Frentes de Lavra Rodovia e DER, bem como a Pilha de Estéril da Conquistinha, que à época já se encontrava desativada. Esta licença contemplava, ainda, as unidades de apoio da Minerminas, localizado do outro lado da Rodovia (BR – 381), onde estavam localizadas todas as unidades de apoio da empresa, além da UTM – Unidade de Tratamento de Minério e barragens de rejeito.
LO 226/08	Ampliação da UTM Ipê - passou a operar outras estruturas de beneficiamento, com a utilização de processos como ciclonagem, métodos eletromagnéticos, e concentração gravimétrica por jiques, espirais e hidrociclones.
LO 214/09	Extração do minério, disposição de estéril em pilha e transporte do ROM para a UTM Ipê ampliada e disposição de rejeito na Barragem B1. As áreas de lavra consideradas foram: Mina Ipê - lavra a céu aberto de minério friável e o reprocessamento do minério presente nas pilhas de finos C e D a serem processados na UTM Ipê ampliada (Licença de Operação 226). A Barragem B1 Ipê destina-se à disposição de rejeitos, além da retenção de sedimentos exógenos e o amortecimento de cheias provenientes de sua bacia de contribuição. Esta barragem é do tipo homogênea, de rejeito compactado, construída em duas (2) etapas, tendo se iniciado na elevação 1.031,0 metros. Atualmente encontra-se com coroamento na elevação mínima de 1.051,0 metros e máxima de 1.054,0 metros. A solicitação do alteamento da Barragem B1 até a cota 1.054 metros foi formalizada junto a SUPRAM-CM - Processo 0049/1984/023/2012) e encontra-se em análise por este órgão ambiental. Além disso, em abril de 2014, a MMX formalizou outro processo de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação para o alteamento da Barragem B1 até a cota 1.100 metros, junto a SUPRAM-CM (Processo 0049/1984/029/2014). Este processo encontra-se em análise pelo órgão ambiental. As estruturas de apoio como prédio administrativo, refeitório, portaria, balança, estação de tratamento de esgoto, estação de tratamento de água (ETA), lavador de máquinas e veículos, oficina mecânica, laboratório químico, caldeiraria, posto de combustível e estradas de transporte de minério também foram considerados nesta licença.
LO 046/10	Lavra de minério de ferro denominada Cava Sudoeste. O minério é transportado em estado bruto até as instalações de tratamento de minério do empreendimento, em operação e já licenciadas.
LOC 086/13	Disposição de rejeito em uma cava denominada Cava da Água Mineral, localizada na Mina Ipê - iniciou seu preenchimento com rejeitos provenientes Barragem B1 Ipê em março de 2010, e contempla ainda a atividade de estrada para transporte de estéril/rejeito. A mesma, já construída, possui extensão de 2 km e é utilizada pelos caminhões basculantes para transporte do rejeito até a área de disposição.

**Tabela 3-2: Licenças Ambientais Emitidas e Estruturas Associadas – Mina Tico-Tico**

Licença	Estruturas Associadas
LO 773/12	Modificações nas instalações da UTM Tico-Tico - as atividades desenvolvidas no processo de concentração proposto compreendem o carregamento, transporte, concentração com a utilização de separação gravimétrica, estocagem e embarque do produto.
LO 314/11	Expansão de lavra e modificação da Unidade de Tratamento de Minérios - saltando de uma capacidade licenciada de 1.450.0000 t/ano para 2.500.000 t/ano, além de introduzir um concentrador magnético na planta de beneficiamento de finos, que aumentou a qualidade e a quantidade na recuperação da planta de finos, passando a gerar menos rejeito, depositados em pilhas e barragens.
LO 183/08	Disposição de rejeito na Barragem B1 Auxiliar até a cota 1.000 metros.
LO 069/09	Ampliação da produção de minério de ferro na Mina da Farofa - estas ações permitiram a ampliação da produção para os níveis de 5,0 MTPA de minério lavrado (ROM) além de algumas reformulações na UTM como substituições, reformas e instalações de equipamento. Apesar do aumento de produção não haverá expansão das áreas de lavra como também da UTM.
LP+LI 092/13	Ampliação da Pilha de Estéril Grota das Cobras, na sua fase denominada Fase 1 - Preliminar - até a cota 1.080 metros. O método construtivo será ascendente e contemplará, basicamente, o desenvolvimento das seguintes etapas: desmatamento, limpeza e destocamento; abertura de vias internas (acessos temporários); escavações; obras civis (sistema de drenagem). Como medida de controle, será construído à jusante da área da PDE Grota das Cobras, um sistema de decantação de finos, composto por duas bacias interligadas por canaletas. Para tal, será necessária supressão de vegetação nativa, sendo que a área já está contemplada na área total de supressão (16,62 ha).
LP+LI 157/13	Disposição de rejeito na Barragem B1 Auxiliar até a cota 1.011 metros. Em abril de 2012, a MMX formalizou o processo de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação para o alteamento da barragem até a cota 1.054 metros, junto a SUPRAM-CM (Processo 0049/1984/023/2012). Este processo encontra-se em análise pelo órgão ambiental. Além disso, em abril de 2014, a MMX formalizou outro processo de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação para o alteamento da barragem até a cota 1.100 metros.
LO 295/10	Lavra de minério de ferro com tratamento a úmido, a disposição de rejeito na Barragem B2 (atualmente desativada) e a disposição de estéril na Pilha Grota das Cobras.

### 3.3 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS

O projeto tem como objetivo lavrar e beneficiar um corpo de minério de ferro fundamentando-se nas seguintes premissas:

- Benefícios da economia de escala (ser competitivo).
- O máximo aproveitamento do recurso natural (ser sustentável).
- Uma rentabilidade compatível com os níveis de investimentos requeridos.
- O fortalecimento da posição estratégica do empreendedor no mercado mundial de minério de ferro.

Devido à grande diversidade de recursos minerais existentes na Serra Azul, do ponto de vista de aproveitamento do potencial econômico da área, o empreendimento encontra-se em uma região com marcante vocação mineradora.

A este elemento soma-se o volume de recursos disponíveis em suas jazidas, a infraestrutura regional de apoio à atividade, decorrente do papel que vem desempenhando ao longo de todo o processo de consolidação da mineração na região.

Outro fator que incentiva a Mineração Morro do Ipê a prosseguir com os investimentos é a garantia de escoamento da produção pelo Porto Sudeste. Esse porto tem perspectiva de escoar até 50 milhões de toneladas de minério por ano.

Este Projeto tem sido estudado como prioridade devido à importância e o potencial desta jazida para produção de minério de ferro do tipo *Sinter* e *Pellet Feed*.

### 3.4 LOCALIZAÇÃO E ACESSOS

As Minas Tico-Tico e Ipê estão localizadas na região do quadrilátero ferrífero, conhecida como Serra de Itatiaiuçu, mais precisamente na região denominada Serra das Farofas, entre os municípios de Brumadinho, Igarapé e São Joaquim de Bicas - área compreendida na região metropolitana de Belo Horizonte. O acesso ao complexo é feito pela BR-381, aproximadamente 57 km da capital mineira.

O Projeto Morro do Ipê 6 Mtpa está completamente inserido na sub-bacia do rio Paraopeba, componente da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

Para acesso ao empreendimento, partindo-se da cidade de Belo Horizonte pela BR 381, no sentido São Paulo, segue-se por aproximadamente 50 km até o município de Igarapé. Após isto permanecer na BR-381, sentido SP por mais 8 km até a entrada da Mina Ipê.

A figura a seguir apresenta a localização do empreendimento.

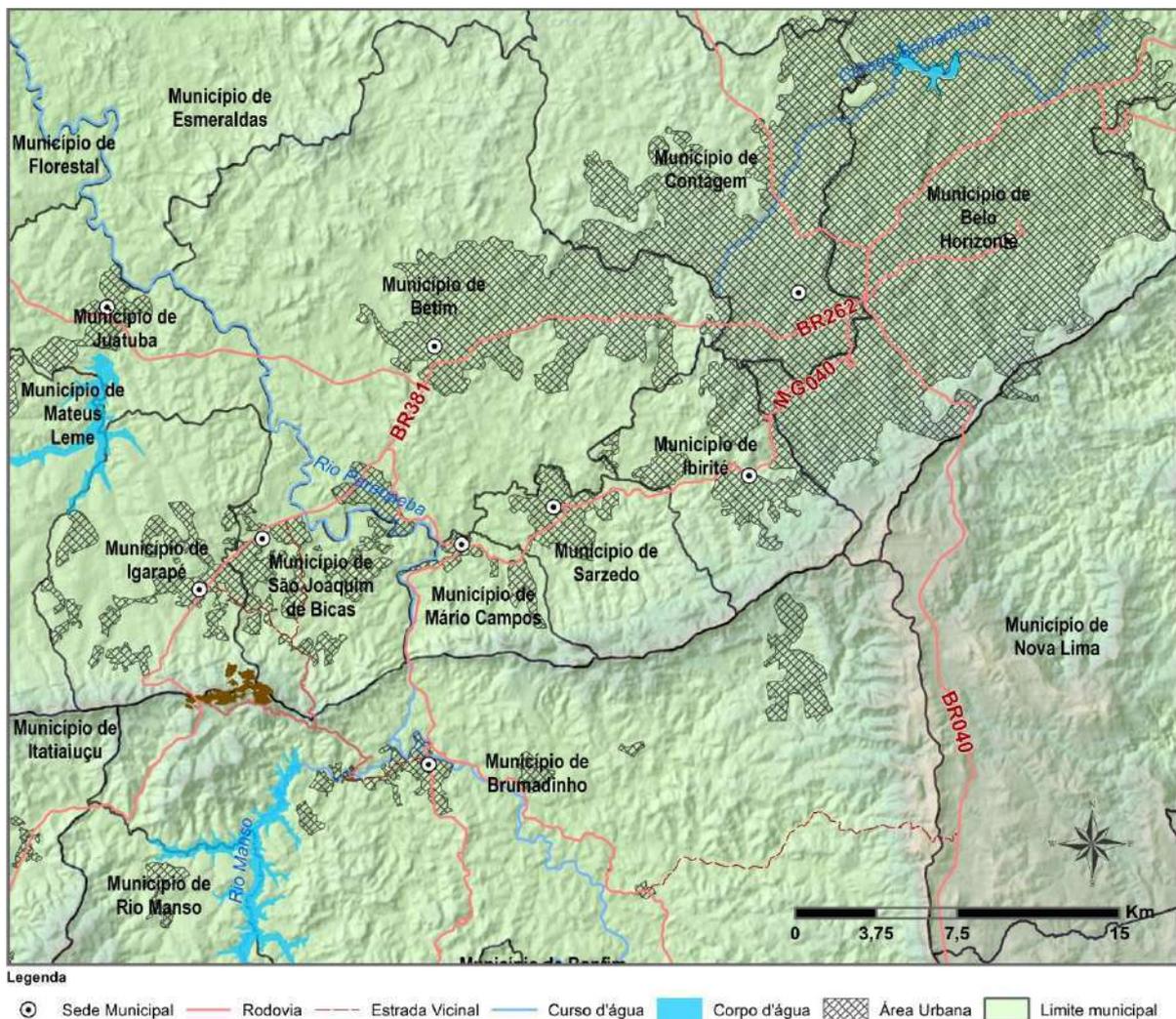


Figura 3-2: Localização do Empreendimento

Todo o processo minerador ocorre na extensão da Serra Azul (seguimento oeste da serra do curral), no alinhamento oeste – leste.

A área se caracteriza de faixas de dobramentos e coberturas metassedimentares associadas, de relevo bem montanhoso e acidentado caracterizada por serra de topo aplanado, com várias escarpas.

A vegetação predominante de campos rupestres de altitude além de cerrado, floresta estacional semidecidual do tipo mata caducifólia.

### 3.5 O PROJETO MORRO DO IPÊ 6 MTPA

O Projeto Morro do Ipê 6 Mtpa será implantado em uma área onde já existe uma estrutura operacional instalada e licenciada, com seus devidos sistemas de controle ambiental, bem como com as estruturas de apoio administrativo e de apoio operacional fundamentais à sua implantação e operação. No entanto, algumas adequações se farão necessárias para atender as premissas consideradas quando da concepção deste Projeto.

Assim sendo, a descrição do empreendimento será apresentada neste item considerando:

- A retomada da operação do empreendimento já implantado e licenciado.
- A expansão da Cava Tico-Tico.

### **3.5.1 RETOMADA DAS OPERAÇÕES CONSIDERANDO AS ESTRUTURAS EXISTENTES E LICENCIADAS**

No contexto das operações da Mina Ipê, as atividades que ainda necessitam de licenciamento ambiental, objeto do presente estudo, visando a retomada da sua operação, são:

- Reprocessamento do material disposto na Barragem B2 na Unidade de Tratamento de Minério - UTM Ipê, objeto do presente licenciamento ambiental.
- Disposição de rejeitos – Barragem B1 Ipê com posterior limpeza, alteamento da Barragem B1 Auxiliar para atender as demandas operacionais – elevação até a cota 1.018 metros, objeto do presente licenciamento ambiental.

Estas atividades, apesar de serem necessárias às operações de retomada de finos de minério da Mina Ipê, serão objeto do presente processo de licenciamento ambiental, juntamente com todas as estruturas necessárias para operação do Projeto Morro do Ipê 6 Mtpa.

Outras tarefas que serão realizadas dentro das áreas já licenciadas para garantir a retomada da operação do empreendimento, que não necessitam de licenciamento ambiental, pois já foram consideradas em processos específicos, são:

- Manutenção preventiva e corretiva das estruturas existentes e devidamente licenciadas, visando a retomada de sua operação. Trata-se de atividades de rotina que são realizadas para manter os ativos existentes em condições de imediata retomada de operação – Mina Ipê.
- Processamento do minério de ferro (lavra) disposto nas pilhas de finos de minério existentes na área da Mina Ipê. Tal atividade já se encontra devidamente licenciada – Pilha D e Pilha C.
- Beneficiamento a úmido do minério na UTM Ipê – atividade já devidamente licenciada.
- Desmobilização das estruturas existentes contidas nas áreas operacionais já licenciadas – Mina Tico-Tico.
- Manutenção do sistema de captação de água do rio Paraopeba – ações de rotina – manutenção do sistema existente.
- Manutenção dos poços de captação de águas subterrâneas, já devidamente outorgados – Poços 3 e 5 – ações de rotina – manutenção dos sistemas existentes.
- Manutenção dos sistemas de controle ambientais existentes – ações de rotina - controle e mitigação de impactos ambientais.

### **3.5.2 EXPANSÃO DA CAVA TICO-TICO**

As atividades que necessitam de licenciamento ambiental, objeto do presente estudo, são:

- Implantação de uma nova unidade de tratamento de minério de ferro, incluindo o processo de filtragem de rejeitos, que visa reduzir o volume de rejeitos a serem dispostos em barragens – área da Mina Tico-Tico.
- Implantação de novas unidades de apoio administrativo e de apoio operacional – área da Mina Tico-Tico.
- Expansão da Cava Tico-Tico – nas Minas Tico-Tico e Ipê..
- Ampliação do sistema de disposição de estéril – PDE Grota das Cobras – área da Mina Tico-Tico.
- Adequação da adutora de água existente – área da Mina Tico-Tico.
- Implantação de uma bomba reserva na EB-3.
- Adequação do posto de abastecimento de combustível na Mina Tico-Tico.
- Relocação da linha de distribuição de energia.
- Adequação no sistema viário interno.
- Futura desmobilização da UTM Ipê.

### **3.6 ACESSOS AOS TERMINAIS DE CARGA DE SARZEDO E SERRA AZUL**

O terminal de Carga de Serra Azul localiza-se no extremo norte do território de Brumadinho, próximo dos limites entre os municípios de São Joaquim de Bicas e Mário Campos. Partindo da área do empreendimento, percorre-se 14km pela BR-381 e mais 12km por estradas vicinais que levam ao Terminal de Carga de Serra Azul. O acesso ao Terminal Ferroviário de Carga de Serra Azul a partir da BR-381 possui aproximadamente 12km de extensão, estando o maior trecho pavimentado, sendo que somente os dois últimos 2,2km do acesso não possui pavimentação. Ressalta-se que o trecho não pavimentado é de acesso restrito, em área de propriedade privada da MRS logística.

O trajeto é realizado inicialmente pela BR-381, sentido Igarapé, passando pelos territórios de Igarapé e São Joaquim de Bicas. A entrada para a estrada vicinal é feita a partir da BR-381, antes da ponte sob o Rio Paraopeba, onde se pega a entrada a direita, nas proximidades do bairro Tereza Cristina (Foto 3-1), e da via denominada Avenida Coronel Antônio Gabriel, marginal a BR-381. A partir daí, percorre-se cerca de 12km em estrada vicinal, denominada Rua Hum, passando pelo bairros de Tereza Cristina (Foto 3-2) e Tupanara (Foto 3-3), ambos ocupando o lado direito da via, visto que nesse trecho inicial de 2,3 km, o lado esquerdo é ocupado pelo leito do Rio Paraopeba. Mais adiante (no 4,0km), a via intercepta o bairro Nazaré (Foto 3-4). Logo em seguida, a via cruza um trecho de 2km ocupado com mata de ambos os lados (Foto 3-8), após esse trecho vê-se a entrada do condomínio Retiro da Mata (Foto 3-7), do lado direito da via, e passa-se por outro trecho de mata de quase 1km de extensão antes do cruzamento com a via férrea (Foto 3-9) e da

antiga Estação Ferroviária do Fecho do Funil (Foto 3-10). A partir da Passagem de Nível com a estrada de ferro operada pela MRS Logística (Foto 3-9) percorre-se um trecho de 2,2 km até o terminal de cargas Serra Azul (Foto 3-12), trecho esse não pavimentado, estando a margem esquerda do acesso ocupado pelo leito do Rio Paraopeba e a margem direita por área de mata preservada.

Em termos de tráfego de veículo no trecho que dá acesso ao terminal Serra Azul, nota-se o fluxo intenso de veículos pesados, principalmente caminhões basculante, muitos deles associados às empresas mineradoras que atuam na região e escoam sua produção por meio do terminal ferroviário de Serra Azul, em Brumadinho.

Em termos de ocupação humana, nota-se que o acesso a ser utilizado atravessa bairros residenciais de ocupação consolidada, como os bairros Tereza Cristina e Nazaré em São Joaquim de Bicas, contudo, a presença de edificações às margens do acesso não é recorrente. Nota-se que após o bairro Nazaré, a ocupação humana torna-se pouco presente, visto que o acesso intercepta áreas representativas de mata preservada e raros pontos de edificações de uso residencial e/ou comercial às margens do acesso.



Foto 3-1: Vista do trecho inicial do acesso para o terminal, ao fundo, intercessão com a BR-381, bairro Tereza Cristina, São Joaquim de Bicas.



Foto 3-2: Primeiras edificações residenciais na margem direita do acesso para o terminal de cargas Serra Azul, rua Hum, bairro Tereza Cristina, São Joaquim de Bicas.



Foto 3-3: Edificação comercial na margem direita do acesso para o terminal de cargas Serra Azul, rua Hum, bairro Tupanauara, São Joaquim de Bicas.



Foto 3-4: Edificação comercial na margem esquerda do acesso para o terminal, bairro Nazaré, São Joaquim de Bicas.



Foto 3-5: Fazenda Pompéu, bairro Tupanauara, margem direita da via sentido terminal.



Foto 3-6: Caminhões trafegando no acesso para o terminal Serra Azul entre os bairros Tapunauara e Nazaré, São Joaquim de Bicas.



Foto 3-7: Entrada do Condomínio Retiro da Mata, São Joaquim de Bicas no trecho final do acesso pavimentado para o Terminal de Cargas de Serra Azul.



Foto 3-8: Trecho da estrada que cruza área de mata, sem ocupação humana.



Foto 3-9: Trecho final da estrada pavimentada, no cruzamento com a estrada de ferro, após esse cruzamento, a estrada passa a ser sem pavimentação.



Foto 3-10: Ao fundo, antiga Estação Ferroviária Fecho do Funil, tombada pelo Patrimônio Histórico Municipal, atualmente ocupada por moradores sem-teto, situada do cruzamento com a via férrea.



Foto 3-11: Edificação residencial no povoado de Fecho do Funil.



Foto 3-12: Terminal de Cargas de Serra Azul, Brumadinho, MG.

O trajeto até o Terminal de Cargas de Sarzedo partindo da área do empreendimento Mineração Morro do Ipê se dá inicialmente pela BR-381, por onde se percorre cerca de 20km, passando pelos municípios de Igarapé, São Joaquim de Bicas, até a entrada de acesso ao bairro Parque Ipiranga, em Betim. A partir dessa via, inicialmente denominada, Rua Paiva Condé, e mais adiante, de Rua Mário Campos, segue-se por quase 10km de estrada pavimentada, até o terminal ferroviário de cargas de Sarzedo.

Da estrada vicinal na intercessão com a BR-381, pega-se a saída 501 para Mário Campos (Foto 3-13), percorre-se 6km atravessando os bairros Parque Ipiranga (Foto 3-14), Citrolândia (Foto 3-15, Foto 3-17) e Colônia Santa Isabel (Foto 3-19) em Betim, até a via secundária que será tomada a esquerda, específica para o Terminal de Cargas de Sarzedo e por onde percorre-se mais 4km até a cancela de entrada deste (Foto 3-23).

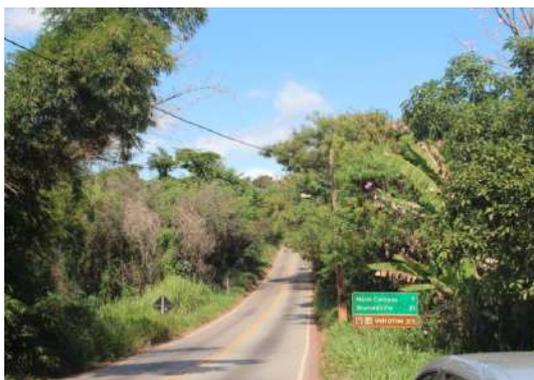


Foto 3-13: Trecho inicial "Rua Paiva Condé" no acesso ao terminal de Cargas de Sarzedo, próximo a intercessão com a BR-381. Placa indicativa de Mario Campos, 7km, Brumadinho, 21km e Inhotim, 25 km.



Foto 3-14: Vista dos bairros Parque Ipiranga (esquerda) e Citrolândia (direita), em Betim a partir do trecho inicial da estrada que dá acesso ao terminal.



Foto 3-15: Edificação residencial às margens da estrada, via local denominada Rua Paiva Condé, bairro Citrolândia, Betim.



Foto 3-16: Vista da margem direita do trecho inicial da estrada de acesso para o terminal de cargas de Sarzedo.



Foto 3-17: Edificações residenciais próximas da estrada de acesso, e ao fundo, mais distante, Conjunto Habitacional Dicalino Cabral, bairro Parque Ipiranga, Betim.



Foto 3-18: Edificações residenciais próximas ao acesso, bairro Citrolândia, Betim.



Foto 3-19: Vista da estrada para a Colônia Santa Isabel, Betim.



Foto 3-20: Entrada para o bairro Citrolândia, Betim.



Foto 3-21: Transito intenso de veículos pesados no acesso ao terminal de Sarzedo.



Foto 3-22: Edificação comercial próxima ao terminal de Cargas de Sarzedo, trecho não pavimentado em Sarzedo, MG.



Foto 3-23: Cancela de entrada para o Terminal Ferroviário de Cargas de Sarzedo, em Sarzedo.

## **4 HISTÓRICOS**

### **4.1 BRUMADINHO**

Brumadinho localiza-se na região metropolitana de Belo Horizonte, a 49 km da capital. Seus acessos se fazem pela rodovia MG-040, BR-381 e Via 040. De acordo com a estimativa para o ano de 2015, divulgada pelo IBGE, sua população ultrapassa os 37.000 habitantes. Possui área territorial de mais de 639 km<sup>2</sup>, sendo por isso considerado um dos maiores municípios do Estado de Minas Gerais<sup>3</sup>. Essa dimensão em área territorial confere ao município uma grande diversidade em termos culturais, sociais e históricos.

Sua história tem duas etapas: uma inicial, datada do final do século XVII e início do século XVIII, marcada pela ocupação de bandeirantes de vários pontos do Vale do Paraopeba (que atualmente fazem parte do território municipal); e, uma segunda etapa, iniciada com a chegada da linha férrea no início do século XX, que propiciou a ocupação do local onde se encontra atualmente a sede do município.

De acordo com informações históricas contidas no Dossiê de Registro da Banda Santa Efigênia (PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO, 2014), a área atual do município de Brumadinho foi explorada pelos portugueses desde o início da ocupação do território mineiro, seja como local de pouso e passagem para a região norte, através do Fecho do Funil ou das Serras dos Três Irmãos e Rola-Moça, seja como região fornecedora de indígenas escravizados.

Com a descoberta de ouro na região de Mariana, Ouro Preto e Sabará, houve um intenso fluxo populacional para estas áreas. Os povoados do Vale do Paraopeba, situados na antiga rota dos bandeirantes, passaram a servir de pontos de pouso e de abastecimento para todos os que vinham da região sul, rumo às minas. Em alguns pontos na Serra da Moeda e próximo às margens do Rio Paraopeba, descobriu-se ouro em grandes quantidades. A primeira notícia encontrada sobre ouro nesta região vem de uma carta de José Vaz Pinto, superintendente das Minas do Sul, datada de 09 de novembro de 1703 e dirigida a D. Pedro II, rei de Portugal, na qual se noticia a descoberta de três minas, duas no Rio dos Gualaxos (ao sul de Mariana), por João de Góis Serrano, e uma no Rio Paraopeba, pelo Padre João de Faria Fialho, natural de Taubaté (PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO, 2014).

Em livro de registro de datas minerais, de 1738, encontra-se a distribuição de diversas datas (pequenos “lotes” para exploração de ouro), em toda a região. Essas datas foram nomeadas com identificações de localidades existentes até a atualidade no município, indicando a relação com a sua ocupação<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Brumadinho. Disponível em:  
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310900&search=minas-gerais|brumadinho>>.  
Acesso em 14 de junho de 2016.

<sup>4</sup> Arquivo Público Mineiro, CC 2019, folhas 22, 23, 31v.

O povoado mais antigo que compõe o atual município de Brumadinho é o de Piedade do Paraopeba, uma vila setecentista que está entre as mais antigas de Minas Gerais. O local serviu de apoio para as expedições dos bandeirantes e, mais tarde, como ponto de abastecimento das minas e pouso para os viajantes vindos de São Paulo e Rio de Janeiro. A Matriz local é datada de 1713 e embora esteja descaracterizada atualmente, preserva riqueza indicativa do passado minerador da região.

Quase tão antigos quanto Piedade do Paraopeba são os povoados de São José do Paraopeba (fundado como São José do Salto do Paraopeba), Aranha (que se chamava Jesus, Maria e José da Boa Vista do Aranha) e Conceição do Itaguá (antigo Brumado do Paraopeba ou Brumado Velho) (GASPAR, 2005, p. 30).

São José do Paraopeba começou a ser ocupada no final do século XVII e desenvolveu-se de forma lenta, possivelmente por meio da evolução de uma propriedade rural datada do século XVIII. Pertenceu a Ouro Preto, a Itabirito e à Vila Nova de Lima, atual Nova Lima. Foi incorporado ao município de Brumadinho na época de sua emancipação, em 1938<sup>5</sup>.

A área correspondente à sede de Aranha começou a ser ocupada no final do século XVII e início do século XVIII. Seu nome é derivado de uma propriedade rural existente na localidade no período anterior a 1758, pertencente ao Sargento-mor José Cerqueira Aranha. Do ponto de vista político-administrativo, a região pertenceu a Ouro Preto e a Itabirito, e, na ocasião de emancipação<sup>6</sup> destes municípios, passou a pertencer a Brumadinho.

Brumado do Paraopeba originou-se na região do Termo de Sabará, no século XVIII. Pertenceu ao Distrito de Congonhas do Campo, em Queluz (atual Conselheiro Lafaiete) e ao município de Bonfim. Em 1914, recebeu seu nome atual, Conceição do Itaguá. Em 1923, porém, o distrito passou a se chamar Brumadinho e sua sede foi transferida para próximo da Estação Ferroviária de Brumadinho. Em 1953 o distrito foi recriado e retomou sua importância no contexto local<sup>7</sup>.

A importância desses distritos na história de Brumadinho reside na sua condição de abastecedores das zonas mineradoras no século XVIII e, mesmo após o declínio desta atividade, continuaram como importantes fornecedores de gêneros agrícolas como feijão, milho, farinha, assim como gado e muares durante o século XIX (GASPAR, 2005, p. 31).

A implantação da cultura cafeeira no final do século XIX e a possibilidade da extração do minério de ferro trouxeram novo fôlego para a economia mineira. Destarte, inicia-se a segunda etapa da história de Brumadinho, que teve impulso com a construção do ramal Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil nas primeiras décadas do século XX.

---

<sup>5</sup> Destinos Brumadinho. Disponível em:

[[http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoApresentacao.aspx?cod\\_destino=170](http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoApresentacao.aspx?cod_destino=170)]. Acesso em junho de 2016.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Idem.

A existência de grandes depósitos de minério de ferro na região determinou a construção do Ramal. Seu ponto inicial está localizado em Joaquim Murinho (Conselheiro Lafaiete); em seguida percorre os municípios de Congonhas, Jeceaba, Belo Vale, Moeda, Brumadinho, São Joaquim de Bicas, Mário Campos, Sarzedo, Ibirité e tem seu ponto final na Estação Barreiro, em Belo Horizonte. Atualmente, a empresa MRS Logística possui a concessão para utilização da Malha Sudeste – incluindo o Ramal Paraopeba – e seu uso é exclusivo para transporte de cargas<sup>8</sup>.

Com a construção do ramal, por volta do ano de 1914, começaram a surgir no local as primeiras habitações. A estação ferroviária local foi construída às margens do Rio Paraopeba e recebeu o nome de Brumadinho devido ao nome do antigo povoado localizado em suas proximidades: o já citado Brumado do Paraopeba, que nesta época se chamava Conceição do Itaguá e era a sede do distrito ao qual a região pertencia<sup>9</sup>.

Em 1917 foi inaugurada a Estação (Foto 4-1) e com o estabelecimento de vários trabalhadores em seu entorno, formou-se um povoado. Posteriormente, em 1923, este povoado foi elevado à condição de distrito, pertencente ao município de Bonfim. A condição distrital passou então de Conceição do Itaguá para Brumadinho<sup>10</sup>.



Foto 4-1: Trabalhadores e seus familiares na estação de Brumadinho em 1930.

Fonte: Disponível em:

<<https://brumadinhoemfoco.wordpress.com/2013/02/06/as-historicas-estacoes-ferroviarias/>>. Acesso em junho/2016.

---

<sup>8</sup> MRS LOGÍSTICA SA. Diagnóstico do Meio Socioeconômico, nos seus aspectos relacionados à proteção dos bens de interesse cultural, na área de influência do empreendimento de ampliação do Ramal Ferroviário Paraopeba. Belo Horizonte, dezembro de 2013.p. 53-55.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Brumadinho. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310900&search=minas-gerais|brumadinho>>. Acesso em 14 de junho de 2016.

O município foi criado pelo decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, e desmembrado do município de Bonfim.

Ainda na primeira metade do século XX, Brumadinho viveu um momento de instabilidade. Estudos anteriores à emancipação do município indicavam a facilidade de construção de uma barragem próxima à Estação do Fecho do Funil, entre as cidades de São Joaquim de Bicas e Brumadinho, tornando o Vale do Rio Paraopeba um imenso lago com potencial energético. Se essa barragem (idealizada por Benedito Valadares na década de 1930) tivesse sido concretizada, provavelmente as cidades de Mário Campos, Brumadinho e São Joaquim de Bicas não existiriam nos moldes atuais e o que se conhece atualmente como a sede de Brumadinho estaria debaixo d'água. O estudioso da história local Nery Braga afirmou em entrevista que enquanto se debatia esse assunto na capital, o município, especialmente a área urbana, passou por um grave período de estagnação, com a queda vertiginosa do valor dos imóveis e desenvolvimento descontrolado, que refletiu na estrutura urbana da cidade até os dias atuais<sup>11</sup>.

No início da década de 1950, a construção da Rodovia Fernão Dias desviou o trânsito que ligava Belo Horizonte a São Paulo, da sede de Brumadinho para fora do município. Esse fato também influenciou o desenvolvimento da região, já que essa ligação foi responsável pelo estabelecimento de grande número de serviços em Brumadinho, dos quais as cidades do entorno também dependiam. Além disso, a construção da Rodovia Fernão Dias aumentou o temor sobre a possibilidade da construção da barragem, visto que, o deslocamento do tráfego rodoviário era uma justificativa para a retomada da empreitada. No entanto, alguns estudos técnicos revelaram, nesse período, que o terreno do local (constituído de uma camada geológica que não resistiria à erosão das águas) inviabilizava economicamente a construção da barragem (GASPAR, 2005. p. 28).

De acordo com o censo realizado pelo IBGE em 1950 e as informações disponibilizadas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958, p. 252), no ano de 1950 a população do município de Brumadinho ainda era essencialmente rural, sendo que 85,98% desta, habitava zonas rurais. A sede do município abrigava cerca de 8% de sua população, o que contabilizava um número de 1.050 habitantes. A principal atividade econômica era a agrícola, sendo as principais culturas: a laranja, o milho e a banana. Na década de 1950 o Parque Industrial municipal era muito pequeno. Entretanto, a extração mineral era uma atividade considerada digna de nota e haviam cinco estabelecimentos dedicados à atividade. A seguir, a Foto 4-2 e a Foto 4-3 ilustram alguns dos pontos principais de Brumadinho no ano de 1958.

---

<sup>11</sup> Entrevista realizada com Nery Braga. Brumadinho, 23/05/2016.



Foto 4-2: Igreja de São Sebastião.

Fonte: IBGE (1958)



Foto 4-3: Vista da Rua Barão do Rio Branco. À esquerda, Estação Brumadinho.

Fonte: IBGE (1958).

No contexto da criação e expansão das metrópoles entre as décadas de 1970 e 1980, foi criada, em 1973, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Nessa época, Brumadinho apresentava desenvolvimento semelhante ao dos municípios do interior de Minas Gerais, com renda proveniente da mineração e economia local voltada para a produção de hortaliças e produtos agropecuários, que geralmente serviam para o abastecimento da capital. Em 1989, Brumadinho foi incorporada à RMBH. A principal razão para essa inclusão foi relacionada à presença da barragem de acumulação de água para o sistema Rio Manso, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) (Foto 4-4), que é responsável por uma parte do abastecimento da RMBH (PLAMBEL, 1991 apud GASPAS, 2005, p. 18).



Foto 4-4: Vista da Barragem do Rio Manso a partir do distrito de Conceição do Itaguá.

Fonte: Sara Aredes. Data: maio/2016

Atualmente, o município é formado pela sede e mais quatro distritos, sendo eles: Aranha, Conceição de Itaguá, Piedade do Paraopeba e São José do Paraopeba.

A sede urbana está às margens do Rio Paraopeba e do leito ferroviário do Ramal Paraopeba (Foto 4-5), estando a maior parte à margem esquerda. É o local onde se concentram todos os principais serviços e comércios oferecidos pelo município, além de ser a sede da maioria dos órgãos da administração pública local. Caracteriza-se por ser uma

área de urbanização crescente, muitas vezes desordenada, com loteamentos em áreas degradadas ou alagáveis (GASPAR, 2005, p. 36), além de tráfego intenso de caminhões e veículos, que chegam ao município pela MG-040 e por uma ponte sobre o Rio Paraopeba (Foto 4-6).



Foto 4-5: Vista da Estação Brumadinho no pátio da Empresa MRS Logística.

Fonte: Sara Aredes. Data: junho/2016



Foto 4-6: Acesso à Ponte sobre o Rio Paraopeba e à MG-040 a partir da Rua Quintino Bocaiúva, no centro de Brumadinho

Fonte: Sara Aredes. Data: junho/2016

Piedade do Paraopeba é considerada um recanto tranquilo nos arredores da Serra da Moeda. A Praça da Matriz de Nossa Senhora da Piedade, uma rua principal e algumas ruelas formam o vilarejo, com alguns casarões e uma pequena capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário, onde ocorrem no mês de outubro os festejos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário.

O distrito de Conceição do Itaguá, antigo Brumado do Paraopeba, está próximo à sede de Brumadinho e a cerca de 5 km do Instituto Inhotim.

O distrito de Aranha está situado na encosta da Serra dos Três Irmãos, próximo ao Rio Paraopeba. Aranha se destaca atualmente no município de Brumadinho pela produção de vinhos e licores de jabuticaba. Seus povoados – Melo Franco, Córrego de Almas, Samambaia e Suzana – também se destacam pelos produtos e festivais típicos, como o milho em Suzana e a mexerica ponkan, em Melo Franco.

São José do Paraopeba localiza-se numa encosta da Serra da Moeda, às margens do Rio Paraopeba, na divisa com o município de Bonfim. Abriga os povoados de Coronel Eurico, Ribeirão, Martins, Colégio, Sapé, Casinhas e Marinhos. O distrito se destaca no contexto municipal pela produção artesanal de cachaça, pelos povoados formados por descendentes de negros escravizados libertos e pelas manifestações culturais como a Folia de Reis e a Guarda de Moçambique do Sapé.

Brumadinho é circundado por Serras, tendo nos seus limites leste e norte o encontro de dois sistemas de montanhas ou cadeias: o Sistema da Moeda (Foto 4-7) e o Sistema do Fecho do Funil. O primeiro estende-se desde Congonhas do Campo, na direção norte, até as vizinhanças de Belo Horizonte, quando se encontra com o segundo. O Sistema do Fecho do

Funil parte daí na direção oeste, até o pico do Itatiaiuçu, no Sistema Serra Azul. As Serras, juntamente com seus mananciais são seguramente o maior bem natural da região. Além do espetáculo cênico, elas oferecem ao município um imenso depósito de riquezas minerais (GASPAR, 2005).



Foto 4-7: Vista parcial da Serra da Moeda.

Fonte: Sara Aredes. Data: junho/2016.

A maior parte da população do município vive na sede, classificando o município como urbano, mesmo com grande número de pessoas residindo na zona rural, em chácaras e condomínios. A mineração continua sendo a principal atividade econômica, somada à produção agrícola de hortifrutigranjeiros e o turismo, impulsionado pelo estabelecimento do Instituto Inhotim. O comércio também é uma atividade marcante e está polarizada na sede do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO, 2014, p. 37-38).

A história contemporânea do município de Brumadinho é fortemente marcada pelo estabelecimento do Museu Inhotim, atualmente Instituto Inhotim. O local é a sede de um dos mais importantes acervos de arte contemporânea do Brasil e considerado o maior centro de arte ao ar livre da América Latina. O museu surgiu em 2004 para abrigar a coleção de arte do empresário Bernardo Paz e foi aberto ao público em 2006. Também é reconhecido pelo seu jardim botânico, que abriga diversas espécies vegetais raras, nativas e exóticas. Historicamente, o local onde está instalado o Instituto era sede de uma comunidade de Brumadinho, que foi adquirido aos poucos pelo empresário para dar lugar ao seu projeto, que, de acordo com as informações existentes<sup>12</sup>, começou a ser idealizado na década de 1980<sup>13</sup>. Apesar das contradições existentes nesse processo, o Inhotim atualmente é um importante atrativo turístico do município de Brumadinho, reconhecido internacionalmente, além de fonte de renda e emprego para a comunidade local, contribuindo para dinamizar alguns setores de serviços locais.

---

<sup>12</sup> Inhotim – Histórico. Disponível em: [<http://www.inhotim.org.br/inhotim/sobre/historico>]. Acesso em junho de 2016.

<sup>13</sup> Inhotim – Histórico. Disponível em: <<http://www.inhotim.org.br/inhotim/sobre/historico/>>. Acesso em junho/2016.

Brumadinho possui um importante acervo histórico que sobrevive ao longo dos séculos. Portanto, apresenta uma variedade de manifestações culturais materiais e imateriais, cultivadas pelo menos desde o século XIX. As tradições do município assumiram diversas vertentes que vão desde as manifestações musicais empreendidas pelas bandas de música, até as originadas da cultura negra, detidas e mantidas pelas Guardas de Congado e Moçambique locais, além das festividades profanas e ligadas a religiosidade católica.

## 4.2 IGARAPÉ

O município de Igarapé localiza-se na Região Metropolitana de Belo Horizonte e é limítrofe com os municípios de Brumadinho, Juatuba, Mateus Leme, São Joaquim de Bicas e Itatiaiuçu. Com área total de 110 km<sup>2</sup>, o município conta atualmente, com população superior a 31 mil habitantes<sup>14</sup>.

De acordo com informações do IBGE<sup>15</sup>, o povoamento da localidade iniciou-se em 1710 e posteriormente recebeu o nome de “Pousada dos Tropeiros”, pois, sua função primordial esteve ligada à hospedagem dos homens que faziam o intercâmbio entre as áreas produtoras de artigos de subsistência e as zonas de mineração.

A Pousada dos Tropeiros localizava-se no núcleo da zona mineradora, local de circulação de artigos vindos, principalmente, de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. A Pedra Grande, situada no alto da Serra do Igarapé, era utilizada pelos tropeiros como ponto de referência, bem como para os antigos bandeirantes que passaram a circular pelo local por volta das três últimas décadas do século XVII<sup>16</sup>.

Com o declínio da atividade mineradora no final do século XVIII, Minas Gerais tornou-se um importante centro agropecuário do Brasil. Nessa época, Igarapé se constituía num pequeno aglomerado de casas, conhecido como “Barreiro”, formado ao redor das fazendas Boa Vista, Duarte e Rego<sup>17</sup>.

Não foram encontradas informações sobre a origem dessas fazendas e seus proprietários. Algumas fontes informam que os ocupantes eram posseiros e que não há registro documental das terras até o ano de 1909, quando iniciou-se a divisão e o registro das terras do local<sup>18</sup>.

---

<sup>14</sup> Igarapé. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313010&search=minas-gerais|igarape>>. Acesso em 10 de junho de 2015.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> É comum a bibliografia sobre a história da cidade relacionar o seu surgimento às expedições de Manoel Borba Gato e Fernão Dias Paes, como aconteceu com o povoado vizinho de São Joaquim de Bicas. Porém, não foram encontrados documentos que comprovem essa associação.

<sup>17</sup> Igarapé. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313010&search=minas-gerais|igarape>>. Acesso em 10 de junho de 2015.

<sup>18</sup> Idem.

Em 1911, Alexandre Nunes tornou-se o legítimo proprietário de 159.000 metros quadrados de terras no Barreiro, doando o terreno para o patrimônio de Santo Antônio, seu santo de devoção. A partir de então iniciou-se o progresso do pequeno povoado. No dia 31 de julho de 1913, o Cartório de Paz e a residência do escrivão foram transferidos de São Joaquim de Bicas para o povoado de Barreiro. Mais tarde, em 1917, construiu-se a primeira capela do lugarejo, consagrada ao referido padroeiro<sup>19</sup>.

Com a edificação da primeira capela, um número maior de residências foi se firmando ao seu redor. As residências se organizaram ao longo do novo arruamento que levava à Capela de Santo Antônio. A proliferação de estabelecimentos comerciais seguiu à fixação dos moradores no povoado, atendendo às necessidades básicas da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ, 2014).

Em 1925 houve a necessidade da ampliação da primeira Capela. Através da iniciativa de Antônio Alves Rodrigues e da contribuição de toda a sociedade com donativos e serviços, um novo templo foi edificado. Na década de 1940 uma nova reforma foi promovida na edificação, dando origem à atual Igreja Matriz de Santo Antônio<sup>20</sup>.

No início da década de 1930, Barreiro contava com um número considerável de habitantes, mas, não o suficiente para a elevação do povoado a distrito. Na ocasião, um morador local conhecido como Ulisses Ferreira Palhares recorreu ao Dr. Benedito Valadares, advogado influente do município de Pará de Minas, para interceder junto ao governador do Estado de Minas, a fim de elevar o povoado a distrito, subordinado a Pará de Minas. Em 1931 foi então criado o Distrito de Igarapé. Segundo relatos populares, o nome Igarapé foi sugestão de D. Odete Valadares, esposa de Benedito Valadares, devido à existência de vários córregos na região que se assemelhavam aos Igarapés do Amazonas<sup>21</sup>.

Pouco depois, o Dr. Benedito Valadares foi nomeado governador do Estado de Minas Gerais. Em 1938, com a emancipação de Mateus Leme, o distrito de Igarapé passou a ser subordinado a este município. O distrito permaneceu nessa condição até sua emancipação, que ocorreu no ano de 1962 (Lei nº 2.764 de 30 de dezembro de 1962), sendo o município oficialmente instalado em março de 1963. A seguir, a Foto 4-8 e a Foto 4-9 ilustram alguns dos pontos principais de Igarapé na década de 1940 e 1960, respectivamente.

---

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Idem.



Foto 4-8: Localização da atual Praça Miguel H. da Silva na década de 1940.

Fonte: Disponível em:  
<[http://www.igarape.mg.gov.br/Materia\\_especifica/6672/Historia-do-Municipio-de-Igarape](http://www.igarape.mg.gov.br/Materia_especifica/6672/Historia-do-Municipio-de-Igarape)>. Acesso em Junho/2016.



Foto 4-9: Praça da Matriz na década de 1960.

Fonte: Disponível em:  
<[http://www.igarape.mg.gov.br/Materia\\_especifica/6672/Historia-do-Municipio-de-Igarape](http://www.igarape.mg.gov.br/Materia_especifica/6672/Historia-do-Municipio-de-Igarape)>. Acesso em Junho/2016

Posteriormente, a construção da BR-381, na década de 1950, e a implantação da fábrica “FIAT Automóveis” em Betim, na década de 1970, contribuíram para o desenvolvimento local, facilitando o acesso entre o município e a capital mineira, além de promover oportunidades de trabalho e renda (DRUMOND, 2012. P. 31).

Desde a década de 1980 a cidade de Igarapé vem se desenvolvendo nos âmbitos político, econômico, social e cultural, com a instalação de novas empresas e estabelecimentos de comércio, além de escolas, postos de saúde e de policiamento. A mineração se destaca no setor econômico, além da produção de hortifrutigranjeiros e exploração de recursos hídricos pela empresa “Águas Mineiras Igarapé Ltda”<sup>22</sup>.

No que se refere às atividades culturais, as festas de maior relevância são o Aniversário de Igarapé, realizada em março, a Festa de Santo Antônio, em junho, a Festa de São Cristóvão e do Caminhoneiro, em agosto, e o festival culinário “Igarapé Bem Temperado”, que tem como foco divulgar a gastronomia local e o saber das mestras da culinária, que é patrimônio imaterial registrado do município (Foto 4-10).

---

<sup>22</sup> Idem.



Foto 4-10: Mestra Maria Nunes em publicação de receitas do Festival “Igarapé Bem Temperado”.

Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura de Igarapé, 2015.

A Pedra Grande é tombada como patrimônio material do município. Possui 1.434 metros de altitude e está situada na Serra de Itatiaia, no limite dos municípios de Mateus Leme, Itatiaiuçu e Igarapé, estando a 8 km do centro desse último. O Decreto Municipal n.º 1.318, de 1º de outubro de 2008 formaliza o tombamento do bem cultural denominado "Conjunto Natural e Paisagístico da Pedra Grande". Por determinação desse Decreto, quaisquer intervenções no local dependem de prévia deliberação do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Igarapé.

### 4.3 SÃO JOAQUIM DE BICAS

O município de São Joaquim de Bicas localiza-se na RMBH e é limítrofe com os municípios de Igarapé, Betim e Brumadinho. Fica a 45 km da capital, Belo Horizonte. Com área total de cerca de 70 km<sup>2</sup> o município conta, atualmente, com população superior a 25.500 habitantes<sup>23</sup>.

Segundo Waldemar de Almeida Barbosa (1995, p. 322), São Joaquim de Bicas foi um dos mais antigos arraiais de mineração de Minas. Assim como outras localidades da região do Vale do Paraopeba, a origem do município está relacionada às bandeiras que adentraram os chamados sertões do leste a partir da segunda metade do século XVII e ao desenvolvimento de atividades de extração dos recursos minerais encontrados no território. Inicialmente ouro e, posteriormente, ferro e manganês, além das atividades agropecuárias a elas correlatas (AZEVEDO, 2007). Seguindo através de caminhos indígenas, a expedição

---

<sup>23</sup> São Joaquim de Bicas. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=316292&search=minas-gerais|sao-joaquim-de-bicas>>. Acesso em 13 de junho de 2016.

comandada por Fernão Dias Paes partiu de São Paulo e adentrou na região por volta de 1670. O primeiro arraial criado foi Ibituruna, situado no vale do Rio das Mortes. A seguir, foi fundado no vale do Rio Paraopeba o arraial de São Pedro do Paraopeba, posteriormente denominado Sant'ana do Paraopeba. O terceiro arraial, São João do Sumidouro foi estabelecido no vale do Rio das Velhas (VASCONCELOS, 1974).

De acordo com a história local, a origem do atual município de São Joaquim de Bicas liga-se à passagem da bandeira chefiada pelo próprio Fernão Dias Paes e Manoel Borba Gato pela região que, atraídos pela abundância de terras virgens, decidiram fixar residência (acampamento) no local. O iniciador do arraial e das minerações teria sido o próprio Borba Gato, conforme trecho de uma de suas sesmarias a seguir:

*“(...) que a muitos anos está em mansa e pacífica posse de uma sorte de terras entre o rio de Paraopeba e a cordilheira do Itatiaia e de Mateus Leme, até fechar na barra do último ribeiro dele (...)”*  
(BARBOSA, 1995, p. 322)

Assim, por volta de 1710, iniciou-se o povoado.

Os primeiros moradores construíram uma capela para realização de novenas e orações, onde foi entronizada uma imagem de São Joaquim. De acordo com informações do IBGE<sup>24</sup>, a imagem e a vegetação teriam dado o primeiro nome ao arraial: São Joaquim do Rio Verde. Posteriormente, com a busca e lavagem de minerais em bicas construídas no leito do Rio Paraopeba, o local recebeu o nome atual, São Joaquim de Bicas.

Não foram encontradas informações relativas ao desenvolvimento do povoado durante o século XVIII, entretanto, sabe-se que o arraial permaneceu pequeno e pouco desenvolvido devido ao declínio do garimpo do ouro (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DE BICAS, 2003. P. 86).

Durante o século XIX a localidade era um distrito de Pará de Minas, que foi extinto pela lei nº 1.198 de 9 de agosto de 1864. A lei provincial nº 3.141 de 18 de outubro de 1883 restaurou o distrito e instituiu a freguesia de São Joaquim de Bicas, dando ao lugar uma importância até então inédita<sup>25</sup>.

Em 1880 foi construída a primeira das três capelas que ocuparam o local do atual templo (Foto 4-11) na Praça Matriz de São Joaquim de Bicas.

---

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Idem.



Foto 4-11: Igreja Matriz de São Joaquim de Bicas, no local conhecido como “Bicas Velha”, área da primeira ocupação do município.

Fonte: Sara Aredes. Data: maio/2016.

O final do século XIX também foi marcado pela atuação do professor Pedro do Amaral Bambirra, proveniente de Santa Quitéria (atual Esmeraldas). O professor lecionava em sua própria residência e atuava como chefe político local, pintor, carpinteiro e músico, dentre outras atividades. Aprendeu essas funções para ensinar seus alunos a ler e trabalhar. Pedro Bambirra faleceu em 1905 e seus restos mortais estão sepultados no interior da Igreja Matriz de São Joaquim<sup>26</sup>.

A introdução do trem como meio de transporte, no início do século XX, representou um impulso para o desenvolvimento econômico e social da região do Vale do Paraopeba. Assim como apresentado anteriormente, durante a década de 1910 teve início a construção do Ramal Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil, projetada com a finalidade de dinamizar o escoamento de minério de ferro extraído das serras da região, aliviando o tráfego de trens entre a então capital do país, Rio de Janeiro, e a capital mineira<sup>27</sup>.

Durante a implantação do Ramal Paraopeba, foi construída em 1917 a Estação do “Fecho do Funil” em um local desabitado do povoado de São Joaquim de Bicas, conhecido como Serra das Farofas, que na época fazia parte do município de Santa Quitéria (na Foto 4-12, o local do Fecho do Funil se encontra indicado ao fundo da foto). A construção da Estação do Fecho do Funil auxiliou o povoamento mais efetivo do local, especialmente na Serra das Farofas. A estação transportava gêneros alimentícios e, principalmente, o minério de ferro produzido naquela região (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DE BICAS, 2003, P. 91).

---

<sup>26</sup> **Memorial São Joaquim: Janelas abertas para o passado.** São Joaquim de Bicas, 2010.

<sup>27</sup> MRS LOGÍSTICA SA. Diagnóstico do Meio Socioeconômico, nos seus aspectos relacionados à proteção dos bens de interesse cultural, na área de influência do empreendimento de ampliação do Ramal Ferroviário Paraopeba. Belo Horizonte, dezembro de 2013.p. 53-55.



Foto 4-12: Serra dos Três Irmãos e Fecho do Funil em Brumadinho.

Fonte: Acervo do IBGE apud Morelo, Sônia. História de encontros e despedidas na estação Ferroviária Fecho do Funil em São Joaquim de Bicas, Minas Gerais. Revista do Curso de História da Estácio BH, nº 2, 2013

A construção da Estação modificou a estrutura urbana do povoado, já que, a Serra das Farofas está localizada a cerca de 10 km do antigo núcleo de povoamento, conhecido como “Bicas Velha”, nos arredores do templo erguido em homenagem a São Joaquim. Entretanto, o desenvolvimento dessa região foi interrompido com a predominância das rodovias em detrimento das antigas ferrovias e do esgotamento das jazidas de minério de ferro exploradas nas “Farofas” próximas à estação (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DE BICAS, 2003, P. 94).

Em relação à Estação Ferroviária Fecho do Funil, sabe-se que o trem de passageiros trafegou por ali até 1979, quando foi extinto. O movimento de cargueiros, porém, continua intenso, operado pela empresa “MRS Logística” até a estação do Barreiro, próxima à Belo Horizonte<sup>28</sup>. A estação é tombada por sua importância histórica a nível municipal, porém, atualmente é utilizada como moradia<sup>29</sup>.

Em de 30 de julho de 1931, através do decreto nº 10.002, a sede do distrito foi transferida para o povoado do Barreiro (atual Igarapé), voltando São Joaquim de Bicas à condição de povoado. Em 1938, o distrito de Igarapé, já com o nome atual, foi transferido para Mateus Leme. Já no município de Mateus Leme foi novamente criado o distrito de São Joaquim de Bicas, pela lei nº 1.039 de 12 de dezembro de 1953. Em 1962 foi criado o município de Igarapé, que se instalou oficialmente no dia 1º de março de 1963. Com a elevação de Igarapé a município, o distrito de São Joaquim de Bicas passou a integrá-lo (BARBOSA, 1995, p. 322).

Além da atividade de extração do minério de ferro e da agropecuária nas fazendas da região, na segunda metade do século XX iniciou-se o desenvolvimento industrial do então distrito. Favorecido pela facilidade de acesso pela Rodovia Fernão Dias, que liga a capital de Minas Gerais a São Paulo, ao sul e ao centro oeste do Estado e pela proximidade com as cidades industriais de Betim e de Contagem, na década de 1980 o município passou a ser um grande produtor de autopeças (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DE BICAS, 2003).

<sup>28</sup> Fecho do Funil. Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_mg\\_paraopeba/fecho.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_paraopeba/fecho.htm)>.

<sup>29</sup> Idem.

Após a integração de São Joaquim de Bicas à Igarapé, na década de 1960, teve início uma intensa campanha em prol de sua emancipação. Várias tentativas foram realizadas durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, obtendo sucesso apenas no final desta última. De acordo com informações de Neuza Maria de Almeida Batista, professora e pesquisadora da história local, o pedido de emancipação deu entrada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 10 de fevereiro de 1995, através do requerimento do Deputado Estadual Dinis Pinheiro. Em 22 de outubro de 1995 foi realizado um plebiscito, no qual compareceram 4.042 eleitores, tendo 3.809 deles dado voto favorável à emancipação<sup>30</sup>.

Após o plebiscito, São Joaquim de Bicas foi elevado a município através da Lei Complementar nº 12.030 de 21 de dezembro de 1995. O município foi oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1997, com a posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores<sup>31</sup>.

São Joaquim de Bicas é componente da RMBH desde o ano de 1997. O município é um dos maiores abastecedores de hortifrutigranjeiros para a capital de Minas Gerais, o que gera renda e emprego para significativa parcela da população<sup>32</sup>.

Dentre os problemas enfrentados na atualidade destacam-se a ocupação desordenada das zonas periféricas e rurais do município, com loteamentos carentes de infraestrutura básica e urbana, os casos de violência e as crises políticas envolvendo membros do poder legislativo municipal.

São Joaquim de Bicas apresenta algumas manifestações culturais importantes, como a Folia de Reis, a Festa do Padroeiro e a gastronomia. Esta última é mais localizada no povoado das Farofas (Foto 4-13) e possui ligação com a tradicional culinária do município de Igarapé. A secretária adjunta de educação e cultura, Elisabeth de Bastos Moura, afirmou em entrevista que o município tem enfrentado dificuldades financeiras para fomentar as manifestações e o patrimônio cultural local<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup> Entrevista realizada com Neuza Maria de Almeida Batista. São Joaquim de Bicas, 24/05/2016.

<sup>31</sup> São Joaquim de Bicas. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=316292&search=minas-gerais|sao-joaquim-de-bicas>>. Acesso em 13 de junho de 2016.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Entrevista com Elisabeth de Bastos Moura. São Joaquim de Bicas, 24/05/2016.



Foto 4-13: Vista da entrada para o povoado das Farofas.

Fonte: Marcos Martins. Data: maio/2016.

Digno de nota são as iniciativas dos voluntários da comunidade, da professora Neuza Maria de Almeida Batista, que realizou alguns trabalhos de Educação Patrimonial no município. Um deles, voltado para a pesquisa e resgate de informações das antigas Folias de Reis do Município, gerou a publicação “Folias de Reis, Fé e Simplicidade”, produzida pelos alunos da Escola Estadual Professora Geralda Eugênia da Silva em parceria com a Prefeitura Municipal e a empresa MMX (Foto 4-14). Além deste, a professora, em colaboração com alguns voluntários da Paróquia de São Joaquim, também desenvolve pesquisas em prol do resgate da memória da Festa do Padroeiro, que gera uma pequena publicação documental apresentada à comunidade na ocasião da celebração, realizada anualmente no mês de julho.

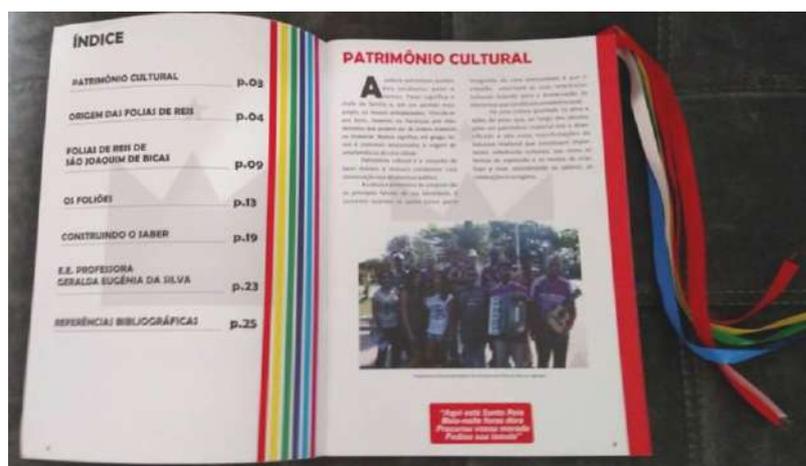


Foto 4-14: Páginas 2 e 3 da publicação “Folias de Reis, Fé e Simplicidade”, de autoria da professora Neuza Batista e alunos da E.E. Professora Geralda Eugênia da Silva.

Fonte: Acervo pessoal de Neuza Maira de Almeida Batista. Foto de Marcos Martins. Data: maio/2016.

#### 4.4 BETIM

O município de Betim faz parte da RMBH e tem limites com os municípios de Contagem, Ibituripe, Juatuba, Mário Campos, Sarzedo, Igarapé, São Joaquim de Bicas e Esmeraldas. Betim possui área territorial de 343 km<sup>2</sup> e sua população é de cerca de 420 mil habitantes, conforme estimativa feita pelo IBGE no ano de 2016<sup>34</sup>.

De acordo com (BARBOSA, 1995), o pioneiro na exploração das terras que deram origem ao município de Betim foi o sertanista paulista José Rodrigues Betim. Este foi responsável por solicitar, em 1711, uma sesmaria “das terras que ficam entre o [Rio] Paraopeba e a estrada das Abóboras [Contagem]”<sup>35</sup>. Betim herdou seu nome desse pioneiro bandeirante, que, entretanto, não permaneceu na sesmaria solicitada e transferiu-se para Pitangui em 1714<sup>36</sup>.

Entre 1711 e 1750, a sesmaria de Betim recebeu diversos núcleos de povoação, que correspondiam aos locais de passagem e pouso dos tropeiros. Dentre eles, destacou-se o arraial da “Bandeirinha do Paraopeba”, que recebeu este nome porque ali aconteceu uma bandeirinha, ou seja, uma pequena busca de minerais, ou um “ramo” de uma bandeira (PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, 2011, p. 19). Esse arraial se localizava onde atualmente está o Bairro Bandeirinhas.

Por volta de 1750, os habitantes de Bandeirinha solicitaram à Igreja Católica a construção de uma capela. O local escolhido para a construção foi um monte, distante do original núcleo de povoação (onde atualmente se localiza a Praça Milton Campos)<sup>37</sup>. A capela foi erigida por provisão episcopal de 9 de novembro de 1754 e, como já havia outras capelas na região (em Mateus Leme e Santa Quitéria, atual Esmeraldas), o novo templo passou a ser denominado “Capela Nova do Betim”. Cerca de um século depois, em 1867, a capela deu lugar a uma igreja maior que se tornou a Matriz local, destinada à devoção de Nossa Senhora do Carmo<sup>38</sup>.

O desenvolvimento do arraial se iniciou a partir da construção da Capela, ainda na segunda metade do século XVIII, e aconteceu de forma lenta, pois o povoado só foi elevado a freguesia no ano de 1851, com o título de Capela Nova de Betim, através da lei provincial Nº

---

<sup>34</sup> IBGE Cidades: Betim. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310670>>. Acesso em março de 2017.

<sup>35</sup> Trecho transcrito da carta de sesmaria de José Rodrigues Betim, de 1711. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano/volume 3. Cartas de Sesmarias 1710-1713. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898, p. 30-31.

<sup>36</sup> A participação do bandeirante na fundação do povoado que viria se tornar o município de Betim vem sendo contestada por pesquisas atuais, que indicam ter sido inviável que Joseph Betim tenha conseguido colonizar e desenvolver a sesmaria no curto espaço de tempo em que esteve à sua frente (PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, 2011, p. 18).

<sup>37</sup> IBGE Cidades: Betim. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310670>>. Acesso em março de 2017.

<sup>38</sup> Essa primeira capela foi demolida no ano de 1969 e em seu lugar existe atualmente um monumento à Igreja Velha. Fonte: IBGE Cidades: Betim. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310670>>. Acesso em março de 2017.

552 de 23 de setembro (BARBOSA, 1995, p. 49). Nesse sentido, a construção da capela foi fator fundamental para a formação do núcleo urbano.

O viajante inglês James Wells esteve em Capela Nova e em suas adjacências por volta do ano de 1870 e deixou o seguinte relato sobre a localidade:

Capela Nova do Betim é avistada muito antes que eu a alcance. Sua longa rua de casas brancas e telhas vermelhas fica situada proeminentemente sobre um morro alto, cercado de vales fundos e de morros mais altos e cadeias de montanhas. A estrada desce da região alta que eu tinha atravessado, cruza um vale e sobe por uma ladeira larga e íngreme, com casas separadas, casebres e ranchos de cada lado. Chegando ao topo, ela se une a outra rua em ângulo reto, ou melhor, a uma longa praça aberta, com filas de casas de porta e janela amontoadas e uma igreja simples, caiada, em uma extremidade. Há diversas vendas e armazéns de secos e molhados e ranchos abertos para tropas de mula. (...) Uns poucos matutos, em seus matungos esquilidos, montados com seus dedões do pé enfiados em pequenos estribos e usando o inevitável poncho de baeta ou tecido azul listrado de vermelho; umas poucas mulheres negras ou mulatas, vestidas com saias de algodão e xales espalhafatosos e batas brancas, apregoando frutas ou doces em tabuleiros de porta em porta; uns poucos vadios nas vendas e armazéns; algumas cabeças nas janelas assistindo apáticas à cena para a qual passam diariamente olhando e os numerosos porcos, bodes, cachorros, galinhas, perus e galinhas d'angola da rua constituem a restrita vida presente nesta vila sonolenta (WELLS, James W. apud PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, 2010 p. 20-21)

Administrativamente, no período compreendido entre o século XVIII até meados do século XIX, Capela Nova do Betim fazia parte da Comarca do Rio das Velhas, que tinha sede em Sabará. A partir do ano de 1851, passou à condição de “freguesia” de Curral del-Rei. Já no início do século XX, especificamente no ano de 1901, Capela Nova do Betim passou a ser distrito da Vila de Santa Quitéria, que corresponde ao atual município de Esmeraldas (PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, 2002, p. 7). A denominação do distrito foi alterada pela Lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, passando a se chamar apenas “Capela Nova”. Porém, em 1938, pelo Decreto Lei Nº 148 de 17 de dezembro, o nome foi novamente alterado para “Betim”, de forma definitiva. Este mesmo ato administrativo criou o município de Betim, desmembrando-o de Esmeraldas. O município foi solenemente instalado no dia 1º de janeiro de 1939 e seu primeiro prefeito foi Raul Saraiva Ribeiro, nomeado pelo Governador do Estado (BARBOSA, 1995, p. 49). Naquela ocasião, o recém-criado município de Betim compreendia os atuais territórios de Contagem, Campanha, Ibirité e Ribeirão das Neves. Contudo, novas reformas administrativas empreendidas em 1960 e 1962 reduziram o território de Betim para a configuração atual.

As primeiras décadas do século XX podem ser consideradas muito importantes do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social da antiga Capela Nova devido à implantação da infraestrutura que posteriormente faria da região um polo industrial. Entre 1909 e 1911, a Schnoor Engenharia construiu o ramo de estrada de ferro que corta Betim, trecho da estrada de Ferro Oeste de Minas (que liga Belo Horizonte a Henrique Galvão, atual Divinópolis). A Estação Ferroviária local, inaugurada em 1911, foi denominada “Capela Nova do Betim” (Foto 4-15).



Foto 4-15: A estação em 1915, com denominação de Capela Nova do Betim.

Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv\\_garcas/betim.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv_garcas/betim.htm)>. Acesso em março de 2017.

De acordo com informações divulgadas pelo Instituto da Memória e do Patrimônio Histórico e Cultura de Betim – IMPHIC, a passagem da linha férrea na cidade acarretou consideráveis impactos: “o de maior destaque foi o crescimento urbano ladeando a linha férrea e o deslocamento do centro comercial, que ficava na Praça da Matriz (atual Praça Milton Campos), para o entorno do cruzamento das avenidas Governador Valadares e Amazonas”<sup>39</sup>. Outro marco considerável do ponto de vista da infraestrutura concluído naquela época foi a construção de uma usina hidrelétrica na principal queda d’água do Rio Betim. A construção ocorreu por sugestão e obra do engenheiro Antônio Gonçalves Gravatá, então funcionário da Schnoor, nas terras da Fazenda Cachoeira (que pertenciam a Gravatá), gerando energia para Betim e localidades vizinhas<sup>40</sup>. No período também foram constatadas outras produções de caráter industrial, como curtumes, serrarias, matadouros e alambiques (PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, 2002, p. 8). No âmbito social, no ano de 1910 foi construído o Grupo Escolar Conselheiro Afonso Pena, primeiro educandário da região central da cidade e que reforçou a importância do novo centro urbano-comercial de Betim. O antigo Grupo Escolar abrigou o Colégio Comercial por várias décadas e atualmente é a sede do Museu Paulo Gontijo<sup>41</sup>.

No ano de 1950, a população de Betim era formada por 16.376 habitantes, de acordo com recenseamento realizado pelo IBGE naquele ano. Dados desse Instituto também informam

<sup>39</sup> IMPHIC: Linha do tempo de Betim. Disponível em: <<http://imphic.ning.com/profiles/blogs/linha-do-tempo-de-betim>>. Acesso em março de 2017.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Idem.

que naquela época a maior parte da população municipal habitava áreas rurais, o que concentrava as atividades econômicas no setor agrícola. A imagem (Foto 4-16) da Matriz de Betim e seu entorno dão uma ideia do cenário da época. A atividade industrial se distribuía pela exploração de pedreiras, de minérios, fundição, cerâmica, curtume e fábrica de louças (IBGE, 1958, p. 188-189).



Foto 4-16: Igreja Matriz (data estimada: 1950).

Fonte: IBGE (1958, p. 187).

Esse panorama social e econômico, contudo, sofreu uma drástica mudança a partir de meados da década de 1950. Em 1954 foi instalada uma central geradora de energia da CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais. No ano de 1959, ocorreu a inauguração do trecho mineiro da Rodovia Fernão Dias (que liga Belo Horizonte a São Paulo) em Betim. A construção da Rodovia teve um papel fundamental para a implantação de um forte setor industrial na cidade nas décadas seguintes. No ano de 1968, a PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S. A. instalou a Refinaria Gabriel Passos (REGAP) nos limites da cidade, inserindo-a no circuito do processo de produção de combustíveis a nível nacional. Já na década de 1970, a multinacional FIAT – *Fabbrica Italiana Automobili Torino*, instalou sua montadora em Betim e, ligada a ela, várias outras empresas (fábricas de autopeças em geral) também se instalaram no município a partir dessa época (PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, 2002, p. 8).

Aliado ao crescimento industrial, a densidade demográfica de Betim aumentou em proporções alarmantes: no final da década de 1960, a população era de 19.243 habitantes; no final da década de 1970 saltou para 37.815 habitantes; na década de 1980 esse número ultrapassou a marca dos 84.000. O aumento mais impactante, entretanto, ocorreu durante a década de 1990, de acordo com acompanhamento anual realizado pela prefeitura. Em 1991, por exemplo, Betim possuía 170.934 habitantes; em 1995, 231.356; em 1999, a população do município chegou ao número de 312.927 habitantes. O levantamento da Prefeitura de Betim aponta que a maior parte dessa população (80%) é composta por migrantes de todas as partes do estado mineiro e do Brasil (PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, 2002, p. 8). Como acontece em todas as regiões urbanas cuja população se expande muito em um curto espaço temporal, Betim sofreu um crescimento desordenado nos aspectos urbano e social.

Apesar do intenso processo de ocupação e seus reflexos na estruturação do espaço urbano, a década de 1990 também foi um momento de conquistas sociais para o município. Em 1996 foi inaugurado o primeiro Hospital Público de Betim. Na área da educação, o município passou a ser referência nacional da Educação Infantil, com a reconstrução das Creches Comunitárias. A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais instalou um campus em Betim, encabeçando uma lista de várias outras instituições que se instalaram na cidade: Unincor, Unipac, Unopar, Faculdade Pitágoras e Unis. Além disso, o perfil industrial da cidade foi reforçado com a implantação do Distrito Industrial de Bandeirinhas, em 1994. Em 1996 foi inaugurado o primeiro Shopping Center da cidade, o Betim Shopping (PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, 2010).

De acordo com informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal<sup>42</sup>, Betim possui vários centros de cultivo da memória e da história da cidade. Entre eles se destaca a Regional Centro, que conserva a memória das antigas famílias betinenses; a regional Vianópolis, referência à estrada de ferro e a culturas populares que se mantém desde o século XIX, como as Folias de Reis; a Regional Citrolândia, povoada num contexto de segregação de portadores de hanseníase na década de 1930 e que ainda nos dias atuais é um forte elemento de identidade e memória para a população local; e as regiões recentemente urbanizadas em função da industrialização como as regiões do Teresópolis, PTB e Alterosas, constituindo novas culturas urbanas<sup>43</sup>.

#### 4.5 SARZEDO

Sarzedo é um município mineiro pertencente a Região Metropolitana de Belo Horizonte, que obteve emancipação política em 1995. Seu território compreende 61,892 km<sup>2</sup> e tem limites com os municípios de Betim, Brumadinho, Mário Campos e Ibrité. O censo do IBGE realizado em 2010 indicou uma população de 25.814 habitantes, que teria aumentado, de acordo com estimativa realizada no ano de 2016, para pouco mais de 30.000 habitantes<sup>44</sup>.

A história de Sarzedo, especialmente relativa aos séculos XVIII e XIX, carece de fontes documentais para que seja mais bem conhecida. Existem poucas referências que abordam breves aspectos desse período. Ao longo desse texto serão apresentadas tais referências, que conduzem a uma linha de interpretação para seu desenvolvimento histórico que vem sendo apresentada pelos órgãos oficiais como Prefeitura Municipal de Sarzedo e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com informações divulgadas pela Prefeitura Municipal de Sarzedo, sua formação histórica está ligada a exploração mineral, assim como a de muitos municípios mineiros

---

<sup>42</sup>[http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura\\_de\\_betim/outros\\_organos/funarbe/memoria\\_patrimonio\\_cultural/projetos\\_publicacoes/40625%3B41138%3B0716181304%3B0%3B0.asp](http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura_de_betim/outros_organos/funarbe/memoria_patrimonio_cultural/projetos_publicacoes/40625%3B41138%3B0716181304%3B0%3B0.asp)

<sup>43</sup> Informe Histórico de Betim. Disponível em: <[http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura\\_de\\_betim/outros\\_organos/funarbe/memoria\\_patrimonio\\_cultural/informe\\_historico\\_betim](http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura_de_betim/outros_organos/funarbe/memoria_patrimonio_cultural/informe_historico_betim)>. Acesso em março de 2017.

<sup>44</sup> IBGE Cidades: Sarzedo. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=316553> >. Acesso em março de 2017.

(PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO, 2016). A localidade pertenceu primeiramente a Comarca de Sabará, território descoberto pelos paulistas em 1669.

A referência mais antiga sobre a região de Sarzedo demonstra que em 5 de março de 1743, foi dada por Gomes Freire de Andrada, então Governador da Capitania de Minas Gerais, uma Carta de Sesmaria a Balthazar Fernandes de Sarzedas, declarando ser o mesmo:

(...) possuidor de huns Mattos e terras no Ribeirão de Bom Jesus do Contage que fazia barra no Rio Peroupeba a baixo da Paragem chamada o Funil, Freguesia do curral de El Rey, comarca do Sabará por posses que lançara e outras que comprara <sup>45</sup>

Nenhuma informação adicional sobre a colonização da região nesse período foi encontrada. Entretanto, atribui-se ao nome do sesmeiro citado a designação do curso d'água que corta a região, o ribeirão Sarzedas, que posteriormente deu nome ao povoado. Esse ribeirão foi citado por Nelson Senna em 1909, na descrição do Distrito de Capela Nova de Betim (atual município de Betim), quando o autor descrevia as cachoeiras e cursos d'água da região:

Esta freguesia é cortada por três ribeirões: o Sarzeda, que nasce na serra de José Vieira, na freguesia de Contagem, e entra nessa freguesia pela Fazenda da Cachoeira, atravessando a mesma freguesia pelo lado sul deságua no Paraopeba, depois de ter recebido o ribeirão da Serra da Boa Esperança pelo lado esquerdo, este ribeirão abunda em peixes de toda a espécie conhecida. <sup>46</sup>

Nelson de Senna também traz informações sobre uma região conhecida como “Vargem do Pântana”, que mais tarde se dividiu nos municípios de Ibité e Sarzedo <sup>47</sup>. Nos tempos do primeiro império brasileiro (primeiro quartel do século XIX) a região foi povoada com a fundação da “Fazenda do Pântana”, de propriedade do Alferes Antônio José de Freitas<sup>48</sup>. Mais tarde, em decorrência da partilha de bens determinada pela morte do mesmo, essa propriedade foi então dividida em 7 (sete) novas fazendas: Santa Rosa (que deu origem ao município de Sarzedo), Retiro do Jatobá, Rola Moça, Mato Grosso, Canal, Urubu e Vargem (que deram origem ao povoado de Ibité)<sup>49</sup>.

O povoado de Vargem do Pântana foi elevado à categoria de distrito de Sabará no ano de 1891. A seguir, voltando à referência trazida por Nelson de Senna, a região da Vargem do Pântana, pela Lei nº 319 de 16 de setembro de 1901, passou a ser distrito de “Villa de Santa Quitéria” (atual município de Esmeraldas). Essa Vila era formada pelo povoado de Vargem do Pântana juntamente com três outros distritos: a sede de Villa de Santa Quitéria,

---

<sup>45</sup> Publicada na Revista do Arquivo Público Mineiro, ano IX, 1904, p. 402 a 403.

<sup>46</sup> SENNA, Nelson C. de. Anuario Historico-Chorografico de Minas Geraes. Belo Horizonte: Minas Gerais: Imprensa Oficial, 1909 p. 993.

<sup>47</sup> Não foram encontradas referências que ligassem Vargem do Pântana, antigo nome do município de Ibité, a Sarzedo. A informação, entretanto, é transcrita nos históricos de Sarzedo e pode ser verificada no site “IBGE Cidades”.

<sup>48</sup> Carta de Sesmaria concedida ao Alferes Antônio José de Freitas entre 1822-1831. Apud Prefeitura Municipal de Sarzedo, 2008, p. 9; BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995, p. 150.

<sup>49</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO. Cartilha de Planejamento Municipal. Sarzedo/MG, 2016. p. 6.

Contagem das Abóboras (atual município de Contagem) e Capella Nova de Betim (município de Betim). Naquela época a região era rica por oferecer “café, cereais, gado e toucinho” (SENNA, 1909, p. 993).

Em síntese, é possível compreender por meio dos dados fornecidos por Senna e pela Prefeitura Municipal de Sarzedo, que no final do século XIX e início do século XX, Vargem do Pântana era formada por várias fazendas que deram origem aos municípios de Ibirité e Sarzedo, estando a Fazenda de Santa Rosa nas origens desse último.

Sobre a Fazenda de Santa Rosa, os relatos orais fornecidos por Antônio Afonso de Magalhães<sup>50</sup> informam que esta englobava todo o território ocupado atualmente pelo município de Sarzedo e era conhecida como “Fazenda da Cachoeira de Santa Rosa de Lima”. De acordo com os citados relatos, a fazenda era assim chamada pelo fato de ter, construída em seu terreno, uma capela que abrigava a imagem de Santa Rosa de Lima. No início do século XX, porém, a Fazenda foi leiloada e arrematada pela família Ferreira Passos, proveniente de Nova Lima. No intervalo de transferência da propriedade, a Fazenda foi invadida e a imagem de Santa Rosa de Lima foi roubada, permanecendo desaparecida até os dias atuais<sup>51</sup>.

O impulso definitivo para a ocupação e povoamento da região do atual município de Sarzedo, entretanto, foi a construção do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, Linha do Paraopeba (ou Ramal Paraopeba), cuja construção iniciou-se em 1910. A finalidade da linha era dinamizar o escoamento do minério de ferro extraído nas serras da região do vale do Rio Paraopeba e estabelecer uma ligação direta entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A Estação Ferroviária de Sarzedo, inaugurada em 20 de junho de 1917, favoreceu o surgimento do povoado, que cresceu lentamente no seu entorno (PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO, 2008, p. 9). O local onde se estabeleceu o centro da cidade coincide com o lugar onde foi implantado o conjunto arquitetônico da estação ferroviária.

A Estrada de Ferro Central do Brasil (E.F.C.B.) implantou um conjunto ferroviário que pudesse dar suporte às atividades peculiares da via férrea: estação, caixa d’água de abastecimento, parada de passageiros, residências para funcionários superiores e edificações modestas para demais trabalhadores do conjunto (MRS LOGÍSTICA S.A., 2013, p. 60), o que contribuiu para dinamizar as relações de trabalho, a sociedade e economia do local.

No início da década de 1930, iniciou-se a construção de casas particulares na parte superior da linha férrea, propriedades de Antônio Afonso Magalhães (Foto 4-17), para serem alugadas ou vendidas aos novos moradores.

---

<sup>50</sup> Sabe-se que Antônio Afonso Magalhães foi um pioneiro morador da região central de Sarzedo e proprietário de uma casa de comércio na década de 1930. As informações são provenientes de um texto manuscrito, ainda não publicado, cedidas por seus descendentes. Não tivemos acesso a esse manuscrito, porém, suas informações são apresentadas nos informes históricos divulgados pela Prefeitura Municipal de Sarzedo. Vide Cartilha de Planejamento Municipal (2016), Dossiê de Tombamento do Conjunto da Estação (2008) e informações do site IBGE Cidades.

<sup>51</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO. Cartilha de Planejamento Municipal. Sarzedo/MG, 2016.



Foto 4-17: Antiga Venda de Antônio Afonso Magalhães. Acervo da família, data: 1935.

Fonte: PREFEITRURA MUNICIPAL DE SARZEDO. Dossiê de tombamento do Conjunto da Estação Ferroviária. Sarzedo/MG, 2008, p. 14.

Do outro lado da linha, a ocupação teve início na década de 1940 e as construções de propriedade de Eduardo Cozac foram utilizadas para abrigar o escritório e a residência de funcionários da empresa Mineral do Brasil, pioneira na exploração do minério de Ferro na região (Foto 4-18).



Foto 4-18: Rua Eduardo Cozac em 1940.

Fonte: Sarzedo MG: Nossa Cidade, Nossa História. Disponível em: <<http://sarzedomg.blogspot.com.br/p/historia.html>>. Acesso em março de 2017.

No ano de 1948, pela lei Nº 336 de 27 de dezembro, o povoado e da Estação de Sarzedo foi elevado a distrito, pertencente ao município de Betim. Em 1950, a aglomeração urbana de Sarzedo apresentou uma população de 291 habitantes, de acordo com o censo realizado pelo IBGE naquele ano (IBGE, 1958, p. 188).

Posteriormente, no ano de 1962, ao ser criado o município de Ibitaré, Sarzedo foi transferido para este novo município (BARBOSA, 1995, p. 333). Com o crescimento do distrito de Sarzedo, o mesmo conseguiu, em dezembro de 1995, por meio da Lei Nº 12.030, sua emancipação do município de Ibitaré. José Pedro Alves foi o primeiro prefeito, tendo sido eleito em dois mandatos consecutivos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO, 2008, p. 29).

Desde sua emancipação, em 1995, o município de Sarzedo cresceu muito, tanto no que se refere à população quando nos serviços e infraestrutura existentes. Dados do IBGE apontaram uma população de 13.417 habitantes para o ano de 1997. Em 2010, a população já era de 25.814 habitantes, tendo quase dobrado o número em pouco mais de uma década, crescimento este justificado pela implantação de loteamentos e condomínios verticais, associados ao grande desenvolvimento percebido na cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO, 2016, p. 29).

A economia local é sustentada pelo segmento da mineração (extração, indústria e serviços), seguido pela agricultura familiar, setor de comércio e serviços. A cidade possui 46 bairros e ocupações na área urbana e 6 localidades rurais. Como o desenvolvimento se deu no entorno da Estação Ferroviária, esta área, que corresponde ao centro da cidade, ainda permanece como o local de desenvolvimento dos aspectos culturais, com a Igreja Matriz, Centro Social e Campo de Futebol. O Conjunto da Estação foi revitalizado e transformado em um conjunto museológico e cultural entre os anos 2010 e 2011, a “Estação Sarzedo Plataforma de Cultura”, destinado à preservação da memória e história da região e ao incentivo a realização de eventos culturais, religiosos e políticos (Foto 4-19) (PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO, 2016, p. 106-107).

Com relação ao topônimo Sarzedo, além das fontes citadas que indicam o sesmeiro Balthazar Fernandes Sarzedas e o Ribeirão Sarzedas como origens do nome do município, existe uma versão de que o nome está associado a um antigo funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil: Francisco Sarzedo, um engenheiro espanhol. Essa versão, entretanto, carece de fontes documentais que lhe dê sustentação<sup>52</sup>.



Foto 4-19: À esquerda, Estação Sarzedo em 1998; à direita, Estação Sarzedo em 2011.

Fonte: Estações ferroviárias do Brasil: Sarzedo. Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_mg\\_paraopeba/sarzedo.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_paraopeba/sarzedo.htm)>. Acesso em março de 2017.

<sup>52</sup> Prefeitura Municipal de Sarzedo: História. Disponível em: <<http://www.sarzedo.mg.gov.br/index.php/explore/historia>>. Acesso em março de 2017.

## 5 ÁREAS DE INFLUÊNCIA

Com o objetivo de definir a abrangência dos estudos relacionados aos bens culturais de natureza material e imaterial, a partir da legislação específica de cada área temática e dos possíveis impactos, foram estabelecidas três unidades espaciais de análise: área de influência indireta (All), área de influência direta (AID) e área diretamente afetada (ADA), considerando os seguintes conceitos:

- All – Área de Influência Indireta: corresponde à área geográfica situada em torno da AID, passível de receber potenciais impactos decorrentes da implantação e da operação do empreendimento, em níveis bastante minorados em relação àqueles originados na ADA e refletidos na AID, dado o crescente afastamento da área de origem dos impactos (ADA);
- AID – Área de Influência Direta: corresponde à área geográfica de entorno imediato da ADA, na qual poderão incidir impactos ambientais diretos e indiretos associados às atividades de implantação e de operação do empreendimento exercidas na ADA, porém, com menor intensidade que na ADA;
- ADA – Área Diretamente Afetada: corresponde às áreas a serem efetivamente ocupadas pelo empreendimento, incluindo aquelas destinadas à instalação da infraestrutura necessária à sua implantação e operação. Trata-se de áreas que terão sua função alterada, onde serão gerados os aspectos ambientais inerentes ao empreendimento, e que poderão receber impactos diretos associados a estes aspectos.

Assim sendo, as áreas de influência propostas atendem ao principal objetivo do estudo: identificação dos possíveis impactos do empreendimento sobre os bens culturais de natureza imaterial e material a partir da implantação das estruturas relativas às estruturas do empreendimento e vias para escoamento do minério, entre outras, além da sua operação.

### 5.1 ÁREAS DE INFLUÊNCIA PARA OS BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL

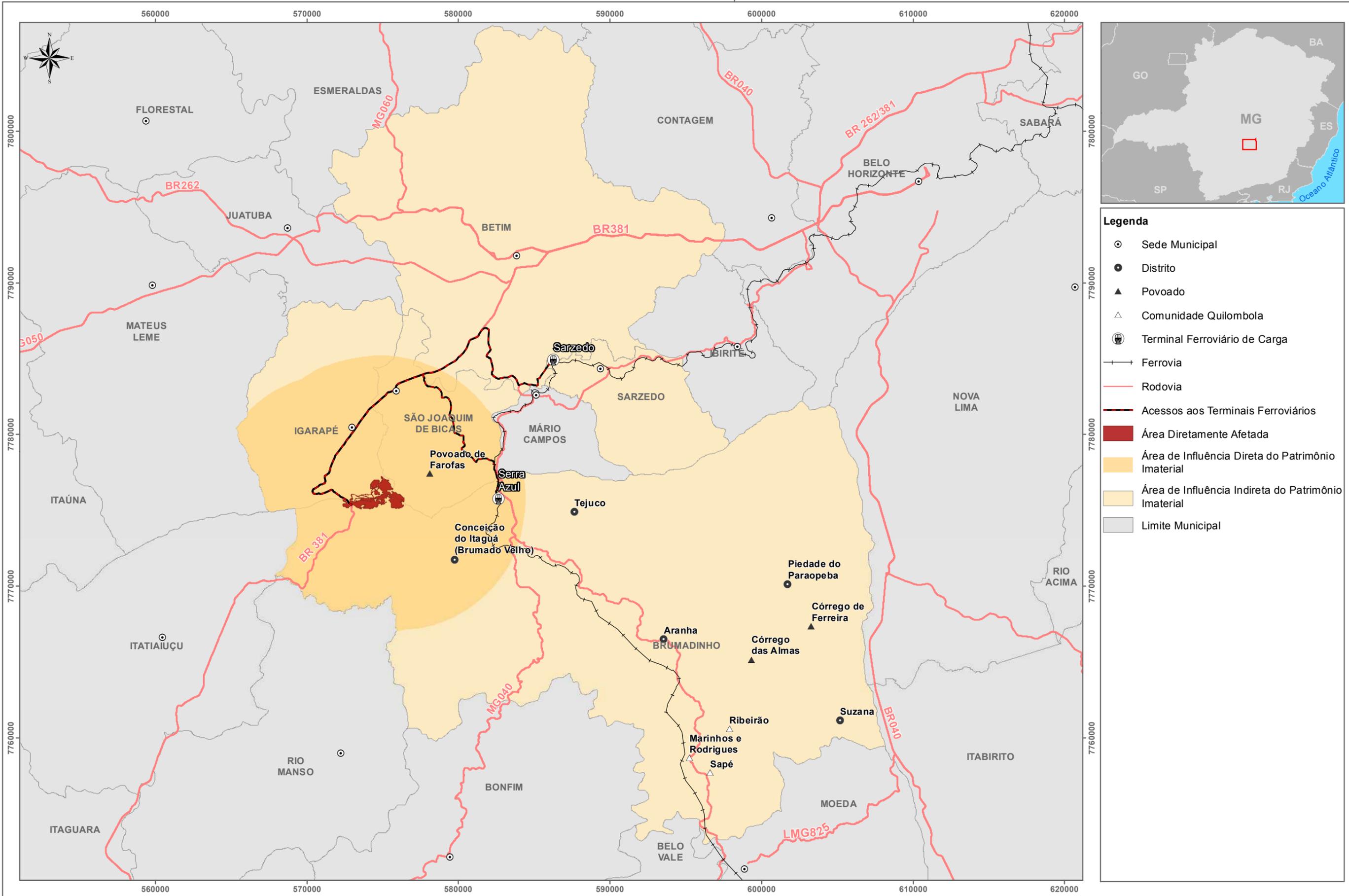
A questão da influência de empreendimentos sobre o patrimônio imaterial, em vista de sua novidade como campo de estudo e das muitas variáveis envolvidas na mobilidade das populações, ainda carece de referencial teórico e parâmetros técnicos refinados como acontece no caso do patrimônio material em que as estruturas físicas estão sujeitas a efeitos diretamente verificáveis.

No entanto, sabe-se que a implantação e operação de empreendimentos podem afetar as dinâmicas comunitárias, principalmente quando interferem nas estruturas sociais adjacentes às práticas culturais. Assim, interferências na produção econômica que transformem as relações de trabalho ou provoquem migração em massa podem ter um efeito deletério sobre as práticas do patrimônio imaterial. Do mesmo modo, o deslocamento de comunidades, através de desapropriação ou reassentamento, assim como a interrupção de percursos tradicionais, ou o rompimento de contatos entre populações vizinhas, causam danos ao

tecido social, interrompendo o exercício de bens imateriais que dependem da proximidade e da coesão social.

Neste sentido, a definição das áreas de influência para os bens culturais de natureza imaterial se baseou nas considerações acima expostas, no refinamento progressivo dos dados secundários e dados primários coletados e, principalmente, na Portaria Interministerial Nº 60, de 24 de março de 2015, que sugere como área de estudo, para estes casos, um *buffer* de 8 km no entorno do empreendimento. Como no presente estudo, além da área de implantação e expansão do empreendimento, também são consideradas e analisadas as estradas de escoamento. A área da AII contempla também os municípios de Betim e Sarzedo (interceptados pelas estradas de escoamento). Cabe frisar que Betim tem uma pequena área incluída na AID do empreendimento, dentro do *buffer* de 8km, no entanto, nesta área não foram identificados bens culturais de natureza imaterial.

A seguir, apresenta-se o Mapa (Figura 5-1), contendo a delimitação das áreas de influência do empreendimento (AII, AID e ADA) para o patrimônio imaterial e a descrição de cada uma delas.



**Legenda**

- ⊙ Sede Municipal
- Distrito
- ▲ Povoado
- △ Comunidade Quilombola
- 🚚 Terminal Ferroviário de Carga
- +— Ferrovia
- Rodovia
- Acessos aos Terminais Ferroviários
- Área Diretamente Afetada
- Área de Influência Direta do Patrimônio Imaterial
- Área de Influência Indireta do Patrimônio Imaterial
- Limite Municipal



Base Cartográfica (Fonte): limites municipais (IBGE, 2015); área diretamente afetada (Mineração Morro do Ipê, 2017); áreas de influência (Amplo/ Plantuc, 2017); rodovias (DER, 2011); ferrovia (CPRM, 2006).

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 23S  
 Projeção: Transverse Mercator  
 Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 45°W Greenwich acrescidas das constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente

	Projeto:	<b>PROJETO MORRO DO IPÊ 6 MTPA</b>			
	Título:	<b>Áreas de Influência Sobre o Patrimônio Imaterial</b>			
Elaboração:	Data:	Formato:	Arquivo:		
Geoprocessamento Amplo	06/06/2017	A3		MMI_AreaEstudoImaterial_v00	

### Área de Influência Indireta (All)

A Área de Influência Indireta corresponde aos limites político-administrativos dos municípios de Brumadinho, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Betim e Sarzedo e compreende os territórios adjacentes à AID. A quase totalidade territorial de São Joaquim de Bicas e Igarapé está incluída na AID, e, na All destes municípios não foram encontrados bens relevantes<sup>53</sup>. Portanto, estes municípios não são listados na tabela de bens imateriais encontrados na All. Em Brumadinho a dinâmica é diferente, visto que, sua grande extensão territorial e a existência de vários distritos confere uma grande diversidade de paisagens e uma lista importante de bens na All deste município. Alguns destes bens, entretanto, localizam-se a mais de 20 km do empreendimento. Sendo assim, por mais importantes que sejam estes bens para o contexto cultural do município, escapam aos objetivos deste estudo, de forma que eles só serão aqui listados.

Os municípios de Betim e Sarzedo, na All, não estão diretamente relacionados à implantação e exploração do empreendimento em questão e tem parcelas ínfimas de seu território interceptadas pelas rotas de escoamento do minério a ser produzido, sobretudo, margeando suas divisas com os demais municípios.

No caso de Betim, durante a realização dos trabalhos de campo, ficou evidente a dissociação entre as rotas do patrimônio imaterial e as do empreendimento. Além disso, as vias de escoamento do minério estão distantes da dinâmica urbana que acolhe os bens imateriais deste município. No caso de Sarzedo, o terminal de cargas fica na divisa com Betim, onde já existe infraestrutura e logística para acolhimento de cargas já utilizadas para esta finalidade. Além disso, da mesma forma que em Betim, a dinâmica de produção e reprodução dos bens imateriais não é alterada pelo traçado das vias de escoamento.

Apesar do esperado aumento no tráfego, considera-se que ele não altere, sobremaneira, a organização espacial e o deslocamento das populações do entorno. Os principais aspectos que permitem a consideração de Sarzedo e Betim como All são: a) a pequena presença de bens culturais de natureza imaterial na sede do município de Sarzedo, sendo a maioria destes bens identificados nos distritos, não dispendo de qualquer acautelamento; b) e, os bens imateriais identificados em ambos, Betim e Sarzedo, não são diretamente relacionáveis ao escoamento dos produtos da mineração aqui em pauta.

### Área de Influência Direta (AID)

A Área de Influência Direta (AID) corresponde ao perímetro de 8 km sugerido pela Portaria Interministerial Nº 60, de 24 de março de 2015, como limite da área de estudo para empreendimentos minerários. No caso deste levantamento, este perímetro inclui a quase totalidade dos territórios dos municípios de São Joaquim de Bicas e Igarapé e parte do município de Brumadinho conforme pode ser visualizado na Figura 5-1. Os municípios de Betim e Sarzedo, conforme explicitado anteriormente, são considerados All e o município de Sarzedo não possui área considerada como AID do ponto de vista do patrimônio imaterial.

---

<sup>53</sup> Neste sentido, os municípios de Igarapé e São Joaquim de Bicas são apresentados no presente relatório somente na AID.

Betim tem uma pequena área do território como AID, dentro do buffer de 8 km, na qual não foram identificados bens imateriais, de modo que na listagem dos bens da AID o município de Betim não será apresentado.

### **Área Diretamente Afetada (ADA)**

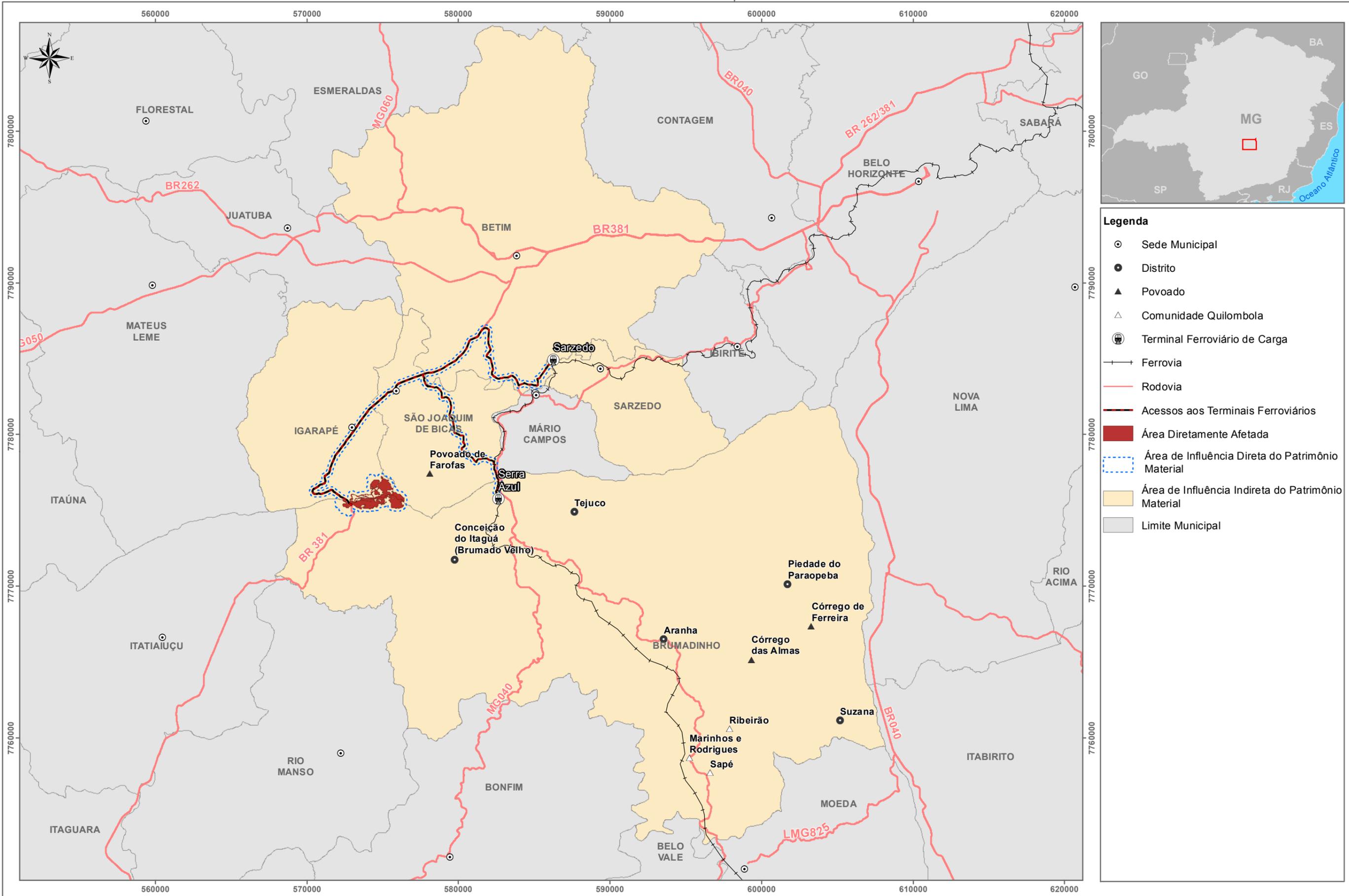
A Área Diretamente Afetada (ADA) corresponde às áreas a serem ocupadas pelo empreendimento, incluindo aquelas destinadas à instalação das estruturas necessárias à sua implantação e operação. Trata-se das áreas que terão sua função alterada, onde serão gerados os aspectos ambientais inerentes ao empreendimento. Na ADA podem ocorrer impactos diretos e indiretos decorrentes do desenvolvimento das tarefas que caracterizam a etapa de implantação e operação do empreendimento.

No entanto, neste caso específico, trata-se de um sistema minerário já existente, cuja ampliação não ultrapassa os limites prévios já estabelecidos das cavas e da operação decorrente. Assim, esta área encontra-se desprovida de população e não tem qualquer interesse para o campo do patrimônio imaterial, uma vez que, a circulação e permanência de pessoas é restrita, segundo leis de propriedade e termos de segurança.

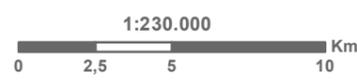
## **5.2 ÁREAS DE INFLUÊNCIA PARA OS BENS CULTURAIS DE NATUREZA MATERIAL**

A definição das áreas de influência para os bens culturais de natureza material se baseou no refinamento progressivo dos dados secundários e dados primários coletados e em análises sobre as leis, normas e recomendações que regem o controle de vibrações e material particulado em obras de mineração, especialmente nos locais mais próximos às áreas onde se esperam impactos mais diretos, como no caso de onde estão projetadas intervenções diretas em função da operação do empreendimento.

A seguir, apresenta-se o Mapa (Figura 5-2), contendo a delimitação das áreas de influência do empreendimento (AII, AID e ADA) para os bens materiais e a descrição de cada uma delas.



- Legenda**
- Sede Municipal
  - Distrito
  - ▲ Povoado
  - △ Comunidade Quilombola
  - 🚚 Terminal Ferroviário de Carga
  - Ferrovias
  - Rodovia
  - Acessos aos Terminais Ferroviários
  - Área Diretamente Afetada
  - ▭ Área de Influência Direta do Patrimônio Material
  - ▭ Área de Influência Indireta do Patrimônio Material
  - ▭ Limite Municipal



Base Cartográfica (Fonte): limites municipais (IBGE, 2015); área diretamente afetada (Mineração Morro do Ipê, 2017); áreas de influência (Amplio/Plantuc, 2017); rodovias (DER, 2011); ferrovia (CPRM, 2006).

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 23S  
 Projeção: Transverse Mercator  
 Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 45°W Greenwich acrescidas das constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente

	Projeto:	<b>PROJETO MORRO DO IPÊ 6 MTPA</b>			
	Título:	<b>Áreas de Influência Sobre o Patrimônio Material</b>			
Elaboração:	Data:	Formato:	Arquivo:		
Geoprocessamento Amplio	06/06/2017	A3		MMI_AreaEstudoMaterial_v00	

### Área de Influência Indireta (AII)

A Área de Influência Indireta (AII) delimitada para o diagnóstico de bens culturais de natureza material segue a mesma dinâmica do diagnóstico de bens imateriais e corresponde ao limite político-administrativo dos municípios onde o empreendimento Mineração Morro do Ipê será implantado a saber: Brumadinho, Igarapé e São Joaquim de Bicas (MG). Os municípios de Betim e Sarzedo (MG) também fazem parte da AII, uma vez que, apesar de o empreendimento não estar implantado no território destes municípios, eles são interceptados pelas vias de escoamento do minério.

### Área de Influência Direta (AID)

A AID do empreendimento Mineração Morro do Ipê corresponde à área definida como de vizinhança às estruturas previstas na ADA. No caso das estruturas do empreendimento, utilizou-se uma faixa de terras no seu entorno imediato. Trata-se de um *buffer* de 200 metros a partir dos limites da ADA (Tabela 5-1), que poderá estar sujeita a impactos diretos, de intensidade similar ou menor à que ocorre na ADA.

Com relação às vias de escoamento do minério, estas são consideradas como AID, uma vez que, poderão incidir impactos ambientais diretos e indiretos associados às atividades de operação do empreendimento, porém, com menor intensidade que na ADA. Também faz parte da AID um *buffer* de 200m para cada lado a partir do eixo das estradas de escoamento (baseado nas análises sobre as leis, normas e recomendações que regem o controle de vibrações e material particulado).

O *buffer* foi definido a partir de análises sobre o Código Minerário - Decreto Lei Nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as técnicas para operações de exploração de minerais em território brasileiro, além de NRM-Normas Reguladoras de Mineração (NRM 8 - Prevenção contra Incêndios, Explosões, Gases e Inundações - Operações com Explosivos e Acessórios – Prevenção contra poeiras). É importante considerar as características próprias das vibrações, ou seja, a frequência, a repetitividade e a duração do fenômeno. As Normas Brasileiras utilizam o limite de velocidade de vibração das partículas como parâmetro de análise para a implantação desse tipo de empreendimento.

Segue abaixo a Tabela 5-1 com os valores de limites de velocidades de vibração de partículas, dentro das normas internacionais para a mineração.

**Tabela 5-1: Valores de velocidade de vibração de partícula e frequência das principais normas internacionais.**

Países	Velocidade (mm/s)		Frequência (Hz)	
	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Alemanha	3	50	<10	100
Estados Unidos	12,7	50	<40	>40
Itália	3	50	<10	100
Suíça	10	90	8	30
França	2,5/4,0	75/15	<10/4	>10/100
Portugal	2,5	60	<10	>40
Suécia	18	70	40	>40
Inglaterra	15	50	4	>40
Austrália	2	25	<40	>40
Índia	2	25	<24	>24
Brasil	-	15	-	>40

Fonte: Revista da Escola de Minas, Ouro Preto, 56(2): 136, abr. jun. 2003.

De acordo com a NBR 9356 e estudos técnicos (realizados no litoral paulista e grande São Paulo, desde a década de 1980 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)):

- No caso geral (227 medições), para todos os tipos de rocha estudados, não foram observados valores de velocidade de vibração de partícula ( $V_p$ ) superiores a 15mm/s, a partir de 200m das detonações.
- Para a faixa de valores de D (distância) inferiores a 200 m, sugeriram-se limites do uso da carga máxima por espera (Q), de modo a não se excederem os valores de velocidade de vibração da partícula ( $V_p$ ) em 15mm/s.

O Instituto Central de Pesquisa em Mineração (CMRI) considera os seguintes limites para alguns tipos de edificações (Tabela 5-2):

**Tabela 5-2: Valores-limites estabelecidos pelo CMRI para vibrações na fundação a diferentes níveis de frequência.**

Tipo	Especificações da Estrutura	Valores de $V_p$ (mm/s)	
		<24Hz	>24 Hz
(a)	Construções domésticas, paredes interiores pré-moldadas em gesso; estruturas com reboco; pontes.	5	10
(b)	Prédios industriais, estruturas de concreto armado ou aço.	12,5	25
(c)	Estruturas de importância histórica; estruturas muito sensível; com mais de 50 anos de idade; estruturas em baixo estado de conservação e sem reparações.	2	5

Fonte: Revista da Escola de Minas, Ouro Preto, 56(2): 135, abr. jun. 2003

Considerando a distância de 200 metros supracitada e os valores para limites de vibração apresentados nos estudos das normas brasileiras, foi estipulada a faixa de vizinhança da ADA, ou seja, uma margem segura para a análise de impactos sobre os bens materiais.

É importante destacar que o escoamento do material a ser explorado nessa mina será feito através de caminhões utilizando os trajetos que levam aos terminais Serra Azul (Brumadinho) e Sarzedo (Sarzedo).

Na AID foram analisadas possíveis vibrações e emissão de particulados que estão previstas durante as atividades de terraplanagem, na fase de implantação do empreendimento, bem como, durante a lavra nas cavas, transporte do material durante a operação e seu escoamento.

### Área Diretamente Afetada (ADA)

Para o meio socioeconômico no que diz respeito aos estudos para o patrimônio cultural material a ADA é a mesma que para os bens culturais de natureza imaterial.

Ao se tratar de uma estrutura existente, onde haverá uma ampliação, os impactos a serem observados são os mesmos decorrentes da atividade minerária exercida anteriormente, podendo ser considerado desde a supressão total dos bens, até danos estruturais e superficiais (como no caso de modificações das estruturas de circulação) e/ ou mudanças de uso.

## 6 DIAGNÓSTICO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL

A folia é um importante traço cultural da região, aparecendo entre os principais bens culturais imateriais de todos os municípios estudados. Com o registro estadual das folias de reis como Patrimônio Imaterial em 06/01/2017<sup>54</sup>, resultado do cadastro digital dos grupos do estado, além do incentivo gerado pela pontuação do ICMS cultural dos municípios participantes<sup>55</sup>, diversas prefeituras manifestaram interesse em apoiar as folias. Todos os municípios aqui descritos realizam ações para a divulgação desta forma de expressão. Em Brumadinho e em Igarapé existe, inclusive, um histórico de apoio e fomento das folias na organização de encontros regionais de Folias.

Neste âmbito, é interessante demonstrar que, entre os entrevistados, muitos reportaram e apresentaram produtos editoriais resultantes de programas de apoio e patrocínio da antiga MMX (empreendedor responsável pela exploração da área de estudo anteriormente).

Neste relatório, encontra-se, muitas vezes, a culinária regional associada às folias e ao congado, uma vez que, em ambos há a oferta de banquetes aos detentores e convidados. Além dessas ocasiões, o calendário das cidades mostra o impacto deste saber na produção cultural da região, estando presentes os festivais de receitas tradicionais, receitas à base de polvilho e o uso de ingredientes singulares como a cansanção (espécie vegetal).

Em cada município, foi feito um levantamento das leis federais, estaduais e municipais de cultura e da relação do poder público com este tema, conforme avaliado em entrevistas com os responsáveis desta área em cada município. A seguir serão apresentados para cada município: as listas de bens culturais da AII e os bens culturais da AID, estes últimos em profundidade, com referência às entrevistas com os detentores e/ou especialistas locais. Os bens diagnosticados e suas respectivas distâncias do empreendimento podem ser visualizados na Figura 6-1 e Tabela 6-1.

---

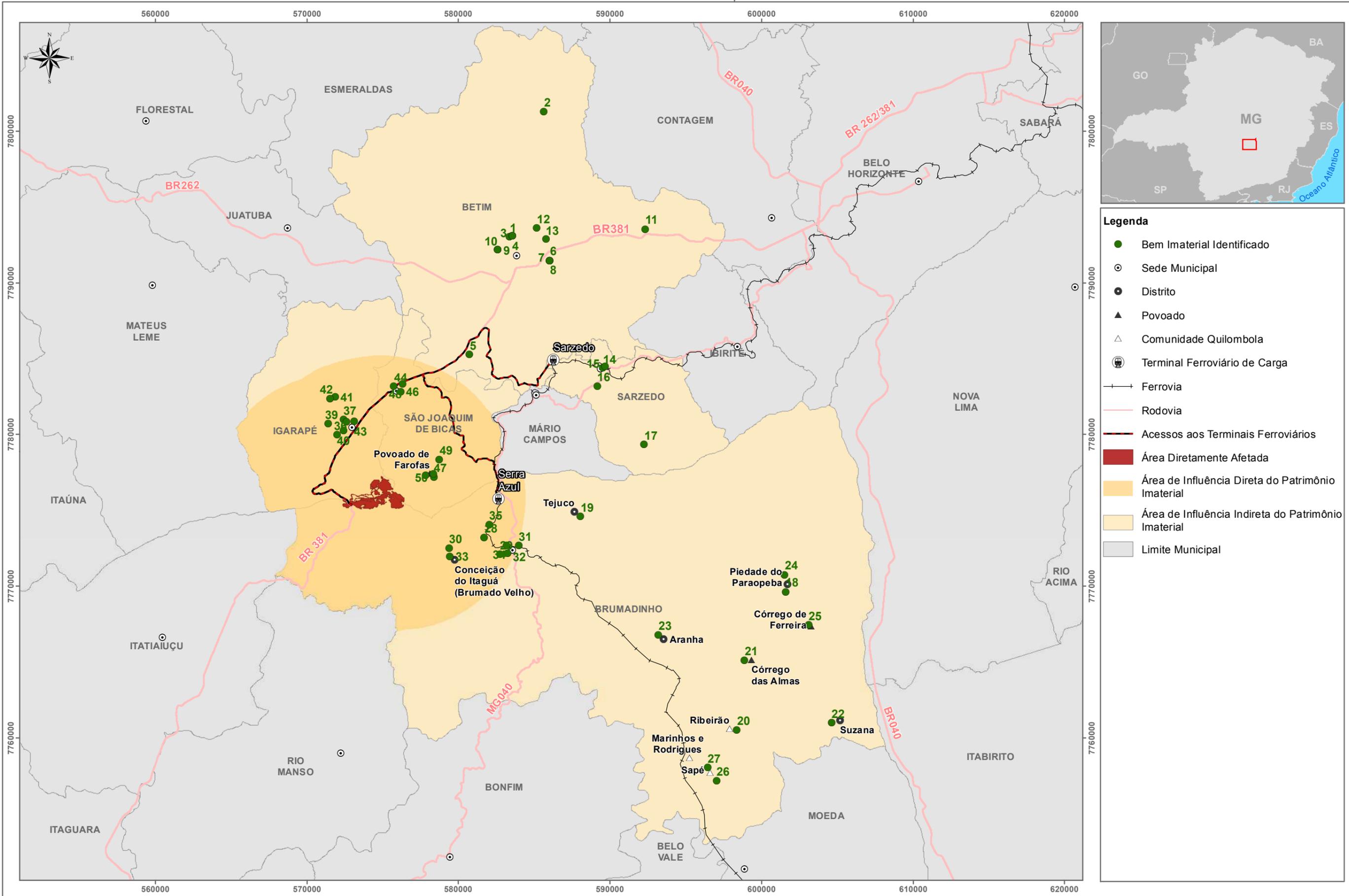
<sup>54</sup> Folias de Minas são reconhecidas como patrimônio cultural. <http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/1486-folias-de-minas-sao-reconhecidas-como-patrimonio-cultural>, 06/01/2017; consultado em 21/03/2017.

<sup>55</sup> Ação resultante da Lei Robin Hood, Lei Nº 18.030 de 12 de janeiro de 2009.

**Tabela 6-1: Bens Culturais de Natureza Imaterial**

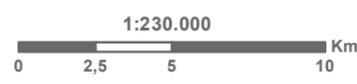
ID	Localização	Bem Cultural Imaterial	Município	Distancia Km (ADA)	Distancia Km (Acesso)	
1	All	Salão do Encontro	Betim	17,90	6,01	
2		Folia de Reis de Santo Afonso		26,35	14,59	
3		Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário		18,04	6,11	
4		Guarda de Moçambique do Divino Espirito Santo		18,04	6,11	
5		Guarda de Congo São Judas Tadeu		9,85	0,18	
6		Guarda de Congo de N. S. do Rosário dos Homens Pretos de Betim		17,97	5,88	
7		Guarda de Moçambique de N. Senhora do Rosário		17,97	5,88	
8		Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Desterro		17,97	5,88	
9		Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santo Antônio de Pádua		16,78	5,01	
10		Guarda de Catopês de Santa Inês		16,78	5,01	
11		Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário		23,70	10,33	
12		Guarda de Moçambique de Santa Efigênia		19,29	7,18	
13		Guarda de Marujos São João Bosco		18,97	6,83	
14		Festa de Santa Rosa de Lima		Sarzedo	15,67	3,14
15		Estação Sarzedo – Plataforma de Cultura	15,86		3,27	
16		Folia de Reis de Lambari	14,74		3,21	
17		Festa da Sagrada Família do Engenho Seco	16,26		7,85	
18		Jubileu de Nossa Senhora da Piedade	Brumadinho	25,89	19,75	
19		Festa de Nossa Senhora das Mercês		11,71	5,34	
20		Folia de Reis de Ribeirão		26,56	21,83	
21		Festival da Cachaça		24,75	19,30	
22		Banda de Música de Santo Antônio		31,71	26,36	
23		Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário		18,88	13,74	
24		Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário		25,60	19,36	
25		Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário		27,92	21,95	
26		Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário		27,53	23,44	
27		Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário		26,51	22,39	
28		AID	Moçambique de Santa Isabel	Brumadinho	5,76	2,71
29			Moçambique de Santa Efigênia		7,16	3,65
30			Moçambique de Brumado Velho		4,14	3,94
31			Secretaria de Cultura		8,07	3,30
32			Corporação Musical Santa Efigênia		7,60	3,63
33			Banda de Nossa Senhora da Conceição		4,57	4,37

ID	Localização	Bem Cultural Imaterial	Município	Distancia Km (ADA)	Distancia Km (Acesso)	
34		Casa de Cultura Carmita Passos		7,30	3,07	
35		Inhotim		5,82	1,78	
36		Casa de Cultura de Igarapé	Igarapé	3,56	0,50	
37		Espaço da Música		4,21	0,78	
38		Banda Lira de Santo Antônio		3,99	0,53	
39		Folia de Reis do Zé Doido		4,51	1,42	
40		Mestras da Culinária de Igarapé		3,56	0,34	
41		Moçambique de S. J. Batista e N. Sra. do Rosário		5,80	2,08	
42		Conjunto de Coroas de Guarda de Moçambique		5,86	2,31	
43		Maria Helena (Pintura)		3,86	0,14	
44		Matriz de São Joaquim e Casa da Memória		São Joaquim de Bicas	5,99	0,00
45		Festa da Farofa			2,05	1,85
46		Folia de São Joaquim	5,74		0,24	
47		Folia de Nossa Senhora da Paz	2,40		2,20	
48		Festa de São Joaquim	6,25		0,00	
49		Dona Vilma (Polvilho e Culinária)	3,45		1,42	
50		Festa de Nossa Senhora da Paz	2,51		2,28	



**Legenda**

- Bem Imaterial Identificado
- ⊙ Sede Municipal
- Distrito
- ▲ Povoado
- △ Comunidade Quilombola
- ⊙ Terminal Ferroviário de Carga
- Ferrovia
- Rodovia
- Acessos aos Terminais Ferroviários
- Área Diretamente Afetada
- Área de Influência Direta do Patrimônio Imaterial
- Área de Influência Indireta do Patrimônio Imaterial
- Limite Municipal



Base Cartográfica (Fonte): limites municipais (IBGE, 2015); área diretamente afetada (Mineração Morro do Ipê, 2017); áreas de influência (Amplo/ Plantuc, 2017); bens identificados (Plantuc, 2017); rodovias (DER, 2011); ferrovia (CPRM, 2006).

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 23S  
 Projeção: Transverse Mercator  
 Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 45°W Greenwich acrescidas das constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente

	Projeto:	<b>PROJETO MORRO DO IPÊ 6 MTPA</b>			
	Título:	<b>Bens Imateriais Identificados nas Áreas de Influência</b>			
Elaboração:	Geoprocessamento Amplo	Data:	06/06/2017	Formato:	A3
		Arquivo:	MMI_BensImateriaisIEPHA_v00		

## 6.1 LEGISLAÇÃO PARA BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL

A Constituição Federal de 1988 estabelece nos artigos 215 e 216 o embrião para a posterior proteção e promoção do patrimônio cultural de natureza imaterial, fazendo referência às manifestações das culturas populares e dos grupos participantes do processo civilizatório nacional. Em 2000, o Decreto 3.551 instituiu o Registro e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial que compreende o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam. Antecipa-se assim o governo brasileiro à Convenção da Unesco de 2003 que reconheceria em seu Artigo 2º para o Direito Internacional essa modalidade de patrimônio. A resolução número 1/2006 do IPHAN operou a definição processual do Patrimônio Cultural Imaterial que:

*“(...) permitiu destacar um conjunto de bens culturais que, até então, não era oficialmente incluído nas políticas públicas de patrimônio orientadas pelo critério de excepcional valor artístico e histórico do bem a ser protegido. A noção supõe, assim, o enfoque global e antropológico do patrimônio cultural: a oralidade, os conhecimentos tradicionais, os saberes, os sistemas de valores e as manifestações artísticas tornaram-se expressões fundamentais na identificação cultural dos povos, constituindo-se objeto de fomento de políticas públicas nesse setor.” (Cavalcanti, Maria Laura Viveiros de Castro; Fonseca, Maria Cecília Londres. Patrimônio Imaterial no Brasil. Unesco/ Educarte. 2008. p.13).*

Em Minas Gérias, o Decreto 42.505/ 2002 instituiu as formas do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível. Neste Decreto foi definido o papel do IEPHA na instrução do processo. Este Decreto é a base para todo o desenvolvimento posterior do processo de registro e orientação em processos de licenciamento. É amparado nestas bases que cada município desenvolve suas políticas culturais voltadas ao patrimônio cultural imaterial como segue abaixo.

### 6.1.1 BRUMADINHO

Em Brumadinho se encontra um corpus legal bastante diverso referente ao patrimônio cultural. A lei orgânica, revisada em 2008, versa sobre o patrimônio nos Artigos 154, 171,172, 174, 176, 196. O Artigo 154 trata especificamente do patrimônio imaterial e suas categorias, incluindo em seus parágrafos, as expressões de rua, o compromisso do poder público com o incentivo financeiro das bandas de música, das folias e do congado, abrindo os espaços públicos a estas manifestações. Os demais artigos versam sobre o desenvolvimento urbano e as condicionantes que o patrimônio cultural em geral impõe sobre a urbanização. O artigo 196 define o patrimônio cultural como um dos eixos norteadores da política de turismo municipal.

A lei 1481/2005 estabeleceu um calendário oficial de festas. Naquele momento estavam elencadas 75 festas. Hoje, 134 compõem o rol das festas do município, as quais não serão descritas em função do caráter genérico e difuso destas festas.

Há ainda a Lei 1715/2009 que define as atribuições da Secretaria municipal de turismo e cultura, sobretudo nos parágrafos VIII a XVIII. Neste quesito é importante ressaltar a Lei Nº 2.171 de 24 de julho de 2015 sobre a instituição do conselho municipal de patrimônio histórico e suas atribuições.

O Município possui uma Política Cultural bem estabelecida e detalhada contando com Secretaria de Cultura, com departamento exclusivo dedicado ao patrimônio cultural, conselho de patrimônio representativo e dotação orçamentária, atendendo aos parâmetros do IEPHA e participando do programa estadual do ICMS cultural.

O empreendimento em questão é compatível com as legislações citadas acima.

### **6.1.2 IGARAPÉ**

Em Igarapé, as leis municipais sobre o patrimônio são encontradas na Lei Orgânica de 1990, que mesmo passando por várias revisões posteriores, os artigos sobre o patrimônio cultural permaneceram sem alteração. Na Lei Orgânica encontramos o Artigo 5 que versa sobre as prioridades do Município, o Artigo 13 que versa sobre as competências do Município, o Artigo 138 que descreve os patrimônios e suas categorizações e o Artigo 160 que versa sobre a promoção do desenvolvimento.

No Código de Posturas (Lei Complementar 25/2009), há uma exigência de Estudos de Impacto de Vizinhança para empreendimentos urbanos que leva em conta o patrimônio cultural, conforme o Anexo II da referida Lei.

A Lei Complementar nº 35 de 20 de outubro de 2010, dispõe sobre o ordenamento da expansão territorial da ocupação urbana do município em consideração ao patrimônio cultural em geral.

Por fim, a Lei Complementar 38/2013 reforça o comprometimento com o patrimônio cultural nos Artigos 4 e 12 que tratam dos objetivos do município e o Artigo 59 que trata das atribuições da Secretaria de Cultura.

O Município possui uma Política Cultural bem estabelecida e detalhada contando com Secretaria de Cultura, com assessoria ao patrimônio cultural, conselho de patrimônio representativo e dotação orçamentária, atendendo aos parâmetros do IEPHA, participando do programa estadual do ICMS cultural.

O empreendimento em questão é compatível com as legislações citadas acima.

### **6.1.3 SÃO JOAQUIM DE BICAS**

Em São Joaquim de Bicas, a Lei Orgânica de 1988, revisada e com emendas de 1998 traz o Artigo 10, que discorre sobre as competências do Município, entre as quais a salvaguarda do patrimônio cultural, levando em conta a proteção e o acesso aos bens culturais em geral. O Artigo 14 torna inalienáveis imóveis de uso público votados à cultura. Os Artigos 129, 130 e 131 têm disposições quanto ao que é patrimônio e a disponibilização de espaços públicos para sua ocorrência no caso do patrimônio imaterial.

A Lei 577, de 17 de dezembro de 2015 dispõe sobre a concessão de subvenções, auxílios financeiros, contribuições e dá outras providências, levando em consideração os bens culturais.

O município passa por uma delicada situação política que reflete na organização de suas atividades de modo que, apesar de ter uma secretaria e um conselho de patrimônio, este último parece estar nos últimos dois anos sem atuação, não havendo indicação de um planejamento estratégico para a área de cultura, conforme comprova a ausência de pontuação do município nos últimos dois anos no programa estadual de ICMS Cultural. Existem ações de cultura, mas, estas parecem desconexas e dirigidas pontualmente, sem configurarem uma política de promoção cultural habitual.

O empreendimento, no entanto, está de acordo com as leis descritas acima e é digno de nota que, quando estava em operação sob o comando da MMX, este era o município mais atendido pelas ações comunitárias da empresa.

### **6.1.4 BETIM**

Segundo informações da Fundação Artístico-Cultural de Betim - Funarbe, a legislação que compõem a política de memória e patrimônio cultural de Betim é constituída pelas Leis Municipais nº 2.944/1996, que trata da Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico da cidade, e nº 2.968/1996, que criou o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim. Esta última Lei teve seu texto alterado em 2003, pela Lei 3.924. O Regimento Interno do Conselho Deliberativo foi definido nos Decretos Municipais 13.921 (de 1998) e 19.867 (de 2004).

Em 2000, Betim se tornou uma das primeiras cidades do Brasil a instituir a proteção do bem intangível, por meio do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criado pelo Decreto Municipal 16.385.

A partir de 2009, a política de patrimônio cultural passou por uma reconceituação. Outros mecanismos de proteção ao patrimônio cultural, como o inventário e, especialmente, a educação patrimonial, receberam grande ênfase. As linhas gerais dessa política podem ser assim compreendidas: a) o inventário do patrimônio cultural desenvolve continuamente a pesquisa e o registro do acervo cultural do Município; b) as pesquisas de inventário geram textos de memória para a educação patrimonial da comunidade e também revelam os exemplares mais significativos do acervo cultural do Município, passíveis de tombamento e

registro; c) a educação patrimonial é desenvolvida simultaneamente a toda ação de identificação e proteção do patrimônio cultural, a fim de que a comunidade reconheça seus ícones de memória<sup>56</sup>. Citamos como complementares os Decretos 40531/2016, 40636/2017 e 40642/2017 que dispõem sobre o calendário oficial de festas do município de Betim.

### 6.1.5 SARZEDO

A Lei orgânica do Município reconhece o patrimônio imaterial no Art. 227, classificando-o e dando as seguintes providências: Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e intelectual, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade Sarzedense, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico ecológico e científico. § 1º - O Poder Público Municipal, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o seu patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos e desapropriações e de outras formas de acatamento e preservação. § 2º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. § 3º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da Lei; Art. 228 - O órgão administrador da cultura deverá apoiar direta ou indiretamente, as manifestações e produção cultural, através de: I - bibliotecas públicas; II - academia municipalista de letras; III - casa da cultura; IV - banda de música e fanfarra; V - espaços culturais que acolham grêmios literários, artes plásticas, cênicas e sonoras, as artes marciais, danças típicas e modernas, bem como outras manifestações culturais; VI - imprensa falada e escrita; VII - grupos folclóricos; VIII - entidades religiosas; IX - levantamento, para preservação, de tudo aquilo que é de interesse histórico e cultural para a comunidade. Art. 229 - À administração municipal cabe, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear consulta a quantos dela necessitem.

Observa-se, pelo texto transcrito, que o município de Sarzedo, ao legislar sobre o seu patrimônio cultural, aplicou as mesmas diretrizes já estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, que em seus artigos 215 e 216 define o conceito de patrimônio cultural nacional e estabelece seus mecanismos de proteção por meio dos mesmos dispositivos citados na Lei Orgânica municipal.

---

<sup>56</sup> Informações disponíveis na Página oficial da Funarbe.

[http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura\\_de\\_betim/outros\\_orgaos/funarbe/memoria\\_patrimonio\\_cultural/40625%3B36004%3B07161813%3B0%3B0.asp](http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura_de_betim/outros_orgaos/funarbe/memoria_patrimonio_cultural/40625%3B36004%3B07161813%3B0%3B0.asp), consultadas em 21/03/2017.

## 6.2 ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRECTA

A área da AII do ponto de vista de interesse deste estudo engloba a região rural de Brumadinho, situada a mais de 8 km do empreendimento, parte dos municípios de São Joaquim de Bicas e Igarapé<sup>57</sup>, e os municípios de Betim e Sarzedo, estes últimos considerados aqui apenas em função do escoamento da produção.

Brumadinho é o município em que o empreendimento causa menor impacto na paisagem, uma vez que, neste município, as encostas do empreendimento não revelam traços de mineração para quem o avista da cidade. O empreendimento volta-se para a BR 381 e em Brumadinho, de um lado, as encostas do empreendimento delimitam-se com Inhotim e, de outro, com as reservas florestais do Reservatório do Rio Manso, sistema de captação responsável por ¼ do abastecimento da RMBH. A sede do município está no limite dos 8 km da AID, enquanto Conceição do Itaguá, distrito de Brumadinho, encontra-se a cerca de 6 km do empreendimento.

A dinâmica cultural de Brumadinho, com tantos distritos e bens culturais ligados a eles, está ligada ao processo de formação do município que herdou territórios de municípios vizinhos bastante diferentes entre si. Além disso, a formação tardia da sede, com a instalação da Estação Ferroviária, também influenciou no desenvolvimento da cultura no município. Só na contemporaneidade a sede assumiu a posição de centro aglutinador, restando um pertencimento ainda forte aos distritos que tem sua história ligada ao século XVIII, cujas celebrações e formas de expressão testemunham.

A secretaria de cultura, bastante organizada para o padrão de cidades com o mesmo porte, carece de mão de obra qualificada e de sistemas de gestão mais apurados, assim como de avaliação das políticas em curso. Mas, isso não impede que haja um calendário oficial com 134 festas, que direta ou indiretamente recebem algum apoio público<sup>58</sup>. Verificou-se que há uma programação voltada para o turismo rural e que explora os ingredientes e a culinária locais, os atrativos naturais, as celebrações religiosas e as tradições regionais, que incluem o congado e a folia de reis.

Os bens culturais de natureza imaterial de maior relevância para este estudo estão ligados a um farto calendário municipal que tem dois ciclos principais: a Folia de Reis e o Congado, conforme descritos abaixo.

O congado é uma referência regional e está fortemente ligado à ocupação do distrito de São José do Paraopeba pela população negra, que congrega quilombolas<sup>59</sup> em festas que

---

<sup>57</sup> Como não foram identificados bens localizados nas áreas da AII de São Joaquim de Bicas e Igarapé, os mesmos não são apresentados no item 6.2 do presente relatório.

<sup>58</sup> Lei Ordinária do Município de Brumadinho 1481/2005.

<sup>59</sup> As comunidades quilombolas na área de estudo, são as seguintes:

SAPÉ - Código IBGE: 3109006 - ID Quilombola: 1.919 - Número do Processo: 01420.001980/2005-01 - Data da abertura do processo: 23/08/2005 - Etapa Atual do Processo: Certificada; MARINHOS E RODRIGUES (no Relatório é chamada apenas de Marinhos) - Código IBGE: 3109006 - ID Quilombola: 1.096 - Número do Processo: 01420.003089/2010-68 - Data da abertura do processo: 15/09/2010 - Etapa Atual do Processo: Certificada; RIBEIRÃO - Código IBGE: 3109006 - ID Quilombola: 1.918 - Número do Processo:

ocupam seus detentores por grande parte do ano. Lembra-se que o Congado abre sua temporada no Sábado de Aleluia, ao final da Semana Santa, e vai até novembro em suas visitas festivas e celebrações.

A instituição da irmandade não existe em Brumadinho. Não há uma irmandade local que reúna todas as guardas, assim como as guardas não se organizam em irmandades independentes. Reconhecem como irmandade o laço geral entre todos os congados através da devoção e dos ritos de veneração a Nossa Senhora do Rosário e aos outros santos negros. Assim, a irmandade para eles é mais uma vivência e uma solidariedade que ultrapassa os limites institucionais.

Sete guardas de Moçambique se espalham pelo território de Brumadinho, sendo quatro localizadas na AII (conforme listado anteriormente) e três na AID. Há apenas uma guarda de Congo, no Sapé (AII).

É notório que as guardas de congo marcam a participação feminina no congado. Em Brumadinho a guarda de congo é comandada por uma mulher, a Capitã Adriana Regina. Os Moçambiques são mais restritos na participação feminina, reservando às mulheres lugar de destaque na composição do trono coroadado, isto é, em sua hierarquia de reis, rainhas, príncipes e princesas e, algumas vezes, nas filas, como dançadeiras. Mas, dificilmente mulheres são vistas na capitania. Os Moçambiques se caracterizam pela presença das gungas, que são chocalhos de metal amarrados aos tornozelos, e na indumentária, pelos saíotes e lenços amarrados à cabeça. Já o Congo tem uma apresentação mais variada e livre, tanto nos trajes quanto nas danças, e seus capitães são munidos de espadas. Os Moçambiques ainda detêm privilégios sagrados de condução dos ritos, imagens e do reinado, enquanto o Congo abre o caminho para o Moçambique.

Na sede encontram-se três guardas de Moçambique. Não há uma festa que congregue todas as guardas, mas, como são todas co-irmãs no município, se esforçam a participar das demais, organizando um calendário que evita a sobreposição de datas festivas. Isto permite que todos participem de todas as festas, mantendo um vínculo primordial para a prática e uma circulação constante das guardas pelo território municipal. Além das festas na sede e nos distritos, cada guarda estabelece vínculos de amizade e de troca recíproca de visitas com guardas das cidades do entorno, criando um extenso ciclo de relações tanto históricas, quanto territoriais, que envolvem a RMBH.

Para que ocorram de maneira ordenada, uma vez que, empenham comunidades inteiras e exigem uma gestão complexa de recursos de várias proveniências, grande parte dos quais

---

01420.002947/2010-57 - Data da abertura do processo: 13/09/2010 - Etapa Atual do Processo: Certificada. FONTE: FUNDAÇÃO PALMARES. DISPONÍVEL EM <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>. CONSULTADO em 27/07/2016.

Ainda cabe esclarecer que nenhuma delas possui titulação no INCRA e dentre elas a comunidade de Sapé também não possui processo de titulação. As comunidades que possuem processo de titulação no INCRA são: MARINHOS E RODRIGUES – aberto desde 2011 – Nº do Processo: 54170.004340/2011-48; RIBEIRÃO – aberto desde 2011 – Nº do Processo: 54170.004339/2011-13. FONTE: INCRA. DISPONÍVEL EM <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. CONSULTADO EM 27/07/2016. Em todo o texto, todas as citações dos termos “quilombo” ou “quilombolas” se referem a estas comunidades.

estabelecidos como pagamento de promessas ou por devoção, o apoio público a tais formas de expressão sempre se encontra diante de três necessidades imediatas dos congadeiros:

- Transporte; já que as guardas atendem muitas vezes mais de 20 festas por ano, muitas das quais são pagamentos de visita mantidos por anos a fio;
- Alimentação; já que estas celebrações são marcadas por grandes banquetes públicos que alimentam de graça, por vezes, milhares de pessoas, incluindo as guardas convidadas e o público em geral;
- Indumentária, tanto vestimentas como instrumentos.

Diante destas necessidades, segundo os testemunhos dos capitães entrevistados, percebe-se um avanço do município de Brumadinho em relação aos demais do entorno. Neste município existe, desde 2009, um plano de apoio às viagens dos congadeiros que disponibiliza um limite de quilômetros a cada guarda, permitindo que cada uma use sua cota de acordo com seus interesses e necessidades. Há ainda ajuda em mantimentos para as refeições que são oferecidas em cada festa. Assim, com recurso para arcar com os custos mais altos, os congadeiros podem acionar suas redes de solidariedade e manter a parte que lhes cabe de obrigações sagradas.

As folias de reis são celebrações do ciclo natalino, se estendendo desde a véspera de Natal até o Dia de Reis. Ligadas às cerimônias medievais ibéricas, elas têm um caráter de peregrinação, reproduzindo a busca dos reis magos guiados pela estrela do messias que acabara de nascer. Maria, José e o menino Jesus, num estábulo ao lado de pastores e os reis magos com suas oferendas de ouro, incenso e mirra compõem a cena do presépio.

As folias tradicionalmente visitam as casas das pessoas que montam seus presépios. Nestas visitas fazem entrar primeiro sua bandeira, geralmente da Sagrada Família, que é creditada como de bom augúrio e uma benção. Ali eles cantam as etapas do nascimento de Jesus e a fuga para o Egito até a passagem de quando Jesus, ainda menino, vai ao templo de Jerusalém pregar junto aos profetas.

É interessante observar que esta forma de expressão da religiosidade popular cristã e ibérica, em Brumadinho, ficou associada aos congados. No povoado de Ribeirão, no distrito de São José do Paraopeba, onde estão localizadas as comunidades quilombolas, ocorre a Folia de Ribeirão contando com os mesmos membros do congado. E, na sede, no Bairro de Santa Efigênia, a Folia está ligada a ex-moradores do povoado de Sapé que lá se fixaram no início do Século XX com o desenvolvimento urbano da sede.

Com relação à Folia de Reis, não foi possível encontrar diretamente os responsáveis pelas Folias de Reis da sede, no entanto, o relato do Capitão Aldo César (capitão do Moçambique de Santa Efigênia), que será exposto adiante, ajuda a esclarecer quem são os responsáveis pelas folias e como elas ocorrem. Notou-se que na prefeitura não havia informações sobre as folias, porém, havia uma grande atenção com o Encontro de Folias.

Aqui cabe distinguir entre duas formas que assume a folia no decorrer do ano: os grupos isolados iniciam seu ciclo de visitação de presépios no dia 25 de dezembro e o fazem até o

dia de Reis, 6 de janeiro. Neste caso, as folias não se encontram, percorrendo diferentes territórios, sendo recebidos com fartura nas casas visitadas. A segunda forma de apresentação acontece durante o ano inteiro, com o estabelecimento da tradição dos encontros de folia – uma oportunidade para se apresentarem diante das outras.

Em vista do grande número de bens intangíveis existentes em Betim e Brumadinho, de sua localização na All, da falta de interferência do empreendimento em questão em tais bens culturais e em função da grande distância do empreendimento, esses bens são apenas listados. Salienta-se que para o congado e a folia de reis, foram identificadas as mesmas características na All que os descritos na AID. O mesmo pode-se dizer sobre as festas religiosas, que são bens associados e acontecem segundo um mesmo modelo, dispensando uma descrição longa que tire de foco o município de Brumadinho, cuja área é a mais afetada pelo empreendimento. Sarzedo, neste quadro, possui poucos bens e sua relação com o empreendimento é apenas marginal, conforme exposto anteriormente no item 5.1.

Em Betim, todas as ações públicas culturais são desenvolvidas pela Funarbe e seus braços institucionais que compõem uma rede municipal de guarda, fomento e transmissão do patrimônio intangível, a saber: a Casa da Cultura Josephina Bento, 8 (oito) Centros Populares de Cultura (CPC's), o Museu Paulo Araújo Moreira Gontijo e a Biblioteca Pública Leonor de Aguiar Batista. O tombamento e a transformação dos edifícios acima mencionados em Casa de Cultura e Museu mostram como ambos, patrimônio material e imaterial são indissociáveis, fazendo com que exemplos arquitetônicos de referência da cidade tenham seus usos e finalidades destinados a se tornarem espaços para acolhimento do patrimônio imaterial. Estas entidades foram criadas na esteira da legislação patrimonial e foram constituídas entre 1997 e 2000.

Os bens culturais de natureza imaterial registrados pelo Município de Betim são três:

- O Salão do Encontro foi um dos primeiros bens intangíveis registrados como Patrimônio Imaterial em Minas Gerais em 1999. Existe desde 1970 como espaço de fomento das artes, sobretudo, do artesanato e ao longo de sua existência, assumiu cada vez mais um caráter comunitário, fornecendo assistência à população da cidade, através da oferta de serviços de saúde, educação e creche. No campo dos saberes oferece formação em marcenaria de móveis rústicos e brinquedos; tear mineiro, kilim e chileno; tear de sisal para itens de parede e chão; estofamento; cerâmica; confecção de flores e arranjos; confecção de bonecas de pano; cestaria e oficina de brochas. Além deste aspecto de formação cultural e profissional, existe o acolhimento de artesãos em situação de risco em 48 moradias no bairro Bom Retiro.
- A Folia de Reis do bairro Santo Afonso. O dossiê de registro municipal aponta que as folias em Betim tiveram grandes nomes e apresentaram uma dinâmica de ascensão e desaparecimento durante todo o século XX. Um fato relevante desta história é que foi por intermédio das folias e de seu costume de arrecadar doações que pôde ser construída a Igreja de São José Operário e São Sebastião de Pimentas na década de 1980.

Entre os anos 70 e 90, Betim chegou a sediar encontros de folias, alguns deles com fomento público, já na perspectiva de revitalizar uma manifestação em desaparecimento. Porém, os líderes foliões foram progressivamente perdendo seus grupos, pelo envelhecimento e morte, pela conversão a outros credos, entre outros fatores. Muitos deles participam de encontros de folias nos municípios vizinhos, como São Joaquim de Bicas e Santa Terezinha de Minas, distrito de Itatiaiuçu, e também integram grupos de música caipira, como forma de manter os antigos laços de sociabilidade (Dossiê de Registro da Folia do Bairro Santo Afonso, 2011, p.52).

A folia de Santo Afonso segue as características de outras folias apresentadas neste estudo com ênfase nas visitas de presépios entre 25 de dezembro e 6 de janeiro, quando acontece o arremate, uma grande festa fechando o ciclo. Existe também a presença dos personagens dos reis e dos palhaços que trazem os elementos jocosos e lúdicos desta louvação. Encontramos referências à folia de reis nos bairros de Icaiveira e São Sebastião que são adjacentes ao de Santo Afonso e que formam um núcleo derivado historicamente de grandes fazendas que existiam na região que depois foi densamente urbanizada. Através dos dados secundários não pudemos afirmar se estas folias estão em atividade, mas pela referência de outras folias da região metropolitana sabemos que são comuns e bastante frequentados os festivais de folias em Betim, que são encontros de folias fora da época tradicional de suas visitas.

- O Reinado de Nossa Senhora do Rosário em Betim é composto de 11 guardas: 3 congos, 6 moçambiques, 1 marujo e 1 catopê. Essas guardas reúnem-se sob um só reinado, isto é, existem reis, rainhas, capitães e capitãs, exclusivamente escolhidos para exercer as funções na festa coletiva. Essa característica distingue a organização local da que encontramos em Brumadinho (que tem as guardas associadas, mas não reunidas sob um mesmo trono coroado e com mais ênfase nas festas locais). A organização centralizada em Betim advém da retomada do congado na década de 1970 como interesse da política cultural, tendo o poder público desempenhado um papel importante na proteção e manutenção das guardas. Assim, a festa do reinado, reunindo as 11 guardas mais dezenas de guardas convidadas, é um dos principais eventos do calendário municipal. Durante o ano, conforme sugere o dossiê, cada guarda celebra suas festas, o que permite estimar que a soma das festas de cada guarda possa chegar à casa das três dezenas, sem contar as festas que às quais as guardas comparecem em outros municípios. Em vista de tal número extenso e da falta de fontes confiáveis, estas não serão listadas abaixo. De todo modo é possível afirmar com segurança que Betim é um dos polos dessa rede de inter-relações entre grupos e festas, assim como Brumadinho e Igarapé (essa última em menor grau), mostrando a complexa estrutura que o congado assume na região metropolitana de Belo Horizonte. Os congados de Betim se concentram nos arredores da igreja do Rosário, nos bairros de Angola e Santa Inês, além da região do Jardim Petrópolis.

Na cidade de Sarzedo, encontra-se a Estação Sarzedo – Plataforma cultural. Nesse local a história da cidade é apresentada em várias salas temáticas que mostram como a mineração e a ferrovia orientaram a formação urbana e as mentalidades locais. A sala principal apresenta uma maquete onde estão representados, passo a passo, os procedimentos de retirada do minério e de seu beneficiamento e embarque. Ali, pode-se ver o trilho do trem, com seu antigo carro do Trem de Prata, que levava passageiros até Rio de Janeiro. O museu volta-se para o trilho e o movimento de cargas. Outra sala tem uma intervenção poética usando projeção de imagens nos antigos silos que carregavam os vagões. Há uma pequena sala para o grupo de teatro local. A Secretaria de Cultura, assim como o Museu, se encontram no entorno da ferrovia, de onde se vê a antiga estação e o local onde se encontrava a casa do gerente. Esta casa, que estava em ruínas devido a um incêndio ocorrido ainda na primeira metade do século XX, hoje está restaurada e recebeu a biblioteca municipal.

Além da guarda da memória e do estímulo às artes e à educação patrimonial, o equipamento cultural oferece espaços para festas, shows, mostras e oficinas, lugar de encontro e espaço de convivência. O edifício guarda, agora, no primeiro andar, a Secretaria de Esportes e Lazer.

A Festa da Padroeira Santa Rosa de Lima aparece como auge das celebrações religiosas, festa que consta no IPAC local e que acontece de 18 a 29 de agosto. A festa é composta por celebrações eucarísticas, barraquinhas, shows e cavalgada.

Ainda na sede do município procuramos o Sr. José Simões de Souza conhecido como “Zé Pretinho”, nascido em 9 de novembro de 1944, que é o sanfoneiro de folia de reis em Sarzedo. Ele conta que começou apreciando a folia de fora e foi gostando, até que foi participar da Folia do Seu Marico, a mais tradicional da cidade. Esta, no entanto, foi descontinuada há seis anos, quando Seu Marico se converteu a uma igreja evangélica. O Sr. José Simões contou que quando entrou na folia na época de sua adolescência, passou anos como caixeiro e depois teve que ir trabalhar fora, suspendendo sua participação por um tempo. Depois que retornou a Sarzedo retomou seu posto com Seu Marico e com este dançou mais 5 anos, até o fim da folia, em 2007. Depois disso o Sr. José Simões foi para a folia do Seu Nôzinho, no bairro Vera Cruz, que depois de dois anos acabou parando suas atividades.

### **6.2.1 BRUMADINHO**

- Jubileu de Nossa Senhora da Piedade – Distrito de Piedade do Paraopeba
- Festa de Nossa Senhora das Mercês – Distrito de Tejuco
- Folia de Reis de Ribeirão – Povoado de Ribeirão
- Festival da Cachaça – Povoado de Córrego de Almas
- Banda de Música Santo Antônio – Distrito de Suzana

- Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário – Distrito de Aranha – Capitão Eduardo – Festa de Nossa Senhora do Rosário – primeiro domingo de Novembro
- Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário – Distrito de Piedade do Paraopeba – Capitão Marinho Nicole – Festa de Nossa Senhora do Rosário – último domingo de Outubro
- Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário – Povoado de Córrego de Ferreira – Festa de Nossa Senhora do Rosário – Capitão Vicente – segundo domingo de setembro
- Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário – Povoado do Sapé – Capitã Adriana Regina
- Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário – Povoado do Sapé – Capitão Afonsinho e Capitão Orias

As duas últimas guardas supracitadas, do Povoado do Sapé, são responsáveis, em conjunto, pelas festas abaixo. Todas estas festas acontecem no distrito de São José do Paraopeba, ao qual pertencem as comunidades quilombolas deste estudo. Abaixo seguem listadas as festas associadas às Guardas de Congo e de Moçambique:

- Festa de São Benedito no Sapé – último domingo de Maio
- Festa de Nossa Senhora do Rosário no Sapé – terceiro domingo de Setembro
- Festa de Nossa Senhora do Rosário em São José do Paraopeba – em Agosto
- Festa de São Benedito em Marinhos – primeiro domingo de Agosto
- Festa de Nossa Senhora do Rosário em Marinhos – terceiro domingo de Agosto
- Festa de Nossa senhora do Rosário em Rodrigues – terceiro domingo de Outubro

### **6.2.2 BETIM**

- Salão do Encontro
- Folia de Reis do bairro Santo Afonso
- Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário – Angola
- Guarda de Congo São Judas Tadeu – Citrolândia
- Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Betim – Jardim Petrópolis
- Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário e Santo Antônio de Pádua – Santa Inês
- Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário – Jardim Petrópolis
- Guarda de Moçambique Divino Espírito Santo – Angola
- Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Desterro – Jardim Petrópolis

- Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário – Vila Bemge
- Guarda de Moçambique de Santa Efigênia – Jardim Brasília
- Guarda de Marujos São João Bosco – Parque das Indústrias
- Guarda de Catopês Santa Inês – Santa Inês
- Festa de Nossa Senhora do Rosário de Betim – meados de agosto (festa móvel anual)

### **6.2.3 SARZEDO**

- Estação Sarzedo - Plataforma Cultural – antiga estação Ferroviária
- Folia de Reis
- Festa da Sagrada Família do Engenho Seco
- Festa de Santa Rosa de Lima

A Tabela 6-2, a seguir, apresenta um resumo dos bens imateriais identificados na AI:

**Tabela 6-2: Bens culturais de natureza imaterial identificados na AII de Brumadinho, Betim e Sarzedo**

MUNICÍPIO	BEM/ DENOMINAÇÃO	PROTEÇÃO (F/E/M/Na)*	LOCALIZAÇÃO	BEM ASSOCIADO	LOCALIZAÇÃO DO BEM ASSOCIADO
BRUMADINHO	Jubileu de Nossa Senhora da Piedade	<b>M</b>	Piedade do Paraopeba		
	Festa de Nossa Senhora das Mercês	<b>M</b>	Tejuco		
	Folia de Reis de Ribeirão	<b>E</b>	Ribeirão		
	Festival da Cachaça	<b>Na</b>	Córrego de Almas		
	Banda de Música Santo Antônio	<b>M</b>	Suzana		
	Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário	<b>F e M</b>	Aranha	Festa de Nossa Senhora do Rosário	Aranha
	Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário	<b>F</b>	Piedade do Paraopeba	Festa de Nossa Senhora do Rosário	Piedade do Paraopeba
	Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário	<b>F</b>	Córrego Ferreira	Festa de Nossa Senhora do Rosário	Córrego Ferreira
	Guarda de Congo e Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário	<b>F e M</b>	Sapé,	Festa de São Benedito	Sapé
				Festa de Nossa Senhora do Rosário	Sapé
Festa de Nossa Senhora do Rosário				São José do Paraopeba	
Festa de São Benedito				Marinhos	
Festa de Nossa Senhora do Rosário				Marinhos	
Festa de Nossa Senhora do Rosário				Rodrigues	
BETIM	Salão do Encontro	<b>M</b>	Santa Lucia		
	Folia de Reis do Bairro Santo Afonso	<b>M e E</b>	Santo Afonso		
	Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário	<b>F e M</b>	Angola	Reinado de Nossa Senhora do Rosário	
	Guarda de Congo São Judas Tadeu	<b>F e M</b>	Citrolândia		
	Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Betim	<b>F e M</b>	Jardim Petrópolis		
	Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santo Antônio de Pádua	<b>F e M</b>	Santa Inês		

MUNICÍPIO	BEM/ DENOMINAÇÃO	PROTEÇÃO (F/E/M/Na)*	LOCALIZAÇÃO	BEM ASSOCIADO	LOCALIZAÇÃO DO BEM ASSOCIADO
BETIM	Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário	<b>F e M</b>	Jardim Petrópolis	Reinado de Nossa Senhora do Rosário	
	Guarda de Moçambique Divino Espírito Santo	<b>F e M</b>	Angola		
	Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Desterro	<b>F e M</b>	Jardim Petrópolis		
	Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário	<b>F e M</b>	Vila Bemge		
	Guarda de Moçambique de Santa Efigênia	<b>F e M</b>	Jardim Brasília		
	Guarda de Marujos São João Bosco	<b>F e M</b>	Parque das Indústrias		
	Guarda de Catopês de Santa Inês	<b>F e M</b>	Santa Inês		
SARZEDO	Festa de Santa Rosa de Lima	<b>M</b>	Centro		
	Estação Sarzedo – Plataforma Cultural	<b>M</b>	Centro		
	Folia de reis do povoado do Lambari	<b>E</b>	Córrego Lambari		
	Festa da Sagrada Família do Engenho Seco	<b>Na</b>	Engenho Seco		

\* F = Federal; E = Estadual; M = Municipal; Na = Não acatulado

## 6.3 ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA<sup>60</sup>

### 6.3.1 BRUMADINHO

Após esta breve descrição e contextualização sobre as principais manifestações culturais de Brumadinho, serão descritos, a seguir, os bens culturais de natureza imaterial localizados na AID do município:

1. Guarda de Moçambique de Santa Isabel – Sede – Capitão Robertino – Festa de Santa Isabel – segundo domingo de Maio

A guarda de Santa Isabel, como é comumente chamada, originou-se da antiga comunidade onde hoje localiza-se o Instituto Inhotim. Ali, a guarda, por décadas levantou seus mastros e fez suas festas para Santo Antônio. Deslocada com a implantação do Instituto, houve uma interrupção na celebração.

Foi criada uma associação dos moradores em 2001 liderada por Magnólia Souza. Até então a guarda era capitaneada pelo Sr. Rubens, e este foi capitão até 2008, ano de seu falecimento, deixando a capitania para o filho, Robertinho. A partir de então houve uma reorganização lenta e ainda um pouco irregular, conforme testemunho dos capitães entrevistados e também de sua presidente Magnólia de Souza. Na época a guarda quase foi extinta, mas, aos poucos, ela retomou a antiga festa na região da Cohab<sup>61</sup> e passou a realizar a festa de Santa Isabel todo segundo domingo de maio. Anteriormente, no povoado antigo onde hoje está o Inhotim, a festa era devotada a Santo Antônio.

Um dos mecanismos de retomada da guarda foi estabelecer um vínculo com a guarda de Moçambique do distrito de Aranha. Até então, segundo Magnólia, havia resistência no grupo em manter contato com as outras guardas, mas essa amizade foi fundamental para a sobrevivência, e hoje, segundo a fala da entrevistada, a guarda do Aranha é o principal esteio e parceiro do grupo. Apenas quando Magnólia assumiu a presidência, em 2013, é que a guarda foi registrada como pessoa jurídica, até então ela estava sob o comando da Guarda de Aranha.

Seus integrantes somam entre 35 e 40 e estão dispersos pelo município. O capitão, Robertinho, mora no município de Ibirité, onde também trabalha, retornando à Brumadinho nos períodos festivos.

2. Guarda de Moçambique de Santa Efigênia (Foto 6-1) – Sede – Capitão Aldo César – Festa de Nossa Senhora do Rosário e Festa de Nossa Senhora de Fátima – último domingo de agosto

---

<sup>60</sup> Como não foram identificados bens localizados na área da AID de Betim, o mesmo não é apresentado no item 6.3 do presente relatório.

<sup>61</sup> Bairro de casas populares próximo ao Inhotim.



Foto 6-1: Guarda de Moçambique de Santa Efigênia – Brumadinho/MG.

Fonte: <http://jornaldefato.blogspot.com.br/2009/09/edicao-105-agosto2009-o-congado-esta.html>, consultado em 28/06/2016

Em entrevista concedida pelo capitão Aldo César, foram obtidas as seguintes informações sobre a guarda. A Festa de Nossa Senhora do Rosário promovida pela Guarda de Santa Efigênia acontece no bairro homônimo, em Brumadinho, no último fim de semana de agosto. São distribuídos entre 35 e 40 convites para as guardas de toda a região, no entanto, é comum que cerca de 20 se apresentem para a festa. A guarda de Santa Efigênia, por sua vez, se compromete em visitar as guardas que aceitarem o convite para sua festa, estabelecendo um intenso calendário de participações festivas. Além desta festa, chamada festa grande, a guarda celebra a festa de Nossa Senhora de Fátima no dia 13 de maio, contando apenas com a presença de seus membros, sem convidados.

A história da guarda está ligada ao Sapé. O avô do Capitão Aldo, Sr. José Maria Bibiano, era natural daquele povoado e sua família tem parentesco com os quilombolas. O fundador trabalhava em Morro Velho, em Nova Lima. Aprendeu cedo a tocar e por isso foi convidado a tocar na Banda de São Sebastião, a mais antiga da cidade, de modo que se mudou para a sede com a família. Todos participavam da guarda do Sapé, até que em 1972, fundaram a própria guarda que ficou no comando do pai de Aldo César, Sr. Armando Benedito da Silva. Aldo César assumiu a capitania da guarda em 2004. Hoje a guarda conta com cerca de 50 integrantes e além das festas em Brumadinho, participa também das Festas dos Arturos e dos Ciriacos, em Contagem, e de festas em Belo Vale, Santa Luzia e Sabará. Em Belo Horizonte, a guarda participa da festa no bairro Olhos D'água, tida como das mais antigas de Belo Horizonte, e, por isso, chamada de Congo Velho. Além desta, também participa nos bairros Cabana e Alto dos Pinheiros.

Além do congado, a família de Aldo César é atuante em outros aspectos da vida cultural do bairro, tendo fundado a antiga escola de Samba, hoje bloco de carnaval “Cai Cai do Morro”. Sua tia Sra. Vilma organizava as Pastorinhas, forma de expressão que é, a grosso modo, uma versão feminina das folias de reis, que hoje não existem mais. Além disso, havia também um “Fogueirão” de São João, também organizado pela família de Aldo César. A

ligação da família com a música foi o ponto central dessa história que culminou com a fundação da Banda de Santa Efigênia (descrita posteriormente neste Relatório).

3. Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário (Moçambique do Brumado) (Foto 6-2) – Conceição do Itaguá – Festa de Nossa Senhora do Rosário e Festa de Nossa Senhora da Conceição – Capitão Carlinhos – segundo domingo de Outubro.

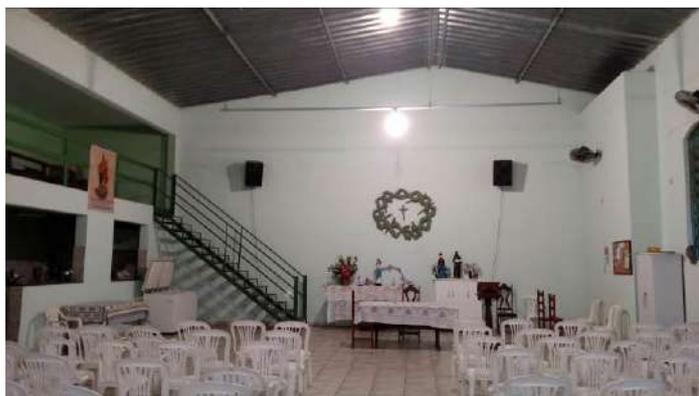


Foto 6-2: Salão do Rosário, sede do Moçambique do Brumado – Conceição do Itaguá/MG.

Fonte: Marcos da Costa Martins. Data: maio de 2016.

Em entrevista concedida pelo Capitão Carlos e pelo ex-capitão José Aleixo, foram obtidas informações sobre a organização e tradição congadeira no distrito. Conceição de Itaguá é mais conhecida pelo nome anterior, Brumado, pois, os moradores da cidade, ainda hoje, referenciam o distrito como “Brumado Velho”. Considera-se que a origem do município se deu em Brumado Velho, e, segundo os capitães, era o mais importante distrito, até a instalação da estação ferroviária que deu origem ao atual centro de Brumadinho. Assim, o antigo povoado, aos poucos, perdeu relevância, além de moradores, voltando a atrair residentes recentemente. Seu limite com as matas do sistema Rio Manso também não favoreceu o seu desenvolvimento, havendo uma série de limitações a sua expansão.

No entanto, como testemunho vivo da história da região, Conceição do Itaguá se tornou uma referência para a cultura municipal, abrigando algumas das mais tradicionais expressões de Brumadinho: a Festa de Nossa Senhora da Conceição e a Festa de Nossa Senhora do Rosário, organizadas e executadas pelo Moçambique, e a Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição, mais conhecida como a Banda do Brumado, esta última registrada como patrimônio imaterial do município.

A Guarda de Moçambique do Brumado alcança uma existência de mais de três gerações na memória oral, o que fica evidente quando se identifica que as lembranças evocadas pelos capitães antecedem a instalação da estação ferroviária de Brumadinho. É talvez a primeira guarda do município a estabelecer um registro formal enquanto associação e ter um regimento que a torna uma das guardas mais disciplinadas da região, como afirmam com orgulho seus capitães. Essa formalidade e uma série de exigências, segundo eles, dificultaram o crescimento, mas, mantiveram a guarda unida.

Os fortes laços de solidariedade envolvem toda a comunidade de Conceição de Itaguá, a ponto de ser uma das poucas guardas na região com uma sede, o Salão do Rosário. Na sede ocorrem encontros semanais dos congadeiros, onde também guardam seus instrumentos e equipamentos. O Salão do Rosário é dotado de uma capela e de uma cozinha equipada para grandes banquetes, fornecendo infraestrutura adequada para a Festa do Rosário.

Assim, a Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário (Moçambique do Brumado) é uma das guardas que menos acessam a prefeitura em busca de apoio, tendo recebido, apenas recentemente, mantimentos para o almoço e lanches da festa, que antes eram providenciados pelas doações locais. Um tanto avessos ao patrocínio público, associando-o aos apadrinhamentos políticos, e sempre orgulhosos da rede de suporte que montaram, evitavam solicitar benefícios. No entanto, entenderam recentemente que receber o apoio da prefeitura libera-os para investirem na implementação da sede e para angariar mais recursos para as viagens.

Na Festa de Nossa Senhora da Conceição são responsáveis pelo levantamento do mastro e abertura dos festejos em honra da padroeira local. Participam das festas das outras guardas e assim como as demais tem laços de amizade com guardas da RMBH.

Cada uma das guardas descritas neste Relatório faz sua(s) festa(s) associada(s) seguindo o mesmo roteiro: hasteamento da bandeira de aviso, novena, levantamento dos mastros e festa no domingo com recepção das guardas visitantes. Nestas festas são servidos cafés da manhã e almoços para convidados e visitantes.

Seguem-se os demais bens culturais de natureza imaterial localizados na sede:

#### 4. Encontro de Folias (Foto 6-3)



Foto 6-3: Cartaz do Encontro de Folias em 2016 – Brumadinho/ MG.

Fonte: Prefeitura Municipal de Brumadinho.

O Encontro de Folias é um importante evento no município de Brumadinho, acontecendo todo final de maio há pelo menos 22 anos de maneira ininterrupta. O principal responsável pela organização do encontro atualmente é o Sr. Modesto que conta com o apoio da Prefeitura. O concorrido Encontro de Folias reúne cerca de 12 grupos da região e faz parte do calendário oficial do município. Ele acontece com apresentações programadas com tempo e ordem pré-determinados, nos quais cada folia sobe ao palco e apresenta suas canções. Fora do palco, o ambiente é descontraído, com almoço e rodas de folia em que os membros das várias folias se misturam trocando canções e letras. Este encontro não está indicado no mapa, por se tratar de uma festa móvel e não haver espaço fixo para sua realização. Além disso, as folias não possuem sede e durante o período das festas elas perfazem um percurso de visitas.

#### 5. Folia de Reis de São Sebastião

Na sede de Brumadinho encontra-se a Folia de São Sebastião que pertenceu ao falecido Geraldo Dentinho e hoje está sob o comando do Sr. Modesto. No bairro de Santa Efigênia Dona Vilma, tia do Capitão de Moçambique Aldo César, mantinha um grupo de Pastorinhas que hoje não existe mais. No município há ainda a tradicional Folia de Ribeirão, na comunidade quilombola na região do Sapé (AII), que é comandada pelo Sr. Eustáquio, conhecido como Eustáquio da Merenda. É importante ressaltar que, atualmente, a folia é mantida principalmente pelos congadeiros em Brumadinho.

Apesar dessa tradição, poucas informações foram encontradas a respeito da Folia de São Sebastião. O mais digno de nota é que no final de maio, o Sr. Modesto com apoio da Prefeitura organiza o já referido Encontro de Folias. Como a folia não possui sede e as informações foram coletadas através do capitão de Moçambique Aldo César e da secretaria de cultura, esta folia não está sinalizada no mapa.

#### 6. Corporação Musical de São Sebastião

Outra grande tradição do município são as bandas de música, que mereceram destaque na entrevista concedida pelo Professor Nery, autoridade na história municipal. Brumadinho é uma cidade musical e isto é atestado pelo registro de três bandas como patrimônio imaterial municipal (uma localizada na AII, conforme exposto anteriormente e, as outras duas, na AID, conforme será descrito adiante). O interessante é que a mais antiga delas, a Corporação Musical de São Sebastião (Foto 6-4), não está relacionada entre as registradas, mas conforme observação em campo, esta é a banda que funciona de forma mais autônoma. O Serviço Nacional de Comércio (SENAC), faz um breve histórico da banda de São Sebastião:



Foto 6-4: Sede da Corporação Musical São Sebastião – Brumadinho/MG.

Fonte: Marcos da Costa Martins. Data: maio de 2016.

*A Corporação Musical Banda São Sebastião foi fundada em 13 de maio de 1929 pelos senhores Tarcílio Gomes da Costa, Luís Gonzaga Júnior e Padre Eupídio, que doou à Entidade um terreno que ficava atrás da igreja.*

*O primeiro regente da Corporação foi o Sr. Messias Braga, seguido de: Luís Gonzaga Júnior (1929-1932); Jerônimo Magalhães (1932-1936); João Feliciano (1936-1940); Manoel Alves Teixeira (1940-1943); Ourico Alves Teixeira (1943-1946); Ubaldo de Aguiar (1946-1954); Geraldo Cordeiro dos Santos (1954-1992); Júlio dos Santos (1992-1993); Antônio Adão da Silva (1993-1998); e, por fim, o atual regente, Anderson Hernany Cordeiro, desde 1998.*

*Em 26 de outubro de 1980, foi inaugurada a nova Sede da Banda, localizada à Rua Tarcílio Gomes da Costa, 81 – doada pela prefeitura. A Corporação completará 80 anos em maio de 2009, sendo mais antiga que a própria cidade.*

*Em seus aniversários, a Banda presenteia a população com apresentações especiais no Teatro Municipal de Brumadinho.*

*Atualmente conta com 35 integrantes, na faixa etária de 11 a 50 anos, de ambos os sexos. A banda faz 80 apresentações em média, por ano, em festas religiosas, bailes, concertos, serenatas, aniversários e eventos em geral. Além de ser muito requisitada na região de Brumadinho, apresenta-se em toda Minas Gerais e em outros estados, levando o nome da cidade a várias partes do país.*

*A Banda São Sebastião é a maior manifestação musical de Brumadinho e oferece a melhor infra-estrutura possível aos seus músicos. Além de material e cursos (aulas com professores graduados da UEMG, UFMG e FUNARTE), o espaço físico da sede foi ampliado com a construção de uma sala de estudos, uma sala de armários para instrumentos e uma cozinha. Possui projeto para construção de mais duas salas.*

*O atual regente foi preparado pelo curso livre de música do Palácio das Artes, além de ter participado de inúmeros outros cursos para oferecer boa base musical aos membros da Corporação. Há também uma escola de música, onde interessados de qualquer idade podem aprender musicalização infantil, flauta-doce, teoria musical, divisão da música, saxofone, clarineta, trompete, trombone, tuba, bombardino e percussão (SENAC, 2016)*

## 7. Corporação Musical Santa Efigênia

A outra banda é a Corporação Musical Santa Efigênia (Foto 6-5) cujo dossiê de registro traz de novo a importância do congado para o cenário municipal, uma vez que, foi José Maria Bibiano, o fundador da Guarda de Moçambique de Santa Efigênia, quem também fundou a banda. Lembra-se que como já referido, ele era músico profissional. A banda demonstra o profundo apego e amor desta família pelo bairro, que vai deixando tantos legados culturais quanto os citados neste estudo.



Foto 6-5: Banda de Santa Efigênia – Brumadinho/MG.

Fonte: Dossiê de Registro Imaterial da Corporação Musical de Santa Efigênia Brumadinho, MG, 2015.

*Fugindo do papel tradicional de banda marcial, a corporação toca e encanta o público pelas ruas da cidade, agindo sempre na busca de resgatar as manifestações culturais populares, como o carnaval das marchinhas, a volta tradicional do papai Noel, as serestas de rua, a serenatas mineiras, lembrando sempre que “o artista tem que ir aonde o povo está” (Dossiê de Registro Banda de Santa Efigênia, 2015, p. 44)*

Também do registro extraímos a seguinte passagem sobre os recursos:

*Os recursos para a manutenção da banda são mínimos e são advindos principalmente do maestro e dos demais músicos. Ainda continuavam com dificuldades financeiras e quase sem apoio externo. Um dos poucos recursos externos é um convênio com a prefeitura de Brumadinho onde são repassados anualmente uma quantia em torno de nove mil reais, que auxilia, mas para os custos da banda se torna um recurso mínimo.*

*Sendo recursos financeiros advindos basicamente dos próprios músicos. Em geral, este dinheiro é revertido na compra de: partituras, paletas, uniformes e reforma ou compra de instrumentos (Dossiê de Registro Banda de Santa Efigênia, 2015, p. 53)*

## 8. Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição

Há ainda na AID a Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição, conhecida como Banda do Brumado (Foto 6-6), que o dossiê descreve da seguinte maneira:



Foto 6-6: Integrantes da Banda de Brumado – Brumadinho/MG.

Fonte: Dossiê de Registro Imaterial Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição.

*A Corporação musical, que os brumadinhenses conhecem carinhosamente enquanto banda do Brumado devido ao seu bairro de origem ser o antigo Brumado atual distrito de Conceição do Itaguá, foi fundada no ano de 1920 pelo pai do atual maestro e presidente da corporação o senhor Joaquim Xisto Sales e segundo relatos do mesmo até o ano de 1950 ela possuía o nome de Banda de Santa Cecília (lembrando que Santa Cecília é considerada a padroeira dos músicos). A partir desse período segundo alguns relatos a banda passa a sofrer algumas perseguições políticas no município de Brumadinho chegando ao ponto de terem seus instrumentos apreendidos e a situação transformado em questões jurídicas e por isso ficou cinco anos na inatividade (1950 a 1955).*

*Tendo a Corporação musical de Nossa Senhora da Conceição (nome esse adotado após o retorno das atividades da banda em 1955) só voltando a ativa devido a um certo clamor e apelo popular, o que em si demonstra a afetividade e representatividade de referido bem a comunidade brumadinhense. Desse período até o ano de 1984 a banda atuou sem um registro civil tendo o mesmo sido providenciado pelo atual presidente o maestro Joaquim Xisto Sales e estabelecido um novo e atual estatuto da corporação musical.*

*E a partir de então a corporação vem atuando em diversos eventos municipais e intermunicipais sendo eles sociais, civis ou religiosos. A participação da comunidade na corporação foi tanta que foi criada uma “escolinha” musical para ensinar aos jovens da comunidade brumadinhense mais especificamente os de Conceição de Itaguá. Essa escolinha existe até os presentes dias ensinado a crianças, adolescentes, adultos e idosos. Sendo as aulas ministradas pelo maestro Joaquim Xisto Sales dois dias na semana (terça e quinta-feira) durante os três turnos (manhã, tarde e noite) (Dossiê de Registro Imaterial Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição, 2015, p.42).*

Para completar o levantamento dos bens imateriais na AID, tem-se dois lugares como dimensões ou categorias em que o Patrimônio Imaterial se desdobra. Os lugares no patrimônio imaterial correspondem a locais dedicados aos bens imateriais. Estes são bens para além das suas características arquitetônicas, contendo uma função memorial, ritualística ou de prática de artes e ofícios.

#### 9. A Casa de Cultura Carmita Passos (Foto 6-7)

É o mais importante centro de divulgação e transmissão da cultura municipal e também serve como centro de atendimento ao turista. É reconhecido pela guarda dos saberes e ofícios artesanais do município, o que o credita como bem cultural imaterial na medida em que além de um espaço físico, é uma instituição de apoio e memória do patrimônio imaterial. Aqui, para o patrimônio imaterial, não se trata do prédio, mas das funções da instituição ali exercidas e o lugar de referência para a população. Lá estão expostos trabalhos de arte e produções artesanais do município.



Foto 6-7: Casa de Cultura Carmita Passos – Brumadinho/MG.

Fonte: Marcos da Costa Martins. Data: maio de 2016.

#### 10. Instituto Inhotim (Foto 6-8)



Foto 6-8: Fachada em Inhotim homenageando o Congado de Brumadinho – Brumadinho/MG.

Fonte: [http://revistaraz.uol.com.br/portal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1725&Itemid=9](http://revistaraz.uol.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=1725&Itemid=9)

Na última década o Instituto Inhotim deu notoriedade a Brumadinho, sendo um dos mais importantes centros de arte contemporânea do Brasil, com um Jardim Botânico que faz dele o maior centro de arte ao ar livre da América Latina. O instituto gerou centenas de empregos diretos e indiretos e atrai diariamente grande número de visitantes, intensificando a circulação de turistas nacionais e internacionais, e incrementando a economia local, bem como, servindo de indutor na valorização das comunidades tradicionais e das manifestações locais. As ações afirmativas em favor das comunidades do Sapé e do seu entorno são fortemente acentuadas nos depoimentos colhidos nesta região. Essas ações incluem o apoio à revitalização das praças e ao congado de Brumadinho, oferecendo trabalho, transporte e organizando eventos que incluem as guardas de Moçambique e Congo, iniciação musical e coral<sup>62</sup>.

Pensando em termos de desenvolvimento regional, o Instituto Inhotim realizou um “mapeamento sobre os produtos artesanais de Brumadinho e da mobilização dos artesãos”. Aprovou também no Ministério do Turismo um projeto que contempla 44 artesãos, chamado “Fortalecimento da Rede Comunitária do Turismo em Brumadinho”. A Diretoria de Inclusão e Cidadania participa ainda dos Circuitos Turísticos de Minas - Vale do Paraopeba e Estrada Real. Entre as ações desenvolvidas destacam-se as relacionadas à capacitação de pessoal de hotelaria e gastronomia para a oferta de serviços de qualidade<sup>63</sup>.

Apesar dessas ações, há relatos populares correntes no município de que o Instituto Inhotim não é de fato ligado às comunidades de seu entorno uma vez que, é uma iniciativa privada dissociada das políticas públicas para a cultura local. Portanto, retorna poucos benefícios às comunidades e acentua, inclusive, uma visão segregadora do espaço municipal, visto que, seu paisagismo e cuidado estético rivalizam com a falta de planejamento urbano do entorno. O Instituto atrai milhares de pessoas que apenas passam pelo município, e funciona de forma autônoma e distante da realidade municipal, sem haver confluência de interesses. Os agentes de cultura locais afirmam que o Instituto oferece atividades de apoio apenas superficiais como contrapartida, e que não atende as comunidades considerando a diversidade cultural local. Um exemplo é o auxílio aos grupos de congado do Sapé sem dar atenção ao Congado de Santa Isabel, no bairro Cohab, que é vizinho ao Instituto Inhotim.

### **6.3.2 IGARAPÉ**

Igarapé, dos três municípios, parece ter a sede com a rede mais completa de serviços, dando um aspecto mais dinâmico, em termos de estruturas físicas, ofertas de atividades e mobilidade da população, comparado aos demais municípios estudados. Esse dinamismo está relacionado à seguinte conjunção de fatores: à história mais longa da sede, ao tamanho do município, à ausência de distritos, à proximidade com a BR-381 e a sua alta densidade demográfica. Todos esses fatores aceleram e intensificam os contatos, criando uma

---

<sup>62</sup> De acordo com o tópico Desenvolvimento Regional na página institucional <http://www.inhotim.org.br/index.php/p/v/210-431>, consultado em 28 de junho de 2016.

<sup>63</sup> De acordo com o tópico Desenvolvimento Regional na página institucional <http://www.inhotim.org.br/index.php/p/v/210-431>, consultado em 28 de junho de 2016.

estrutura urbana mais ramificada e bem estabelecida. Neste sentido, as ações de cultura pareceram mais consistentes e variadas do que nos demais municípios deste estudo.

#### 1. Casa de Cultura Frater Henrique Cristiano José Mattos.

As informações prestadas por Cláudio Martins, assessor da Secretaria de Cultura e gestor da Casa de Cultura Frater Henrique Cristiano José Mattos (Foto 6-9), apontaram que realmente há uma série de atividades, mesmo que estas tenham sido fortemente impactadas pela atual (2012-2016) crise econômica. Essa crise está ligada ao próprio fechamento das minas para as quais este estudo está sendo conduzido, resultando em desemprego e queda de arrecadação municipal. O interessante nos apontamentos de Cláudio é a variedade e extensão dos públicos participantes e a ideia de vínculo que tais iniciativas carregam e tentam fortalecer. Os principais eixos de atividade da Casa de Cultura, que também abriga atividades do CRAS, são a música e a capoeira.



Foto 6-9: Casa de Cultura Frater Henrique Cristiano José Mattos – Igarapé/MG.

Fonte: Marcos da Costa Martins. Data: maio de 2016.

A Capoeira está sob a responsabilidade de Mestre Jorge Pereira ou Jorginho, através do Grupo de Capoeira Congo do Vale, que tem encontros semanais as quintas e atrai mais de 100 alunos, atendendo a um público principalmente escolar. Na quarta as atividades da Capoeira são dedicadas aos alunos da APAE. Ligada à capoeira, a Casa de Cultura também oferece uma oficina de percussão que inclui a confecção de instrumentos.

Para os adultos existe uma oficina de dança de salão muito concorrida que acontece nas sextas-feiras, no período noturno, somando entretenimento e aprendizagem.

As seguintes atividades foram suspensas em vista da falta de recursos: dança para crianças, teatro e coral.

## 2. Espaço da Música (Foto 6-10)

A Secretaria de Cultura ainda oferece o Espaço da Música, na Praça de mesmo nome, com oferta de cursos de violão e violino, que atraem mais de 100 alunos, acarretando listas de espera. O curso de violão acontece em tempo integral e o de violino é restrito pela complexidade e custo do instrumento e pela dificuldade de encontrar professores.



Foto 6-10: Espaço da Música – Igarapé/MG.

Fonte: Marcos da Costa Martins. Data: maio de 2016.

## 3. Banda Lira de Santo Antônio (Foto 6-11)

Completando o quadro de ações na área da música, há o apoio à Banda Lira de Santo Antônio. Trata-se de uma associação que tem convênio com a Prefeitura e que é dirigida pela Maestrina Maria Angélica. Os encontros de bandas eram comuns, mas, as dificuldades financeiras fizeram com que fossem interrompidos, segundo relatado durante os trabalhos de campo.

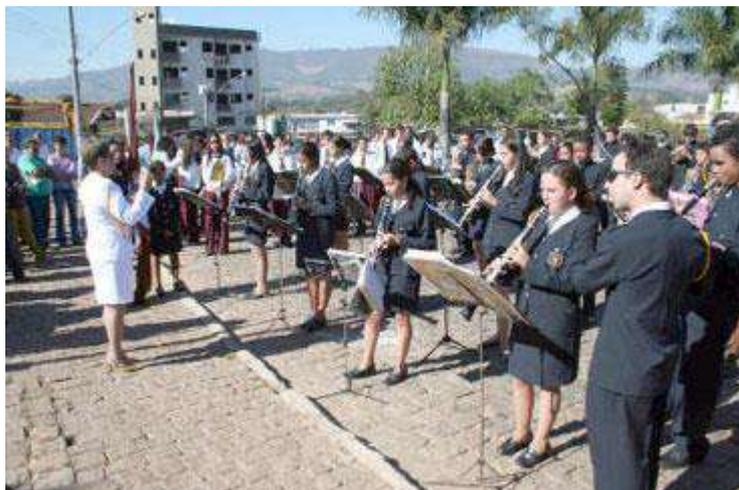


Foto 6-11: Lira de Santo Antônio durante Encontro de Bandas – Igarapé/MG.

Fonte: <http://igarapemg.com.br/cultura/banda/banda.htm>.

#### 4. José Dionísio (Foto 6-12)

José Dioniso é uma das personalidades centrais da cultura popular de Igarapé. Conhecido como “Zé Doido” por aceitar, em sua juventude, trabalhos perigosos que outras pessoas não faziam. Ele se tornou figura pública inventariada no rol das personalidades que são inestimáveis à cultura local. José Dioniso é um entusiasta, músico autodidata, envolvido na folia e no congado. Quando os líderes dessas manifestações faleceram, Dioniso assumiu o controle para não deixar que elas se perdessem. O congado que ele diz ter, no entanto, não tem uma festa própria. Na ausência de capitania, a Festa do Rosário e a instituição do Reinado do antigo Moçambique da cidade foram extintas.



Foto 6-12: José Dioniso – Igarapé/MG.

Fonte: Marcos da Costa Martins. Data: maio de 2016.

Segundo ele, o congado só se forma na redondeza ajudando a levantar as bandeiras em festas de bairro. Em seu relato, não fica claro quais e em que tempo ocorrem as festas por ele citadas, uma vez que, ele relata eventos passados como se fossem contemporâneos. Além disso, várias de suas informações não foram corroboradas pelas informações de Cláudio Martins e do Capitão Marambaia, capitão do único Moçambique realmente em atividade no município. Mas, de todo modo, José Dioniso cita quatro festas em que o congado participa ou participou: São João, Nossa Senhora Aparecida, Imaculada Conceição – estas nos bairros vizinhos – e a Festa do Rosário, de caráter municipal, decididamente descontinuada.

O que de fato é certo sobre ele é que tem apoio oficial para a condução das folias, das quais ele é reconhecido como exímio sanfoneiro e festeiro. Esses fatos foram comprovados quando ele apresentou algumas das canções próprias da folia e outras de sua autoria. Existiam duas Folias de Reis no município (Folia de Nossa Senhora do Desterro e de Nossa Senhora da Conceição) até que no ano de 2013 ambas perderam seus comandantes. Ao que parece, a partir do testemunho de José Dioniso, ele fundiu estas duas folias numa só e

inicia seu percurso de visitação no dia 25 de dezembro até o dia 2 de janeiro. Dentro deste período festivo José Dioniso faz um “boi da manta”, o qual é um folguedo popular em que um dos componentes veste uma grande fantasia de boi que faz pantomimas e persegue crianças e adultos na rua. O Boi da Manta é como um anúncio da abertura do carnaval.

#### 5. Encontro de Folias

A prefeitura de Igarapé, assim como em Brumadinho, apoia vivamente um Encontro de Folias, nos mesmos moldes dos encontros da região, não se envolvendo, no entanto, no período tradicional de saída da Folia. Há uma nítida diferenciação na prática da Folia: o momento oficial, em que as folias peregrinam solitárias por seus percursos (nesse momento é costume dizer que as folias não podem sequer se encontrar) louvando os presépios e os períodos de tempo comum onde coletivamente promovem festas de encontro.

Esse encontro não está indicado no mapa, por se tratar de uma festa móvel e não haver um espaço fixo para sua realização. Além disso, as folias não possuem sedes e durante o período das festas elas perfazem um percurso de visitasões.

#### 6. Mestras da Culinária Tradicional

Um bem registrado, e dos mais aclamados, é o saber das Mestras da Culinária Tradicional de Igarapé, que tem como vitrine um festival reconhecido em toda a região – o “Igarapé Bem Temperado” (Foto 6-13). O festival completou sua décima segunda edição em 2016. O “Igarapé Bem Temperado” ocorre no mês de julho e valoriza a culinária e os ingredientes tradicionais, atraindo um público numeroso. O evento conta com dezenas de estandes, os quais são, em sua maioria, reservados às Mestras da Culinária. Existe também um concurso de receitas e o público ultrapassa 20 mil pessoas.



Foto 6-13: Cartaz do Festival Igarapé Bem Temperado – Igarapé/MG.

Fonte: <http://www.turismo.mg.gov.br/noticias/1811-setur-mg-participa-do-festival-igarape-bem-temperado-neste-sabado>.

O registro desse saber e de suas mestras gerou um grande dossiê que faz referência a 14 mestras, das quais, as mais antigas e em atividade são a Dona Maria Nunes e a Dona Maria da Freguesia, ambas moradoras da sede do Município. Para evitar repetições, este estudo procura não reproduzir o material que já é de posse do IEPHA, limitando-se a apresentar imagens dos mapas do dossiê (Foto 6-14 e Foto 6-15).



Foto 6-14: Dossiê de Registro do saber das Mestras da Culinária Tradicional.

Fonte: Dossiê de Registro do saber das Mestras da Culinária Tradicional. Acervo da Secretaria de Cultura de Igarapé. Foto de Marcos Martins. Data: maio de 2016



Foto 6-15: Dossiê de Registro do saber das Mestras da Culinária Tradicional.

Fonte: Dossiê de Registro do saber das Mestras da Culinária Tradicional. Acervo da Secretaria de Cultura de Igarapé. Foto de Marcos Martins. Data: maio de 2016.

#### 7. Guarda de Moçambique São João Batista e Nossa Senhora do Rosário – Festa de Nossa Senhora do Rosário – Capitão Marambaia – Último fim de Semana de Junho

Foi identificada no município a manifestação do Congado que tem uma guarda de Moçambique bastante respeitada em toda a região. A Guarda de Moçambique São João Batista e Nossa Senhora do Rosário é capitaneada por José Maria de Souza Mota, conhecido como Capitão Marambaia (Foto 6-16). Sua casa funciona como sede do congado e também abriga um terreiro de Candomblé, o “Ilê Axé Palácio de Oxóssi”, que tem como guias os Orixás Oxóssi e Oxum. No entanto, como ele bem esclarece, as atividades do Terreiro e do Congado não se misturam, sendo de naturezas diferentes e funcionando em diferentes ocasiões. Sua atuação como Pai de Santo atrai pessoas de toda a região e ele dá consultas o dia todo no salão do terreiro.



Foto 6-16: Capitão José Maria de Souza Mota, o Marambaia na sede do congado e do terreiro de candomblé Ilê Axé Palácio de Oxóssi – Igarapé/MG.

Fonte: Marcos da Costa Martins. Data: maio de 2016.

O Capitão Marambaia relata que sempre teve grande amor pelo congado, uma vez que, o pai e o avô tinham um Moçambique na região de Teófilo Otoni, de onde o Capitão provém. Tendo se mudado para Igarapé há cerca de 30 anos e vendo-se distante de sua terra natal, organizou seu próprio Moçambique e adotou, como é comum na região de sua origem, as festas juninas como ocasião para as festas de Congado. Essa aproximação do Congado com as festas juninas não é incomum e é bastante típica no Norte de Minas, como se observa na Festa do Serro e pode ser verificado também na Serra do Cipó, entre os moradores do Quilombo do Matissão, por exemplo.

Assim, no final de junho, todo o grupo com cerca de 40 pessoas se prepara para receber os convidados, numa festa em que levanta-se (hasteia-se) a bandeira para São João Batista, São Pedro e Santo Antônio, além de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. Nessa festa são recebidas mais de dez guardas oriundas da RMBH. Nela, além dos tradicionais almoços, os cafés são oferecidos com comidas típicas de festas juninas.

É interessante fazer uma observação sobre o processo histórico do congado em Igarapé. O congado autóctone que tinha se estabelecido desde o século XIX na região, do qual José Dioniso está entre os últimos descendentes, entrou em franca decadência. Note-se que a festa municipal do Rosário há muito deixou de ocorrer. O congado, hoje referência no município, é de certa forma estrangeiro, tendo uma devoção ligeiramente diferente da praticada na região. Dentre as diferenças, está uma prática católica mais popular alheia à Igreja. Não há missa conga, tampouco, visitação às Igrejas, ainda que a comunidade mantenha uma novena<sup>64</sup>.

O capitão Marambaia é bastante ativo no cenário cultural do município, participando do Conselho de Patrimônio. Portanto, tem trânsito na política pública, e obtém apoio irrestrito para as festas e ônibus a fim de cumprir as visitas festivas que todo congado costuma fazer em troca das visitas que recebe em sua festa. Uma prova do apoio é que a rua onde fica a sede do Moçambique, no bairro Fernão Dias, na periferia da cidade, é a única asfaltada do entorno. O motivo do asfaltamento foi favorecer a Festa do Congado.

#### 8. Conjunto de coroas do reinado

Outro testemunho da importância do congado na cidade é que o conjunto de coroas do reinado é inventariado como bem móvel do município e são mantidas sob os cuidados da Guarda, que tem nelas objetos de veneração, de transmissão dos cargos e da história inerente aos membros do congado.

#### 9. Maria Helena

Encontramos em Igarapé Maria Helena, professora de formação e pintora autodidata, que fez de seu dom uma forma de contar as histórias do município através de imagens (Foto 6-17). Seu processo de pesquisa inclui a busca de informações com os antigos moradores e famílias numa confecção conjunta das paisagens que marcavam a cidade em

---

<sup>64</sup> Este vídeo do Youtube, mostra a abertura da Festa na Guarda de São João Batista em Igarapé em 2012, <https://www.youtube.com/watch?v=lgrqYbsimog>, consultado em 28/06/2016.

seus primórdios. Assim, Maria Helena faz um trabalho sensível de rememoração, fundindo aspectos fictícios e históricos, numa elaboração coletiva de como fora a cidade e como foi sua transformação ao longo do século.



Foto 6-17: Exemplo do trabalho de Maria Helena que mostra a antiga habitação em comparação com a paisagem contemporânea do centro de Igarapé – Igarapé/MG.

Fonte: Acervo pessoal da Pintora Maria Helena. Data: maio de 2016.

Por fim, cabe citar que no IEPHA encontram-se listados como bens a inventariar as benzedeadas e benzedores do município, mas não foram encontradas as fichas de inventário e, tampouco, referências locais desta prática.

### 6.3.3 SÃO JOAQUIM DE BICAS

São Joaquim de Bicas tem um cenário socioeconômico, político e cultural fragilizado. O município tem o histórico de emancipação mais recente dos apresentados neste relatório, datado de 1995. Nas últimas décadas São Joaquim de Bicas experimentou um crescimento desordenado de condomínios e loteamentos, em sua maioria sem infraestrutura básica, sofrendo, dessa forma, os efeitos de uma urbanização sem planejamento. Existem, ainda, dois presídios no município: São Joaquim de Bicas I e II. Os presídios atraem uma população flutuante que contribui para o enfraquecimento dos laços sociais tradicionais relacionados ao patrimônio cultural. Somam-se, ainda, os seguidos casos de corrupção na Prefeitura e Câmara municipais e a pouca atenção destinada aos bens culturais existentes, à descontinuidade de programas de apoio e à falta de orientação de uma política pública consistente de salvaguarda.

Diante do quadro sócio-político esboçado acima, São Joaquim de Bicas configura o município com as políticas culturais mais frágeis dentre os estudados. Há três anos sem participar do ICMS cultural, o município tem ações de cultura desarticuladas e estabelece pouco contato com os detentores. O conselho de patrimônio não se reúne regularmente e, tampouco, existem estratégias para a retomada dos inventários e registros. As principais iniciativas estão estagnadas ou foram canceladas.

É interessante ressaltar que, diferente dos outros dois municípios objeto do presente estudo, não há guardas de congado pertencentes ao município de São Joaquim de Bicas. Porém, os padres recém-chegados à paróquia, como entusiastas da cultura popular, instauraram uma

missa conga que nos últimos dois anos (2014-2015) é oficiada pelo Moçambique de Igarapé, e, inclusive, é bastante elogiada pelo Capitão Marambaia.

A seguir, apresenta-se os bens imateriais localizados na AID de São Joaquim de Bicas.

#### 1. Casa de Memória (Foto 6-18)

A casa da memória funciona como espaço de acolhimento e exposição da memória municipal, porém, não possui funcionários preparados para a recepção dos visitantes e tem pouco conhecimento do acervo e da história do município. A casa perde o potencial de testemunho, uma vez que, a coletânea de objetos memoriais só faz sentido se há uma história ligada a ela. Do contrário se torna apenas uma exibição de objetos deslocados de seus contextos. Assim, se eles são uma memória da vida cidadina eles devem ser tratados como capítulos de uma história coletiva. Era esse o objetivo quando a casa foi criada por voluntários da comunidade local, destacando-se a professora Neuza Maria de Almeida Batista.



Foto 6-18: Um dos espaços da Casa da Memória que guarda os instrumentos da antiga banda de São Joaquim – São Joaquim de Bicas/MG.

Fonte: Marcos da Costa Martins. Data: maio de 2016.

#### 2. Festival da Farofa

O Festival da Farofa é organizado por mais de 14 anos e é importante para a divulgação do patrimônio culinário da comunidade de Nossa Senhora da Paz. O evento passou por um processo de descaracterização, excluindo detentores e não se ajustando ao modo de vida do pequeno distrito, e, por isso, foi extinto. O festival premiava cozinheiras e receitas, como mostra a Foto 6-19.



Foto 6-19: Cartaz na Casa da Memória com cozinheiras e receitas vencedoras no Festival da Farofa no anos de 2014 e 2015 – São Joaquim de Bicas.

Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura de São Joaquim de Bicas.  
Foto: Marcos da Costa Martins. Data: maio de 2016.

### 3. Instrumentos da Folia

Sobre as Folias de Reis localizadas no município, a prefeitura possui pouca informação. Um exemplo deste descompasso é que existem os instrumentos originários do século XIX, de uma antiga Folia, os quais são tombados, e cuja família detentora não permite a divulgação de informações e que, por isso, não estão sinalizados no Mapa de Bens Identificados. Esse fato indica um processo de inventário e tombamento sem os devidos cuidados de informação junto aos detentores.

Para compreender melhor a dinâmica cultural do município foi contatada a professora de história Neuza Maria de Almeida Batista. Ela, por seu conhecimento da história local e experiência na mobilização de famílias e detentores, bem como, com o apoio da MMX, conseguiu por certo tempo incentivar tanto a fundação da Casa de Memória, como estimular os alunos do ensino médio, com os quais trabalhava, a conhecerem e registrarem as folias. Segundo Neuza, no trabalho coletivo, os alunos encontraram cinco folias, das quais hoje, apenas duas circulam pelo município, que são as seguintes:

4. Folia de São Joaquim (Foto 6-20)



Foto 6-20: Folia de São Joaquim conforme trabalho dos alunos da E.E. Geralda Eugênia – São Joaquim de Bicas/MG.

Fonte: Acervo pessoal de Dona Neuzza Batista. Data: maio de 2016.

A folia de São Joaquim, liderada pelo Sr. Vanderlei, segue o modelo das demais folias apresentadas neste estudo. Composta por homens, a maioria dos quais de faixa etária acima dos 40 anos de idade, a folia se reúne de maneira informal para celebrar o ciclo natalino, visitando as famílias da sede e da região rural, cantando para os presépios montados durante o ciclo de nascimento do menino Jesus. O grupo também participa dos encontros de folia na região.

5. Folia de Nossa Senhora da Paz (Foto 6-21), no distrito de mesmo nome



Foto 6-21: Folia de Nossa Senhora da Paz conforme trabalho dos alunos da E.E. Geralda Eugênia – São Joaquim de Bicas/MG.

Fonte: Acervo pessoal de Dona Neuzza Batista. Foto de Marcos Martins. Data: maio de 2016.

As informações sobre as folias de São Joaquim de Bicas foram coletadas junto à secretaria de cultura do município que, conforme exposto anteriormente, carece de organização. Não foi possível encontrar os detentores desses bens pessoalmente por estarem fora da cidade a trabalho durante as campanhas de campo. O capitão da Folia de Reis de Nossa Senhora da Paz é o Sr. Euci, e ela ocorre conforme o modelo das demais folias apresentadas neste estudo.

Uma interrupção na transmissão da tradição das folias em São Joaquim de Bicas fez com que as gerações mais jovens ficassem alheias a elas, que, conseqüentemente foram reduzidas à prática somente por homens da terceira idade. Este fato esteve relacionado com a concepção de que a folia era coisa de gente antiga, com o próprio desinteresse das novas gerações e devido à morte dos velhos praticantes sem deixar herdeiros. Os atuais componentes, no esforço de manter as folias, muitas vezes reúnem integrantes de outras folias para saírem e cumprirem suas visitas. Assim, foi importante a ponte que a Escola Estadual Geralda Eugenia estabeleceu entre as gerações, apresentando a Folia aos mais jovens. Essa ação permitiu que aprendessem com os detentores mais antigos, realizando oficinas de vestuário, bandeiras e instrumentos e chegando, inclusive, a formar uma folia composta por jovens que, ao término do projeto, não continuaram com a prática. O trabalho desses alunos é um exemplo de inventário e salvaguarda realizados pela própria comunidade. À época, esse projeto foi encampado pelo “Programa Interação da MMX”, iniciativa da MMX para promover o relacionamento entre a empresa e os moradores das cidades onde estão instaladas suas minas. De 2009 a 2013, o trabalho foi realizado junto à comunidade escolar, com a participação de 20 escolas, 100 famílias, 50 professores e 550 alunos, aproximadamente, em Igarapé e São Joaquim de Bicas<sup>65</sup>.

## 6. Festa de São Joaquim

A Festa de São Joaquim é a maior festa popular do Município, ocasião em que se celebra o dia do Padroeiro. É uma festa que Dona Neuza Batista gosta de comparar, em sua tradicionalidade e modo de organização, com quermesses, bailes, leilões e com a Festa de Nossa Senhora das Mercês no Tejuco, para ressaltar sua antiguidade e a filiação regional. É ainda a ocasião para as famílias locais contribuírem para a confecção de um memorial da cidade que fica aberto aos visitantes. A Figura 6-2, a seguir, ilustra o programa da última festa.

---

<sup>65</sup> Entrevista com D. Neuza Batista.

<p><b>DIA 17 - SEXTA-FEIRA / 1º DIA DA NOVENA</b></p> <p>18:00 - Carreata em honra à São Joaquim 19:30 - Matriz - Missa de Abertura celebrada pelo Padre Guilherme Machado Tema: "A família educadora para a paz"</p>	<p><b>DIA 22 - QUARTA-FEIRA / 6º DIA DA NOVENA</b></p> <p>19:30 - Matriz - Missa celebrada pelo Padre Amarildo Tema: "Que os governantes sejam instrumentos de paz e unidade."</p>
<p><b>DIA 18 - SÁBADO / 2º DIA DA NOVENA</b></p> <p>19:30 - Matriz - Missa celebrada pelo Padre Valdir Sloboda Tema: "Os pais são sujeitos na geração e educação dos filhos. Paz se aprende no colo dos pais."</p>	<p><b>DIA 23 - QUINTA-FEIRA / 7º DIA DA NOVENA</b></p> <p>19:30 - Matriz - Missa Sertaneja celebrada pelo Padre Geraldo Agostinho Tema: "Paz no campo."</p>
<p><b>DIA 19 - DOMINGO / 3º DIA DA NOVENA</b></p> <p>19:30 - Matriz - Missa celebrada pelo Padre Geraldo Agostinho Tema: "Construir a paz na relação entre pais e filhos"</p>	<p><b>DIA 24 - SEXTA-FEIRA / 8º DIA DA NOVENA</b></p> <p>19:30 - Matriz - Missa celebrada pelo Padre Francisco Cota Tema: "A paz é fruto da reconciliação e do amor."</p>
<p><b>DIA 20 - SEGUNDA-FEIRA / 4º DIA DA NOVENA</b></p> <p>19:30 - Matriz - Missa celebrada pelo Padre Amarildo Tema: "Que o casal seja um para o outro de corpo e de mente. Paz na relação marido e esposa."</p>	<p><b>DIA 25 - SÁBADO / 9º DIA DA NOVENA</b></p> <p>19:30 - Matriz - Missa celebrada pelo Padre Geraldo Agostinho Tema: "Vamos Construir a paz em nossas estradas!" Durante a missa, peça teatral: "A Vida de São Joaquim Cia. Teatral de Arcos - MG"</p>
<p><b>DIA 21 - TERÇA-FEIRA / 5º DIA DA NOVENA</b></p> <p>19:30 - Matriz - Missa celebrada pelo Padre Geraldo Agostinho Tema: "Paz na relação entre patrões e empregados. A paz é fruto da justiça."</p>	<p><b>DIA 26 - DOMINGO / FESTA DE SÃO JOAQUIM</b></p> <p>08:30 - Matriz - Missa celebrada pelo Padre Amarildo Tema: "Os idosos construtores da paz." 11:00 às 18:00 - Domingo na praça 19:00 - Matriz - Missa Festiva celebrada pelo Padre Amarildo e Padre Geraldo Agostinho Tema: Ano da paz.</p>

Figura 6-2: Programa da Festa de São Joaquim – São Joaquim de Bicas/MG.

Fonte: Diocese de Divinópolis. Disponível em:  
<http://www.diocesedivinopolis.org.br/index.asp?c=padrao&modulo=conteudo&url=4147>

## 7. Receitas de Rapadura e Polvilho

As receitas de Rapadura e Polvilho são inventariadas pela Secretaria de Cultura de São Joaquim de Bicas. Procurando os detentores destas receitas, a equipe de pesquisa foi orientada a encontrar Dona Vilma Lúcia da Silva Coelho (Foto 6-22), cozinheira que vive na Vila de Nossa Senhora da Paz. Ela, por amor e valor ao seu ofício, testemunha uma tradição que exerce como fonte de renda. Para além deste aspecto econômico, seu ofício é uma afirmação dos laços profundos entre Igarapé e São Joaquim de Bicas que até pouco tempo atrás eram um só município. Em Igarapé é reconhecida por sua participação nos festivais e em São Joaquim de Bicas é reconhecida pelas receitas de polvilho que vende no mercado municipal. Esses laços são reforçados, ainda, pela localização da residência da cozinheira, no distrito de Nossa Senhora da Paz, divisa com Igarapé, à meio caminho entre as duas sedes.

D. Vilma atendeu os pesquisadores enquanto preparava sua quitanda: o conjunto de roscas, biscoitos, bolos e broas que compõe as mesas de café no interior de Minas (Foto 6-22). Ela mostrou como sustentou toda a família e se tornou uma referência na cozinha da região, dando um profundo testemunho sobre o Festival "Igarapé Bem Temperado", no qual já foi várias vezes premiada. Ela também coleciona várias receitas premiadas que foram apresentadas na Festa da Farofa. D. Vilma considera de grande importância estes eventos, os bastidores, as escolhas de quem participa, as rejeições e a competição que estes festivais encarnam. Relata como gosta do ambiente festivo de cozinhar ao vivo para milhares de pessoas. Também ressaltou que foi este ofício que lhe trouxe ganhos financeiros e permitiu investir no seu negócio de culinária. O ofício e respectiva notoriedade fizeram dela uma grande "banqueteira" na região. A entrevistada critica ainda a visão

mercadológica que tomou o Festival da Farofa, um dos motivos que contribuiu para sua extinção, perdendo as características de uma mostra da culinária rural.



Foto 6-22: Dona Vilma e seus biscoitos –  
São Joaquim de Bicas/MG.

Fonte: Marcos da Costa Martins. Data: maio de 2016.

O principal produto de sua cozinha são os biscoitos de polvilho, cuja preparação, aparentemente simples, demanda etapas complexas, as quais vão desde a produção do polvilho, as misturas, o tempo de espera das massas, até o conhecimento do forno e o uso das folhas de bananeira durante o processo de assar. Dona Vilma atribuiu também uma importância afetiva à receita, pois, relembra que na sua juventude foi esse o produto que ajudou a família a superar a miséria.

Sobre a relação com Igarapé, Dona Vilma faz uma interessante distinção: enquanto em Igarapé seu prestígio foi consolidado pelos pratos e pelo Festival, em São Joaquim de Bicas, o prestígio deve-se à comercialização de seus produtos na feira local, tendo assim uma fonte de renda constante em oposição à renda intermitente do contrato de seus serviços como cozinheira.

## 8. Festa de Nossa Senhora da Paz

Completando a descrição de bens imateriais na AID, lista-se a Festa de Nossa Senhora da Paz, padroeira do distrito de mesmo nome, no entanto, mais conhecido como Farofa, seja por estar próximo da serra de mesmo nome, ou por um nome de família, segundo Dona Neuza Batista. A festa segue o padrão da referida Festa de São Joaquim.



Foto 6-23: Igreja de Nossa Senhora da Paz no distrito de mesmo nome – São Joaquim de Bicas/MG.

Fonte: Disponível em: < <https://www.diocesedivinopolis.org.br/>>.

A Tabela 6-3 a seguir, apresenta um resumo dos bens imateriais identificados na AID contendo município, nome do bem, localização, distância do empreendimento, se possui algum tipo de acatamento e se possui bens associados:

**Tabela 6-3: Bens culturais de natureza imaterial identificados na AID**

MUNICÍPIO	BEM/ DENOMINAÇÃO	PROTEÇÃO (F/E/M/Na)*	LOCALIZAÇÃO	BEM ASSOCIADO
BRUMADINHO	Guarda de Moçambique de Santa Isabel	F	Sede	Festa de Santa Isabel
	Guarda de Moçambique de Santa Efigênia	F	Sede	Festa de Nossa Senhora do Rosário Festa de Nossa Senhora de Fátima
	Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário	F	Conceição do Itaguá	Festa de Nossa Senhora do Rosário Festa de Nossa Senhora da Conceição
	Encontro de Folias	E	Sede	
	Folia de Reis de São Sebastião	E	Sede	
	Corporação Musical São Sebastião	Na	Sede	
	Corporação Musical Santa Efigênia	M	Sede	
	Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição	M	Conceição do Itaguá	
	Casa de Cultura Carmita Passos	Na	Sede	
Inhotim	Na	Conceição do Itaguá		
IGARAPÉ	Casa de Cultura Frater Henrique Cristiano José Mattos	Na	Sede	
	Espaço da Música	Na	Sede	
	Banda Lira de Santo Antônio	Na	Sede	
	José Dionísio	E	Sede	Folias de Reis
	Encontro de Folias	E	Sede	
	Mestras da Culinária Tradicional	M	Sede	Festival "Igarapé Bem Temperado"
	Guarda de Moçambique São João Batista e N. Sra. do Rosário	F	Sede	Festa de Nossa Senhora do Rosário
	Conjunto de Coroas da Guarda de Moçambique	M	Sede	
Maria Helena	Na	Sede		
S. J. DE BICAS	Casa da Memória	Na	Sede	
	Festa da Farofa	Na	N. Sra. da Paz	
	Instrumentos da Folia	M	Sede	
	Folia de São Joaquim	E	Sede	
	Folia de Nossa Senhora da Paz	E	N. Sra. da Paz	
	Festa de São Joaquim	Na	Sede	
	Polvilho e Rapadura	Na	Sede	
	Festa de Nossa Senhora da Paz	Na	N. Sra. da Paz	

\* F = Federal; E = Estadual; M = Municipal; Na = Não acatulado

## **6.4      ÁREA DIRETAMENTE AFETADA**

Em vista de o empreendimento se tratar de uma ampliação/ expansão e estar localizado em áreas desprovidas de habitantes ou manifestações, a implantação do mesmo não envolve nenhum tipo de remoção de população, de modo que não há patrimônio cultural imaterial identificado na ADA. Foi realizado o caminhamento em toda a área da ADA e não foram localizados bens culturais de natureza imaterial.

## **6.5      IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOBRE OS BENS DE NATUREZA IMATERIAL**

A identificação e avaliação de impactos sobre os bens culturais de natureza imaterial considerou a metodologia de Identificação e Avaliação de Impactos constante no ANEXO IV.

Conforme estabelecido, há uma dificuldade em relacionar o levantamento de bens culturais de natureza imaterial à impactos de empreendimentos. No entanto, após realizar o diagnóstico das áreas de influência do empreendimento, conclui-se que este empreendimento não altera as dinâmicas culturais dos bens identificados.

No referido diagnóstico constatou-se que as estruturas do empreendimento não produzirão alterações em territórios tradicionais, tampouco, qualquer deslocamento de populações, não havendo interferência nos sistemas de produção cultural. Ressalta-se que a maioria dos bens culturais imateriais se encontra a grande distância do empreendimento.

Quanto ao escoamento, que utilizará a BR 381, observou-se que a comunidade mais próxima a esta via é a do bairro Citrolândia em Betim, que abriga a Guarda de Congo São Judas Tadeu. O acesso ao bairro Citrolândia, no município de Betim, também é realizado pela BR 381, sendo este o único ponto identificado de cruzamento entre o patrimônio cultural imaterial local e as rotas de escoamento do empreendimento.

Apesar dessa interseção, salienta-se que o escoamento do empreendimento, apesar de intensificar uma dinâmica já existente, apenas retoma um fluxo anterior à interrupção da produção. O presente estudo se refere à reativação da mina e, portanto, traz implícita a continuidade dos fluxos entre a mina e os terminais de escoamento ferroviários outrora existentes, que na época em que funcionavam plenamente não impactavam os bens de natureza imaterial diretamente. Sendo assim, não há percepção de impacto no bem cultural citado.

Ainda com relação ao escoamento do empreendimento, nota-se que apesar da proximidade do município de Sarzedo com o terminal de escoamento, o circuito urbano e as comunidades identificadas com o patrimônio imaterial não cruzam as rotas e nem há interferência no núcleo urbano da sede.

Dessa forma, o empreendimento não altera o modo de vida comunitário e não afeta os principais ciclos de celebração. Assim, considera-se que não haverá impacto significativo que impeça o empreendimento de obter suas licenças.

## 6.6 RESULTADOS E CONCLUSÕES

A área onde a Mineração Morro do Ipê está implantada abrange três municípios, conforme exposto no presente relatório: Brumadinho, Igarapé e São Joaquim de Bicas. Os municípios de Betim e Sarzedo (MG) também fazem parte da AII, uma vez que, apesar de o empreendimento não estar implantado no território destes municípios, eles são interceptados pelas vias de escoamento do minério.

Para os bens culturais de natureza imaterial, o levantamento de campo realizado nas Áreas de Influência do empreendimento identificou 54 bens culturais, dos quais 40 são acautelados. Temos a seguinte distribuição por município:

- Brumadinho: total de 20 bens, sendo 16 acautelados. Do total de bens, 10 estão localizados na AID, dos quais 7 são acautelados. Na AII estão localizados os outros 10 bens, dos quais 9 são acautelados.
- Betim: total de 13 bens, todos acautelados, todos na AII.
- Sarzedo: total de 4 bens, sendo 2 acautelados, todos na AII.
- Igarapé: total de 9 bens, sendo 6 acautelados e todos localizados na AID.
- São Joaquim de Bicas: total de 8 bens, sendo 3 acautelados e todos localizados na AID.

A Tabela 6-4 apresenta a quantidade de bens nas Áreas de Influência do Empreendimento. No entanto, ressalta-se a existência dos bens associados, que foram listados e descritos, porém, não estão contabilizados na referida Tabela. A categoria da cautela pode incidir mais de uma vez sobre o mesmo bem (por exemplo, ele pode acautelado em nível federal, estadual e municipal ao mesmo tempo).

**Tabela 6-4: Bens Imateriais Diagnosticados na Áreas de Influência do Empreendimento**

Municípios	Áreas de Influência											
	ADA				AID				AII			
Localização	F	E	M	Na	F	E	M	Na	F	E	M	Na
<b>Acautelamento<sup>66</sup></b>												
Brumadinho	0	0	0	0	3	2	2	3	5	1	2	3
Igarapé	0	0	0	0	1	2	3	3	0	0	0	0
São Joaquim de Bicas	0	0	0	0	0	2	1	5	0	0	0	0
Betim	0	0	0	0	0	0	0	0	11	1	13	0
Sarzedo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1

Fonte: Levantamento de dados primários em campo (ADA e AID) e dados secundários (AII).

Mesmo na AID, os bens encontrados, a princípio, não têm suas dinâmicas afetadas pelas atividades do empreendimento conforme exposto no capítulo de identificação e avaliação de impactos.

<sup>66</sup> F = Federal; E = Estadual; M = Municipal; Na = Não acautelado.

## 7 DIAGNÓSTICO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA MATERIAL

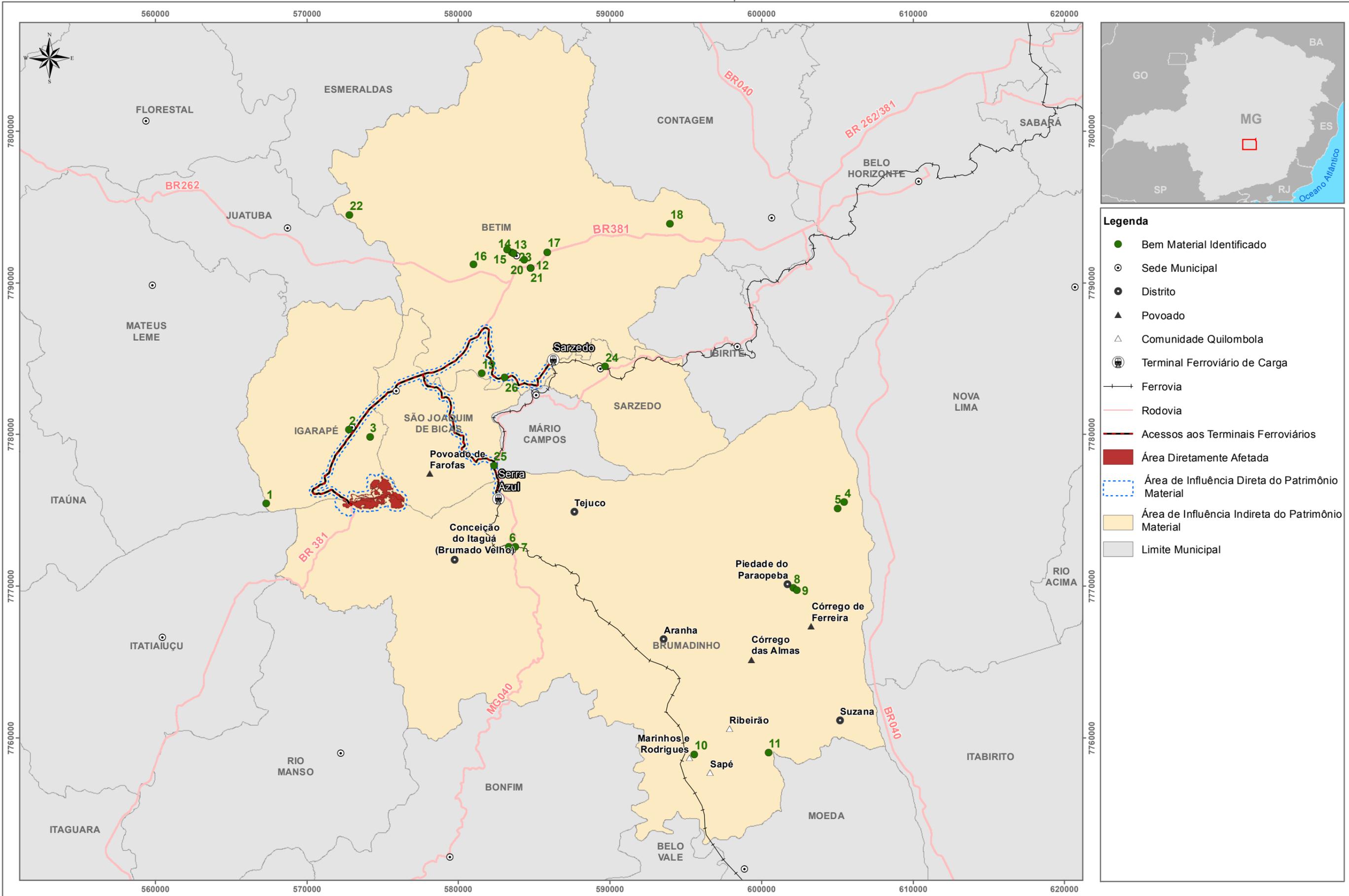
O diagnóstico teve início com a pesquisa secundária sobre os bens acautelados de cada um dos municípios que integram as áreas de influência. Foram pesquisados bens tombados a nível federal, estadual ou municipal e bens inventariados no ICMS Cultural, de acordo com a Listagem de Bens Protegidos em Minas Gerais apresentada ao IEPHA até o ano de 2015 - exercício 2016. Os bens culturais de natureza material são classificados pelo IEPHA como: Núcleos Históricos (NH), Conjuntos Paisagísticos (CP), Bens Imóveis (BI) e Bens Móveis (BM).

O Mapa de Bens Materiais Identificados na Área de Influência (Figura 7-1) mostra os trajetos e rotas percorridos em campo e conseqüentemente as regiões visitadas. As rotas e trajetos se basearam na busca exaustiva pela identificação e localização dos bens listados na primeira etapa do trabalho. Os caminhamentos foram feitos de acordo com as áreas de influência: ADA (área destinada às atividades do empreendimento), AID (buffer de 200 metros) e All (toda a área dos municípios). Os bens diagnosticados e suas respectivas distâncias do empreendimento podem ser visualizados na Figura 7-1 e Tabela 7-1:

**Tabela 7-1: Bens Culturais de Natureza Material**

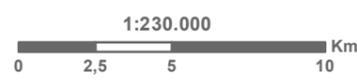
ID	Localização	Bem Cultural Material	Município	Distancia Km (ADA)	Distancia Km (Acesso)	
1	All	Conjunto Natural e Paisagístico da Pedra Grande	Igarapé	5,01	2,96	
2		Escola estadual Professora Maria Magalhães Pinto		3,46	0,09	
3		Imagem de Nossa Senhora Mãe de Misericórdia		2,66	0,91	
4		Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada	Brumadinho	29,09	21,21	
5		Ruínas do Forte de Brumadinho		28,67	21,02	
6		Casa de cultura Carmita Barros		7,52	3,23	
7		Estação Ferroviária de Brumadinho		7,92	3,34	
8		Matriz de nossa Senhora da Piedade		26,33	20,15	
9		Fazenda Gorduras		26,60	20,43	
10		Estação Ferroviária de Marinhos		25,28	21,17	
11		Fazenda Martins		29,13	24,36	
12		Casa de Cultura Josephina Bento		Betim	16,83	4,70
13		Museu Paulo Gontijo			17,07	5,03
14		Estação Ferroviária	17,07		5,06	
15		Capela de Nossa Senhora do Rosário	17,08		5,15	
16		Casa de Máquina Usina Hidrelétrica Dr. Gravatá	15,21		4,04	
17		Barreira da Polícia Rodoviária Federal / Monumento da Inauguração da Rodovia Fernão Dias	18,33		6,21	
18		Capela de São Sebastião	25,13		11,62	

ID	Localização	Bem Cultural Material	Município	Distancia Km (ADA)	Distancia Km (Acesso)
19		Conjunto Urbano da Colônia Santa Isabel		9,35	0,44
20		Caixa d' Água		17,05	4,92
21		Acervo do Padre Osório (Composta de um suporte de tinteiro, seis alvas, 10 casulas, três estolas, sete tapa corpo, cinco guardanapos, uma batina preta, uma bengala, uma carteira de identidade, um crucifixo de quarto e uma estola)		16,83	4,69
22		Núcleo Histórico do Assentamento Dois de Julho		17,36	11,26
23		Colégio Comercial Betinense		17,08	5,04
24		Conjunto da Estação Ferroviária		Sarzedo	15,87
25	AID	Estação Fecho do funil	S. J. de Bicas	6,32	0,00
26		Portal da Colônia Santa Isabel	Betim	10,24	0,00



**Legenda**

- Bem Material Identificado
- ⊙ Sede Municipal
- Distrito
- ▲ Povoado
- △ Comunidade Quilombola
- 🚂 Terminal Ferroviário de Carga
- Ferrovias
- Rodovias
- Acessos aos Terminais Ferroviários
- Área Diretamente Afetada
- ▭ Área de Influência Direta do Patrimônio Material
- Área de Influência Indireta do Patrimônio Material
- Limite Municipal



Base Cartográfica (Fonte): limites municipais (IBGE, 2015); área diretamente afetada (Mineração Morro do Ipê, 2017); áreas de influência (Amplo/ Plantuc, 2017); bens identificados (Plantuc, 2017); rodovias (DER, 2011); ferrovia (CPRM, 2006).

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 23S  
 Projeção: Transverse Mercator  
 Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 45°W Greenwich acrescidas das constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente

	Projeto:	<b>PROJETO MORRO DO IPÊ 6 MTPA</b>			
	Título:	<b>Bens Materiais Identificados nas Áreas de Influência</b>			
Elaboração:	Geoprocessamento Amplo	Data:	06/06/2017	Formato:	A3
		Arquivo:	MMI_BensMateriaisIEPHA_v00		

O diagnóstico de bens culturais de natureza material apresenta em sua grande maioria bens imóveis e móveis, além de bens integrados. Apesar do grande número de bens identificados nos cinco municípios, estes estão em sua maioria localizados a uma distância considerável das áreas mais afetadas pelo empreendimento (ADA e AID), com exceção da Estação Fecho do Funil e do Portal da Colônia Santa Isabel (localizados na AID).

As áreas urbanas mais próximas do empreendimento possuem características arquitetônicas de edificações construídas recentemente. São novos loteamentos e bairros que ainda estão sendo ocupados.

O acervo de bens acautelados apresenta edificações, objetos e imagens em sua maioria com características do período colonial. São municípios com acervo cultural diversificado, permitindo identificar esse período histórico através das características típicas.

Durante os trabalhos de campo que fundamentaram este relatório foram identificados 25 bens culturais de natureza material acautelados por tombamento nas esferas municipal e estadual, além de um bem imóvel que possui inscrição no inventário dos bens ferroviários (acautelamento federal). Dentre estes bens estão conjuntos históricos, paisagísticos, bens imóveis, móveis e integrados, conforme é explicitado no decorrer do documento. Cabe esclarecer que, um conjunto de bens móveis (Instrumentos da Folia de Reis, em São Joaquim de Bicas) não possui localização exata (e por isso não está sinalizado nos mapas), uma vez que, seu acesso não foi permitido por quem detém o bem.

A maior parte do acervo de bens acautelados identificados nos municípios objeto do estudo estão localizados na AII do empreendimento. As exceções são dois bens localizados na AID: a Estação Ferroviária de Fecho do Funil, em São Joaquim de Bicas, que faz parte do Inventário do Patrimônio Ferroviário sob proteção do IPHAN, e o Portal da Colônia de Santa Isabel, em Betim, tombado pelo município, localizados na AID.

## **7.1 LEGISLAÇÃO DOS BENS CULTURAIS DE NATUREZA MATERIAL**

O patrimônio material possui três instâncias de proteção: federal, estadual e municipal, sendo a primeira pautada pela Constituição Federal de 1988. Essa, em seus artigos 215 e 216, amplia a noção de patrimônio cultural, reconhecendo a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, estabelecendo outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento.

O tombamento é um instrumento de proteção instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens, objetos e obras de arte considerados históricos e conjuntos históricos urbanos.

Em 2007 a Lei No. 11.487/2007 atribuiu ao Iphan a obrigação de “receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), e zelar pela sua guarda e manutenção”<sup>67</sup>

“O patrimônio ferroviário oriundo da RFFSA engloba bens imóveis e móveis, incluindo desde edificações como estações, armazéns, rotundas, terrenos e trechos de linha, até material rodante, como locomotivas, vagões, carros de passageiros, maquinário, além de bens móveis como mobiliários, relógios, sinos, telégrafos e acervos documentais.”<sup>68</sup>

Em nível estadual, os bens culturais de natureza material são classificados pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) como: Núcleos Históricos (NH), Conjuntos Paisagísticos (CP), Bens Imóveis (BI) e Bens Móveis (BM).

Para fins de proteção dos bens culturais de natureza material a nível estadual, são utilizadas as leis:

- Constituição do Estado de Minas Gerais, de 21 de setembro de 1989;
- LEI Nº 11.258, DE 28 DE OUTUBRO DE 1993 - Reorganiza o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG e dá outras providências;
- LEI Nº 13.464, DE 12 DE JANEIRO DE 2000 - Cria o Fundo Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico - FUNPAT - e dá outras providências.
- LEI Nº 18.030, DE 17 DE JANEIRO DE 2009 - Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios;
- DECRETO Nº 42.505, DE 15 DE ABRIL DE 2002 - Institui as formas de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais.

A partir da legislação supracitada é interessante observar o papel do ICMS Cultural, dentro da política pública do Estado de Minas Gerais:

*“O ICMS Cultural é uma política pública do Estado de Minas Gerais de incentivo à proteção do patrimônio cultural mineiro. A Lei nº 18030/2009 de 12 de janeiro de 2009, foi criada para valorizar o patrimônio cultural, turístico e natural de Minas Gerais e ajudar os municípios com menor renda e industrialização por meio da reversão de parte do ICMS arrecadado pelo estado. Foram estabelecidos critérios para esse repasse e os municípios que cumprirem as regras desenvolvidas pelo IEPHA/MG – Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais recebem a verba destinada ao ICMS Cultural, proporcionalmente a suas ações de*

---

<sup>67</sup> Lei No. 11.487/2007.

<sup>68</sup> Patrimônio Ferroviário. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>

*preservação do patrimônio cultural.<sup>69</sup> O CONEP – Conselho Estadual do Patrimônio lança as deliberações com as diretrizes dos trabalhos do ICMS Cultural que devem ser realizados pelos municípios. Os municípios recebem uma pontuação pelas atividades executadas que se modificaram desde a sanção da lei, mas tem alguns elementos centrais: como a pontuação pelos tombamentos de bens imóveis, móveis, conjuntos paisagísticos, sítios naturais e núcleos históricos, inventários do patrimônio e atividades de educação patrimonial e investimentos em cultura e patrimônio”.*<sup>70</sup>

Em virtude da existência dessa legislação, os municípios mineiros foram incentivados a criar políticas municipais de proteção do patrimônio cultural e, conseqüentemente, o IEPHA/MG criou um banco de dados com informações sobre a gestão do patrimônio cultural de praticamente todas as cidades mineiras. Essas ações contribuíram para fortalecer as ações de proteção da memória, da história e dos bens culturais das mais variadas regiões do estado. Além disso, promoveu a gestão dos documentos importantes e facilitou o acesso às informações, facilitando o trabalho dos pesquisadores da área.

### 7.1.1 BRUMADINHO

O município de Brumadinho inicia seu histórico de proteção e valorização cultural a partir do ano de 1999, quando foi enviada ao IEPHA uma carta de intenções para que o estado fizesse reconhecimento dos bens culturais do município. O prefeito Nery Braga, na ocasião, enviou uma lista de bens das seguintes categorias:

- Manifestações culturais: religiosas, folclóricas, espaços culturais e seus respectivos inventários.
- Estruturas arquitetônicas. Nessa ocasião foram apresentadas 10 (dez) estruturas arquitetônicas.

Um dos primeiros instrumentos de proteção utilizados no município foi a Lei Orgânica, revisada em 2008, que versa sobre o patrimônio nos Artigos 154, 171, 172, 174, 176, 196. O Artigo 154 trata do patrimônio material e imaterial e suas categorias, incluindo em seus parágrafos, as expressões de rua, o compromisso do poder público com o incentivo financeiro das bandas de música, das folias e do congado, abrindo os espaços públicos a estas manifestações, assim como com os sítios de valor histórico, paisagístico,

---

<sup>69</sup> “Art. 1º- A parcela da receita do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição da República, será distribuída nos percentuais indicados no Anexo I desta lei, conforme os seguintes critérios: VII - patrimônio cultural: relação percentual entre o Índice de Patrimônio Cultural do município e o somatório dos índices de todos os municípios, fornecida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA -, da Secretaria de Estado da Cultura, que fará publicar, até o dia 30 de abril de cada ano, os dados apurados relativos ao ano civil imediatamente anterior, observado o disposto no Anexo III desta lei.” MINAS GERAIS. Lei nº 13803, de 27 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Disponível em <[http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos\\_municipais/legislacao/leiestadual13803\\_00.htm](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/legislacao/leiestadual13803_00.htm)> Acesso em 9 abr 2012, 16:25.

<sup>70</sup> PINTO, Liliâne Faria Corrêa, 2012.

arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Os demais artigos versam sobre o desenvolvimento urbano e as condicionantes que o patrimônio cultural em geral impõe sobre a urbanização. O artigo 196 define o patrimônio cultural como um dos eixos norteadores da política de turismo municipal.

Há ainda a Lei 1.715/2009 que define as atribuições da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, sobretudo nos parágrafos VIII a XVIII.

Atualmente o município conta com a Secretaria de Turismo e Cultura e teve seu Conselho Municipal de Cultura instituído através da Lei nº 1.219/2001, modificada pela Lei nº 2.171 de 24 de julho de 2015, que “Altera a do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Paisagístico de Brumadinho, e dá outras providências.”.

Desde então o município está inserido na política pública de proteção ao patrimônio histórico e cultural, o ICMS Cultural.

O empreendimento está localizado na porção norte do município de Brumadinho, em área com distância significativa dos bens que neste relatório são descritos. A legislação relativa ao patrimônio histórico é respeitada pela implantação do empreendimento, dada principalmente a sua distância do núcleo urbano, onde se concentram o maior número de bens.

### **7.1.2 IGARAPÉ**

Em Igarapé, a proteção do patrimônio histórico se iniciou baseada nas leis gerais urbanísticas como a Lei Orgânica de 1990 que versa no Art. 5º, como objetivo prioritário do Município, “estimular e difundir o ensino e a cultura, proteger o patrimônio cultural e histórico, o meio ambiente e combater a poluição”. O município também conta com o Plano Diretor, que versa sobre o patrimônio histórico e cultural nos Artigos 8º Seção I Da Educação - “A educação, direito de todos e dever do município, da família, e da comunidade, constitui atividade primordial e permanente para o desenvolvimento humano, no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho, tendo como norteadora a Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” - e Art. 9º que versa especificamente sobre as medidas de proteção e salvaguarda do patrimônio histórico e cultural do município:

“Cabe ao Município implementar a Política Pública de Fomento à Cultura, em sintonia com o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural, com as diretrizes, ações e procedimentos a serem fomentados no município, com as seguintes diretrizes:

- I. o levantamento da produção cultural no município, detectando suas potencialidades e carências;
- II. o estímulo e divulgação da produção cultural tradicional;
- III. o apoio às iniciativas culturais dos estabelecimentos de ensino e centros comunitários;

- IV. a proteção dos bens culturais do município;
- V. a instalação de espaço cultural no núcleo urbano da sede.

Parágrafo único. A Política Pública de Fomento à Cultura incluirá a proposição de tombamento dos seguintes bens:

- I. a Igreja Matriz;
- II. a Escola Estadual Rachel Iancu Steurmann;
- III. a residência do Dr. Camilo;
- IV. a área de nascente denominada Barroca, situada entre o Centro, bairros Padre Eustáquio e Cidade Jardim.”.

A lei demonstra interesse em proteger os bens supracitados, no entanto, esses não possuem processo de tombamento executado.

Além do Plano Diretor e Lei Orgânica, o Código de Posturas através da Lei Complementar Nº 25 de 03 de dezembro de 2009, que institui o Código, versa superficialmente sobre a inclusão do patrimônio cultural em análises para a implantação de empreendimentos, sendo essa melhor descrita pela Lei Complementar Nº 35 de 20 de outubro de 2010, que “dispõe sobre o ordenamento da expansão territorial da ocupação urbana no município de Igarapé/MG e dá outras providências”. Nesse documento lê-se: “Capítulo I - Dos requisitos urbanísticos e ambientais Seção I - Das condicionantes dos empreendimentos - Art. 6º - Não é permitido o parcelamento – loteamento ou desmembramento de áreas:

- I. necessárias à preservação ambiental, à defesa do interesse cultural e/ou paisagístico ou onde as normas pertinentes proibirem este tipo de empreendimento.”.

Além disso, o documento trata em seu artigo 15º, sobre medidas para ocupação urbana, considerando a paisagem urbana e patrimônio natural e cultural como aspecto a ser analisado em Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV).

A partir das leis urbanísticas foram criadas as leis específicas, a saber:

- Decreto Nº856/98 “Institui o Conselho Municipal de Política Cultural do Município de Igarapé e dá outras providências.”.
- Lei nº 1.564 de 29 de dezembro de 2010 que cria o Fundo Municipal de Cultura e Proteção do Patrimônio Cultural de Igarapé – FUNCPATRI
- Lei Complementar Nº 38/2013 reforça o comprometimento com o patrimônio cultural nos Artigos 4 e 12 que tratam dos objetivos do município e o Artigo 59 que trata das atribuições da Secretaria de Cultura.

Para a análise da compatibilidade da legislação relativa à implantação do empreendimento deve-se considerar a sua distância do núcleo urbano do município de Igarapé, onde está localizada grande parte dos bens identificados.

O empreendimento encontra-se em conformidade com a legislação referente, uma vez que a distância entre as estruturas físicas do empreendimento e os bens citados nesse relatório é significativa.

### **7.1.3 SÃO JOAQUIM DE BICAS**

Em São Joaquim de Bicas, a Lei Orgânica de 1988, revisada e com emendas de 1998 traz o artigo 10, que discorre sobre as competências do Município, entre as quais a salvaguarda do patrimônio cultural, levando em conta a proteção e o acesso aos bens culturais em geral.

O artigo 14 torna inalienáveis os imóveis de uso público voltados à cultura. Os artigos 129, 130 e 131 têm disposições quanto ao que é patrimônio e a disponibilização de espaços públicos para sua ocorrência no caso do patrimônio imaterial.

Já a Lei Nº 215/2004 diz respeito ao Plano Diretor e versa sobre a proteção do patrimônio relativo apenas ao parcelamento de solo.

Ainda existe a Lei Nº 577, de 17 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a concessão de subvenções, auxílios financeiros, contribuições e dá outras providências, levando em consideração os bens culturais.

Por fim, a Lei Nº55/1998 que estabelece as normas de Proteção do Patrimônio Cultural do município.

A área do empreendimento, localizada nos limites do município de São Joaquim de Bicas, encontra-se em conformidade com a legislação vigente. Apesar da lei de proteção de patrimônio do município não estar consolidada e o setor de cultura apresentar uma estagnação no processo do ICMS Cultural, os bens identificados em São Joaquim de Bicas possuem a mesma característica dos demais municípios, onde considera-se a distância relativa ao empreendimento imprescindível para a análise.

### **7.1.4 BETIM**

O município de Betim possui políticas de preservação do patrimônio histórico e memória desde a década de 1970. A primeira lei municipal para a criação de um museu foi a Lei nº965/1971. Já na década de 1980, as ações de proteção ao patrimônio histórico tiveram destaque com o restauro de dois bens imóveis de grande importância: a Casa da Cultura Josephina Bento e a Capela de Nossa Senhora do Rosário. A partir da década de 1990, assim como outros municípios mineiros, a política municipal de preservação cultural se atrelou a Lei Robin Hood, que permite que parte dos recursos do ICMS arrecadados no estado seja repassada para as ações de preservação do patrimônio histórico. Em 1996 foi criada a FUNARBE – Fundação Artístico-Cultural de Betim, cuja responsabilidade é “implementar ações promovendo o desenvolvimento através da cultura, das artes, da preservação e resgate das tradições e da memória”<sup>71</sup>.

---

<sup>71</sup> Fundação Artístico-Cultural de Betim – Funarbe. Disponível em:

A legislação que compõe a política de proteção do patrimônio no município de Betim é formada pelas seguintes leis:

- Lei Municipal nº 2.944/1996, que trata da Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico da cidade;
- Lei Municipal nº 2.968/1996, que Cria o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim. Esta última Lei teve seu texto alterado em 2003, pela Lei 3.924.
- Decreto Nº29.553/2011, que nomeia os membros do conselho
- Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que foi definido nos Decretos Municipais 13.921 (de 1998) e 19.867 (de 2004).
- Lei nº 3.264 de dezembro de 1999, denominada Lei Noemi Gontijo, dispõe sobre a criação da Lei Municipal de Fomento à Cultura de Betim. Ela estabelece a instituição de um programa de fomento à cultura que é disponibilizado através do Fundo Municipal de Cultura (FMC) e da Política de Incentivo Fiscal.

Além das leis específicas, o município possui também o Plano Diretor e suas revisões através da Lei Nº 4.574, de 02 de outubro de 2007 e a Lei Orgânica, que versam sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural de Betim e suas relações com a implantação de empreendimentos de grande porte:

#### “ DO ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 87. Lei municipal específica definirá os empreendimentos e atividades em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

Art. 88. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

- I – adensamento populacional;
- II – equipamentos urbanos e comunitários;
- III – uso e ocupação do solo;
- IV – valorização imobiliária;
- V – geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI – ventilação e iluminação;
- VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;
- VIII – impacto sócio-econômico na população residente ou atuante no entorno.

Art. 89. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.”

A partir do ano de 2009 a política de patrimônio cultural municipal passou por ampliação e reformulação. Outros mecanismos de proteção ao patrimônio cultural integraram as ações como o inventário e, especialmente, a educação patrimonial.

As linhas gerais dessa política podem ser assim compreendidas:

- o inventário do patrimônio cultural desenvolve continuamente a pesquisa e o registro do acervo cultural do Município;
- as pesquisas de inventário geram textos de memória para a educação patrimonial da comunidade e também revelam os exemplares mais significativos do acervo cultural do Município, passíveis de tombamento e registro;
- a educação patrimonial é desenvolvida simultaneamente a toda ação de identificação e proteção do patrimônio cultural, a fim de que a comunidade melhor reconheça seus ícones de memória.

O empreendimento encontra-se em conformidade com a legislação referente, uma vez que a distância entre as estruturas físicas que o compõem estão a aproximadamente 17 Km do centro do município, onde está localizada grande parte dos bens acautelados.

#### **7.1.5 SARZEDO**

O município de Sarzedo possui histórico de proteção de patrimônio recente, apesar de seu expressivo acervo. Já foram inventariadas: as edificações de parte da área central, o conjunto da Estação Ferroviária, a Matriz de Santa Rosa de Lima, o Hospital Franklim Landi, a Praça Ermelindo Cardoso (Praça do Cruzeiro), a Igreja Nossa Senhora da Piedade, o campo de futebol, a Festa de Santa Rosa de Lima, o Povoado do Engenho Seco, os Povoados do Lambari, do Onça, do Capão do Bálsamo e da Serra da Boa Esperança, entre outros.

Para regulamentar a política de proteção e patrimônio do município, é utilizado o conjunto de leis abaixo:

- Lei de Uso e Ocupação do solo
- Lei orgânica do município - Organiza administrativamente o município, estabelecendo a sua forma de funcionamento. Nela já deve estar presente a preocupação com a preservação do patrimônio cultural da cidade.
- Lei de Parcelamento do Solo Urbano, define as formas de utilização e ocupação do solo urbano. Elas devem ser compatíveis com o processo de ocupação histórica da cidade e capazes de resguardar a paisagem urbana e o patrimônio cultural de descaracterizações.

- Lei de Posturas do Município, que define as normas para ocupação e uso dos espaços. Estas normas podem disciplinar a utilização dos bens culturais, contribuindo para sua preservação.
- Artigo Constitucional do Patrimônio de Cultura Ata 37/2012
- Decreto Lei nº 25-1937 - Organiza a Proteção Histórica e Artística Nacional
- Lei nº262 Estipula Regras Proteção Histórica
- Lei de Criação Conselho Patrimônio Cultural
- Decreto Nomeação de Conselho Cultural
- Regimento Interno do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Cultural

## 7.2 **ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA**

### 7.2.1 **BRUMADINHO**

O primeiro bem material protegido no município de Brumadinho foi a Sede da Fazenda dos Martins (Foto 7-1), tombada através do Decreto nº 18.531. A referida Sede foi tombada pelo IEPHA/MG em 2 de julho de 1977 e é uma das habitações rurais mais antigas de Minas Gerais. A partir de 2012, foi assinado TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), que garantiu a execução de um projeto de restauração arquitetônica e estrutural pelo IEPHA, para que possa abrigar o Centro de Referência dos Afrodescendentes. O restauro foi concluído no ano de 2014.



Foto 7-1: Vista geral da Sede da Fazenda dos Martins.

Fonte: Deise Alves Eleutério. Data: 01/06/2016.

Entre os anos de 2001 e 2003 não foram enviados os Inventários de Proteção do Acervo Cultural que integram a política de proteção do patrimônio do estado de Minas Gerais, ICMS Cultural.

A estrutura para a participação no ICMS Cultural exige a criação do conselho municipal que foi realizada em 2001, através da Lei nº 1.219, modificada pela Lei nº 2.171/2015, instituindo

o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Paisagístico de Brumadinho com vinculação ao órgão municipal de cultura.

No ano de 2004 foi enviado através do ICMS o Plano de Inventário onde constava apenas o bem tombado supracitado, não tendo sido indicado nenhum bem a ser protegido.

No ano de 2005 foram enviados os dossiês de tombamento municipal de três estruturas arquitetônicas:

- Sede da Fazenda Gorduras (Foto 7-2), tombada através do Decreto Nº53 de 07 de abril de 2004.



Foto 7-2: Vista geral da Sede da Fazenda Gorduras.

Fonte: Deise Alves Eleutério. Data: 01/06/2016.

- Estação Ferroviária de Brumadinho (Foto 7-3), tombada através do Decreto Nº56 de 07 de abril de 2004.



Foto 7-3: Vista geral da Estação Ferroviária de Brumadinho. Centro de Brumadinho.

Fonte: Deise Alves Eleutério. Data: 01/06/2016.

- Estação Ferroviária de Marinhos (Foto 7-4), tombada através do Decreto N°57 de 07 de abril de 2004.



Foto 7-4: Vista geral da Estação Ferroviária de Marinhos. Distrito de Marinhos.

Fonte: Deise Alves Eleutério. Data: 01/06/2016.

Esses bens tiveram seus dossiês enviados no ano 2005, exercício de 2006, tendo complementações solicitadas e enviadas no exercício de 2016, com exceção da Sede da Fazenda Gorduras, tombada em 2006. Nessa ocasião não foram enviados inventários no IPAC.

Desde então até o exercício de 2016, o departamento de Turismo e Cultura da Prefeitura Municipal de Brumadinho vem tentando organizar o seu acervo de bens protegidos e gerir o seu Patrimônio Histórico.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade (Foto 7-45) foi tombada a partir do Decreto nº 024, de 22 de março de 2010.



Foto 7-5: Vista geral Matriz de Nossa Senhora da Piedade. Distrito de Piedade de Paraopeba.

Fonte: Deise Alves Eleutério. Data: 01/06/2016.

O processo de tombamento do Conjunto Paisagístico Serra da Calçada (Foto 7-6) apresenta a análise das características paisagísticas e culturais em sua expressão mais ampla e abrangente. Os aspectos preservados do conjunto são o somatório dos valores que a compõem: memória arqueológica, formação geológica e beleza cênica natural, que testemunha parte da ocupação do território mineiro.

Uma equipe composta por historiadores, geólogos, arquitetos e geógrafos delimitou a área de tombamento da Serra da Calçada e entorno adequados para sua proteção e preservação. Ela se destaca como uma região de fragmentos de uma sociedade que girava em torno da exploração aurífera durante o século XVIII e XIX. O tombamento foi realizado através de Deliberação feita pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural - CONEP 003/2002.



Foto 7-6: Vista geral Serra da Calçada. Data: 06/07/2016.

Fonte: <http://www.biodiversitas.org.br/planosdemanejo/pesrm/regiao28.htm>.

A Casa de Cultura Carmita Passos (Foto 7-7) foi tombada através do Decreto nº03/2009 de 09 de abril de 2009.



Foto 7-7: Vista da fachada frontal da Casa de Cultura Carmita Passos. Centro de Brumadinho.

Fonte: Deise Alves Eleutério. Data: 01/06/2016.

Atualmente, o município de Brumadinho possui oito bens tombados, localizados na sede e povoados vizinhos. Abaixo segue a tabela de bens tombados, com um resumo de informações básicas (Tabela 7-2).

**Tabela 7-2: Bens de Natureza Material Tombados no município de Brumadinho**

Identificação do bem	Localização	Proteção Existente			Ano de envio/ Aprovação
		Federal	Estadual	Municipal	
Conjunto Paisagístico Serra da Calçada	Casa Branca/Divisa com Nova Lima		x		2014
Sede da Fazenda dos Martins	Povoado de Martins		x		1977
Casa de Cultura Carmita Passos	Sede			x	2011/2012/2014 e 2016
Estação Ferroviária de Brumadinho	Sede			x	2016
Estação Ferroviária de Marinhos	Povoado de Marinhos			x	2016
Fazenda Gorduras	Sede			x	2006
Ruínas do Forte	Serra da Moeda			x	2011/2013 e 2014
Matriz de Nossa Senhora da Piedade	Distrito de Piedade do Paraopeba			x	2012/2013/2014 e 2016

Fonte: Relação de Bens Protegidos em Minas Gerais apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2015 - exercício 2016.

Já o acervo de bens culturais inventariados vem sendo executado desde o ano de 2006 e vem recebendo atualizações que se referem ao processo de participação no ICMS Cultural.

O acervo de bens inventariados de Brumadinho contabiliza 16 inventários executados, sendo que 4 deles são de bens tombados. Abaixo segue um quadro que resume os bens inventariados e suas categorias (Tabela 7-3):

**Tabela 7-3: Bens Materiais Inventariados em Brumadinho, por categoria**

Categoria	Quantidade de bens
Conjunto Paisagístico	00
Bens Imóveis	14
Bens móveis e integrados	02
Total	16

Fonte: IEPHA, IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Anos: 2011 a 2016.

De acordo com a prestação de contas feita pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, no ano de 2014-2015, encontra-se em andamento o Projeto da criação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

Os bens acautelados do município de Brumadinho não possuem relação direta com o empreendimento em questão, uma vez que, estão localizados na AII e distantes do empreendimento, não sendo, portanto, passíveis de impacto.

## 7.2.2 IGARAPÉ

O município de Igarapé instituiu oficialmente seu Conselho Municipal de Cultura através da Lei nº 1.565 de 29 de dezembro de 2010, e a partir de 2011 iniciou a apresentação do IPAC para o ICMS Cultural, além disso, na mesma data foi sancionada a Lei nº 1.564 que cria o Fundo Municipal de Cultura e Proteção do Patrimônio Cultural de Igarapé (FUNCPATRI).

Em abril de 1998, o município de Igarapé demonstrou o interesse pelo tombamento do Conjunto Paisagístico da Pedra Grande de Igarapé (Foto 7-8). Através do ofício nº 078/98, porém o seu efetivo tombamento só ocorreu em 2008, através do decreto Nº 1.318.



Foto 7-8: Vista geral da BR-381 e ao fundo o Conjunto Paisagístico da Pedra Grande.

Fonte: Deise Alves Eleutério. Data: 23/05/2016.

O livro de Tombo do município de Igarapé foi aberto através de termo assinado pelo presidente do conselho deliberativo de patrimônio no dia 09 de abril de 1999. E novamente citado pela Lei Nº 1.172/2000.

A Escola Estadual Professora Maria de Magalhães Pinto (Foto 7-9) foi tombada através de Decreto Lei nº 1.058 de 22 de março de 2002.



Foto 7-9: Vista geral da Escola Estadual. Centro de Brumadinho.

Fonte: Deise Alves Eleutério. Data: 25/05/2016.

Por fim, a Imagem de Nossa Senhora Mãe de Misericórdia (Foto 7-10), que foi tombada em 2004. Em seu dossiê de tombamento não foi encontrado o decreto que oficializa o tombamento.

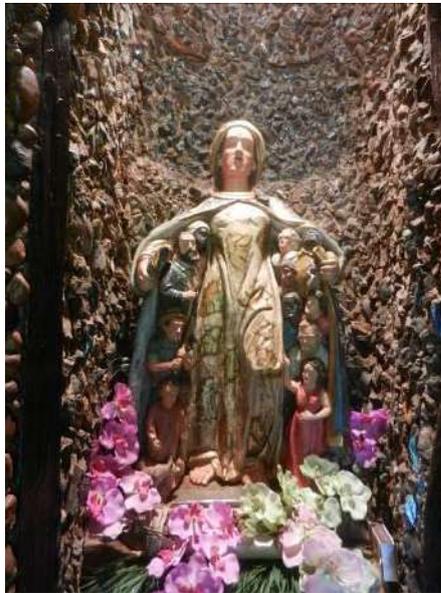


Foto 7-10: Imagem de Nossa Senhora Mãe de Misericórdia, que encontra-se sob custódia do Lar Vicente de Paulo, na capela feita em sua homenagem.

Fonte: Deise Alves Eleutério. Data: 25/05/2016.

O acervo de bens tombados como patrimônio conta com três bens culturais de natureza material, em três categorias diferentes, a saber: conjunto paisagístico, bem imóvel e bem móvel (Tabela 7-4):

**Tabela 7-4: Bens de Natureza Material Tombados no município de Igarapé**

Identificação do bem	Localização	Proteção Existente			Ano de envio/ Aprovação
		Federal	Estadual	Municipal	
Conjunto Natural e Paisagístico Serra da Pedra Grande de Igarapé	Divisa com o município de Itatiaiuçu			X	2012
Escola Estadual Profa. Maria de Magalhães Pinto	Sede			X	2012
Imagem de Nossa Senhora Mãe de Misericórdia	Retiro São Vicente de Paulo/Bairro Cidade Nova			X	2004

Fonte: Relação de Bens Protegidos em Minas Gerais apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2015 - exercício 2016.

Os relatórios do IPAC enviados no ano de 2012 apresentam uma extensa lista, com aproximadamente 140 bens culturais do município passíveis de inventários e indicados a proteção desde o ano de 1999, juntamente ao Livro de Tombo que teve sua abertura no mesmo ano.

De acordo com o responsável pelo setor de cultura, Cláudio Martins dos Santos, essa lista foi reduzida a 24 bens de natureza material inventariados e apresentada para divulgação do inventário no ano de 2014, conforme resumido na Tabela 7-5:

**Tabela 7-5: Bens Materiais Inventariados em Igarapé, por categoria**

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade de bens</b>
Conjunto Paisagístico	01
Bens Imóveis	13
Bens móveis e integrados	10
<b>Total</b>	<b>24</b>

Fonte: IEPHA, IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Anos: 2014.

Os bens acautelados do município de Igarapé não possuem relação direta com o empreendimento em questão, uma vez que, estão localizados na All e distantes do empreendimento, não sendo, portanto, passíveis de impacto.

### **7.2.3 SÃO JOAQUIM DE BICAS**

Já o município de São Joaquim de Bicas participou do IPAC ICMS Cultural no ano de 2001 com o início de envio dos inventários. Desde então, os anos de atividade foram 2003 e 2004, ficando fora do ICMS até o ano de 2010, quando os trabalhos foram retomados, até o exercício 2016.

O Livro de Tombo do município foi aberto em 21 de março de 2003.

Os instrumentos da Folia de Reis (Viola e Sanfona) foram tombados através do Decreto Nº 343/2003, e a Estação Fecho do Funil (Foto 7-11) foi tombada através do Decreto Nº 344/2003.



Foto 7-11: Vista geral da Estação Fecho do Funil.

Fonte: Deise Alves Eleutério. Data: 25/05/2016.

A Estação Ferroviária de Fecho do Funil, que faz parte do Inventário do Patrimônio Ferroviário, sob tutela do IPHAN, está localizada próximo às vias de escoamento do empreendimento (AID).

Atualmente o município possui dois bens tombados (Tabela 7-6):

**Tabela 7-6: Bens de Natureza Material Tombados no município de São Joaquim de Bicas**

Identificação do bem	Localização	Proteção Existente			Ano de envio/ Aprovação
		Federal	Estadual	Municipal	
Instrumentos da Folia de Reis: Viola e Concertina	Sede			X	2003
Estação Fecho do Funil	Povoado de Fecho do Funil			X	2007

Fonte: Relação de Bens Protegidos em Minas Gerais apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2015 - exercício 2016.

De acordo com a secretária adjunta de educação e cultura, Elizabeth de Bastos Moura, o setor passou por algumas mudanças na gestão que atuou até 2016 e assim como Igarapé, São Joaquim de Bicas está realizando a revisão da lista de bens inventariados que totaliza, atualmente, 72 bens de natureza material.

A Tabela 7-7 apresenta os bens listados no IPAC do ano de 2014 - exercício 2015:

**Tabela 7-7: Bens Materiais Inventariados em São Joaquim de Bicas, por categoria**

Categoria	Quantidade de bens
Conjunto Paisagístico	01
Bens Imóveis	41
Bens móveis e integrados	27
Acervos arquivísticos/Arquivos	03
Total	72

Fonte: IEPHA, IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Ano: 2014.

Com exceção da Estação Fecho do Funil (que encontra-se na AID e será tratada posteriormente), os bens acautelados do município de São Joaquim de Bicas não possuem relação direta com o empreendimento em questão, uma vez que, estão localizados na AII, bastante distantes do empreendimento, não sendo, portanto, passíveis de impacto.

## 7.2.4 BETIM

O município de Betim teve seu conselho instituído em 1996. A partir daí, as primeiras manifestações da política de preservação de patrimônio baseadas no ICMS Cultural se deram através dos primeiros processos de tombamento:

Inicialmente a Casa de Cultura Josephina Bento (Foto 7-12) e a Capela de Nossa Senhora do Rosário (Foto 7-13), que foram as primeiras edificações a sofrer intervenções para conservação na década 1980, mesmo sem proteção legal.



Foto 7-12: Vista geral da Casa Josephina Bento.

Fonte: Altamiro Olinta/Panoramio. Data: 03/04/2017.

A edificação foi tombada como patrimônio cultural de Betim de acordo Inscrição IV no Livro de Tombo. Já a Capela de Nossa Senhora do Rosário é local de referência para as principais manifestações culturais dos remanescentes africanos em Betim, onde são realizadas festas da irmandade.



Foto 7-13: Vista geral da Capela de Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: Dossiê Capela do Rosário. Data:03/04/2017.

Seu tombamento foi realizado de acordo com a Inscrição nº III no Livro de Tombo, recebendo uma nova pintura em 2003.

Outros processos de tombamento também foram realizados entre os anos de 1997 e 2000.

O Colégio Comercial Betinense (Foto 7-14) foi tombado com Nº de Inscrição I, de acordo com o livro de Tombo. Em 2002, a edificação passou por restauração para abrigar o Museu da cidade, inaugurado em 2003 e denominado Museu Paulo Araújo Moreira Gontijo. Atualmente, o Museu é a mais importante casa de memória da cidade.



Foto 7-14: Vista geral do antigo Colégio Comercial Betinense, atual Museu Paulo Araújo Moreira Gontijo.

Fonte: Jornal O Tempo. Data: 23/01/17.

Outro bem secular tombado no município de Betim é a Estação Ferroviária de Betim (Foto 7-15), com nº de inscrição II no Livro de Tombo. A estação foi inaugurada em 01 de julho de 1911, quando o município ainda se chamava Capela Nova de Betim (de onde se origina o nome Estação de Capela Nova). Integrava a Estrada de Ferro Oeste de Minas. Em 1957, com a criação da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), foi incorporada a esta.



Foto 7-15: Vista geral da Estação Ferroviária Capela Nova de Betim.

Fonte:  
[http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv\\_garcas/betim.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv_garcas/betim.htm).  
Data: 05/04/17.

A tipologia arquitetônica da Estação exprime a influência inglesa, reproduzida em todo acervo do Patrimônio Ferroviário do nosso estado. Completou seu centenário em 2001, coincidindo com a intensificação das políticas de valorização do patrimônio ferroviário no Brasil e com a implantação do Projeto de Revitalização do Centro de Betim, proposto pelo Instituto de Pesquisa e Política Urbana de Betim (IPPUB).

Outro marco para a história da preservação do patrimônio cultural de Betim foi o tombamento da Capela de São Sebastião (Foto 7-16). Esse processo, registrado no Livro de

Tombo com a inscrição de nº V, é considerado um marco nas políticas de proteção ao patrimônio cultural em Minas Gerais. Foi um dos primeiros bens culturais do estado a ser reconhecido pelo IEPHA/MG como patrimônio cultural. Construída na década de 1990 foi considerada o marco inicial da urbanização nessa região. Foi construída nos anos 1940, no interior da Fazenda Batatal, por iniciativa da própria população. Possui arquitetura vernacular, com traços de inspiração barroca e eclética / neogótica. Muitas capelas populares do interior de Minas Gerais apresentam características semelhantes. A Lei Municipal de Incentivo à Cultura aprovou em 2010 um projeto para revitalização do templo.



Foto 7-16: Vista geral da Capela de São Sebastião.

Fonte: <http://www.otempo.com.br/o-tempo-betim/capela-de-s%C3%A3o-sebasti%C3%A3o-1.630630>

Data: 05/04/17.

O também tombado Conjunto Urbano de Santa Izabel era o espaço construído para funcionar como hospital-colônia onde os pacientes acometidos por hanseníase seriam internados.

Essa colônia foi projetada para ser uma das maiores instituições de isolamento do Brasil e também um local para a realização de estudos científicos sobre a hanseníase: uma minicidade, onde tudo o que seus habitantes precisassem estivesse à mão. O autor do projeto foi o urbanista Lincoln Continentino. No projeto, ele associou o pensamento de vanguarda naquele período sobre o urbanismo e as políticas de saúde.

O Conjunto Arquitetônico da Colônia Santa Izabel abriga o Portal, a Matriz (Foto 7-17), o Cine-teatro Glória (Foto 7-18), o sistema de alto-falante, as ruínas do antigo pavilhão, o campo de futebol e os clubes Minas e União. Em 2005, o Cine-teatro Glória, que estava fechado por mais de oito anos, o coreto e o salão de festas foram restaurados além de um Centro Popular de Cultura (CPC) e uma biblioteca que foram implantados.

A referida Colônia foi tombada em 1999 com Inscrição de nº VIII no livro de tombo, na categoria conjunto urbano, o que valoriza sua concepção urbanística.



Foto 7-17: Vista geral Matriz da colônia de Santa Izabel.

Fonte: <http://www.otempo.com.br/o-tempo-betim/conjunto-arquitet%C3%B4nico-da-col%C3%B4nia-santa-izabel-1.630626>. Data: 05/04/13.



Foto 7-18: Cine Teatro Glória.

Fonte: <http://www.otempo.com.br/o-tempo-betim/conjunto-arquitet%C3%B4nico-da-col%C3%B4nia-santa-izabel-1.630626>. Data: 05/04/13.

Ainda no ano de 1998, foi tombado o Acervo de Bens Móveis do Padre Ozório Braga e Acervo da Antiga Matriz e do Padre Osório Braga (Fotos 7-19 e 7-20), ambos localizados na Casa da Cultura Josephina Bento. Foi inscrito no Livro de Tombo com a inscrição nº VII.



Foto 7-19: Alva com detalhe em renda e casula bordada.

Fonte: Dossiê de Tombamento da Coleção de Bens Móveis e Acervo do Padre Osório.

Data: 05/04/17



Foto 7-20: Estandarte de Nossa Senhora do Carmo

Fonte: Dossiê de Tombamento da Coleção de Bens Móveis e Acervo do Padre Osório

Data: 05/04/17

Preservar os pertences do Padre e as alfaias é preservar a memória da Antiga Matriz, um local de identidade para uma parte da população local. O acervo é composto por: um suporte de tinteiro, seis alvas, 10 casulas, três estolas, sete tapa corpos, cinco guardanapos, uma batina preta, uma bengala, uma carteira de identidade (Foto 7-22), um crucifixo de quarto (Foto 7-21) e uma estola.



Foto 7-21: Crucifixo de quarto.

Fonte: Dossiê de Tombamento da Coleção de Bens Móveis e Acervo do Padre Osório.

Data: 05/04/17



Foto 7-22: Carteira de identidade do Padre Osório.

Fonte: Dossiê de Tombamento da Coleção de Bens Móveis e Acervo do Padre Osório.

Data: 05/04/17

Após o ano de 1998, especialmente entre os anos 2000 e 2008, o tombamento foi o principal mecanismo de proteção ao patrimônio cultural em Betim.

Nesse período foi tombada a Usina Hidrelétrica Dr. Gravatá (Fotos 7-23 e 7-24), como era popularmente conhecida. Esta foi inaugurada em 1914 e sua construção foi realizada pelo Estado de Minas Gerais e pela empresa Schnoor Engenharia, de propriedade do francês Emílio Schnoor<sup>72</sup>.

A Usina foi instalada na Fazenda Cachoeira. Possuía um conjunto arquitetônico composto por uma barragem, próxima à antiga ponte de arcos, um sistema de comportas e canais que conduziam a água até um tanque com capacidade estimada em 72 m<sup>3</sup>.

Com Inscrição no livro de tombo identificada com o N<sup>o</sup> IX, o tombamento ocorreu no ano de 2001 e a partir daí teve início a discussão sobre sua restauração e destinação a um novo uso, no âmbito da revitalização do Rio Betim.



Foto 7-23: Fachada lateral da edificação da Usina.

Fonte: Foto Acervo da Casa da Cultura Josephina Bento. / Fotógrafo: Lopes - Dossiê de Tombamento da Usina Hidrelétrica Dr. Gravatá.

Data: 05/04/17



Foto 7-24: Transformador - parte da estrutura da Usina.

Fonte: Foto Acervo da Casa da Cultura Josephina Bento. / Fotógrafo: Lopes - Dossiê de Tombamento da Usina Hidrelétrica Dr. Gravatá Data: 05/04/17

<sup>72</sup> A empresa Schnoor Engenharia também foi responsável pela construção da Estação Ferroviária Capela Nova.

No ano de 2002 foi a vez do tombamento do Monumento de Inauguração da Rodovia Fernão Dias, tendo em vista sua importância para a economia nacional, fazendo o acesso entre dois grandes polos da região sudeste, Belo Horizonte e São Paulo.



Foto 7-25: Antiga edificação da barreira.

Fonte: Dossiê de Tombamento Monumento de Inauguração da Rodovia Fernão Dias

Data: 05/04/17



Foto 7-26: Monumento de Inauguração da Rodovia Fernão Dias revitalizado.

Fonte: Dossiê de Tombamento Monumento de Inauguração da Rodovia Fernão Dias

Data: 05/04/17

O conjunto arquitetônico formado pelo Monumento de Inauguração da Rodovia Fernão Dias (Foto 7-26) e pelo antigo Posto da Polícia Rodoviária Federal (Foto 7-25) foi tombado pelo Município em 2004. Mais tarde o posto foi demolido pelo referido órgão federal responsável, durante o processo de duplicação da Rodovia Fernão Dias.

No ano de 2004, foi tombada a Antiga Caixa D'Água de Betim (Foto 7-27). Após a década de 1960, a modernização do sistema permitia que a captação d'água fosse feita através de bombas (elétricas ou a combustível) que extraíam a água dos poços artesianos e riachos para os reservatórios e caixas-depósitos. A primeira e principal caixa-depósito (ou caixa d'água) da cidade está situada próxima ao local de origem da cidade, a atual Praça Milton Campos.



Foto 7-27: Vista geral da Caixa D'água

Fonte: Dossiê de Tombamento da Caixa d'água.

Data: 05/04/17

E, finalmente, faz parte da lista dos bens tombados do município de Betim o Núcleo histórico do Assentamento Dois de Julho do MST, tombado em janeiro de 2011. A sede da antiga Fazenda Ponte Nova e seu entorno, incluindo o acampamento do MST, representa mais de três séculos de história de Betim e das mudanças na propriedade da terra e na cultura dos trabalhadores rurais.

A síntese dos bens tombados do município de Betim, sua localização e o ano em que o Dossiê de Tombamento foi apresentado ao IEPHA/MG é demonstrada na Tabela 7-8:

**Tabela 7-8: Bens de Natureza Material Tombados no município de Betim**

Identificação do bem	Localização	Proteção Existente			Ano de envio/ Aprovação
		Federal	Estadual	Municipal	
Barreira da Polícia Rodoviária Federal / Monumento da Inauguração da Rodovia Fernão Dias (BR 381)	Rodovia Fernão Dias com a Av. Bandeirantes			x	2004
Caixa d' Água	Sede			x	2011
Capela de Nossa Senhora do Rosário	Sede				2001
Capela de São Sebastião	Sede			x	
Casa de Cultura Josephina Bento	Sede			x	2001
Casa de Máquina Usina Hidrelétrica Dr. Gravatá	Rio Betim			x	2003
10 casulas, três estolas, sete tapa corpo, cinco guardanapos, uma batina preta, uma bengala, uma carteira de identidade, um crucifixo de quarto e uma estola)	Sede			x	2001
Colégio Comercial Betinense	Sede			x	2001
Conjunto Urbano da Colônia Santa Isabel	Sede			x	2001
Estação Ferroviária	Sede			x	2001
Núcleo Histórico do Assentamento Dois de Julho (46 domicílios)	BR 381			x	2002
Portal da Colônia Santa Isabel	(Estrada de Mário Campos), Km 5			x	2001

Fonte: Relação de Bens Protegidos em Minas Gerais apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2015 - exercício 2016.

Já o acervo de bens culturais inventariados vem sendo ampliado desde o ano de 1984 e vem recebendo atualizações que se referem ao processo de participação no ICMS Cultural desde a década de 1990.

O acervo do inventário de Betim contabiliza 148 bens culturais inventariados até o exercício de 2015, sendo que nele também estão incluídos todos os bens tombados.

Abaixo segue uma tabela que apresenta a quantidade de bens inventariados e suas categorias (Tabela 7-9):

**Tabela 7-9: Bens Materiais Inventariados em Betim, por categoria**

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade de bens</b>
Conjunto Paisagístico	03
Bens Imóveis	50
Bens móveis e integrados	77
Arquivo	01
Sítios Naturais	11
Sítios Arqueológicos	06
<b>Total</b>	<b>148</b>

Fonte: IEPHA, IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Anos: 2011 a 2016.

Com exceção do Portal da Colônia de Santa Izabel (localizado na AID, conforme será detalhado no item 7.3 do presente documento), os bens acautelados do município de Betim não possuem relação direta com o empreendimento em questão, uma vez que, estão localizados na AII e distantes do empreendimento, não sendo, portanto, passíveis de impacto.

O Portal está localizado as margens da rodovia de escoamento em direção ao Terminal Sarzedo, próximo ao Bairro Citrolândia. Essa é uma área considerada AID e será tratada no item 7.3 do relatório.

### **7.2.5 SARZEDO**

O único bem tombado do município de Sarzedo é o Conjunto Urbano da Estação Ferroviária. Inaugurado em 20 de junho de 1917, o prédio da Estação de Sarzedo foi construído para atender à Linha do Paraopeba que acompanha o rio do mesmo nome, no início do século XX, estabelecendo uma ligação direta entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A partir do ano de 2010 foi executado o projeto “Estação Sarzedo - Plataforma de Cultura” (Foto 7-28), que contemplou a restauração e a revitalização do conjunto arquitetônico do complexo ferroviário da cidade, além da criação de um museu que engloba a memória da mineração, da ferrovia e do meio ambiente.



Foto 7-28: Vista geral da Estação Ferroviária de Sarzedo e seu entorno

Fonte: Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano da Estação Ferroviária.

Data: 05/04/17

O museu fica aberto à população local, visitantes, pesquisadores, estudantes, interessados e turistas. O horário de funcionamento é de terça a domingo, de 14 às 19 horas.

A seguir apresenta-se a Tabela 7-10, com a síntese das informações sobre o bem tombado do município de Sarzedo:

**Tabela 7-10: Bens de Natureza Material Tombados no município de Sarzedo**

Identificação do bem	Localização	Proteção Existente			Ano de envio/ Aprovação
		Federal	Estadual	Municipal	
Conjunto da Estação Ferroviária	Sede			x	2009

Fonte: Relação de Bens Protegidos em Minas Gerais apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2015 - exercício 2016.

Com relação ao acervo de bens culturais inventariados do município de Sarzedo, nota-se que ele vem sendo ampliado desde o ano de 2006 e vem recebendo atualizações que se referem ao processo de participação no ICMS Cultural.

O acervo de bens inventariados de Sarzedo contabiliza 34 inventários executados, sendo que um deles corresponde ao bem tombado. Abaixo segue um quadro que resume os bens inventariados e suas categorias (Tabela 7-11):

**Tabela 7-11: Bens Materiais Inventariados em Sarzedo, por categoria**

Categoria	Quantidade de bens
Bens Imóveis	28
Bens móveis e integrados	06
Total	34

Fonte: IEPHA, IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Anos: 2009 a 2014.

De acordo com pesquisa feita na documentação enviada ao IEPHA, o município de Sarzedo não entregou a documentação do IPAC nos exercícios de 2015, 2016 e 2017 (que corresponde ao trabalho realizado nos anos 2013, 2014 e 2015), e do exercício 2018 ainda está pendente de comprovação.

O bem tombado e os demais bens inventariados de Sarzedo não possuem relação direta com o empreendimento em questão, uma vez que, estão localizados na AII e distantes do empreendimento, não sendo, portanto, passíveis de impacto.

### **7.3 ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA**

A Área de Influência Direta se refere a uma área próxima ao empreendimento, entorno de 200 metros desde os limites da ADA, onde foram identificadas grandes áreas de floresta nativa em quase todo o entorno. Ao norte, pode ser observado o bairro mais próximo à AID, no município de Igarapé, chamado Maracanã Comercial. Essa é uma área de adensamento comercial com poucas residências/chácaras.

Também fazem parte da AID, as estradas de escoamento do empreendimento e as faixas (*buffer*) de 200m em torno do eixo das mesmas, conforme explicitado no item 5.2.

Serão utilizadas duas vias de acesso aos terminais ferroviários de Sarzedo e Serra Azul, localizado em Brumadinho. Os acessos são feitos a partir da BR-381. Em direção ao Terminal Serra Azul, passa-se por São Joaquim de Bicas, entrando pela Avenida Cel. Antônio Gabriel, seguindo sentido sul, passando pelo Bairro Nazaré, chegando ao Terminal.

Já o acesso ao Terminal Sarzedo, se dá pelo acesso ao Bairro Parque Ipiranga, no município de Betim. A partir daí, seguindo na direção sudeste, passando pelo Bairro Citrolândia, seguindo sentido leste, próximo a divisa entre municípios, encontra-se o Terminal Sarzedo.

O diagnóstico de bens materiais atesta a identificação de dois bens protegidos às margens das vias de escoamento do minério. Na estrada para Mário Campos, Km 5, está localizado o Portal da Colônia de Santa Izabel (Foto 7-29), sendo esse tombado desde o ano de 1998, pelo município de Betim, com inscrição nº VI no Livro de Tombo, o Portal da Colônia Santa Izabel, foi construído na década de 1920. Em formato de pórtico e com elementos decorativos que remetem ao estilo neoclássico, o Portal traz a inscrição *Hic manebimus optime* (Aqui ficaremos bem).



Foto 7-29: Vista geral do Portal da Colônia de Santa Izabel.

Fonte: Deise Alves Eleutério. Data: 25/05/17.

Atualmente, encontra-se isolado do conjunto arquitetônico de Santa Izabel, e no seu entorno ocorre adensamento urbano, além de intenso tráfego rodoviário. A Funarbe e a comunidade de Santa Izabel discutem um projeto de restauração que proteja seu entorno imediato e o integre ao conjunto original.

Já o segundo bem cultural protegido e identificado na AID, às margens da rota de escoamento do minério, é a Estação Fecho do Funil (Foto 7-30), em São Joaquim de Bicas, que faz parte do Inventário do Patrimônio Ferroviário, organizado pelo IPHAN, tendo seu inventário sido executado em 2010.



Foto 7-30: Vista geral da Estação Fecho do Funil

Fonte: Deise Alves Eleutério. Data: 06/07/16.

Fontes históricas descrevem nos Inventários de Patrimônio Cultural divergências sobre a data da construção da Estação do Fecho do Funil. Algumas apontam para 1917, mesmo ano que foi finalizada a linha férrea que passa pela estação. Já outras apontam como data inaugural 15 de dezembro de 1927. Ainda podem ser encontrados no local outros elementos do conjunto ferroviário, como a caixa d'água e a plataforma coberta, construída em época

posterior, conforme indica uma inscrição no local, '4-4-73'. A inscrição 'E.F.C.B. Fecho do Funil' também pode ser vista dos dois lados do prédio da estação.<sup>73</sup>

Não existe referência ou indicação de intervenções no prédio da estação, apenas nas suas laterais e imediações, onde foram construídos muros e outras estruturas rudimentares. Atualmente encontra-se ocupada pela família da senhora Neiva Lúcia Cândida Borges, viúva de Juvercino Lázaro José Pereira, que foi funcionário da extinta RFFSA. Conforme as informações coletadas, a família reside no prédio da estação há mais de cinquenta anos. Em certa época, parte da estação serviu como venda que o senhor Juvercino administrava<sup>74</sup>.

Em 2001 o município de São Joaquim de Bicas providenciou um dossiê de tombamento da Estação do Fecho do Funil, indicando essa construção como um dos elementos de forte identidade cultural para o município por seu valor histórico, cultural e arquitetônico. O decreto de tombamento foi assinado pelo prefeito Antônio Carlos Resende, em 1º de abril de 2003.

#### **7.4 ÁREA DIRETAMENTE AFETADA**

Toda a área foi percorrida e foram identificadas somente estruturas da consolidada e desativada mina. Não foram identificados bens culturais de natureza material localizados na ADA do empreendimento.

#### **7.5 IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOBRE OS BENS DE NATUREZA MATERIAL**

Para a avaliação dos impactos ambientais, foram considerados os bens que possuem acautelamento e os bens não acautelados, que sejam de interesse cultural e patrimonial.

Após as análises da atividade minerária e considerando a metodologia de Identificação e Avaliação de Impactos (ANEXO II), concluiu-se que grande parte dos bens tombados e inventariados estão localizados na Área de Influência Indireta (AII), fora das áreas de influência direta do empreendimento, e, portanto, não sofrerão impactos diretos ou indiretos advindos do mesmo.

Um fator primordial a ser considerado nessa análise é a distância em que se localizam esses bens apresentados da ADA e AID do empreendimento.

Para as vias de escoamento que serão utilizadas pelo empreendimento, 2 bens materiais imóveis e acautelados estão passíveis de sofrerem impactos devido ao trânsito intenso de veículos pesados.

---

<sup>73</sup> MRS LOGÍSTICA SA., 2013.

<sup>74</sup> MRS LOGÍSTICA SA., 2013.

É importante ressaltar que os bens já se encontram expostos aos impactos identificados nesse relatório. Os dois terminais citados como rota de escoamento do minério da Mineração Morro do Ipê já são utilizados por outros empreendimentos de mineração existentes na região.

Abaixo serão descritos os tipos de impactos a que os bens supracitados poderão sofrer, de acordo com metodologia indicada no Anexo II:

### ***Alterações nos bens culturais de natureza material devido ao trânsito de caminhões na AID***

Na fase de operação haverá movimentação de veículos pesados que irão transportar o minério até os terminais de escoamento. Considerando que esses veículos irão trafegar pelas vias BR-381 e MG-155 e na via secundária que dá acesso ao Terminal Sarzedo, poderão ocorrer alterações nos bens localizados na AID, ao longo dos acessos dos terminais à área do empreendimento, através da geração de poeira e vibrações inerentes a este tipo de tráfego.

Estas atividades poderão causar diferentes graus de alterações nos bens localizados na AID do empreendimento, tais como o surgimento de pequenas fissuras no reboco, alterações estruturais, perdas de partes do revestimento, sendo os impactos considerados: negativo (-), direto (D), local (L), de médio prazo (M), reversível (R), e de magnitude média (M), uma vez que poderá (em último caso) causar alterações estruturais nos bens.

Tendo em vista que os bens culturais em questão já estão expostos aos impactos provenientes de outros empreendimentos, impossibilitando a mensuração dos possíveis impactos gerados somente pela MMI, é proposto também um Programa de Educação Patrimonial, como forma de compensação à possível intensificação de impactos (item 7.6).

Importante ressaltar que está previsto no Plano de Controle Ambiental (PCA) do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Integrado do Complexo Germano, o monitoramento da qualidade do ar e dos ruídos e vibrações oriundos do tráfego de veículos, por meio de Programa de Gestão das Emissões Atmosféricas e da Qualidade do Ar (ANEXO III). Algumas das ações previstas visam fornecer diretrizes que irão orientar os procedimentos para controlar as emissões e monitorar a qualidade do ar para alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Minimizar os impactos ambientais advindos da alteração da qualidade do ar.
- Proporcionar a identificação de necessidade de adoção de procedimentos operacionais adicionais com o intuito de reduzir as emissões provenientes das fontes geradoras do Projeto.
- Atender a legislação ambiental pertinente.

## **7.6 PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO: REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Os dois bens identificados que estão passíveis de sofrerem impactos devido à proximidade em relação às vias de escoamento do empreendimento são o Portal da Colônia de Santa Isabel e a Estação Fecho do Funil.

A atual situação de estado de conservação dos bens identificados, apresentada nos Quadros III do ICMS Patrimônio Cultural, Exercício 2015 para o caso de Betim (Portal da Colônia Santa Isabel) e Exercício 2014 para o caso de São Joaquim de Bicas (Estação Fecho do Funil) é:

- O estado de conservação do Portal é classificado de acordo com os seguintes parâmetros: 80% Bom, 0% Regular, 20% Ruim/ Necessitando Intervenção.
- A Estação Fecho do Funil possui a seguinte classificação: 20% Bom, 40% Regular, 40% Ruim/ Necessitando Intervenção.

Com relação ao estado de conservação dos bens, durante os trabalhos de campo pôde-se observar que continua o mesmo ou com pouca deterioração do estado apresentado nos laudos técnicos de 2014 e 2015.

Sobre os impactos que incidirão sobre estes bens, dificilmente será possível mensurar o quanto a retomada da operação do Projeto Mineração Morro do Ipê irá impactar significativamente na integridade física dos mesmos, que já passam por processo de degradação, referente à sua localização e utilização das vias citadas por outros empreendimentos. Ou seja, é impossível delimitar o quanto do impacto futuro sobre estes bens seria referente aos fluxos próprios da implantação e operação do Projeto Mineração Morro do Ipê.

Além disso, para o caso da Estação Fecho do Funil, é importante salientar que existe uma ocupação de uso residencial no local e que não seria recomendável a aplicação de ações diretas por parte do empreendedor.

A partir dos argumentos acima expostos, entende-se que para o caso do empreendimento Mineração Morro do Ipê, o mais recomendável seja a realização de um programa de compensação, dada a impossibilidade de atuar de forma direta nos bens possivelmente impactados. Assim optou-se pela indicação de uma medida de compensação que consiste em ações de educação patrimonial.

### **7.6.1 INTRODUÇÃO**

A Educação Patrimonial é conhecida como um processo de trabalho educacional direcionado ao Patrimônio Cultural como fonte de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, busca-se levar ao público alvo conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

De acordo com a DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONEP Nº 007/2014, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014:

“Art. 6º O conteúdo do Estudo Prévio de Impacto Cultural (EPIC) deve abordar, pelo menos, os seguintes aspectos:

VI. Elaboração de programa de salvaguarda do patrimônio cultural afetado, que deverá incluir, obrigatoriamente, medidas de prevenção, mitigação e compensação, e projeto de educação patrimonial, e respectivos cronogramas de execução e monitoramento;”

### **7.6.2 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA**

A fim de atender a DN supracitada, uma vez que, possivelmente haverá impactos do empreendimento sobre dois bens culturais de natureza material, serão detalhadas as ações com intuito de salvaguardar e/ ou compensar o patrimônio cultural material que poderá ser impactado.

A localização e estado de conservação dos bens imóveis identificados impossibilita o direcionamento de ações específicas relacionadas a integridade física desses bens, que já vem passando por degradação causada pela utilização das vias por outros empreendimentos. Além disso, entende-se que não é possível separar os impactos gerados especificamente pelo empreendimento Mineração Morro do Ipê sobre esses bens.

Por outro lado, entende-se que existe a probabilidade de impacto da Mineração Morro do Ipê sobre os bens, considerando-se os critérios já expostos no item 5.2 do presente relatório e a distância destes bens para a AID do empreendimento (conforme Tabela 7-12). Neste sentido, são propostas ações com os objetivos de compensação.

O Programa de Compensação: Realização das Ações de Educação Patrimonial visa compensar os possíveis impactos que podem ser gerados sobre os bens materiais. Neste sentido, o Programa possui os seguintes objetivos:

- Realizar a divulgação dos bens tombados dos municípios de Betim e São Joaquim de Bicas;
- Conscientizar o público estudantil quanto ao estado de conservação dos bens de seus municípios;
- Atender à legislação referente ao patrimônio cultural.

A seguir, detalham-se o contexto de realização e as ações do Programa de Compensação: Realização de Ações de Educação Patrimonial.

### 7.6.3 PLANO DE TRABALHO

As referidas ações do Programa deverão seguir o Plano de Trabalho, destacado na Tabela 7-12.

**Tabela 7-12: Plano de Trabalho/ Cronograma**

Macro atividade	Implantação	Operação				
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano
Elaboração, entrega e aprovação do Projeto de Compensação/ Educação Patrimonial						
Realização da Etapa 1 do Projeto (Mobilização/ Organização do Planejamento)						
Realização da Etapa 2 do Projeto (Execução - anual)						

Cabe esclarecer que o Programa deverá ser flexível e poderá ser adaptado à realidade encontrada a partir dos primeiros contatos com as secretarias municipais e comunidade estudantil. Neste sentido, entende-se que durante a implantação do empreendimento (Ano 1) o mesmo deverá ser detalhado e aprovado junto às prefeituras dos municípios de Betim e São Joaquim de Bicas. A execução do Programa deverá ocorrer durante toda a operação do empreendimento, uma vez que, entende-se que os possíveis impactos ocorrerão de forma permanente enquanto o empreendimento estiver operando.

As seguintes ações e premissas deverão ser incluídas (ou substituídas por equivalentes) no projeto supracitado:

- Realizar divulgação de todos os bens tombados e seu estado de conservação como parte do Programa de Educação Patrimonial, além de realizar visitas guiadas aos mesmos.
- As visitas deverão ser guiadas por profissionais especializados na área de arquitetura ou restauro, história ou educação patrimonial (ou área afim), com o intuito de divulgar, além da importância cultural e histórica, como os bens se modificam e podem ser preservados ao longo dos anos.
- Deverá ser realizada a divulgação dos laudos técnicos executados pelas prefeituras municipais de Betim e São Joaquim de Bicas através de material impresso, a fim de chamar a atenção da comunidade estudantil para os bens.
- Este programa deverá ser realizado em duas etapas. Primeiramente as visitas guiadas aos bens tombados com entrega de material impresso com informações históricas e logo após a entrega da pontuação do ICMS Cultural, a divulgação dos laudos de estado de conservação<sup>75</sup> junto à comunidade estudantil.
- O programa deve ser direcionado para comunidade estudantil (Ensino Fundamental e/ ou Médio) através de parcerias com as secretarias de cultura e

<sup>75</sup> Deverá ser utilizado sempre o último laudo de estado de conservação produzido pela Prefeitura, IEPHA-MG e/ ou IPHAN-MG. Caso não existam estes laudos, o presente Programa não contempla a elaboração dos mesmos pelo empreendedor.

educação dos municípios e/ ou ONGs, além de outras organizações locais relacionadas à educação, cultura e meio ambiente.

#### 7.6.4 RECURSOS HUMANOS

Para elaboração e execução do Programa de “Compensação: Realização de Ações de Educação Patrimonial” entende-se necessária a seguinte equipe técnica:

- Coordenador - Arquiteto, com experiência na área de patrimônio cultural e educação patrimonial; e,
- Pesquisador - Historiador, Cientista Social, Arquiteto ou graduado em área afim, com experiência na área de patrimônio cultural e educação.

#### 7.6.5 INDICADORES E METAS

A seguir (Tabela 7-13), apresentam-se os indicados e metas estabelecidos para o Programa:

**Tabela 7-13: Indicadores e Metas**

Indicador	Meta
Número de escolas municipais e/ ou estaduais atendidas	Pelo menos uma por município
Número de alunos atendidos	Pelo menos 40 alunos por município
Quantitativo de material impresso disponibilizado	Tiragem de 500 a 1.000
Visitas guiadas realizadas	Pelo menos uma por município por ano

### 7.7 RESULTADOS E CONCLUSÕES

A área onde a Mineração Morro do Ipê irá operar abrange três municípios, conforme exposto no presente relatório: Brumadinho, Igarapé e São Joaquim de Bicas. Além dos municípios supracitados, a operação do empreendimento utilizará como vias de escoamento estradas existentes que interceptam os municípios de Betim e Sarzedo.

O levantamento de campo e de dados secundários realizado nas Áreas de Influência do empreendimento (ADA, AID e AII) identificou 296 bens de natureza material acautelados, sendo (Tabela 7-14):

- Betim: 12 bens Tombados e 148 inventariados;
- Brumadinho: 8 bens tombados e 16 inventariados;
- Igarapé: 3 bens tombados e 24 bens inventariados;
- São Joaquim de bicas: 2 dois bens tombados e 72 bens inventariados.
- Sarzedo: 01 bem tombado e 34 bens inventariados

**Tabela 7-14: Bens Materiais Diagnosticados na Áreas de Influência do Empreendimento**

Municípios	Bens Tombados	Bens Inventariados	Total de Bens <sup>76</sup>
Betim	12	148	136
Brumadinho	8	16	25
Igarapé	3	24	27
São Joaquim de Bicas	2	72	74
Sarzedo	01	34	34

Dois bens estão localizados nas vias de escoamento para os terminais Serra Azul e Sarzedo, consideradas AID.

Com exceção dos bens supracitados, o restante dos bens está localizado na AII do empreendimento e não são passíveis de sofrerem impactos.

---

<sup>76</sup> O total de bens não é a somatória exata dos bens tombados e bens inventariados pois alguns dos bens são, ao mesmo tempo, tombados e inventariados.

## **8 PROPOSTA DE CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Sugere-se como ação integrada ao Programa de Educação Patrimonial a elaboração e distribuição de uma Cartilha em três municípios da AII: Brumadinho, Igarapé e São Joaquim de Bicas. A sugestão por estes municípios toma como critério o fato de que grande parte da área dos mesmos está localizada na AID enquanto os outros dois (Betim e Sarzedo) são interceptados somente pelas vias de escoamento do empreendimento.

Ainda, sugere-se que o conteúdo da Cartilha abarque o presente estudo em linguagem acessível para as comunidades de interesse. Neste sentido, apresenta-se no ANEXO IV a proposta de conteúdo para a referida Cartilha de Educação Patrimonial.

## 9 RESPONSÁVEIS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS

**Tabela 9-1: Equipe Técnica**

<b>Técnico</b>	<b>Formação</b>	<b>Cargo</b>
Jackson Campos	Geógrafo	Coordenador Geral e Revisor
Charles Pierre Parreiras	Sociólogo	Coordenador Temático e Revisor
Mateus Frechiani Romanha	Mestre em Planejamento Territorial/ MBA em Gerenciamento de Projetos	Gerenciamento da Equipe Técnica
Marcos da Costa Martins	Doutor em Sociologia	Coordenação de Patrimônio Imaterial
Deise Alves Eleutério	Arquiteta e Urbanista – Especialista em Gestão e Prática de Restauro CAU nº A 64579-6	Coordenação de Patrimônio Material
Sara G. Aredes Moreira	Historiadora – Mestre em Ciências Sociais	Responsável pelos Históricos - Apoio Técnico
Anna Cristina A. R. Machado	Analista Ambiental	Técnica
Isabela F. Gomes Oliveira	Geógrafa	Técnica
Raphael Augusto Foscarini Ferreira	Geógrafo	Geoprocessamento
Alessandro Cazeli Pereira	Geógrafo	Geoprocessamento

## 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Maria Paula. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Volume I – A a I.** ProEditores. São Paulo, 1997-1998.

\_\_\_\_\_. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Volume II – J a Z.** ProEditores. São Paulo, 1998.

ÁVILA, Affonso. **Glossário de Arquitetura e Ornamentação.** Co-edição: Fundação João Pinheiro, Fund. Roberto Marinho, Cia Editora Nacional. Impressão: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1980.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** Alianza Editorial. 1986.

CHING, Francis. **Dicionário Visual de Arquitetura.** Editora Martins Fontes. São Paulo, 2006.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Sertão e território. As fazendas do sul de Minas Gerais: a arquitetura rural do século XVIII e XIX.** Brasília: IPHAN, 2010.

DRUMOND, Alessandra (org.). **Cidades e políticas públicas de cultura: diagnóstico, reflexão e proposições.** Belo Horizonte: Artmanagers, 2012.

Estudo de Impacto Ambiental – EIA, ECOSYSTEM TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA. Projeto de Ampliação o Ramal de Paraopeba, julho de 2011.

GASPAR, Floriana de Fátima. **Aspectos do atual processo de urbanização de Brumadinho (Relatório).** Belo Horizonte, 2005.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. XXIV, p.188-189.

JARDIM, Décio Lima. **História e riquezas do município de Brumadinho.** Prefeitura Municipal de Brumadinho, 1982.

MRS LOGÍSTICA SA. **Diagnóstico do Meio Socioeconômico, nos seus aspectos relacionados à proteção dos bens de interesse cultural, na área de influência do empreendimento de ampliação do Ramal Ferroviário Paraopeba.** Belo Horizonte, dezembro de 2013.p. 60-61.

PINTO, Liliane Faria Corrêa. **O ICMS Cultural e o patrimônio imaterial: O caso de São Tiago e o modo de fazer os biscoitos.** III Seminário Internacional de Políticas Culturais, Edição 2012, Rio de Janeiro, RJ.

REM: Revista da Escola de Minas, Ouro Preto, 56(2): 131-137, abr. jun. 2003. **Principais normas e recomendações existentes para o controle de vibrações provocadas pelo uso de explosivos em áreas urbanas – Parte II.**

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **O Brasil Colonial: O Ciclo do Ouro, c. 1690-1750.** In: BETHELL, Leslie (org.). América Latina Colonial. Vol. II. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SANTOS, Márcio. Caminhos e descaminhos. **História viva: Conceição do Mato Dentro: A cultura e a memória de um povo e seu legado.** 1. ed. Belo Horizonte: KLG Editora, 2011.

TERRATIVA. Empreendimento minerário do Morro do Pilar. **Relatório final - Estudos básicos para o Diagnóstico Ambiental: caracterização do patrimônio natural e cultural.** Belo Horizonte, março, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM. **Dossiê de Registro do Salão do Encontro.** Betim, MG, 2000.

\_\_\_\_\_. **Dossiê de Tombamento da Caixa D'água.** Betim, 2002.

\_\_\_\_\_. **Dossiê de Registro da Folia de Reis do Bairro Santo Afonso.** Betim, 2011.

\_\_\_\_\_. **Dossiê de Registro do Reinado de Nossa Senhora do Rosário.** Betim, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO. **Inventário de proteção do patrimônio cultural.** Exercício 2012. Belo Horizonte, Iepha/MG, 2012.

\_\_\_\_\_. **Dossiê de Registro da Banda Santa Efigênia.** Brumadinho/MG, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ. **Inventário de proteção do patrimônio cultural.** Exercício 2012. Belo Horizonte, Iepha/MG, 2012.

\_\_\_\_\_. **Dossiê de Registro das Mestras da Culinária Tradicional de Igarapé.** Igarapé/MG, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DE BICAS. **Inventário de proteção do patrimônio cultural.** Exercício 2012. Belo Horizonte, Iepha/MG, 2014.

\_\_\_\_\_. **Dossiê de tombamento da Estação Ferroviária Fecho do Funil.** São Joaquim de Bicas/MG, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO. **Dossiê de tombamento do Conjunto da Estação Ferroviária.** Sarzedo/MG, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO. **Cartilha de Planejamento Municipal**. Sarzedo/MG, 2016.

SENNA, Nelson C. de. **Anuario Historico-Chorografico de Minas Geraes**. Belo Horizonte: Minas Gerais: Imprensa Oficial, 1909.

SILVA, José Joaquim da. **Tratado de Geografia Descritiva Especial da Província de Minas Gerais**. Coleção Mineiriana. Série Clássicos. Fundação João Pinheiro, 1997.

VASCONCELLOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. 3ªed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1974.

### **Sites:**

São Joaquim de Bicas. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=316292&search=minas-gerais|sao-joaquim-de-bicas>>. Acesso em 13 de junho de 2016.

História. Disponível em:

<[http://www.saojoaquimdebicas.mg.gov.br/Materia\\_especifica/6495/Historia](http://www.saojoaquimdebicas.mg.gov.br/Materia_especifica/6495/Historia)>. Acesso em 13 de junho de 2016.

Brumadinho. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310900&search=minas-gerais|brumadinho>>. Acesso em 14 de junho de 2016.

Folias de Minas são reconhecidas como patrimônio cultural. <http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/1486-folias-de-minas-sao-reconhecidas-como-patrimonio-cultural>, 06/01/2017; consultado em 21/03/2017.

Funarbe Disponível em [http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura\\_de\\_betim/outros\\_organos/funarbe/memoria\\_patrimonio\\_cultural/40625%3B36004%3B07161813%3B0%3B0.asp](http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura_de_betim/outros_organos/funarbe/memoria_patrimonio_cultural/40625%3B36004%3B07161813%3B0%3B0.asp)>. Acesso em 27/03/2017

Igarapé. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313010&search=minas-gerais|igarape>>. Acesso em 10 de junho de 2015.

História do município de Igarapé. Disponível em:

<[http://www.igarape.mg.gov.br/Materia\\_especifica/6672/Historia-do-Municipio-de-Igarape](http://www.igarape.mg.gov.br/Materia_especifica/6672/Historia-do-Municipio-de-Igarape)>. Acesso em 10 de junho de 2016.

SENAC/Descubraminas. Bandas de Música em Brumadinho. Disponível em

<[http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoPagina.aspx?cod\\_destino=170&cod\\_pgi=2656](http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoPagina.aspx?cod_destino=170&cod_pgi=2656)> Acesso em 13 de junho de 2016.

Instituto Inhotim, consultado em 28 de junho de 2016  
<http://www.inhotim.org.br/index.php/p/v/210-431>, consultado em 28 de junho de 2016.

Betim. Disponível em:

Estações Ferroviárias do Brasil, consultado em 05 de abril de 2017  
[http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv\\_garcas/betim.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv_garcas/betim.htm)

Prefeitura Municipal de Betim, consultado em 03 de abril de 2017:  
[http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura\\_de\\_betim/outros\\_orgaos/funarbe/memoria\\_patrimonio\\_cultural/40625%3B36004%3B07161813%3B0%3B0.asp](http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura_de_betim/outros_orgaos/funarbe/memoria_patrimonio_cultural/40625%3B36004%3B07161813%3B0%3B0.asp)

Histórico da Capela de São Sebastião consultado em 03 de abril de 2017:  
<http://www.otempo.com.br/o-tempo-betim/capela-de-s%C3%A3o-sebasti%C3%A3o-1.630630>

IBGE Cidades: Betim. Disponível em:  
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310670>>. Acesso em março de 2017.

IMPHIC: Linha do tempo de Betim. Disponível em:  
<<http://imphic.ning.com/profiles/blogs/linha-do-tempo-de-betim>>. Acesso em março de 2017.

Informe Histórico de Betim. Disponível em:  
<[http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura\\_de\\_betim/outros\\_orgaos/funarbe/memoria\\_patrimonio\\_cultural/informe\\_historico\\_betim](http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura_de_betim/outros_orgaos/funarbe/memoria_patrimonio_cultural/informe_historico_betim)>. Acesso em março de 2017.

Estações ferroviárias do Brasil: Sarzedo. Disponível em:  
<[http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_mg\\_paraopeba/sarzedo.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_paraopeba/sarzedo.htm)>. Acesso em março de 2017.

IBGE Cidades: Sarzedo. Disponível em: <  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=316553>>. Acesso em março de 2017.

Prefeitura Municipal de Sarzedo: História. Disponível em:  
<<http://www.sarzedo.mg.gov.br/index.php/explore/historia>>. Acesso em março de 2017.

Sarzedo MG: Nossa Cidade, Nossa História. Disponível em:  
<<http://sarzedomg.blogspot.com.br/p/historia.html>>. Acesso em março de 2017.

## **Legislação**

Constituição do Estado de Minas Gerais, de 21 de setembro de 1989

Constituição Federal de 1988

DECRETO Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967

DECRETO Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937

DECRETO Nº 42.505, DE 15 DE ABRIL DE 2002 - Institui as formas de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais.

DECRETO Nº 856/98

Lei nº 2.944/1996, Betim - Da Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico da cidade

Lei nº 2.968/1996, Betim – Da Criação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim

Lei 3.924/2003, Betim – Alteração da Lei 2.968/1996.

Decretos Municipais 13.921/1998 e 19.867/2004 - Regimento Interno do Conselho Deliberativo de Betim

Decreto Municipal 16.385 – Instaura o Registro dos bens culturais imateriais de Betim

Artigos 227, 228, 229 da Lei Orgânica de Sarzedo.

Lei Complementar Igarapé nº 25/2009 – Código de Posturas: Exigência de estudo de impacto de vizinhança

Lei Complementar Igarapé nº 35/2010 – Sobre a expansão e ocupação urbana

Lei Complementar Igarapé nº 38/2013 – Artigos 4º, 12º, 59º – Atribuições da Secretaria de Cultura

Lei nº 1.564 de 29 de dezembro de 2010 - cria o Fundo Municipal de Cultura e Proteção do Patrimônio Cultural de Igarapé – FUNCPATRI

Lei nº 11.258, de 28 de outubro de 1993 - Reorganiza o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha/MG e dá outras providências;

Lei nº 13.464, de 12 de janeiro de 2000 - Cria o Fundo Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico - FUNPAT - e dá outras providências.

Lei nº 18.030, de 17 de janeiro de 2009 - Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios;

Lei Nº 215/2004 - Plano Diretor de São Joaquim de Bicas

Lei Nº 55/1998 que estabelece as normas de Proteção do Patrimônio Cultural do município

Lei Nº 577, de 17 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a concessão de subvenções, auxílios financeiros, contribuições e dá outras providências, levando em consideração os bens culturais

Lei Ordinária Brumadinho nº 1.219/2001

Lei Ordinária Brumadinho nº 1.481/2005 – Sobre o calendário festivo oficial

Lei Ordinária Brumadinho nº 1.715/2009 – Sobre a Secretaria de Cultura

Lei Ordinária Brumadinho nº 2.171/2015 – Sobre o Conselho de Patrimônio

Lei Orgânica de Brumadinho Artigos 154, 171,172, 174, 176, 196 – Sobre o Patrimônio Cultural.

Lei Orgânica de Igarapé Artigos 5, 13, 138, 160 – Sobre o Patrimônio Cultural.

Lei Orgânica de Igarapé de 1990, Artigos 5º, 13º, 138º, 160º – Sobre o Patrimônio Cultural.

Lei Orgânica de São Joaquim de Bicas Artigos 10, 14, 129, 130, 131– Sobre o Patrimônio Cultural.

Lei Orgânica de São Joaquim de Bicas Artigos 10º, 14º, 129º, 130º, 131º– Sobre o Patrimônio Cultural

Lei Orgânica do Município de Brumadinho, revisada em 2008; Artigos 154, 171,172, 174, 176, 196 – Sobre o Patrimônio Cultural.

**NBR 13.028 de 04/09/2006 - Elaboração e apresentação de projetos de barragens para disposição de rejeitos, contenção de sedimentos e reservação de água.**

**NBR 13.029 de 04/09/2006 - Elaboração e apresentação de projetos de disposição de estéril em pilhas.**

**NBR 9.653 de 30/09/2005 - Guia para avaliação de efeitos provocados pelo uso de explosivos na mineração em áreas urbanas.**

**NRM 08 - Operações com Explosivos e Acessórios.**

**NRM 08 - Prevenção contra Incêndios, Explosões, Gases e Inundações.**

**NRM 08 - Prevenção contra Poeiras Normas Reguladoras de Mineração.**

---

**ANEXO I: LISTA DE CONTATOS EM CAMPO**

---

**Brumadinho:**

- Adriana Regina, Capitã do Congo do Sapé - Secretaria de esportes/ Ceci
- Aranhas – N. S. Rosário - Eduardo (31) 99987-0455
- Córrego de Ferreira - Sr. Vicente (31) 99884-0822
- Guarda Conceição de Itaguá - Sr. Carlinhos (31) 99636-1916 - Rua do Rosário, 6
- Guarda Santa Efigênia - Aldo César (31) 99869-6745 - Rua Suzana, 292 Bairro Santa Efigênia
- Guarda Santa Isabel - Robertino (31) 99950-9963/ Magnólia Souza (31) 99606-3552 - Rua Antônio Carlos Santos, 145 Bairro Dom Bosco
- Nery Braga - professor de letras/ ex-prefeito/autor de livros sobre o município - (31) 99112-4007 - Rua Hematita, 100, Centro.
- Pedro Henrique Silva (31) 98231-4598 - Setor de Turismo
- Piedade - Marinhos (31) 9853-5229 (falar com Nicole)
- Webert Douglas Fernandes (31) 98602-0963 - Setor de Patrimônio - webertdouglas@hotmail.com

**Igarapé:**

Cláudio Martins dos Santos - Assessor da Secretaria de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo - (31) 97162-3870 / (31) 3534-4253

Maria Helena de Souza Rezende – Pintora - (31) 3534-4310 / (31) 99932-0568 - Avenida Governador Valadares, 1133, Centro.

Moçambique São João Batista e Nossa Senhora do Rosário - José Maria Mota “Marambaia” - Rua Mário de Andrade, 960 Bairro Fernão Dias

Sr. José Dionísio “Zé Doido” – capitão de folia de reis e congadeiro - Rua do Acre, 53 Bairro Marechal Rondon

**São Joaquim de Bicas:**

- Dona Neusa – professora de História – (31) 3534-9663 - Rua Rio de Janeiro, 1255 Bairro Tereza Cristina
- Dona Vilma, Cozinheira e polvilho, (31) 35220755, (31) 998217938
- Elisabete (31) 996893562 (31) 99972-1664 - Secretária adjunta de Cultura
- Sr. Euci, Folia de Reis Nossa Senhora da Paz, (31) 99602 0675
- Sr. Wanderley, Folia de Reis São Joaquim de Bicas, (31) 98275 6251

---

## **ANEXO II: IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS**

---

A avaliação de impacto é um procedimento que permeia todas as etapas de um projeto em processo de licenciamento. Trata-se de um exercício onde se busca a identificação dos cenários que podem se apresentar ao longo das etapas de um dado empreendimento.

Neste sentido, para que tal avaliação se concretize da forma mais precisa possível, é necessário que as informações relativas à caracterização do empreendimento estejam suficientemente organizadas. Isto favorece o conhecimento de todos os processos, tarefas, fluxos de pessoal e econômico e demais fatores associados ao projeto.

Por outro lado, as informações relativas ao contexto sociocultural da área de inserção do projeto também devem ser disponibilizadas para a avaliação de impactos. Assim, o conhecimento do cenário diagnóstico da área possibilita o reconhecimento do claro efeito do empreendimento proposto, em suas diferentes etapas, sobre o arranjo social e cultural identificado.

Significa, em síntese, que a base para a constituição desses cenários é o diagnóstico da situação sociocultural atual das áreas de estudo, exposto às ações/atividades do projeto identificadas como potencialmente modificadoras da realidade existente.

O que se busca com a avaliação de impactos é o desenvolvimento de um processo de análise amplo, para formar um juízo prévio, o mais acurado possível, dos efeitos culturais da ação humana (empreendimento) e a possibilidade de evitar, reduzir e controlar estes efeitos a níveis aceitáveis.

Para identificação e avaliação dos impactos sobre o patrimônio cultural a serem gerados para o empreendimento em foco, ao longo de sua vida útil, será adotada metodologia específica, respeitando as diretrizes legais vigentes na Resolução CONAMA 001/86, fundamentando-se, igualmente, na literatura que discute os conceitos que nesta são utilizados.

A metodologia adotada nesta análise é detalhada a seguir e apresenta os procedimentos técnico-operacionais que compõem a sua estrutura geral.

## **METODOLOGIA**

Os critérios de avaliação considerados são definidos a seguir.

### **a) NATUREZA:**

Refere-se à melhoria (natureza positiva) ou deterioração (natureza negativa). Alguns impactos podem ter as duas naturezas.

- **Positiva:** alteração de caráter benéfico.
- **Negativa:** alteração de caráter adverso.

**b) DURAÇÃO:**

Refere-se à condição de permanência do impacto ou modificação cultural, ocorrendo impactos temporários, permanentes ou cíclicos.

- **Temporária:** a alteração passível de ocorrer tem caráter transitório em relação à duração da etapa do projeto considerada.
- **Permanente:** a alteração passível de ocorrer permanece durante a etapa do projeto considerada e persiste, mesmo quando cessada a atividade que a desencadeou.
- **Cíclica:** a alteração é passível de ocorrer em intervalos de tempo regulares e/ou previsíveis.

**c) INCIDÊNCIA:**

Refere-se à condição do impacto resultar diretamente de uma ação do empreendimento ou se originar de um impacto já desencadeado pelo empreendimento.

- **Direta:** alteração que decorre de uma atividade do empreendimento.
- **Indireta:** alteração que decorre de um impacto direto.

**d) PRAZO PARA OCORRÊNCIA:**

Refere-se ao tempo de resposta entre a ação desencadeadora e a manifestação do impacto.

- **Curto Prazo:** alteração que se manifesta imediatamente após a ocorrência da atividade ou do processo ou da tarefa que a desencadeou.
- **Médio a Longo Prazo:** alteração que demanda um intervalo de tempo para que possa se manifestar (ser verificada), o qual deve ser definido em função das características particulares do empreendimento.

**e) REVERSIBILIDADE:**

- **Reversível:** é aquela situação na qual cessada a causa responsável pelo impacto, o bem alterado pode retornar a uma dada situação de equilíbrio, semelhante àquela que estaria estabelecida, caso o impacto não tivesse ocorrido.
- **Irreversível:** o meio se mantém alterado, mesmo quando cessada a causa responsável pelo impacto.

**f) ABRANGÊNCIA:**

Refere-se à incidência do impacto no espaço geográfico. Ou seja, representa o espaço geográfico de ocorrência do impacto, considerando-se toda a sua área de incidência.

- Pontual: a alteração se manifesta exclusivamente na área em que se dará a intervenção ou no seu entorno imediato.
- Local: a alteração tem potencial para ocorrer ou para se manifestar por irradiação numa área que extrapole o entorno imediato do sítio onde se deu a intervenção.
- Regional: a alteração tem potencial para ocorrer ou para se manifestar por irradiação em escala de dimensão regional.

**g) IMPORTÂNCIA:**

Considera o peso e a influência do impacto no contexto em que este ocorrerá. Trata-se de uma avaliação que deverá ser estabelecida pelo especialista e deve sintetizar o significado do impacto em relação ao atributo diagnosticado.

- **Sem importância:** a alteração não é percebida ou verificável.
- **Baixa importância:** a alteração é passível de ser percebida ou verificada sem, entretanto, caracterizar ganhos e/ou perdas na área de abrangência considerada, se comparados ao cenário diagnosticado.
- **Importante:** a alteração é passível de ser percebida ou verificada, caracterizando ganhos e/ou perdas na área de abrangência considerada, se comparados ao cenário diagnosticado;
- **Alta importância:** a alteração é passível de ser percebida ou verificada, caracterizando ganhos e/ou perdas expressivas na área de abrangência considerada, se comparados ao cenário diagnosticado.

**h) MAGNITUDE:**

Reflete a escala/dimensão de alteração nos bens culturais do meio que está sendo objeto da avaliação. Quando possível, pode ser usada com referência a aspectos quantitativos.

A magnitude é expressa com base nos seguintes parâmetros e padrões:

- **Baixa:** a dimensão da alteração é baixa em relação a dimensão total possível para a incidência dos impactos.
- **Média:** a dimensão da alteração é média em relação a dimensão total possível para incidência do impacto.
- **Alta:** a dimensão da alteração é alta em relação a dimensão total possível de incidência dos impactos.
- Avaliação dos impactos sobre os bens culturais

A avaliação de cada impacto considerou os critérios de classificação discriminados anteriormente (natureza, reversibilidade, abrangência, magnitude, prazo de ocorrência, duração, incidência e importância) e as etapas do empreendimento (planejamento, implantação e operação), conforme apresentado na .

### Modelo de Representação dos Critérios de Avaliação de Impactos

CRITÉRIOS E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS POR ETAPA DO EMPREENDIMENTO			
Critérios	Planejamento	Implantação	Operação
Natureza			
Reversibilidade			
Abrangência			
Prazo de Ocorrência			
Duração			
Incidência			
Magnitude			
Importância			

Após a avaliação de cada impacto deve ser apresentada uma tabela sintética, que mostra a fase em que este se manifesta, a relação dos aspectos a estes associados, a tarefa responsável por sua geração, o controle intrínseco associado quando aplicável e as principais ações a serem adotadas.

**ANEXO III: ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO MINERAÇÃO  
MORRO DO IPÊ (DIGITAL)**

---

**ANEXO IV: PROPOSTA DE CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL  
(DIGITAL)**

---



# IPÊ MINERAÇÃO

## PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL (PAE) - VERTENTE BRUMADINHO

CONTRATO 1IPEM001 - OS03 - P13 --VF261222-0849-- DEZEMBRO/22

<b>EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO</b>	
<b>Razão social:</b> Brandt Meio Ambiente Ltda.	
<b>CNPJ:</b> 71.061.162/0001-88	
<b>Endereço:</b> Alameda do Ingá, 89 - Vale do Sereno - 34.006-042 - Nova Lima - MG - Tel (31) 3071 7000	
<b>Site:</b> www.brandt.com.br	<b>e-mail:</b> contato@brandt.com.br
<b>Diretor e Representante Legal Geral:</b> Diego Lara	
<b>CPF:</b> 064 754 196 30	
<b>Registro Cadastro Técnico Federal:</b> 2067350	

<b>EQUIPE TÉCNICA DA BRANDT MEIO AMBIENTE</b>		
<b>ESTA EQUIPE PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO TÉCNICO E RESPONSABILIZA-SE TECNICAMENTE POR SUAS RESPECTIVAS ÁREAS</b>		
<b>Nome</b>	<b>Formação / Registro Profissional Currículo Lattes</b>	<b>Cargo Responsabilidade no Projeto</b>
Gabriel Costa Nacur	Engenheiro Ambiental e Sanitarista/MBA em Gestão de Projetos CREA-MG 222408/D	Coordenador de Projetos
Patrícia C. Letro de Brito	Historiadora / Mestre em Arqueologia /doutoranda no Departamento de Antropologia com ênfase em Arqueologia	Analista Ambiental Responsabilidade técnica sobre as atividades de campo e elaboração de relatório técnico final.
Amanda Diniz	Cientista Social/ mestre em Arqueologia	Consultora Responsabilidade técnica sobre as informações coletadas em campo e atividades em gabinete
Luísa Roedel	Antropóloga/ mestre em Arqueologia	Consultora Equipe técnica de campo
Nathalia França	Geógrafa	Consultora Responsabilidade técnica sobre as informações coletadas em campo
Valdiney Leite	Arqueólogo/MsC. Antropologia/Doutorando em Geografia Cultural/Estudos Arqueológicos	Analista de Meio Ambiente Revisão Geral
Emanuel Manfred Freire Brandt	Químico Industrial PhD. Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos CRQ-MG 02202467	Diretor técnico Responsável pela revisão do Plano
Lucas Lacerda	Mestre em Modelagem de Sistemas Ambientais Especialista em geoprocessamento Geógrafo CREA-MG: 217069/ D	Analista de Meio Ambiente Elaboração dos mapas

<b>EMPRESA RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO</b>	
<b>Razão social</b>	Mineração Morro do Ipê S.A
<b>CNPJ</b>	22.902.554/0001-17
<b>Instalação</b>	Brumadinho - MG
<b>Endereço</b>	Rodovia Fernão Dias BR 381
<b>Contato Regional</b>	Guilherme Raposo
<b>E-mail</b>	guilherme.raposo@ipemineracao.com
<b>Fiscal Ipê Mineração</b>	Julia Miranda
<b>E-mail</b>	julia.miranda@ipemineracao.com

**Sumário**

1	INTRODUÇÃO .....	7
2	OBJETIVOS .....	8
3	INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PAE E SOBRE O EMPREENDIMENTO .....	9
3.1	Contato Internos .....	10
3.2	Contatos Externos .....	10
3.2.1	Instituições e Órgãos do Patrimônio Cultural .....	10
3.2.2	Pessoas referência para o Patrimônio Imaterial .....	11
4	INFORMAÇÕES DO EMPREENDIMENTO .....	12
5	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	14
6	MODELAGEM DA MANCHA DE INUNDAÇÃO E SUA DISPERSÃO PELO TERRITÓRIO .....	15
6.1	Objetivos da modelagem .....	16
6.2	Breve caracterização do local hipoteticamente atingido pela mancha de inundação .....	16
7	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	18
7.1	Levantamento de dados secundários .....	18
7.2	Análise do cenário de hipotética ruptura da Barragem B1 - Mina Ipê .....	18
7.3	Levantamento de dados primários .....	18
7.4	Tratamento dos dados em gabinete .....	19
7.5	Avaliação de Potenciais Impactos Socioambientais .....	19
7.6	Proposição das ações emergências .....	20
8	AÇÕES PREVISTAS PARA ELABORAÇÃO DO PAE .....	22
8.1	Mobilização do Público .....	22
8.1.1	Ação 1 .....	23
8.1.2	Ação 2 .....	25
9	DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL .....	27
9.1	Patrimônio Material .....	27
9.1.1	Patrimônio Edificado e móvel .....	27
9.1.2	Patrimônio Arqueológico .....	27
9.2	Patrimônio Imaterial .....	29
9.2.1	As Folias de Minas .....	32
9.2.1.1	Ficha de Práticas Culturais .....	32
9.2.1.2	Fichas de Identificação de Pessoas de Referência .....	35
9.2.1.3	Ficha de Identificação de Organizações Locais de Referência .....	41
9.2.1.4	Ficha de Arrolamento de Elementos Materiais Associados às Práticas Culturais .....	43
9.2.2	Saberes, Linguagens Expressões Musicais da Viola .....	45
9.2.2.1	Ficha de Práticas Culturais .....	45
9.2.2.2	Ficha de Identificação de Pessoas de Referência .....	49
9.2.2.3	Fichas de Identificação de Organizações Locais de Referência .....	58
9.2.2.4	Os elementos materiais associados às práticas culturais .....	64
10	AValiação de Impactos Socioambientais .....	67
10.1	Identificação dos Impactos Socioambientais - Patrimônio Imaterial .....	67
10.2	Identificação dos Impactos Socioambientais - Folias de Minas .....	67
10.3	Identificação dos Impactos Socioambientais - Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola .....	69
11	AÇÕES EMERGENCIAIS PARA PROTEÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL .....	71
12	RECURSOS NECESSÁRIOS .....	73
13	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	74
14	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	75

**Índice de inserções**

INSERÇÃO 3-1 - Fluxograma de contatos em caso de emergência.....	10
INSERÇÃO 3-2 - Contatos Externos, Instituições e Órgãos do Patrimônio Cultural .....	10
INSERÇÃO 3-3 - Contatos externos - Pessoas referência para o Patrimônio Imaterial. ....	11
INSERÇÃO 6-1 - Mapa com a localização da mancha de inundação, ZAS, ZSS e Al. ....	17
INSERÇÃO 7-1 - Critérios para classificação de impactos sobre os bens culturais.....	19
INSERÇÃO 7-2 - Quadro com as ações de emergência previstas para o Nível 1 .....	20
INSERÇÃO 7-3 - Quadro com as ações de emergência previstas para o Nível 2 .....	21
INSERÇÃO 7-4 - Quadro com as ações de emergência previstas para o Nível 3 .....	21
INSERÇÃO 9-1 - Mapa com a espacialização dos bens materiais no município de Brumadinho, MG.....	28
INSERÇÃO 9-2 - Mapa com a espacialização dos bens imateriais no município de Brumadinho, MG.....	30
INSERÇÃO 9-3 - Espacialização dos bens imateriais protegidos pelo Estado de Minas Gerais no município de Brumadinho, MG.....	31
INSERÇÃO 9-4 - Grupo de Folia Irmandade de Nossa Senhora da Aparecida .....	32
INSERÇÃO 9-5 - Encarte com a propaganda da Folia de Reis de Brumadinho. ....	34
INSERÇÃO 9-6 - Sr. José Saturnino recebendo a equipe em sua residência. ....	37
INSERÇÃO 9-7 - Sr. José Saturnino durante entrevista.....	37
INSERÇÃO 9-8 - Sr. José Saturnino exibindo a bandeira da Folia de São Sebastião. ....	37
INSERÇÃO 9-9 - Sr. José Saturnino com a sanfona e a bandeira da Folia de São Sebastião. ....	37
INSERÇÃO 9-10 - Sr. Nô recebendo a equipe em sua residência. ....	39
INSERÇÃO 9-11 - Sr. Nô e sua esposa durante entrevista. ....	39
INSERÇÃO 9-12 - Sr. Nô durante entrevista.....	40
INSERÇÃO 9-13 - Sr. Nô contando as histórias da Folia de Reis na localidade do Brumado.....	40
INSERÇÃO 9-14 - Casa da Cultura Carmita Passos.....	42
INSERÇÃO 9-15 - Entrevista com Webert de Souza, coordenador da Casa de Cultura Carmita Passos. ....	42
INSERÇÃO 9-16 - Bandeira da Folia de Reis de São Sebastião.....	43
INSERÇÃO 9-17 - Sanfona TodeSchini. ....	43
INSERÇÃO 9-18 - Camisa do grupo de Folia de Reis de São Sebastião, frente e verso.....	44
INSERÇÃO 9-19 - Desenho elaborado por Amanda Diniz do violeiro Deley da Viola.....	45
INSERÇÃO 9-20 - Deley da Viola durante apresentação no Bar do Milton.....	48
INSERÇÃO 9-21 - Encarte do Show do Deley da Viola.....	48
INSERÇÃO 9-22 - Álbum Zé Moulaz & Braz da Viola. ....	48
INSERÇÃO 9-23 - Encarte Álbum Zé Moulaz & Braz da Viola. ....	48
INSERÇÃO 9-24 - Deley da Viola durante entrevista. ....	50
INSERÇÃO 9-25 - Deley da Viola tocando sua viola durante entrevista.....	50
INSERÇÃO 9-26 - Detalhe da viola do Deley da Viola com seu nome. ....	50
INSERÇÃO 9-27 - Viola herdada do avô, José Bertô. ....	52
INSERÇÃO 9-28 - Daniel da Viola com sua Viola. ....	52
INSERÇÃO 9-29 - Cartaz do show com maior público da dupla Daniel da viola e Renato Calambal.....	52
INSERÇÃO 9-30 - Gui da Viola durante entrevista.....	54
INSERÇÃO 9-31 - Guida Viola tocando viola durante entrevista. ....	54
INSERÇÃO 9-32 - Bar do Milton - da esquerda para a direita: Paulo, Milton, Guilherme e Deley da Viola. ....	55
INSERÇÃO 9-33 - Encontro - da esquerda para a direita: Paulo, Milton e Deley da Viola.....	55
INSERÇÃO 9-34 - Entrevista com Paulo Oliveira.....	55
INSERÇÃO 9-35 - Paulo e Milton, irmãos da Silva, tocando juntos durante entrevista.....	55
INSERÇÃO 9-36 - Trio Mexe Coração durante entrevista. ....	57

INSERÇÃO 9-37 - Entrevista com o violeiro Braz Moulaz. ....	57
INSERÇÃO 9-38 - Cartão de Visita do Trio Mexe Coração. ....	57
INSERÇÃO 9-39 - Casa da Cultura Carmita Passos.....	59
INSERÇÃO 9-40 - Entrevista com Webert de Souza .....	59
INSERÇÃO 9-41 - Casa da Viola .....	61
INSERÇÃO 9-42 - Deley da viola em sua casa .....	61
INSERÇÃO 9-43 - Entrevista com violeiros no Bar do Milton .....	63
INSERÇÃO 9-44 - Encontro no Bar do Milton; da esquerda para a direita: Paulo, Milton e Deley da Viola.....	63
INSERÇÃO 9-45 - Viola Antiga pertencente a Daniel da Viola. ....	65
INSERÇÃO 9-46 - Viola atual pertencente a Daniel da Viola .....	65
INSERÇÃO 9-47 - Viola pertencente a Gui da Viola. ....	65
INSERÇÃO 9-48 - Viola pertencente a Braz da Viola.....	65
INSERÇÃO 9-49 - Craviola pertencente a Braz da Viola.....	65
INSERÇÃO 9-50 - Viola pertencente a Deley da Viola .....	66
INSERÇÃO 10-1 - Impactos Socioambientais, Folias de Minas .....	67
INSERÇÃO 10-2 - Quadro com a Avaliação de Impactos Socioambientais - Folias de Minas.....	68
INSERÇÃO 10-3 - Quadro Impactos Socioambientais - Saberes, Linguagens e Expressões da Viola.....	69
INSERÇÃO 10-4 - Quadro com a Avaliação de Impactos Socioambientais - Saberes, Linguagens e Expressões da Viola .....	70
INSERÇÃO 11-1 - Ações emergenciais para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, níveis I, II e III - Vertente Brumadinho .....	72
INSERÇÃO 12-1 - Quadro Recursos Humanos .....	73
INSERÇÃO 12-2 - Quadro equipamentos e insumos .....	73

# 1 INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se ao Plano de Ação de Emergência (PAE) previsto pela PORTARIA IEPHA/MG Nº 7/2021, responsável por estabelecer as normas e procedimentos acerca da apresentação, análise e aprovação de estudo que versa sobre a análise do patrimônio cultural - material e imaterial - protegido pelo Estado de Minas Gerais. Destaca-se que a portaria supracitada é um dos desdobramentos decorrentes da Lei Estadual nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens que estabelece os meios a serem observados quando submetidos aos riscos impostos por tais estruturas minerárias.

Sendo assim, este PAE foi elaborado em virtude da necessidade de análise do cenário hipotético de ruptura da Barragem B1 - Mina Ipê, implantada no município de Brumadinho, MG, de propriedade da Ipê Mineração. A análise proposta tem como objetivo último observar os impactos potenciais que poderão ocorrer sobre o patrimônio cultural existente nas áreas interceptadas pela mancha de inundação previamente projetada a partir de estudo de modelagem.

Diante disso, este documento foi estruturado de forma a cumprir os requisitos postos pela portaria supracitada, especialmente seus anexos e protocolo de ações pré-estabelecido.

Na primeira sessão são apresentadas as informações preliminares, com o fluxograma de contatos a ser utilizado em caso de emergência, considerando os agentes institucionais e a sociedade civil.

Em seguida, foi apresentada a modelagem da mancha de inundação, bem como a caracterização do local por onde há previsão de sua passagem, com o intuito de dar robustez à análise dos possíveis impactos. Para o município analisado, sabe-se que o rejeito passará pela área rural, interceptando o município de Brumadinho por cerca de 12 km, no sentido norte-sudeste.

A partir disso, foram apresentados os procedimentos metodológicos adotados nas diferentes etapas deste estudo para, em seguida, serem explicitados os resultados acerca do diagnóstico do patrimônio cultural protegido em esfera estadual. De antemão, informa-se que no município de Brumadinho foram identificados dois bens culturais de natureza imaterial sob a tutela do Estado de Minas Gerais, a saber: Folia de Minas e Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais. Dessa forma, é importante salientar que a análise dos referidos bens considerou a sua intangibilidade, como também a sua fruição pelo território, sem desconsiderar seus bens materiais associados.

Por último, foi realizada a Avaliação de Impactos Socioambientais, além da indicação das ações emergenciais para proteção e salvaguarda dos bens culturais em caso de uma possível ruptura.

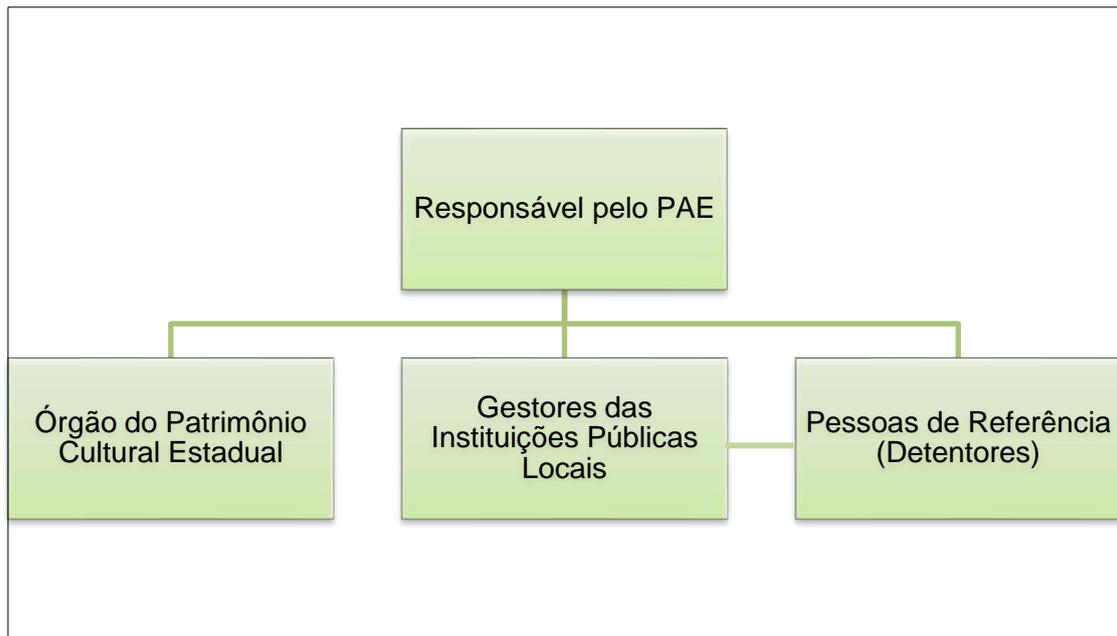
## 2 OBJETIVOS

Analisar o cenário de hipotética ruptura da Barragem B1 - Mina Ipê para compreender os possíveis impactos que poderão ocorrer sobre o patrimônio cultural - protegido a nível estadual - existente nas áreas interceptadas pela mancha de inundação previamente projetada a partir de estudo de modelagem.

### 3 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PAE E SOBRE O EMPREENDIMENTO

As informações apresentadas no quadro abaixo estão em consonância com o **Anexo I** da PORTARIA IEPHA/MG Nº 7/2021, previsto em seu Artigo 2º. As informações relativas aos bens culturais estão restritas àqueles identificados nas áreas investigadas.

Anexo I - Formulário					
Plano de Ação de Emergência para o Patrimônio Cultural					
Responsável pela elaboração do Plano de Ação Emergencial para Patrimônio Cultural					
Nome do Responsável	Patrícia C. Letro de Brito				
CNPJ/CPF do responsável	059.057.226-17	CTF do responsável	7380645		
E-mail do responsável	letropat@gmail.com	Telefone do Responsável	31 98486-9058		
Informações sobre a barragem à qual se refere o Plano de Ação Emergencial para o Patrimônio Cultural					
Nome da Barragem	Barragem B1 - Mina Ipê	Nome do empreendimento	Mineração Morro do Ipê		
CNPJ do empreendimento	22.902.554/0001-17				
Modalidade		Nº do processo COPAM			
Licença de Operação		37478/2016/016/2017			
Nº do FOBI ou Nº do Processo Administrativo	37478/2016/016/2017	Data da Manifestação no IEPHA	NA		
Nome do empreendedor	Mineração Morro do Ipê				
CNPJ do empreendedor	22.902.554/0001-17				
Caracterização da Barragem					
Método Construtivo	Classificação atual quanto à situação de emergência	Data da última apuração da situação de emergência		Dano potencial associado	
A montante	Sem nível	31/08/2022		Alto	
Categoria de risco	Classe	Porte pelo volume		Composição química dos rejeitos	
Baixo	B	Pequeno porte de 500 mil a 5 milhões m³		Rejeito fino de minério de ferro	
Formas de Expressão registradas pelo Estado e Saberes	Está na ZAS?	Está na ZSS?	Está na área de influência?	Fica sem acesso em caso de inundação?	Tempo de chegada da onda de inundação
Viola de Minas	Não	Não	Não	Não	N/A
Formas de Expressão registradas pelo Estado	Está na ZAS?	Está na ZSS?	Está na área de influência?	Fica sem acesso em caso de inundação?	Tempo de chegada da onda de inundação
Folias de Minas	Não	Não	Não	Não	N/A

**INSERÇÃO 3-1 - Fluxograma de contatos em caso de emergência****3.1 Contato Internos**

Função	Nome	Telefone
Responsável pelo PAE - patrimônio cultural	Guilherme Raposo de Faria	31 99240 0591
Substituto do Responsável pelo PAE - patrimônio cultural	Saullo Davidson Zanetti	31 99437 0090
Coordenador de equipe de campo para resgate do patrimônio cultural	Guilherme Raposo de Faria	31 99240 0591
Substituto do Coordenador de equipe de campo para resgate do patrimônio cultural	Saullo Davidson Zanetti	31 99437 0090

**3.2 Contatos Externos****3.2.1 Instituições e Órgãos do Patrimônio Cultural****INSERÇÃO 3-2 - Contatos Externos, Instituições e Órgãos do Patrimônio Cultural**

Órgão	Pessoa a ser contactada	Telefone
Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA)	Felipe Cardoso Vale Pires (Presidente)	(31) 3235-2801 / 2805
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	Não se aplica	Não se aplica
Casa de Cultura Carmelita Passos	Webert Sousa (Coordenador)	(31) 98602-0963

### 3.2.2 Pessoas referência para o Patrimônio Imaterial

#### INSERÇÃO 3-3 - Contatos externos - Pessoas referência para o Patrimônio Imaterial.

<b>Bem cultural Imaterial</b>	<b>Município</b>	<b>Pessoa a ser contactada</b>	<b>Telefone</b>
Folias de Minas	Brumadinho	José Saturnino da Silva	(31) 98300 3537
Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola de Minas Gerais	Brumadinho	Wanderlei Fernandes do Prado	(31) 99655 2290
Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola de Minas Gerais	Brumadinho	Paulo da Silva Oliveira e Milton da Silva Oliveira	(31) 99892-4562

## 4 INFORMAÇÕES DO EMPREENDIMENTO

A vertente Brumadinho está localizada no município de Brumadinho, Minas Gerais. O acesso à área é feito pela BR- 381, que liga Belo Horizonte a São Paulo, e corta a Serra das Farofas à Leste da barragem, distante a 65 km de Belo Horizonte. Nesta vertente encontram-se a Barragem B1 - Mina Ipê e Dique Quéias como referenciado no estudo de *Dam Break* da DF+Engenharia Geotécnica e Recursos Hídricos (2020). A Barragem B1- Mina Ipê foi classificada de acordo com a Categoria de Risco (CRI), como de risco baixo e Dano Potencial Associado (DPA) alto, enquadrada, desta forma, na Classe B, de acordo com a classificação da Portaria DNPM (ANM) nº 70.389/2017 com as suas resoluções mais atuais (Resolução ANM nº 13/2019, de 08/08/2019, Resolução ANM nº 32/2020, de 11/05/2020 e retificação dessa resolução em 21/05/2020, Resolução nº 40/2020, de 06/07/2020), em consonância com a Lei nº 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens) alterada pela Lei 14.066/2020. Esta classificação foi atribuída pela empresa Terracota Consultoria e Projetos, conforme consta no Relatório de Inspeção de Segurança Regular - RISR, do 2º Semestre de 2021 (Relatório 09421-S-BA-RL-01-GE\_r1), emitido em setembro de 2021.

A área a jusante da Barragem B1 - Mina Ipê, considerada como área de impacto, inicia-se no talude de jusante da estrutura, passando pelo Rio Veloso, que deságua no Sistema Rio Manso, onde foram interrompidas as análises, a aproximadamente 12 km da Barragem B1 - Mina Ipê (Brandt, 2022).

A área de potencial impacto atinge áreas de ocupação permanente e temporária de pessoas, estradas de terra, de asfalto e a rodovia BR-381. A onda de ruptura atinge parte dos limites territoriais dos municípios de Brumadinho e Rio Manso, em sua área rural.

As barragens B1 - Mina Ipê e Dique Quéias, têm como função a contenção de sedimentos exógenos e amortecimento de cheias provenientes de sua bacia de contribuição. Deste modo, a Barragem B1 - Mina Ipê assume, portanto, fundamental importância no quadro de estruturas da Mina Ipê pelo alto potencial de dano inerente às suas características geométricas.

O reservatório da Barragem B1- Mina Ipê possuiu a finalidade de armazenar rejeitos e reservar água para recirculação no processo de beneficiamento do minério. A disposição contínua de rejeitos foi paralisada em dezembro de 2017, recebendo aportes eventuais durante manutenções e operando basicamente na retenção de sedimentos e no amortecimento de cheias afluentes de sua bacia de contribuição. Parte dos rejeitos e sedimentos retidos estão sendo removidos a partir da área mais próxima ao barramento para aumentar a capacidade de acumulação durante o próximo período chuvoso. A barragem possui na etapa atual (elevação média do coroamento 1.057,00 m) desnível máximo de 55,00 m, crista com largura aproximada de 6,00 m e bermas com largura variável, com um mínimo de 3,00 m de largura. Os taludes de jusante foram executados com a inclinação média de 2,55H:1V (21,4º).

De acordo com o Relatório (09421-S-BA-RL-01-GE\_r1), o maciço da Barragem B1-Mina Ipê apresenta-se em condições adequadas de operação, com taludes de jusante e montante, bermas e ombreiras sem indícios de surgências, deformações ou quaisquer instabilidades que comprometam a segurança da barragem em curto prazo. Os dispositivos de drenagem superficial apresentam-se em bom estado geral de conservação. O canal extravasor encontra-se operacional e em bom estado geral de conservação. A avaliação da eficiência hidráulica mostra que o extravasor possui capacidade de condução de vazão gerada por eventos de precipitação com TR 1.000 anos, atendendo aos requisitos estabelecidos em norma.

## 5 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

De acordo com a resolução conjunta nº 3.049, de 2 de março de 2021 e o Termo de Referência do IEF para caracterização de linha de base quanto a fauna silvestre e serviços ecossistêmicos associados - PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA (PAE) a delimitação das áreas do estudo são classificadas como:

- Área Diretamente Afetada - ADA: Todas as áreas e corpos hídricos em que possa haver deposição ou passagem de material conforme modelagem de extravasamento e carreamento de rejeitos e sedimentos. Caso o carregamento de sedimentos ou material extravasado ultrapasse os limites do Estado será considerada a área até os limites do Estado;
- Área de Influência - AI: Áreas e corpos hídricos circunvizinhos à ADA cujos atributos físicos ou bióticos possam sofrer impactos diretos ou indiretos decorrentes de eventual desastre.

Para a ADA o critério adotado foi de abarcar todas as áreas incluindo os corpos hídricos que por meio da modelagem realizada (mancha de inundação) que indicou as áreas susceptíveis ao carreamento de rejeitos, sedimentos ou material extravasado a jusante da barragem. Neste caso a mancha é delimitada por uso de software específico que projeta cenários de rompimento através do estudo de *Dam Break*. Importante ressaltar que a ADA ou mancha de inundação foi cedida a Brandt pela Mineração Morro do Ipê S.A. através do Estudo de ruptura hipotética - Barragem B1 - Mina Ipê - RTE-0004 (DF+ Engenharia Geotécnica e Recursos Hídricos, 2020).

Ademais, nos limites da ADA foram estabelecidas a Zona de Auto Salvamento (ZAS) e a Zona de Salvamento Secundário (ZSS). Sendo que a primeira corresponde ao trecho do vale a jusante da barragem em que não haja tempo suficiente para intervenção da autoridade competente em caso de emergência<sup>1</sup> - tempo de chegada da onda em 30 minutos ou 10 Km - conforme mapa de inundação (Inserção 6-1). Já a ZSS equivale a área potencialmente afetada em caso de rompimento, mas que apresenta condições para evacuação no caso de um possível colapso da estrutura da barragem, posterior aos 30 minutos para a chegada da onda ou dos 10 Km.

Para a definição da AI, foram utilizados os atributos físicos (topografia do terreno, declividade, solos e geologia), e aspectos biológicos, tais como áreas sujeitas a dispersão e área de soltura da fauna, sejam elas maciços florestais, pequenos refúgios, ambientes hidromórficos ou até mesmo áreas abertas, tais como pastagens e ambientes florestais em estágio inicial. Os limites da delimitação deste polígono, foram estabelecidos através de critérios ecológicos, por meio da distância máxima em que a fauna pode-se deslocar em caso de desastres, bem como seguiu critérios de barreiras físicas-geográficas (cursos d'água tentando respeitar os limites de interflúvios, proximidade de ambientes periurbanos, vias de circulação, declividade acentuada e grandes elevações topográficas).

---

<sup>1</sup> [https://www.snisb.gov.br/Entenda\\_Mais/outros/definicoes-importantes-sobre-seguranca-de-barragem.pdf](https://www.snisb.gov.br/Entenda_Mais/outros/definicoes-importantes-sobre-seguranca-de-barragem.pdf)

## 6 MODELAGEM DA MANCHA DE INUNDAÇÃO E SUA DISPERSÃO PELO TERRITÓRIO

No estudo de rompimento hipotético foi estabelecido o volume de rejeito a ser escoado a jusante, como sendo 100% dos volumes associados a estas três estruturas.

Desta forma o volume inicial a ser escoado pela mancha de inundação seria composto de água e rejeitos. À medida que essa massa se desloca, é esperado que sejam incorporados um volume indefinido de materiais adicionais composto por solo, sedimento, água fluvial, além de matéria orgânica. Além disso, foram identificadas estruturas antrópicas dentro da mancha de inundação, que podem contribuir com uma carga adicional de resíduos, especialmente alvenaria e metálicos.

Sendo assim, em caso de rompimento é esperado que o material depositado a jusante seja uma massa composta por água, rejeito, solo, sedimentos, matéria orgânica e resíduos sólidos. A presença e proporção entre estes materiais pode afetar o deslocamento e área ocupada pela mancha de inundação, deste modo, as medidas propostas devem ser ajustadas conforme o cenário real do desastre.

Além disso, estes materiais viajarão por talvegues ocupados por cursos d'água, que tem dinâmica própria e contínua de erosão, transporte e sedimentação de materiais, influenciada por diversos fatores, tais como a eficácia do rio no transporte, tipo, tamanho e forma dos canais, natureza e quantidade dos materiais transportados. Sendo assim, é possível que alguma carga de material se desloque pelo curso d'água em velocidade próxima à do próprio fluxo hídrico, seguindo num gradiente ao outro extremo, composto por materiais que serão depositados logo a jusante.

Finalmente, pode existir também um fluxo constante de materiais em momento posterior ao rompimento, fruto do fluxo hídrico fluvial ou ainda de novas movimentações de materiais mobilizados pelo rompimento. Estes materiais podem vir de área à montante do barramento, bem como de materiais depositados por toda a área impactada.

Sendo assim, como não foi localizada metodologia padronizada ou termo de referência para a elaboração deste plano, como as atividades de mitigação se referem à atenuação, alívio ou suavização (*Dicionário Michaelis*, 2022) e não eliminação ou recuperação, e por fim, pela necessidade de se delimitar previamente a área em que serão implantadas ações emergenciais posteriores ao rompimento; optou-se por concentrar estas ações em pontos próximos aos locais diretamente afetados pelo rompimento, delimitados pelo estudo de rompimento hipotético (DF+, 2020).

A redução, ampliação ou modificação das ações propostas neste plano, deverão ser guiadas pelos resultados do programa de monitoramento ambiental, que determinará a área, tipo e intensidade real do impacto do transporte de materiais a jusante do barramento.

Por fim, as estruturas propostas neste plano de mitigação não tem como objetivo comportar o volume total de sedimentos, pois isso demandaria ser instalada uma Estrutura de Contenção a Jusante - ECJ (ou similar) previamente ao desastre. As medidas aqui propostas visam a mitigação do carreamento destes materiais, visto que somente entram em ação após o desastre, caso ocorra.

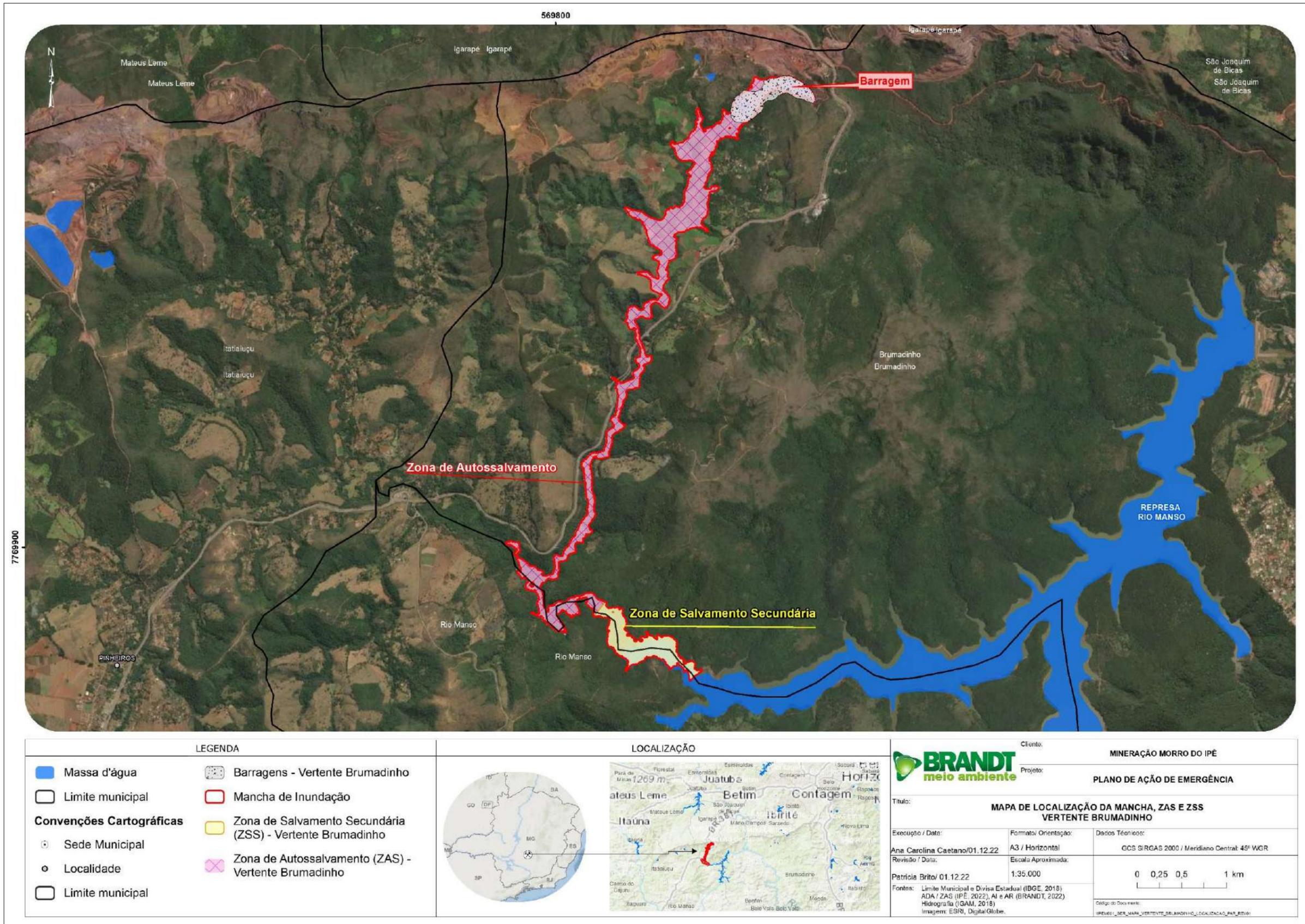
## **6.1 Objetivos da modelagem**

Apresentar trajetória do carreamento de materiais a jusante das barragens em decorrência do seu rompimento hipotético, demonstrando os possíveis impactos em corpos hídricos, vegetação e pontos de deposição de rejeitos. Pois, a partir da compreensão da dispersão da mancha de inundação, bem como da sinergia do material a ser carreado, será possível vislumbrar os possíveis impactos sobre o patrimônio cultural protegido pelo Estado de Minas Gerais.

## **6.2 Breve caracterização do local hipoteticamente atingido pela mancha de inundação**

A área potencialmente atingida passa pelo córrego Quéias córrego da Serra e rio Veloso, que deságua no Sistema Rio Manso. A modelagem foi interrompida a aproximadamente 12 km da Barragem B1 - Mina Ipê, no início do reservatório do Sistema Rio Manso. Os cursos de água em questão apresentam curvas acentuadas (meandros) e vegetação em quase todo o trecho. Existem ainda algumas edificações, entretanto a região conserva característica rural.

INSERÇÃO 6-1 - Mapa com a localização da mancha de inundação, ZAS, ZSS e AI.



## 7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 7.1 Levantamento de dados secundários

Para melhor entendimento do patrimônio cultural existente no município de Brumadinho, foram consultadas as bases de instituições responsáveis pela proteção e salvaguarda do patrimônio cultural nas esferas federal e estadual, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do estado de Minas Gerais (IEPHA), respectivamente. Também foram analisados estudos anteriores que versam sobre a temática, como EPIC/RPIC, além das fichas de inventário elaboradas pelo município para o acesso à política pública estadual de fomento, o ICMS Cultural.

Em conjunto com a análise da caracterização dos bens culturais já elaboradas, foram consultadas as bases dos dados espaciais disponibilizadas pelo IEPHA e pelo sítio eletrônico LEI.A<sup>2</sup>, que é uma ferramenta construída a partir da parceria entre o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a Associação dos Observadores do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural de Minas Gerais.

### 7.2 Análise do cenário de hipotética ruptura da Barragem B1 - Mina Ipê

A análise consistiu na interpretação dos dados cartográficos fornecidos pelo empreendedor em junção com os dados espaciais existentes nos bancos de dados dos órgãos de gestão do patrimônio cultural. A partir daí, foi possível compreender a dinâmica da passagem da mancha de inundação pelo território, bem como a sua interação com os bens culturais identificados. A compreensão desse cenário foi primordial para a elaboração das estratégias de levantamento de dados primários, como também para o desenvolvimento das ações de emergência em caso de hipotética ruptura da Barragem B1 Ipê - Mina Ipê.

### 7.3 Levantamento de dados primários

A equipe responsável pelo levantamento de dados primários realizou as atividades presenciais na cidade de Brumadinho em duas etapas: a primeira entre os dias 20 e 23 de setembro de 2022; e a segunda entre os dias 26 e 30 de setembro do mesmo ano. Durante a permanência da equipe em campo, foram realizadas reuniões com gestores públicos da Secretaria de Cultura de Brumadinho, bem como entrevistas informais com integrantes da comunidade relacionados com os bens culturais identificados. A coleta de dados foi realizada de modo a proporcionar uma análise qualitativa, para compreensão do cenário de maneira geral a partir dos depoimentos pessoais e visões subjetiva dos interlocutores. Todas as reuniões e entrevistas foram realizadas tendo as fichas do ANEXO V.

---

<sup>2</sup> Ver - <https://leia.org.br/>

## 7.4 Tratamento dos dados em gabinete

Após a etapa de campo, os dados primários coletados foram organizados a fim de proporcionar sistematização das informações, de modo a viabilizar a compreensão do contexto avaliado. Para tanto, foram avaliados em conjunto os dados de diferentes naturezas: fotográfico; cartográfico e textual.

## 7.5 Avaliação de Potenciais Impactos Socioambientais

Para a avaliação de potenciais impactos socioambientais foram consideradas as diretrizes estabelecidas pela **Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986**, com especial atenção ao seu Artigo 6º que determina as atividades técnicas que devem ser contempladas nos estudos de impacto ambiental, sempre contemplando as diversas interações com o meio ambiente, dentre elas:

*o meio socioeconômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconômica, **destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade**<sup>3</sup>, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.*

Ademais, para uma percepção assertiva no que tange aos impactos, foram utilizados os critérios sistematizados na Inserção 4-1, considerados primordiais pela bibliografia que versa sobre tal temática.

### INSERÇÃO 7-1 - Critérios para classificação de impactos sobre os bens culturais

CRITÉRIO	CLASSIFICAÇÃO
EFEITO	POSITIVO: a alteração é benéfica ao meio.
	NEGATIVO: a alteração é adversa ao meio.
INCIDÊNCIA	DIRETA: quando decorre de ação do empreendimento.
	INDIRETA: quando a incidência é consequência de outro um impacto.
ABRANGÊNCIA	PONTUAL: quando se restringe a um ou mais pontos bem localizados, na ADA.
	LOCAL: quando ocorre em áreas menos circunscritas, porém restritas à ADA e AID.
	REGIONAL: quando o impacto tem interferência ou alcance na AII.
DURAÇÃO	CURTO PRAZO: persiste por período superior a 5 anos e até 15 anos após a implantação do empreendimento
	MÉDIO PRAZO: persiste por período superior a 15 anos e até 30 anos após a implantação do empreendimento
	LONGO PRAZO: persiste por período superior a 30 anos após a implantação do empreendimento
REVERSIBILIDADE	REVERSÍVEL: se o meio tem potencial para se recompor quando cessada ou controlada a origem do impacto.
	IRREVERSÍVEL: o meio se mantém alterado mesmo quando a ação responsável pelo impacto é cessada.

<sup>3</sup> Grifos nossos.

CRITÉRIO	CLASSIFICAÇÃO
PERIODICIDADE	TEMPORÁRIO: quando o impacto ocorre somente nas fases de implantação e operação do empreendimento.
	PERMANENTE: quanto o impacto permanece no ambiente após a finalização do empreendimento.
FORMA DE MANIFESTAÇÃO	CONTÍNUO: ocorre de forma ininterrupta ou com frequência durante a fase do empreendimento
	DESCONTÍNUO: não tem uma forma de manifestação definida
	CÍCLICO: repete-se ciclicamente durante a implantação/operação do empreendimento
MAGNITUDE	DESPREZÍVEL: o impacto causado não é percebido ou medido e provoca alterações na estrutura e nas dinâmicas dos bens culturais.
	BAIXA: o impacto causado provoca pequenas alterações, sem gerar mudanças perceptíveis na estrutura e nas dinâmicas dos bens culturais.
	MÉDIA: o impacto provoca alterações na estrutura e na dinâmica dos bens culturais, as quais podem ser absorvidas com ações de ajuste.
	ALTA: O impacto provoca alterações significativas na estrutura e na dinâmica dos bens culturais, as quais só podem ser absorvidas com ações de mitigação.
	CRÍTICA: O impacto provoca alterações estruturais, gerando desajustes e conflitos no que diz respeito à dinâmica do Patrimônio Cultural, que só podem ser absorvidas com ações de forte compensação e reparação.

## 7.6 Proposição das ações emergências

A proposição das ações de emergência tem como referência o que é preconizado pela PORTARIA IEPHA/MG Nº 7/2021, considerando os três níveis de emergência estabelecidos pela Portaria nº 70.389/2017 do DNPM, a saber:

### INSERÇÃO 7-2 - Quadro com as ações de emergência previstas para o Nível 1

Ações em caso de acionamento do NÍVEL 1 de alerta de emergência da estrutura de barragem	
01	Atualizar as listas de contatos do PAE, nos termos do disposto no Art. 7º, inciso I, e o mapeamento dos detentores e das práticas culturais, nos termos do disposto no Art. 4º, inciso IV
02	Elaborar listagem de profissionais para compor equipes para resgate do patrimônio cultural, seguindo definições do diagnóstico, conforme disposto nos Art. 3º e 4º;
03	Definir, disponibilizar e manter local(ais) para armazenamento dos bens móveis / coleções / materiais associados às práticas culturais, conforme estabelecido no diagnóstico, disposto nos Art. 3º e 4º
04	Definir local para sociabilidade dos grupos e guarda de elementos materiais associados à prática cultural, conforme disposto no Art. 4º
05	Executar ações de resgate do patrimônio cultural na ZAS (Zona de Autossalvamento), conforme protocolos estabelecidos no diagnóstico, disposto nos Art. 3º e 4º

**INSERÇÃO 7-3 - Quadro com as ações de emergência previstas para o Nível 2**

<b>Ações em caso de acionamento do NÍVEL 2 de alerta de emergência da estrutura de barragem</b>	
01	Atualizar a listagem de profissionais das equipes para resgate do patrimônio cultural, seguindo definições do diagnóstico, conforme disposto nos Art. 3º e 4º
02	Disponibilizar e manter local(ais) para armazenamento dos bens móveis / coleções / materiais associados às práticas culturais, conforme estabelecido no diagnóstico, disposto nos Art. 3º e 4º
03	Disponibilizar espaço físico para a sociabilidade dos detentores do(s) bem(ns) cultural(is) imateriais, conforme disposto no Art. 4º
04	Garantir o tecido social necessário à reprodução da prática e dos bens culturais;
05	Executar as ações de mediação propostas para o local destinado à sociabilidade dos grupos, conforme disposto no Art. 4º
06	Executar ações de resgate do patrimônio cultural na zona de segurança secundária (ZSS), conforme protocolos estabelecidos no diagnóstico, disposto nos Art. 3º e 4º;
07	Garantir a execução dos cronogramas das práticas culturais que estiverem na ZAS.

**INSERÇÃO 7-4 - Quadro com as ações de emergência previstas para o Nível 3**

<b>Ações em caso de acionamento do NÍVEL 3 de alerta de emergência da estrutura de barragem</b>	
01	Manter equipes de prontidão e toda a infraestrutura necessária para resgate do patrimônio cultural para atuar em caso excepcional
02	Manter local(ais) para armazenamento dos bens móveis / coleções / materiais associados às práticas culturais, conforme estabelecido no diagnóstico, disposto nos Art. 3º e 4º
03	Manter espaço físico para a sociabilidade dos detentores do(s) bem(ns) cultural(is) imateriais e garantia do tecido social.

## 8 AÇÕES PREVISTAS PARA ELABORAÇÃO DO PAE

A partir da coleta dos dados secundários foi possível estabelecer as ações para a elaboração do PAE, conforme preconizado pelo ANEXO II da PORTARIA IEPHA/MG Nº 7/2021 em seu Artigo 2º, item III. Ressalta-se que as ações foram planejadas considerando somente o patrimônio imaterial, pois não foram identificados bens materiais protegidos na esfera estadual no município de Brumadinho.

Nº	Ação prevista	Estratégia prevista para a realização da ação	Produto	Cronograma	
				Início (mês/ano)	Término (mês/ano)
1	Reuniões com gestores de instituições relacionadas com a gestão do patrimônio cultural.	Agendamento realizado por telefone e e-mail pela coordenadora do PAE.	Levantamento de informações acerca dos bens culturais imateriais, seus detentores e políticas públicas voltadas para a proteção do patrimônio cultural.	Ago/2022	Nov/2022
2	Entrevistas com os detentores do saber.	Agendamento via telefone; busca ativa a partir dos dados espaciais disponíveis na base do IEPHA e dados levantados por pesquisas anteriores.	Levantamento de informações sobre os detentores e suas trajetórias pessoais.	Set/2022	Nov/2022
3	Observação da área de dispersão da mancha de inundação.	Percorrimento das áreas interceptadas pela mancha.	Entendimento da dispersão da mancha e possíveis interferências sobre a fruição dos bens pelo território, considerando, também, os possíveis impactos sobre os bens materiais associados.	Set/2022	Nov/2022
4	Elaboração do PAE.	Análise e articulação dos dados levantados durante as atividades de campo.	Diagnóstico do Patrimônio Cultural e Avaliação dos Impactos Socioambientais, além do estabelecimento das ações emergenciais	Out/2022	Nov/2022

### 8.1 Mobilização do Público

Ações para a mobilização do público foram descritas conforme o ANEXO III da PORTARIA IEPHA/MG Nº 7/2021 em seu Artigo 4º, item I, que determina que sejam acionados os “agentes locais, sociedade civil organizada, instituições e outros que os detentores das práticas culturais indicarem como relevantes”.

### 8.1.1 Ação 1

**Tipo de ação:** Mapeamento preliminar de instituições, organizações sociais, detentores, pessoas e grupos de referência.

**Mediador(es) da ação:** Luísa Roedel, Nathalia França e Patrícia Brito.

**Bens protegidos associados à ação:** Folias de Minas; e Saberes, Linguagens e Expressões Musicais Expressões da Viola em Minas Gerais.

Público envolvido na ação: gestores públicos da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Brumadinho.

**Objetivo da ação:** Refletir com os gestores públicos os aspectos legais que permeiam o PAE e as ações necessárias para a mitigação de possíveis danos aos bens culturais imateriais registrados a nível estadual presentes no município de Brumadinho.

**Período de realização da ação:** setembro de 2022

**Local(is) de realização da ação:**

Casa de Cultura Carmita Passos

**Pesquisa em bases de dados secundários:** setembro de 2022

**Descrição da ação:**

O Mapeamento preliminar de referências buscou identificar, por meio de pesquisa em bases de dados secundários e das reuniões com os gestores públicos, os detentores do saber relacionados aos bens imateriais: Folias de Minas e Expressões Musicais da Viola de Minas.

**Conteúdo e argumentação:**

Apresentação do contexto no qual se desenvolve o PAE e do cenário de ruptura da Barragem B1 Ipê - Mina Ipê, com exposição da área a ser impactada pela mancha de inundação previamente projetada. Em seguida, buscou-se estimular reflexões sobre os prováveis impactos decorrentes de uma possível ruptura da barragem, considerando o patrimônio cultural presente no município. Para tanto, aspectos da Portaria IEPHA/MG Nº 07, de 09 de abril de 2021, foram apresentados para subsidiar as reflexões. Buscou-se identificar as pessoas consideradas referências, como os violeiros e foliões.

**Estratégias de abordagem:**

Apresentação sucinta da Portaria IEPHA/MG Nº 07, além da legislação estatual concernente à segurança de barragens em Minas Gerais, bem como do cenário de ruptura da Barragem B1 Ipê - Mina Ipê, de modo a colocar em evidência a importância da participação dos gestores públicos e da sociedade civil no processo de elaboração dos Planos de Ação de Emergência para a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural potencialmente impactado.

**Suportes de mediação:**

Foram utilizados mapas em formato físico e digital para a apresentação do cenário de hipotética ruptura.

**Registro, monitoramento, avaliação e mensuração do impacto da ação:**

O contato com gestores foi registrado por meio de fotografia e áudio, além do preenchimento de campos específicos das fichas durante as reuniões. A atividade garantiu maior compreensão do conteúdo do PAE e sua importância para a mitigação de possíveis danos. A reflexão despertou nos gestores a conscientização da necessidade da melhor organização dos dados referentes ao patrimônio imaterial, tendo em vista que a dispersão desses bens não é estática e necessita de constante atualização.

**Estratégias de comunicação:** pesquisas online; contatos telefônicos; visita presencial.

Infraestrutura e logística: Utilização de smartphones, internet, mapas em meio físico e digital para a apresentação do cenário de ruptura hipotética.

Identificação dos Parceiros: Consulta das páginas oficiais das instituições na internet.

Relatório de execução da ação

Tipo de Relatório. ( ) Parcial (x) Final

Resultados da Ação:

A partir do contato inicial com os gestores públicos, foi possível identificar agentes individuais e coletivos que poderiam contribuir para o processo de pesquisa acerca dos bens culturais imateriais e para a identificação e reflexão sobre os impactos de uma hipotética ruptura.

**Mensuração dos Impactos da ação:**

Observou-se que a ação proporcionou maior compreensão dos possíveis danos causados pelo cenário hipotético de ruptura da Barragem B1 Ipê - Mina Ipê.

**Avaliação crítica do processo:**

Houve resistência por parte do gestor responsável pelo patrimônio cultural, principalmente em virtude da grande demanda de trabalho que o setor tem recebido desde o rompimento da barragem da Vale S.A. na localidade de Córrego do Feijão. Há também uma certa descrença por parte do gestor, quando considerado o real interesse das mineradoras em proporcionar ações para a mitigação de danos sobre o patrimônio cultural, como também a sua salvaguarda.

**Relatório Fotográfico:** apresentadas nas fichas que constituem o diagnóstico do patrimônio cultural.

Relatório das ações de comunicação. contatos por telefone e e-mail; visita às instituições responsáveis pela gestão do patrimônio cultural.

**Anexos:** listados nas fichas que constituem o diagnóstico do patrimônio cultural.

### 8.1.2 Ação 2

**Tipo de ação:** Contatos preliminares e entrevistas presenciais com detentores e pessoas de referência para viabilizar o levantamento de dados.

**Mediador(es) da ação:** Luísa Roedel, Nathalia França e Patrícia Brito.

**Bens protegidos associados à ação:** Folias de Minas; e Saberes, Linguagens e Expressões Musicais Expressões da Viola em Minas Gerais.

**Público envolvido na ação:** violeiros e foliões, bem como outras pessoas consideradas importantes para a obtenção de informações sobre os detentores e os bens.

**Objetivo da ação:** Informar os detentores sobre o contexto no qual o PAE se desenvolve, deixando claro que se trata de um cenário hipotético de ruptura, tendo em vista a legislação que rege as ações concernentes ao patrimônio cultural.

**Período de realização da ação:** agosto e setembro de 2022.

**Local(is) de realização da ação:** Não se aplica

**Descrição da ação:** Após contatos preliminares, foram realizadas entrevistas presenciais, momento no qual os detentores e demais pessoas de referência foram informados sobre o contexto legal que permeia a elaboração do PAE e sobre o cenário de hipotética ruptura da Barragem B1 Ipê - Mina Ipê. Além disso, os interlocutores foram sensibilizados para a necessidade de participação na construção das ações necessárias para a mitigação de possíveis danos.

**Conteúdo e argumentação:** Apresentação do contexto no qual se desenvolve o PAE e do cenário de ruptura da Barragem B1 Ipê - Mina Ipê, com exposição da área a ser impactada pela mancha de inundação previamente projetada. Em seguida, buscou-se estimular reflexões sobre os prováveis impactos decorrentes de uma possível ruptura da barragem, considerando o patrimônio cultural presente no município. Para tanto, aspectos da Portaria IEPHA/MG Nº 07, de 09 de abril de 2021, foram apresentados para subsidiar as reflexões. Buscou-se, a partir do contato com os detentores e demais pessoas de referência, estabelecer uma rede de comunicação entre os detentores, bem como entre eles e os gestores públicos.

**Estratégias de abordagem:** demonstrar a importância da participação efetiva dos detentores e demais pessoas de referência na construção do PAE, tendo em vista que eles são as principais fontes de informação acerca dos bens e os maiores interessados nas ações de proteção e salvaguarda dos bens culturais expostos às possíveis situações de emergência.

**Suportes de mediação:** contato preliminar por telefone; busca ativa pelos detentores e demais pessoas de referência; uso de mapa em formato físico e digital para apresentação do contexto de possível ruptura da Barragem B1 Ipê - Mina Ipê.

**Registro, monitoramento, avaliação e mensuração do impacto da ação:** as ações junto aos detentores e demais pessoas de referência foram registradas por meio de fotografias e gravação das entrevistas. A mensuração do impacto da ação a partir de uma análise qualitativa, com observação do interesse dos envolvidos em participar da construção do PAE, tendo em vista a sua importância para a proteção e salvaguarda dos bens culturais existentes no município de Brumadinho.

**Estratégias de comunicação:** estabelecimento de contatos com os detentores e pessoas de referência a partir da mediação dos gestores públicos ou por meio da busca ativa, sempre com a intenção de estabelecer redes de comunicação entre os agentes envolvidos.

**Relatório de execução da ação:**

**Tipo de Relatório.** ( ) Parcial (x) Final

**Resultados da Ação:** a ação foi bem sucedida, pois houve aderência por parte dos agentes envolvidos, que receberam a equipe com disposição para dialogar sobre os bens culturais analisados.

**Avaliação crítica do processo:**

O diálogo com os detentores foi profícuo, tendo em vista a disponibilidade desses agentes em receber a equipe responsável pela coleta de dados. Os detentores viram essa interlocução como uma forma de exposição da situação atual dos bens culturais, pois os mesmos se encontram fragilizados pela falta de incentivo do poder público e pela desarticulação de grupos em decorrência da Pandemia de Covid-19.

**Relatório Fotográfico:** apresentadas nas fichas que constituem o diagnóstico do patrimônio cultural.

Relatório das ações de comunicação. contatos por telefone; busca ativa pelos detentores previamente identificados e arrolados nas bases do IEPHA.

**Anexos:** listados nas fichas que constituem o diagnóstico do patrimônio cultural.

## **9 DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

### **9.1 Patrimônio Material**

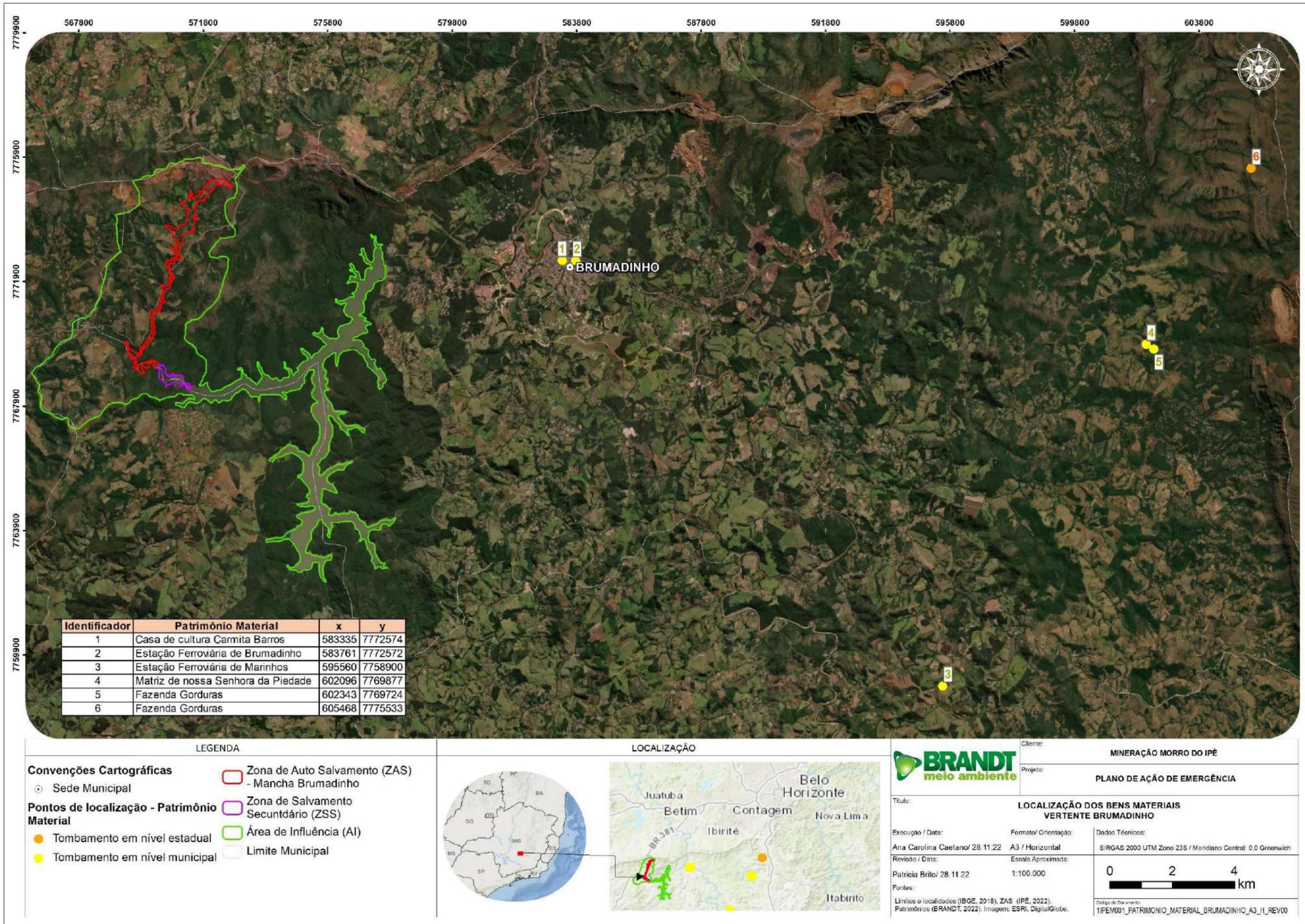
#### **9.1.1 Patrimônio Edificado e móvel**

O mapa apresentado nessa seção mostra a espacialização de parte dos bens materiais edificados e móveis identificados no município de Brumadinho, porém nenhum bem protegido na esfera estadual foi identificado na mancha de inundação (ZAS e ZSS) e Área de Influência. A área de dispersão da mancha de inundação não apresenta adensamento de benfeitorias, interceptando área pouco habitada.

#### **9.1.2 Patrimônio Arqueológico**

Não foram identificados qualquer tipo de patrimônio arqueológico na área da mancha de inundação e entorno próximo. Entretanto, de acordo com as bases do IPHAN, há 58 sítios registrado em Brumadinho; porém nenhum se encontra na área de dispersão da mancha de inundação previamente projetada.

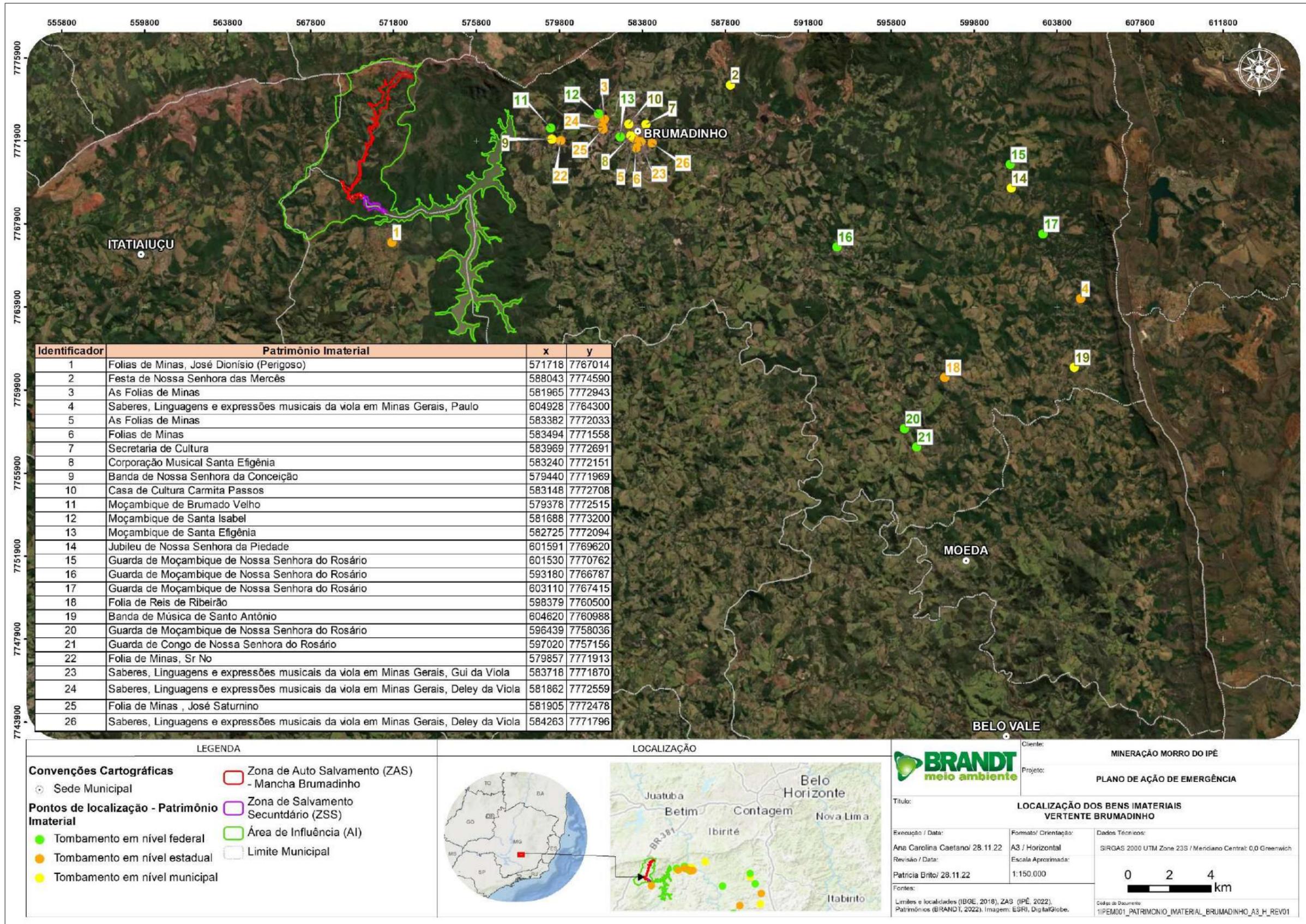
INSERÇÃO 9-1 - Mapa com a espacialização dos bens materiais no município de Brumadinho, MG.



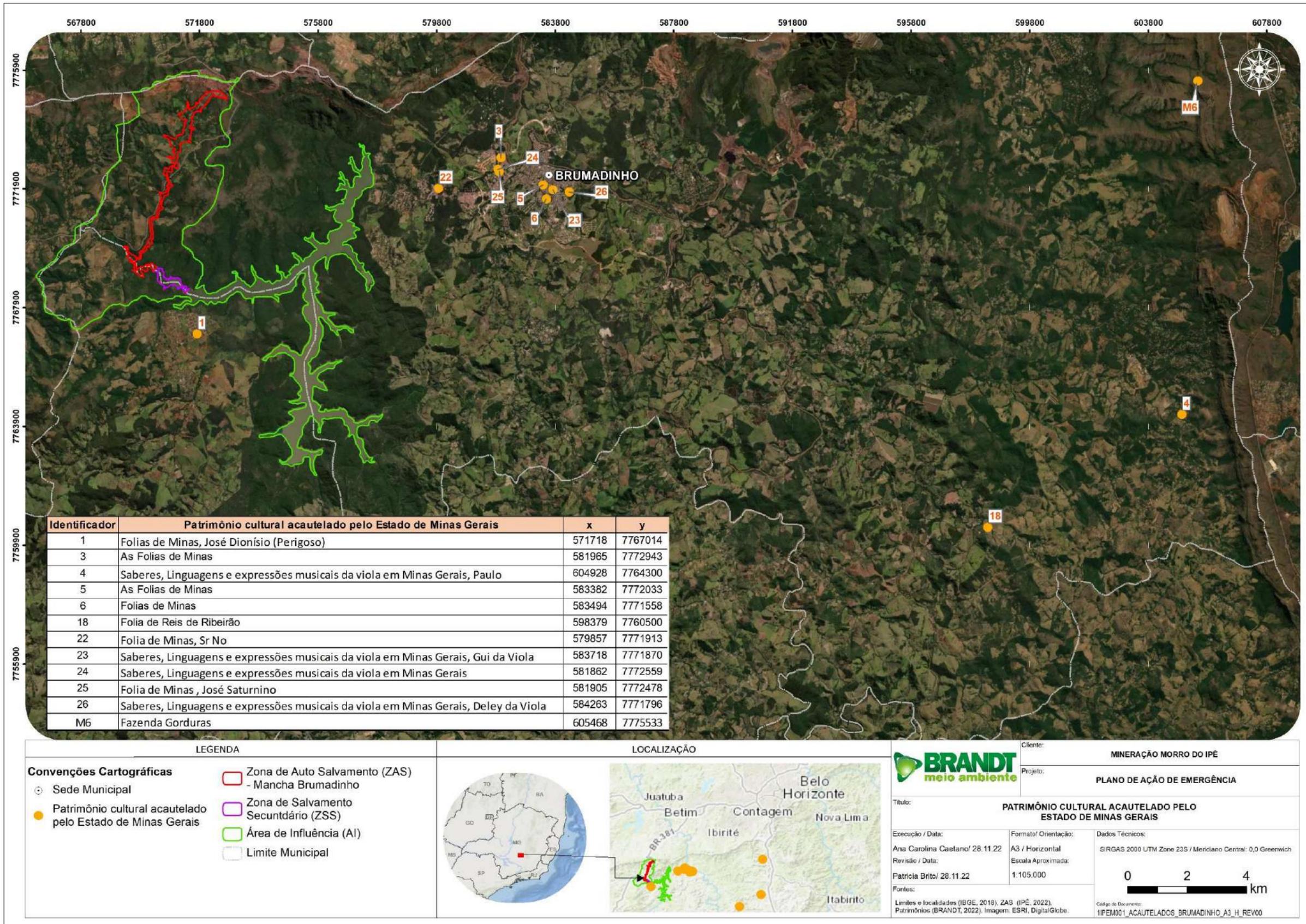
## 9.2 Patrimônio Imaterial

O patrimônio imaterial acautelado em esfera estadual presente na área da Vertente Brumadinho é constituído por dois bens: as Folias de Minas e os Saberes e Expressões da Viola. Porém, há ocorrência de bens imateriais protegidos em outras esferas, como a municipal e a federal. A espacialização desses bens pelo Município de Brumadinho pode ser observada nos mapas a seguir.

INSERÇÃO 9-2 - Mapa com a espacialização dos bens imateriais no município de Brumadinho, MG.



INSERÇÃO 9-3 - Especialização dos bens imateriais protegidos pelo Estado de Minas Gerais no município de Brumadinho, MG.



## 9.2.1 As Folias de Minas

As Folias de Minas estão presentes em 326 municípios do Estado de Minas Gerais, conforme mapeamento realizado pelo IEPHA (2016), totalizando 1.255 grupos. A importância dessa manifestação cultural religiosa, estruturada em torno da devoção aos santos, foi reconhecida e, a partir desse momento, deu-se início à instrução do processo de seu registro, por meio do Plano Estadual de Proteção do Patrimônio Cultural de Minas Gerais para o biênio 2016-2017, aprovado pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural - CONEP mediante deliberação CONEP Nº02/2016. Como resultado desse processo, as Folias de Minas foram registradas como patrimônio cultural de Minas Gerais no dia 06 de janeiro de 2017<sup>4</sup>.

Destaca-se que foram entrevistados, no âmbito deste PAE, dois foliões identificados no município de Brumadinho.

### 9.2.1.1 Ficha de Práticas Culturais

Ficha de Práticas Culturais						
Nome	Folias de Minas					
Município	Brumadinho					
Distrito	Não se aplica	Área	Urbana	X	Rural	X
Endereço	Prática difusa pelo território do município.					
UTM	Não se aplica	Long	Não se aplica	Lat	Não se aplica	
IMAGEM						
<b>INSERÇÃO 9-4 - Grupo de Folia Irmandade de Nossa Senhora da Aparecida</b>						
						
01	<b>DESCRIÇÃO SÍNTESE</b>					
<p>Festejo realizado entre o Natal e o dia de Reis (6 de janeiro) para comemorar a visita realizada pelos três Reis Magos - Gaspar, Belchior e Baltazar - à Jesus na ocasião do seu nascimento. A Folia de Reis é uma das manifestações populares atreladas ao catolicismo.</p>						

<sup>4</sup> Ver - <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/15-patrimonio-cultural-protetido/bens%20registrados/225-folias-de>

02	CONTEXTO HISTÓRICO		
<p>De acordo com o dossiê publicado pelo IEPHA (2016), a Folia de Minas é um tipo de festejo que foi fortemente difundido por toda a Europa entre os séculos V e XV em virtude da grande devoção aos três Reis Magos, personagens que fazem parte dos relatos acerca dos primeiros dias após o nascimento de Jesus. Em passagem bíblica, narrada por Matheus, há menção a visita desses personagens que saíram do oriente foram guiados por uma estrela cadente até o local da manjedoura do menino Jesus (SOUZA; ARAÚJO, 2020: 213).</p> <p>A Igreja católica, diante da popularidade dos Reis Magos e da importância do evento do qual eles participaram, passou a trazer para suas celebrações litúrgicas a representação cênica da visita feita por eles ao messias. Contudo, Kodama (2009) menciona que a Folia esteve, primeiramente, associada às festas pagãs, principalmente na península Ibérica, composta por grupos que cantavam e se deslocavam em busca de donativos, prática que foi recorrente entre estudantes e boêmios que percorreram a Europa, entre os séculos XII e XIV, pedindo esmola e se divertindo. Ainda segundo a autora, as celebrações pagãs foram incorporadas à liturgia cristã e, desse modo, festas como a Folia e a devoção aos Reis Magos foram difundidas juntamente com a expansão do cristianismo.</p> <p>Com a colonização do Brasil pelos portugueses, inevitavelmente as tradições cristãs foram transladadas e até hoje continuam permeando as manifestações culturais relacionadas a elas.</p> <p>Em Brumadinho a história da Folia de Reis se confunde com a do próprio município. Os relatos dos foliões mostram que o festejo sempre esteve presente, tanto na área urbana como na área rural.</p> <p>Como apontado em estudo sobre os bens culturais de município (EPIC/RPIC, ), as Foliás de Reis em Brumadinho estão diretamente associadas com os congados, principalmente no Povoado de Ribeirão, onde estão localizadas as comunidades quilombolas. No distrito sede, por sua vez, a manifestação cultural tem forte presença no Bairro Santa Efigênia.</p>			
03	DESCRIÇÃO DA PRÁTICA		
<p>A Folia de Reis no município de Brumadinho se manifesta em dois momentos distintos no decorrer do ano. O primeiro ocorre durante a visita aos presépios, entre dia 25 de dezembro e 6 de janeiro. Neste momento, as folias do município percorrem o território da cidade e são recebidos pelas casas. O segundo momento se dá nos encontros de Foliás que acontecem em Brumadinho e nas cidades vizinhas.</p> <p>Tradicionalmente as Foliás de Reis visitam as casas para visitar os presépios montados pelas famílias, representando, dessa forma, a visita dos Reis Magos ao menino Jesus. Durante as visitas os grupos hasteiam suas bandeiras, rezam e cantam em homenagem ao nascimento do messias.</p>			
04	CONTEXTO TERRITORIAL		
<p>A Folia de Minas está dispersa pelo território do Município de Brumadinho, ocorre tanto na área urbana como na área rural. Como apontado em estudo sobre os bens culturais de município (EPIC/RPIC, 2017), as Foliás de Reis em Brumadinho estão diretamente associadas com os congados, principalmente no Povoado de Ribeirão, onde estão localizadas as comunidades quilombolas. No distrito sede, por sua vez, a manifestação cultural tem forte presença no Bairro Santa Efigênia.</p>			
LUGARES DE REFERÊNCIA PARA A PRÁTICA CULTURAL			
Quadra de Esportes Municipal			
PLANTAS, MAPAS E/OU CROQUIS			
Não se aplica			
05	PESSOAS OU ORGANIZAÇÕES DE REFERÊNCIA PARA A PRÁTICA CULTURAL		
NOME - José Saturnino da Silva		REGISTRO SONORO	X
DESCRIÇÃO: Mestre da Folia de São Sebastião			
Telefone	((31) 98300 3537	e-mail	Não se aplica

06	POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS						
Proteção como Patrimônio Cultural	Municipal	x	Estadual	x	Federal	x	
Legislação Específica	Municipal		Estadual	x	Federal		
Proteção Ambiental	Municipal		Estadual		Federal		
Outros programas governamentais	Municipal		Estadual		Federal		
Descrição							
<p style="text-align: center;">Legislação Federal:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei no 8.313, 1991 - Instituição do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)</li> <li>• Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI);</li> </ul> <p style="text-align: center;">Legislação Estadual:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 42.505, de 15 de abril de 2002. Institui as formas de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem Patrimônio Cultural de Minas Gerais.</li> </ul> <p style="text-align: center;">Legislação municipal:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei orgânica, revisada em 2008 <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 1481/2005</li> <li>• Lei 1715/2009</li> </ul> </li> </ul>							
07	DEMANDAS A SEREM CUMPRIDAS EM CASO DE EMERGÊNCIA						
<p style="text-align: center;">Notificar imediatamente os órgãos de proteção do patrimônio cultural nas esferas municipal, estadual e federal;</p> <p style="text-align: center;">Entrar em contato com os detentores identificados;</p> <p style="text-align: center;">Atualizar a lista de detentores para verificar qualquer eventual mudança, seja pelo acréscimo de novos detentores ou pelo decréscimo;</p> <p style="text-align: center;">Realizar reunião com órgãos de proteção ao patrimônio cultural e com a defesa civil.</p> <p style="text-align: center;">Verificar e garantir a salvaguarda dos bens materiais associados com a prática cultural.</p>							
08	FOTOGRAFIAS						
<b>INSERÇÃO 9-5 - Encarte com a propaganda da Folia de Reis de Brumadinho.</b>							
							
FONTE: Prefeitura de Brumadinho. Acessado no dia 01/12/2022.							

09								INFORMAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA ELABORAÇÃO DA FICHA							
Nome (s) do (s) participante (s)				Data da realização											
José Saturnino Silva				30 de setembro de 2022											
Flordaldo Gomes de Sousa				30 de setembro de 2022											
Individual	x	Coletivo		Virtual		Outros									
Descrição da participação															
Os participantes contribuíram com relatos sobre a dinâmica da folia no município, bem como a partir de suas experiências pessoais.															
10								REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS							
<p>INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA/MG. Dossiê para registro das Foliás de Minas do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016.</p> <p>INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA/MG. Cadastro das Foliás de Minas Gerais. Inventário das Foliás de Minas. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016.</p>															
11								DOCUMENTOS ANEXOS							
Fotografias															
Vídeos				Não se aplica											
Áudios				Anexados às fichas de pessoas de referência											
Mapas				Não se aplica											
Transcrição				Não se aplica											
12								FICHA TÉCNICA							
Item				Nome				Data							
Fotografias				Prefeitura Municipal de Brumadinho				25/09/2022							
Áudios				Nathalia França				Não se aplica							
Mapas				Não se aplica				Não se aplica							
Transcrição				Não se aplica				Não se aplica							
Vídeos				Não se aplica				Não se aplica							
Levantamento				Nathalia França / Luisa Roedel/ Patrícia Brito				Não se aplica							
Elaboração de Ficha				Patrícia Brito				20/11/2022							
Elaboração de Mapa				Não se aplica				Não se aplica							

### 9.2.1.2 Fichas de Identificação de Pessoas de Referência

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS DE REFERÊNCIA						Nº	01								
01								INFORMAÇÕES SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA							
Nome				José Saturnino da Silva											
Localidade				Brumadinho											
Como é conhecido(a)				Não se aplica		Data de nascimento:		29/11/1944							
Endereço de residência				Rua Miguel Nogueira Duarte, 250, Presidente Barroca											

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS DE REFERÊNCIA</b>		<b>Nº</b>	<b>01</b>
<b>01</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA</b>		
Outros Endereços	Não se aplica		
Nº de Telefone celular	(31) 98300 3537		
Nº de Telefone Fixo	Não se aplica		
Endereço de e-mail	Não se aplica		
Outros contatos	Não se aplica		
<b>02</b>	<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA</b>		
	Ocupação		
	Aposentado.		
	Breve trajetória		
	Começou a participar da folia ainda criança, desde os nove anos de idade, acompanhando o grupo nas visitas de casa em casa. O seu pai era folião e foi referência para o Sr. José Saturnino. Desde então, nunca parou, e hoje é mestre da Folia de São Sebastião de Brumadinho, responsável por toda organização do grupo. Atualmente o Sr. José Saturnino e o grupo de folia não estão ativos por conta da Pandemia de Covid-19, mas vão retomar as atividades em breve.		
	Formação		
	Aposentado		
<b>03</b>	<b>RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL</b>		
	Sr. Nô é conhecido na comunidade por sua relação com a Folia de Reis e o Congado, é um dos foliões mais antigos da localidade.		
<b>04</b>	<b>QUAIS CONTRIBUIÇÕES EM CASO DE EMERGÊNCIA</b>		
	Identificar elementos sagrados da Folia de Reis da comunidade e do congado. Identificar outros integrantes da Folia de Reis da comunidade		

05	IMAGENS	
<p><b>INSERÇÃO 9-6 - Sr. José Saturnino recebendo a equipe em sua residência.</b></p>	<p><b>INSERÇÃO 9-7 - Sr. José Saturnino durante entrevista.</b></p>	
 <p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>	 <p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>	
<p><b>INSERÇÃO 9-8 - Sr. José Saturnino exibindo a bandeira da Folia de São Sebastião.</b></p>	<p><b>INSERÇÃO 9-9 - Sr. José Saturnino com a sanfona e a bandeira da Folia de São Sebastião.</b></p>	
 <p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>	 <p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>	
06	DOCUMENTOS ANEXOS	
Fotografias	<p>Brumadinho_JoséSaturninoEquipe_ BrandtMeioAmbiente_22set22                      Brumadinho_JoséSaturninoEntrevista_ BrandtMeioAmbiente_22set22                      Brumadinho_JoséSaturninoBandeira _ BrandtMeioAmbiente_22set22                      Brumadinho_JoséSaturninoSanfona_ BrandtMeioAmbiente_22set22</p>	
Vídeos	<p>Não se aplica</p>	
Áudios	<p>Brumadinho_EntrevistaJoséSaturnino_ BrandtMeioAmbiente_22set22</p>	
Transcrição	<p>Não se aplica</p>	

07	FICHA TÉCNICA	
Item	Nome	Data
Fotografias	Nathalia França	30/09/2022
Áudios	Nathalia França	30/09/2022
Transcrições	Não se aplica	Não se aplica
Vídeos	Não se aplica	Não se aplica
Levantamento	Nathalia França / Patrícia Brito	30/09/2022
Elaboração da ficha	Patrícia Brito	30/11/2022

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS DE REFERÊNCIA			Nº	02
01	INFORMAÇÕES SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA			
Nome	Flordoaldo Gomes de Sousa			
Localidade	Brumadinho / Brumado			
Como é conhecido(a)	Sr. Nô	Data de nascimento:	20/05/1933	
Endereço de residência	Rua Chiconá, 145			
Outros Endereços	Não se aplica			
Nº de Telefone celular	(31) 983003537			
Nº de Telefone Fixo	Não se aplica			
Endereço de e-mail	Não se aplica			
Outros contatos	Não se aplica			

<b>02</b>	<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA</b>	
	Ocupação	
	Aposentado.	
	Breve trajetória	
	Começou a participar da folia desde jovem, antigamente andava com o pessoal da folia de Brumado, porém sem ser integrante oficial. Relata que a folia andava por todo o Brumado, visitando as casas com a cantoria para arrecadas esmola. Posteriormente passou a ser folião da Folia de São Vicente de Paula, até chegar ao cargo de mestre. Atualmente participa de forma esporádica, pois não tem mais condições de assumir compromisso com o grupo.	
	Formação	
	Aposentado	
<b>03</b>	<b>RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL</b>	
	Sr. Nô é conhecido na comunidade por sua relação com a Folia de Reis e o Congado, é um dos foliões mais antigos da localidade.	
<b>04</b>	<b>QUAIS CONTRIBUIÇÕES EM CASO DE EMERGÊNCIA</b>	
	Identificar elementos sagrados da Folia de Reis da comunidade e do congado. Identificar outros integrantes da Folia de Reis da comunidade	
<b>05</b>	<b>IMAGENS</b>	
	<b>INSERÇÃO 9-10 - Sr. Nô recebendo a equipe em sua residência.</b>	<b>INSERÇÃO 9-11 - Sr. Nô e sua esposa durante entrevista.</b>
		
	Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.	Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.

<p><b>INSERÇÃO 9-12 - Sr. Nô durante entrevista.</b></p>		<p><b>INSERÇÃO 9-13 - Sr. Nô contando as histórias da Folia de Reis na localidade do Brumado.</b></p>	
			
<p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>		<p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>	
<p><b>06</b></p>		<p><b>DOCUMENTOS ANEXOS</b></p>	
<p>Fotografias</p>	<p>Brumadinho_SrNôEquipe_ BrandtMeioAmbiente_22set22                  Brumadinho_SrNôEsposa_ BrandtMeioAmbiente_22set22                  Brumadinho_SrNôEntrevista_ BrandtMeioAmbiente_22set22                  Brumadinho_SrNôHistórias_ BrandtMeioAmbiente_22set22</p>		
<p>Vídeos</p>	<p>Não se aplica</p>		
<p>Áudios</p>	<p>Brumadinho_EntrevistaSrNô_ BrandtMeioAmbiente_22set22</p>		
<p>Transcrição</p>	<p>Não se aplica</p>		
<p><b>07</b></p>		<p><b>FICHA TÉCNICA</b></p>	
<p>Item</p>	<p>Nome</p>	<p>Data</p>	
<p>Fotografias</p>	<p>Nathalia França</p>	<p>30/09/2022</p>	
<p>Áudios</p>	<p>Nathalia França</p>	<p>30/09/2022</p>	
<p>Transcrições</p>	<p>Não se aplica</p>	<p>Não se aplica</p>	
<p>Vídeos</p>	<p>Não se aplica</p>	<p>Não se aplica</p>	
<p>Levantamento</p>	<p>Nathalia França / Patrícia Brito</p>	<p>30/09/2022</p>	
<p>Elaboração da ficha</p>	<p>Patrícia Brito</p>	<p>30/11/2022</p>	

## 9.2.1.3 Ficha de Identificação de Organizações Locais de Referência

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES LOCAIS DE REFERÊNCIA</b>		<b>Nº</b>	<b>01</b>
<b>01</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b>		
<b>Nome</b>	Casa de Cultura Carmita Passos - Secretaria de Turismo e Cultura do Município de Brumadinho		
<b>Localidade</b>	Brumadinho/MG		
<b>Endereço da sede</b>	R. Gov. Valadares, 75		
<b>Outros Endereços</b>	Não se aplica		
<b>Nº de Telefone celular</b>	(31) 98602-0963		
<b>Nº de Telefone Fixo</b>	(31) 3571-2430		
<b>Endereço de e-mail</b>	patrimoniocultura@brumadinho.mg.gov.br		
<b>Outros contatos</b>	(31) 3571-3906		
<b>02</b>	<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE REFERÊNCIA</b>		
	<b>Especialidade</b>		
	Responsável pela gestão do patrimônio turístico e cultural do município de Brumadinho.		
	<b>Breve trajetória</b>		
	Desde 2009 atua na realização e incentivo de eventos turísticos e culturais e apoiando festas tradicionais e religiosas.		
<b>03</b>	<b>RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL</b>		
	Abertura de editais, apoio e informação a artistas e grupos. Assim como atendimento a turistas, turismólogos e guias. Sendo um articulador importante entre políticas públicas e os cidadãos.		
	<b>Atuação</b>		
	A Secretaria do Turismo e Cultura do Município de Brumadinho é responsável pela promoção, a elaboração e coordenar a implantação de projetos, programas e atividades relacionadas à Cultura e ao Turismo. Além de desenvolver programas e projetos culturais; incentivar e coordenar a formação, a preservação e a conservação do patrimônio histórico, artístico e da memória social do Município; promover e incentivar o surgimento de talentos artísticos individuais e grupais; promover as ações de caráter cultural nos distritos; promover a identificação dos bens culturais, entre outras.		
<b>04</b>	<b>QUAIS CONTRIBUIÇÕES EM CASO DE EMERGÊNCIA</b>		
	Articulação e troca de informações entre as lideranças/referências/organizações ligadas a Viola no município e outros órgãos competentes.		

05	<b>IMAGENS</b>	
<b>INSERÇÃO 9-14 - Casa da Cultura Carmita Passos</b>		<b>INSERÇÃO 9-15 - Entrevista com Webert de Souza, coordenador da Casa de Cultura Carmita Passos.</b>
 <p data-bbox="363 779 708 801">Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>		 <p data-bbox="911 779 1256 801">Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>
06	<b>DOCUMENTOS ANEXOS</b>	
Fotografias	Figura 1: Brumadinho_CasaCulturaCarmitaPassos_Amanda_18nov22 Figura 2: Brumadinho_Entrevista_Amanda_18nov22	
Vídeos	Não se aplica	
Áudios	Brumadinho_EntrevistaSecretaria_Amanda_18nov22	
Transcrição	Não se aplica	
07	<b>FICHA TÉCNICA</b>	
<b>Item</b>	<b>Nome</b>	<b>Data</b>
Fotografias	Reginaldo e Amanda	18/11/2022
Áudios	Amanda	18/11/2022
Transcrições	<i>Não se aplica</i>	-
Vídeos	Reginaldo e Amanda	18/11/2022
Levantamento	Reginaldo e Amanda	18/11/2022
Elaboração da ficha	Amanda	25/11/2022

### 9.2.1.4 Ficha de Arrolamento de Elementos Materiais Associados às Práticas Culturais.

FICHA DE ARROLAMENTO DE ELEMENTOS MATERIAIS ASSOCIADOS ÀS PRÁTICAS CULTURAIS			
<b>Nome</b>	Folias de Minas		
<b>Município</b>	Brumadinho, MG		
<b>Distrito</b>	Não se aplica	<b>Área</b>	Urbana
<b>Endereço</b>	Prática Difusa pelo município		
<b>01</b>	<b>ITENS ASSOCIADOS ÀS PRÁTICAS CULTURAIS</b>		
Item	Nome		
<b>02</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS ITENS ASSOCIADOS</b>		
1) Bandeira da Folia	Bandeira da Folia de São Sebastião		
2) Sanfona	Sanfona TodeSchini		
3) Camisa	Camisa vinho com o nome do grupo		
<b>03</b>	<b>LOCALIZAÇÃO DOS ITENS ASSOCIADOS</b>		
1) Bandeira da Folia	Casa do Sr. José Saturnino - Rua Miguel Nogueira Duarte, 250, Presidente Barroca		
2) Sanfona	Casa do Sr. José Saturnino - Rua Miguel Nogueira Duarte, 250, Presidente Barroca		
3) Camisa	Casa do Sr. José Saturnino - Rua Miguel Nogueira Duarte, 250, Presidente Barroca		
<b>04</b>	<b>AÇÃO A SER EXECUTADA EM CASO DE EMERGÊNCIA</b>		
1) Bandeira da Folia	O bem material não será impactado, pois não se encontra nas zonas de salvamento e nem na área de influência da mancha de inundação.		
2) Sanfona	O bem material não será impactado, pois não se encontra nas zonas de salvamento e nem na área de influência da mancha de inundação.		
3) Boneca	O bem material não será impactado, pois não se encontra nas zonas de salvamento e nem na área de influência da mancha de inundação.		
<b>05</b>	<b>FOTOGRAFIAS</b>		
<b>INSERÇÃO 9-16 - Bandeira da Folia de Reis de São Sebastião.</b>		<b>INSERÇÃO 9-17 - Sanfona TodeSchini.</b>	
			

**INSERÇÃO 9-18 - Camisa do grupo de Folia de Reis de São Sebastião, frente e verso.**

<b>06</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO GRUPO/COMUNIDADE PRATICANTE</b>			
Nome(s) do(s) participante(s)	José Saturnino			
Data de realização	30/09/2022	Local	Residência do entrevistado	
Formato	Individual	x	Coletivo	Outros
Descrição	A coleta de informações sobre as ações de emergência a serem realizadas para os elementos materiais vinculados à prática das folias foi realizada por meio entrevistas individuais.			
<b>07</b>	<b>DOCUMENTOS ANEXOS</b>			
Fotografias	Brumadinho_BandeiraFoliaSebastião_BrandtMeioAmbiente_30set22 Brumadinho_Sanfona_BrandtMeioAmbiente_30set22 Brumadinho_BlusaFrente_BrandtMeioAmbiente_30set22 Brumadinho_BlusaVerso_BrandtMeioAmbiente_30set22			
Vídeos	Não se aplica			
Áudios	Não se aplica			
Mapas	Não se aplica			
Transcrição	Não se aplica			
<b>08</b>	<b>FICHA TÉCNICA</b>			
Item	Nome			
Fotografias	Nathalia França; Patrícia Brito			
Áudios	Nathalia França			
Transcrições	Não se aplica			
Vídeos	Não se aplica			
Levantamento	Nathalia França; Patrícia Brito			
Elaboração da ficha	Patrícia Brito			
Elaboração de Mapas	Não se aplica			

## 9.2.2 Saberes, Linguagens Expressões Musicais da Viola

A pesquisa realizada pelo IEPHA para o mapeamento do bem cultural Saberes, Linguagens e expressões musicais da viola em Minas Gerais contemplou cerca de 400 municípios. Segundo dados levantados pelo IEPHA (2018: 1) *foram recebidos 1358 cadastros, sendo 1311 violeiros, violeiras e tocadores de viola e 91 fazedores, sendo que 44 são fazedores e também violeiros, distribuídos em 383 municípios.* Diante dessa representatividade, foi realizada abertura do processo de Registro, prevista no Plano Estadual de Proteção do Patrimônio Cultural de Minas Gerais para o biênio 2016-2017 e aprovada pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural - CONEP por meio da deliberação CONEP N°02/2016. O registro dos Saberes, Linguagens e expressões da viola em Minas Gerais teve seu registro concretizado no dia 14 de junho de 2018.

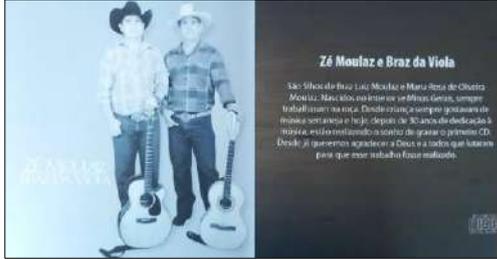
Destaca-se que foram entrevistados, no âmbito deste PAE, cinco violeiros identificados no município de Brumadinho. Não foram identificados os fazedores de viola (luthiers) no referido município.

### 9.2.2.1 Ficha de Práticas Culturais

Ficha de Práticas Culturais						Nº	01
Nome	Saberes, Linguagens Expressões Musicais da Viola						
Município	Brumadinho						
Distrito	Distrito sede	Área	Urbana	X	Rural	X	
Endereço	Prática difusa pelo distrito sede do município						
UTM	Não se aplica	Long	Não se aplica	Lat	Não se aplica		
<b>INSERÇÃO 9-19 - Desenho elaborado por Amanda Diniz do violeiro Deley da Viola.</b>							
							
Fonte: Amada Diniz, 2022.							
<b>01</b>	<b>DESCRIÇÃO SÍNTESE</b>						
A Viola é um instrumento de cordas dedilhadas muito popular, sobretudo no interior do Brasil, sendo um dos principais representantes da música popular e sertaneja tradicional. Instrumento de 10 cordas organizadas em pares, tendo seu uso destacado em também nas folias de reis.							

<b>02</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO</b>
<p>Segundo as informações do dossiê publicado pelo IEPHA (2018) a viola, desde sua concepção, se mostra um instrumento popular. Quanto à sua origem, sabe-se que a chegada dos instrumentos de cordas dedilhadas deu-se com a entrada dos árabes na Europa, no início do século VIII, com a introdução do oud ou alaúde árabe, pertencente à família dos cordofones, cujo diferencial foi a presença de braço e pares de cordas uníssonas, divididas em cinco ordens. Antes disso, os únicos instrumentos de cordas dedilhadas existentes na Península Ibérica eram as harpas celtas e as cítaras greco-romanas.</p> <p>O instrumento ganhou notoriedade na península ibérica, região conhecida pelo constante contato com povos e culturas que estão presentes no mar mediterrâneo e pelo oceano atlântico, assim como por ser berço da criação de diversos instrumentos de corda. A viola então ganhou notoriedade e se modificou principalmente em Portugal:</p> <p style="text-align: center;"><i>O instrumento podia ser encontrado em várias cidades e ilhas portuguesas, variando em tamanhos, formas de construção, encordoamento e adornos. Ao norte, tinha-se a Viola Braguesa, numa clara referência à região de Braga, enquanto na região nordeste, não muito distante dali, na cidade de Amarante, houve a proliferação da Viola Amarantina ou de dois corações. (IEPHA, 2018).</i></p> <p>A história da viola no Brasil se confunde com a história da música sertaneja e das expressões religiosas, como a Folia de Reis. Em Minas Gerais, pelo que indica a bibliografia, o tráfico de mão-de-obra escrava para as atividades mineradoras em sua maioria foi transferido dos engenhos de cana-de-açúcar. Indicando além das trocas comerciais entre Minas e o nordeste brasileiro, intensas trocas culturais entre as regiões.</p> <p>O processo de Registro para o reconhecimento das violas como patrimônio cultural do estado foi iniciado a partir da solicitação pública dos violeiros ao poder executivo e legislativo. Em 2015, foi discutida a PL Nº 1.921/2015, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, declarando então, a manifestação musical da viola um patrimônio histórico cultural e imaterial do estado. Ao mesmo tempo, foi solicitado popularmente, também à Secretaria de Cultura do Estado (SEC), a demanda de registro dos modos de fazer e tocar as violas. Tal solicitação foi encaminhada ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha/MG, através de um ofício solicitando a abertura do processo de Registro da “Viola Caipira Mineira” como patrimônio imaterial.</p> <p>Diante disso, procedeu-se à abertura do processo de Registro, prevista no Plano Estadual de Proteção do Patrimônio Cultural de Minas Gerais para o biênio 2016-2017 e aprovada pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural - CONEP por meio da deliberação CONEP Nº02/2016. Nesse contexto, estava sendo realizado pelo IEPHA-MG o estudo sobre as Folias de Minas, concluído e aprovado pelo CONEP no dia 06 de janeiro de 2017. Como consequência desse estudo, consolidou-se entre os pesquisadores da instituição a compreensão acerca da importância da viola para as práticas culturais mineiras, visto que, dos 1300 grupos de folias cadastrados, cerca de 1000 tinham a viola como instrumento musical principal. Assim, finalizado o processo de registro das Folias, deu-se início ao inventário para fins de registro dos bens culturais associados à viola (IEPHA, 2018).</p>	
<b>03</b>	<b>DESCRIÇÃO DA PRÁTICA</b>
<p>Os conhecimentos associados à viola vão desde sua forma de confecção, materiais, e a prática com suas afinações e ritmos específicos. Em Brumadinho não foi registrado nenhum artesão (luthier) que produz o instrumento. A prática está presente, principalmente, na folia de reis e nos encontros e festivais de música sertaneja.</p>	
<b>04</b>	<b>CONTEXTO TERRITORIAL</b>
<p>A prática da Viola está distribuída na área urbana e rural do município de Brumadinho.</p>	
<b>LUGARES DE REFERÊNCIA PARA A PRÁTICA CULTURAL</b>	
Secretaria de Turismo e Cultura;	
Casa da Viola (Deley da Viola);	
Bar do Milton (Paulo e Milton)	
<b>PLANTAS, MAPAS E/OU CROQUIS</b>	
Não se aplica	

05		PESSOAS OU ORGANIZAÇÕES DE REFERÊNCIA PARA A PRÁTICA CULTURAL					
NOME Secretaria do Turismo e Cultura do Município de Brumadinho		REGISTRO SONORO				x	
DESCRIÇÃO Responsável pela promoção, a elaboração e coordenar a implantação de projetos, programas e atividades relacionadas à Cultura e ao Turismo.							
telefone	(31) 3571-3906/98602-0963	e-mail	patrimoniocultura@brumadinho.mg.gov.br				
NOME: Casa da Viola		REGISTRO SONORO				x	
DESCRIÇÃO: Espaço de estadia repleto de instrumentos e objetos artísticos. Onde são promovidos aulas e eventos.							
telefone	(31) 9655-2290	e-mail	Não se aplica				
NOME: Bar do Milton		REGISTRO SONORO				x	
DESCRIÇÃO Local de promoção de encontros de música caipira pelo menos uma vez por mês na área rural de Brumadinho/MG.							
telefone	(31) 99892-4562	e-mail	Não se aplica				
NOME: Daniel Rodrigues da Costa		REGISTRO SONORO				x	
DESCRIÇÃO Violeiro. Área Rural							
telefone	(31) 99901-7836	e-mail	Não se aplica				
NOME: Guilherme Antônio Maciel Candido		REGISTRO SONORO				x	
DESCRIÇÃO Musicista, menor de idade. Fizemos contato através de seu pai, Celinho.							
telefone	(31) 9957-0468 (Celinho)	e-mail	Não se aplica				
NOME: Paulo da Silva Oliveira e Milton da Silva Oliveira		REGISTRO SONORO				x	
DESCRIÇÃO Irmãos, referência da música caipira na área rural do município. Atuam na igreja e na Folia. São proprietários do Bar do Milton.							
telefone	(31) 99892-4562	e-mail	Não se aplica				
NOME: Braz Luiz Moulaz Junior		REGISTRO SONORO				x	
DESCRIÇÃO: Membro da famosa dupla Zé Moulaz (seu irmão) & Braz da Viola. Se dedica exclusivamente à música e hoje tem um trio com Viola, Sanfona e Violão nomeado Trio Mexe Coração.							
Telefone	(31) 9553-6302 / 9739-6372	e-mail	Não se aplica				
NOME: Vanderley Fernandes do Prado		REGISTRO SONORO				x	
DESCRIÇÃO: Referência da Viola na região, trabalha na prefeitura.							
telefone	(31) 9655-2290	e-mail	Não se aplica				
06		POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS					
Proteção como Patrimônio Cultural	Municipal	x	Estadual	x	Federal	x	
Legislação Específica	Municipal		Estadual	x	Federal		
Proteção Ambiental	Municipal		Estadual		Federal		
Outros programas governamentais	Municipal		Estadual		Federal		
Descrição							
Legislação Federal:							
<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei no 8.313, 1991 - Instituição do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)</li> <li>Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI);</li> </ul>							
Legislação Estadual:							
<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 42.505, de 15 de abril de 2002. Institui as formas de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem Patrimônio Cultural de Minas Gerais.</li> <li>PL Nº 1.921/2015</li> <li>Deliberação CONEP Nº02/2016</li> </ul>							
Legislação municipal:							
<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei orgânica, revisada em 2008</li> </ul>							

<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei 1481/2005</li> <li>Lei 1715/2009</li> </ul>					
<b>07</b>	<b>DEMANDAS A SEREM CUMPRIDAS EM CASO DE EMERGÊNCIA</b>				
Valorização e promoção do bem cultural “Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola”.					
<b>08</b>	<b>FOTOGRAFIAS</b>				
<p><b>INSERÇÃO 9-20 - Deley da Viola durante apresentação no Bar do Milton.</b></p> 					
<p><b>INSERÇÃO 9-21 - Encarte do Show do Deley da Viola.</b></p>  <p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>					
<p><b>INSERÇÃO 9-22 - Álbum Zé Moulaz &amp; Braz da Viola.</b></p>  <p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>					
<p><b>INSERÇÃO 9-23 - Encarte Álbum Zé Moulaz &amp; Braz da Viola.</b></p>  <p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>					
<b>09</b>	<b>INFORMAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA ELABORAÇÃO DA FICHA</b>				
Nome (s) do (s) participante (s)					
Data da realização					
Vanderley Fernandes do Prado					
30 de setembro de 2022					
Daniel Rodrigues da Costa					
17 de novembro de 2022					
Milton e Paulo da Silva Oliveira					
17 de novembro de 2022					
Guilherme Antônio Maciel Candido					
18 de novembro de 2022					
Bráz Luiz Moulaz Junior					
18 de novembro de 2022					
Local					
Brumadinho/MG					
Individual	x	Coletivo	Virtual	Outros	Diferentes formatos
Descrição da participação					
Todas as entrevistas foram guiadas pelas Fichas de Identificação do Anexo I da Portaria 007/2021 do IEPHA/MG. Sendo explicada a intenção de pesquisa para os interlocutores, e solicitada autorização para a gravação do áudio, fotografias e vídeos. Felizmente em todas as entrevistas tivemos a oportunidade de ver, ouvir e registrar os artistas tocando suas violas.					
<b>10</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>				
IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais). <i>Dossiê para registro dos Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais</i> . Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.					

<b>11</b>	<b>DOCUMENTOS ANEXOS</b>	
Fotografias	Brumadinho_DesenhoVioleiro_Amanda_18nov2022 Brumadinho_ShowDeleydaViola_Amanda_18nov2022 Brumadinho_EncarteShow_Amanda_18nov2022 Brumadinho_CapaDisco_Amanda_18nov22 Brumadinho_ContracapaDisco_Amanda_18nov22	
Vídeos	Vídeo 1: Brumadinho_ShowDeleydaViola_Amanda_18nov2022	
Áudios	Não se aplica	
Mapas	Não se aplica	
Transcrição	Não se aplica	
<b>12</b>	<b>FICHA TÉCNICA</b>	
Item	Nome	Data
Fotografias	Reginaldo e Amanda	17 e 18/11/2022
Áudios	Amanda Diniz	17 e 18/11/2022
Mapas	Não se aplica	Não se aplica
Transcrição	Não se aplica	Não se aplica
Vídeos	Reginaldo e Amanda	17 e 18/11/2022
Levantamento	Reginaldo e Amanda	17 e 18/11/2022
Elaboração de Ficha	Amanda Diniz e Patrícia Brito	28/11/2022
Elaboração de Mapa	Não se aplica	Não se aplica

### 9.2.2.2 Ficha de Identificação de Pessoas de Referência

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS DE REFERÊNCIA</b>			<b>Nº</b>	<b>01</b>
<b>01</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA</b>			
<b>Nome</b>	Wanderlei Fernandes do Prado			
<b>Localidade</b>	Brumadinho /MG			
<b>Como é conhecido(a)</b>	Deley da Viola	<b>Data de nascimento</b>	29/04/1958	
<b>Endereço de residência</b>	Rua Gipsom, 01, Bela Vista			
<b>Outros Endereços</b>	Não se aplica			
<b>Nº de Telefone celular</b>	(31) 9553-6302			
<b>Nº de Telefone Fixo</b>	Não se aplica			
<b>Endereço de e-mail</b>	deleydaviola@gmail.com			
<b>Outros contatos</b>	Não se aplica			

<b>02</b>	<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA</b>	
	<b>Ocupação</b>	
	Músico	
	<b>Breve trajetória</b>	
	Começou a ter interesse pela viola aos sete anos de idade, quando trabalhava de engraxate em Brumadinho e conseguiu juntar dinheiro para comprar sua própria viola. Relata que aos oito anos já tocava um pouco, como “brincadeira” e aos nove já cantava com o grupo de seresta mais antigo da cidade. Sempre foi autodidata e ao longo dos anos foi estudando e se profissionalizando. Além de tocar nos eventos, é professor de viola e musicoterapia.	
	<b>Formação</b>	
	Eletricista. Atualmente trabalha somente com música.	
<b>03</b>	<b>RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL</b>	
	É responsável pela realização de vários eventos na cidade de Brumadinho, como o Brutiquim, Trem Caipira e o Mesa de Bar; além da Caravana da Cultura que é um projeto para estimular músicos iniciantes.	
<b>04</b>	<b>QUAIS CONTRIBUIÇÕES EM CASO DE EMERGÊNCIA</b>	
	Continuidade da tradição da música caipira, e informações acerca da história da Viola na região.	
<b>05</b>	<b>IMAGENS</b>	
	<b>INSERÇÃO 9-24 - Deley da Viola durante entrevista.</b>	<b>INSERÇÃO 9-25 - Deley da Viola tocando sua viola durante entrevista.</b>
		
	Fonte: Brandt Meio Ambiente.	Fonte: Brandt Meio Ambiente.
	<b>INSERÇÃO 9-26 - Detalhe da viola do Deley da Viola com seu nome.</b>	
		
	Fonte: Brandt Meio Ambiente.	

<b>06</b>	<b>DOCUMENTOS ANEXOS</b>	
Fotografias	Brumadinho_DeleyEntrevista_BrandtMeioAmbiente_29nov22 Brumadinho_DeleyTocandoViola_29nov22 Brumadinho_DetalheViolaDeley_29nov22	
Vídeos	Brumadinho_EntrevistaDeleyVídeo_BrandtMeioAmbiente_29nov22	
Áudios	Brumadinho_EntrevistaDeley_Amanda_29nov22	
Transcrição	Não se aplica	
<b>07</b>	<b>FICHA TÉCNICA</b>	
<b>Item</b>	<b>Nome</b>	<b>Data</b>
Fotografias	Nathalia França e Patrícia Brito	29/09/2022
Áudios	Nathalia França	29/09/2022
Transcrições	Não se aplica	Não se aplica
Vídeos	Nathalia França e Patrícia Brito	29/09/2022
Levantamento	Nathalia França e Patrícia Brito	18/11/2022
Elaboração da ficha	Patrícia Brito	27/11/2022

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS DE REFERÊNCIA</b>		<b>Nº</b>	<b>02</b>
<b>01</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA</b>		
<b>Nome</b>	Daniel Rodrigues da Costa		
<b>Localidade</b>	Quintiliano - Brumadinho/ MG		
<b>Como é conhecido(a)</b>	Daniel da Viola/ Peruca	<b>Data de nascimento</b>	08/11/1974
<b>Endereço de residência</b>	Área Rural - Fazenda do Tumba		
<b>Outros Endereços</b>	Não se aplica		
<b>Nº de Telefone celular</b>	(31) 99901-7836		
<b>Nº de Telefone Fixo</b>	Não se aplica		
<b>Endereço de e-mail</b>	Não se aplica		
<b>Outros contatos</b>	Não se aplica		
<b>02</b>	<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA</b>		
	<b>Ocupação</b>		
	Pedreiro civil, desde novo realizava serviços de servente. Trabalha na própria comunidade.		
	<b>Breve trajetória</b>		
	Nascido em Brumadinho, considera a viola sua vida. O seu avô (José Bertô) e seu pai (José Carvalho) tocavam viola na Folia dos Reis, eram foliões. A viola do avô foi dada a ele por ser o primeiro neto a aprender a tocar viola. A viola precisa ser consertada, não está em uso, mas está na família por mais de 100 anos (Figura 1 e 2). Quando estava em um show em Brumadinho, junto a um amigo chamado Igor, decidiu comprar uma viola "de meia". Viola artesanal Master que o acompanha até hoje, comprada de segunda mão, trocada por um violão. (Figura 3)		
	<b>Formação</b>		
	Se formou como Pedreiro em 2014.		
<b>03</b>	<b>RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL</b>		
	Se considera uma pessoa que contribui com a comunidade local e está inserido nela, principalmente pela banda que formou entre 2016 e 2017 - Daniel da Viola e Renato Calambal. Realizou shows por toda a região (aniversários e bares). Um dos shows que reuniu mais pessoas foi no I Encontro de Quadrilha de Marques. (Figura 4) A dupla tocava moda de viola e música caipira em geral, algumas músicas de sertanejo universitário, utilizando a afinação Cebolão (Mi). Tem vontade de tocar viola na igreja.  Todo mês a um encontro de violeiros no Bar do Milton em Carneiros.		

04	<b>QUAIS CONTRIBUIÇÕES EM CASO DE EMERGÊNCIA</b>	
Identificar outros violeiros do município de Brumadinho.		
05	<b>IMAGENS</b>	
INSERÇÃO 9-27 - Viola herdada do avô, José Bertô.	INSERÇÃO 9-28 - Daniel da Viola com sua Viola.	
 <p data-bbox="331 763 719 797">Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>	 <p data-bbox="879 745 1267 779">Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>	
<b>INSERÇÃO 9-29 - Cartaz do show com maior público da dupla Daniel da viola e Renato Calambal.</b>		
 <p data-bbox="608 1424 995 1458">Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>		
06	<b>DOCUMENTOS ANEXOS</b>	
Fotografias	<p>FazendaTumba_ViolaAvô_Amanda_17nov22</p> <p>FazendaTumba_ViolaAvô2_Amanda_17nov22</p> <p>FazendaTumba_DanieldaViola_Amanda_17nov22</p> <p>FazendaTumba_CartaShow_Amanda_17nov22</p>	
Vídeos	<p>FazendaTumba_VioladoDaniel_Amanda_17nov22</p> <p>FazendaTumba_DanielTocando_Amanda_17nov22</p>	
Áudios	FazendaTumba_entrevista_Amanda_17nov22	
Transcrição	Não se aplica	

07	FICHA TÉCNICA	
Item	Nome	Data
Fotografias	Reginaldo e Amanda	17/11/2022
Áudios	Amanda Diniz	17/11/2022
Transcrições	Não se aplica	Não se aplica -
Vídeos	Reginaldo e Amanda Diniz	17/11/2022
Levantamento	Reginaldo e Amanda Diniz	17/11/2022
Elaboração da ficha	Amanda	22/11/2022

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS DE REFERÊNCIA			Nº	03
01	<b>INFORMAÇÕES SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA</b>			
	<b>Nome</b>	Guilherme Antônio Maciel Candido		
	<b>Localidade</b>	Brumadinho/MG		
	<b>Como é conhecido(a)</b>	Gui da Viola	<b>Data de nascimento</b>	30/11/2008
	<b>Endereço de residência</b>	Rua Presidente Vargas, 835 - Jota - Brumadinho/MG		
	<b>Outros Endereços</b>	Não se aplica		
	<b>Nº de Telefone celular</b>	(31) 9957-0468 (Pai - Celinho)		
	<b>Nº de Telefone Fixo</b>	Não se aplica		
	<b>Endereço de e-mail</b>	Não se aplica		
	<b>Outros contatos</b>	Não se aplica		
02	<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA</b>			
	<b>Ocupação</b>			
	Estudante e Musicista			
	<b>Breve trajetória</b>			
	<p>Toda a família do Avô Antônio eram músicos e o Avô era violeiro na Folia, que não se lembraram, ou nem tivesse um nome, mas era composta pelo Avô e seus irmãos. Todos aprenderam a tocar instrumentos sem serem alfabetizados. Aos 5 anos ganhou o primeiro violão no Natal, aos 7 anos já tocava, e aos 9 já participava de eventos. Ganhou a viola de presente do Avô. Faz aula de música, mas começou a aprender sozinho no Youtube (além da influência do avô). Hoje em dia toca Viola, Sanfona, Violão, Ukulele e Compõe. Já tocou com artistas e fez apresentações na televisão.</p> <p>Em 25 de janeiro de 2019, perdeu o tio no desastre ambiental, o que abalou muito toda a família. Como músico, ele ficou meses sem tocar, mesmo com os tratamentos psicológicos e psiquiátricos. Só voltou a tocar entre 4 e 5 meses após o crime e compôs uma música em menos de uma hora por inspiração em seu tio, que é uma figura muito importante em sua vida. Música intitulada "Saudade".</p>			
	<b>Formação</b>			
	1º ano do E.M.			
03	<b>RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL</b>			
	De vez em quando toca na igreja e sempre toca no terço dos homens (1 vez por semana). Sempre é convidado para os eventos de Viola e festivais de música da região.			
04	<b>QUAIS CONTRIBUIÇÕES EM CASO DE EMERGÊNCIA</b>			
	Pela idade do entrevistado não é indicado nenhuma atribuição de contribuição em caso de emergência.			

<b>05</b>	<b>IMAGENS</b>		
<b>INSERÇÃO 9-30 - Gui da Viola durante entrevista.</b>		<b>INSERÇÃO 9-31 - Guida Viola tocando viola durante entrevista.</b>	
 <p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>		 <p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>	
<b>06</b>	<b>DOCUMENTOS ANEXOS</b>		
Fotografias	Brumadinho_GuidaViola_BrandtMeioAmbiente_18no22 Brumadinho_GuiDaViola_BrandtMeioAmbiente_18no22		
Vídeos	Brumadinho_GuiViola_BrandtMeioAmbiente_18nov22		
Áudios	Brumadinho_Entrevista_BrandtMeioAmbiente_18nov22		
Transcrição	Não se aplica		
<b>07</b>	<b>FICHA TÉCNICA</b>		
	Item	Nome	Data
	Fotografias	Amanda Diniz e Reginaldo Marins	18/11/2022
	Áudios	Amanda Diniz	18/11/2022
	Transcrições	Não se aplica	Não se aplica
	Vídeos	Amanda Diniz	18/11/2022
	Levantamento	Amanda Diniz e Reginaldo Marins	18/11/2022
	Elaboração da ficha	Amanda Diniz	23/11/2022

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS DE REFERÊNCIA</b>			<b>Nº</b>	<b>04</b>
<b>01</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA</b>			
Nome	Paulo da Silva Oliveira e Milton da Silva Oliveira (irmãos)			
Localidade	Brumadinho/MG			
Como é conhecido(a)	(Bar do Milton)	Data de nascimento	15/01/1953	
Endereço de residência	Área rural - Carneiro - Brumadinho/MG Referência: Bar do Milton			
Outros Endereços	Não se aplica			
Nº de Telefone celular	(31) 99892-4562			
Nº de Telefone Fixo	Não se aplica			
Endereço de e-mail	Não se aplica			
Outros contatos	Não se aplica			

<b>02</b>	<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA</b>	
	Ocupação	
	No momento os dois são aposentados. Paulo trabalhou por muito tempo como motorista. Milton é proprietário do Bar ao lado da casa onde os irmãos residem juntos.	
	Breve trajetória	
	Nascido e criado na região. O pai e o tio tocavam na igreja e na folia. Paulo e Milton já tocaram na igreja e na folia, mas não se lembram o nome, era a folia da região. Apesar de nenhum dos dois tocarem viola, eles são referências para os musicistas que se dedicam à música caipira na região.	
	Formação	
	Não tem formação.	
<b>03</b>	<b>RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL</b>	
	Ele toca em muitos lugares na comunidade, na casa das pessoas e no próprio bar. Fazem seresta esporadicamente (não há uma agenda fixa). O Bar do Milton é um local de encontro para violeiros e músicos da região, como foi citado por Daniel da Viola.	
<b>04</b>	<b>QUAIS CONTRIBUIÇÕES EM CASO DE EMERGÊNCIA</b>	
	Referências na área rural podendo contribuir com a organização de serestas, que se mostram importantes dado os impactos na saúde mental das pessoas.	
<b>05</b>	<b>IMAGENS</b>	
	<b>INSERÇÃO 9-32 - Bar do Milton - da esquerda para a direita: Paulo, Milton, Guilherme e Deley da Viola.</b>	<b>INSERÇÃO 9-33 - Encontro - da esquerda para a direita: Paulo, Milton e Deley da Viola.</b>
		
	Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.	Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.
	<b>INSERÇÃO 9-34 - Entrevista com Paulo Oliveira.</b>	<b>INSERÇÃO 9-35 - Paulo e Milton, irmãos da Silva, tocando juntos durante entrevista.</b>
		
	Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.	Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.

06	DOCUMENTOS ANEXOS	
Fotografias	Figura 1: Carneiro_Bar do Milton_Amanda_17nov22 Figura 2: Carneiro_Entrevista_Amanda_17nov22 Figura 3: Carneiro_Encontro_Amanda_17nov22 Figura 4: Carneiro_IrmãosdaSilvaOliveira_Amanda_17nov22	
Vídeos	Vídeo 1: Carneiro_IrmãosAindaOntem_Amanda_17nov22 Vídeo 2: Carneiro_Afinação_Amanda_17nov22	
Áudios	Áudio 1: Carneiro_Entrevista_Amanda_17nov22 Áudio 2: Carneiro_MusicasEProsas_Amanda_17nov22	
Transcrição	Não se aplica	
07	FICHA TÉCNICA	
Item	Nome	Data
Fotografias	Amanda Diniz e Reginaldo Marins	17/11/2022
Áudios	Amanda Diniz	17/11/2022
Transcrições	Não se aplica	Não se aplica
Vídeos	Amanda Diniz e Reginaldo Marins	17/11/2022
Levantamento	Amanda Diniz e Reginaldo Marins	17/11/2022
Elaboração da ficha	Amanda Diniz	22/11/2022

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS DE REFERÊNCIA			Nº	05
01	INFORMAÇÕES SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA			
	Nome	Braz Luiz Moulaz Junior		
	Localidade	Brumadinho /MG		
	Como é conhecido(a)	Braz da Viola	Data de nascimento	29/10/1965
	Endereço de residência	Rua Henry Karam, 530 - Progresso - Brumadinho/MG		
	Outros Endereços	Não se aplica		
	Nº de Telefone celular	(31) 9553-6302		
	Nº de Telefone Fixo	Não se aplica		
	Endereço de e-mail	Não se aplica		
	Outros contatos	(31) 9739-6372 (irmão - Zé Moulaz)		
02	INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA			
	Ocupação			
	Músico, entre outros trabalhos informais.			
	Breve trajetória			
	<p>A dupla adquiriu os primeiros violões aos 11 anos e aprenderam a tocar sozinhos. Consideram a música seu trabalho principal. Eles costumam tocar com a afinação Mi Cebolão.</p> <p>Ao se profissionalizarem, criaram a dupla Zé Moulaz &amp; Braz da Viola. Os irmãos tocam juntos e compõem há mais de 40 anos. Possuem um CD gravado só de músicas autorais, além de muitas outras não gravadas. São sobrinhos do cantor, já falecido, Altemar Dutra.</p>			
	Formação			
	Não tem formação			
03	RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL			
	Tocaram com vários artistas da região, já apareceram em reportagens regionais e se apresentam em festas e eventos da cidade.			

<b>04</b>	<b>QUAIS CONTRIBUIÇÕES EM CASO DE EMERGÊNCIA</b>	
	Continuidade da tradição da música caipira, e informações acerca da história da Viola na região.	
<b>05</b>	<b>IMAGENS</b>	
	<b>INSERÇÃO 9-36 - Trio Mexe Coração durante entrevista.</b>	<b>INSERÇÃO 9-37 - Entrevista com o violeiro Braz Moulaz.</b>
		
	Fonte: Brandt Meio Ambiente.	Fonte: Brandt Meio Ambiente.
	<b>INSERÇÃO 9-38 - Cartão de Visita do Trio Mexe Coração.</b>	
		
	Fonte: Brandt Meio Ambiente.	
<b>06</b>	<b>DOCUMENTOS ANEXOS</b>	
	Fotografias	Brumadinho_TrioMexeCoracao_18nov22 Brumadinho_EntrevistaBraz_18nov22 Brumadinho_CartaoTrio_18nov22
	Vídeos	Brumadinho_Musica_18nov22
	Áudios	Brumadinho_EntrevistaBraz_Amanda_17nov22
	Transcrição	Não se aplica
<b>07</b>	<b>FICHA TÉCNICA</b>	
	<b>Item</b>	<b>Nome</b>
	Fotografias	Amanda Diniz e Reginaldo Marins
	Áudios	Amanda Diniz
	Transcrições	Não se aplica
	Vídeos	Amanda Diniz e Reginaldo Marins
	Levantamento	Amanda Diniz e Reginaldo Marins
	Elaboração da ficha	Amanda Diniz, Patrícia Brito
	<b>Data</b>	<b>Data</b>
		18/11/2022
		18/11/2022
		Não se aplica
		18/11/2022
		18/11/2022
		27/11/2022

## 9.2.2.3 Fichas de Identificação de Organizações Locais de Referência

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES LOCAIS DE REFERÊNCIA		Nº	01
01	<b>INFORMAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b>		
<b>Nome</b>	Casa de Cultura Carmita Passos - Secretaria de Turismo e Cultura do Município de Brumadinho		
<b>Localidade</b>	Brumadinho/MG		
<b>Endereço da sede</b>	R. Gov. Valadares, 75		
<b>Outros Endereços</b>	Não se aplica		
<b>Nº de Telefone celular</b>	(31) 98602-0963		
<b>Nº de Telefone Fixo</b>	(31) 3571-2430		
<b>Endereço de e-mail</b>	patrimoniocultura@brumadinho.mg.gov.br		
<b>Outros contatos</b>	(31) 3571-3906		
02	<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE REFERÊNCIA</b>		
	<b>Especialidade</b>		
	Responsável pela gestão do patrimônio turístico e cultural do município de Brumadinho.		
	<b>Breve trajetória</b>		
	Desde 2009 atua na realização e incentivo de eventos turísticos e culturais e apoiando festas tradicionais e religiosas.		
03	<b>RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL</b>		
	Abertura de editais, apoio e informação a artistas e grupos. Assim como atendimento a turistas, turismólogos e guias. Sendo um articulador importante entre políticas públicas e os cidadãos.		
	<b>Atuação</b>		
	A Secretaria do Turismo e Cultura do Município de Brumadinho é responsável pela promoção, a elaboração e coordenar a implantação de projetos, programas e atividades relacionadas à Cultura e ao Turismo. Além de desenvolver programas e projetos culturais; incentivar e coordenar a formação, a preservação e a conservação do patrimônio histórico, artístico e da memória social do Município; promover e incentivar o surgimento de talentos artísticos individuais e grupais; promover as ações de caráter cultural nos distritos; promover a identificação dos bens culturais, entre outras.		
04	<b>QUAIS CONTRIBUIÇÕES EM CASO DE EMERGÊNCIA</b>		
	Articulação e troca de informações entre as lideranças/referências/organizações ligadas a Viola no município e outros órgãos competentes.		

<b>05</b>	<b>IMAGENS</b>	
<b>INSERÇÃO 9-39 - Casa da Cultura Carmita Passos</b>		<b>INSERÇÃO 9-40 - Entrevista com Webert de Souza</b>
		
Fonte: Brandt Meio Ambiente.		Fonte: Brandt Meio Ambiente.
<b>06</b>	<b>DOCUMENTOS ANEXOS</b>	
Fotografias	Figura 1: Brumadinho_CasaCulturaCarmitaPassos_Amanda_18nov22 Figura 2: Brumadinho_Entrevista_Amanda_18nov22	
Vídeos	Não se aplica	
Áudios	Brumadinho_EntrevistaSecretaria_Amanda_18nov22	
Transcrição	Não se aplica	
<b>07</b>	<b>FICHA TÉCNICA</b>	
<b>Item</b>	<b>Nome</b>	<b>Data</b>
Fotografias	Amanda Diniz e Reginaldo Marins	18/11/2022
Áudios	Amanda Diniz	18/11/2022
Transcrições	Não se aplica	Não se aplica
Vídeos	Amanda Diniz e Reginaldo Marins	18/11/2022
Levantamento	Amanda Diniz e Reginaldo Marins	18/11/2022
Elaboração da ficha	Amanda Diniz	25/11/2022

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES LOCAIS DE REFERÊNCIA</b>		<b>Nº</b>	<b>02</b>
<b>01</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b>		
<b>Nome</b>	Casa da Viola		
<b>Localidade</b>	Brumadinho/MG		
<b>Endereço da sede</b>	Rua Gipsom, 1, Bela Vista		
<b>Outros Endereços</b>	Não se aplica		
<b>Nº de Telefone celular</b>	(31) 9655-2290		
<b>Nº de Telefone Fixo</b>	Não se aplica		
<b>Endereço de e-mail</b>	deleydaviola@gmail.com		
<b>Outros contatos</b>	Não se aplica		
<b>02</b>	<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE REFERÊNCIA</b>		
	<b>Especialidade</b>		
	Local de encontro e fomento da viola na área urbana de Brumadinho/MG.		
	<b>Breve trajetória</b>		
	Deley da Viola vive e abre sua casa para músicos e interessados. Além de ser um espaço de estadia, é um espaço repleto de instrumentos e objetos artísticos. Deley também trabalha na prefeitura, sendo assim uma peça chave de conexão e articulação de eventos de música caipira e sertaneja.		
<b>03</b>	<b>RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL</b>		
	<i>Local de referência que promove encontros, aulas e projetos de valorização da viola, reconhecido em toda região.</i>		
	<b>Atuação</b>		
	<i>A agenda de eventos promovidos por essa iniciativa, é nomeado como Balaio Cultural, e acontecem em diversas épocas do ano. Como, por exemplo, o *****</i>		
<b>04</b>	<b>QUAIS CONTRIBUIÇÕES EM CASO DE EMERGÊNCIA</b>		
	Continuidade da disponibilização do espaço para fomento da prática.		

<b>05</b>	<b>IMAGENS</b>	
<b>INSERÇÃO 9-41 - Casa da Viola</b>		<b>INSERÇÃO 9-42 - Deley da viola em sua casa.</b>
		
Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.		Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.
<b>06</b>	<b>DOCUMENTOS ANEXOS</b>	
Fotografias	Figura 1: Brumadinho_CasadaViola_BrandtMeioAmbiente_17nov22 Figura 2: Brumadinho_DeleydaViola_BrandtMeioAmbiente_17nov22	
Vídeos	Não se aplica	
Áudios	Áudio 1: Brumadinho_Entrevista_BrandtMeioAmbiente_17nov22	
Transcrição	Não se aplica	
<b>07</b>	<b>FICHA TÉCNICA</b>	
<b>Item</b>	<b>Nome</b>	<b>Data</b>
Fotografias	Amanda Diniz e Reginaldo Marins	17/11/2022
Áudios	Amanda Diniz	17/11/2022
Transcrições	Não se aplica	Não se aplica
Vídeos	Amanda Diniz e Reginaldo Marins	17/11/2022
Levantamento	Amanda Diniz e Reginaldo Marins	17/11/2022
Elaboração da ficha	Amanda Diniz	24/11/2022

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES LOCAIS DE REFERÊNCIA		Nº	03
01	<b>INFORMAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b>		
<b>Nome</b>	Bar do Milton		
<b>Localidade</b>	Brumadinho/MG		
<b>Endereço da sede</b>	Área rural - Carneiro - Brumadinho/MG		
<b>Outros Endereços</b>	Não se aplica		
<b>Nº de Telefone celular</b>	(31) 99892-4562		
<b>Nº de Telefone Fixo</b>	Não se aplica		
<b>Endereço de e-mail</b>	Não se aplica		
<b>Outros contatos</b>	Não se aplica		
02	<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE REFERÊNCIA</b>		
	<b>Especialidade</b>		
	Responsável pela promoção de encontros de música na área rural de Brumadinho/MG.		
	<b>Breve trajetória</b>		
	Nascido e criado na região. O pai e o tio tocavam na igreja e na folia. Paulo e Milton já tocaram na igreja e na folia, mas não se lembram o nome, era a folia da região. Apesar de nenhum dos dois tocarem viola, eles são referências para os musicistas que se dedicam à música caipira na região.		
03	<b>RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL</b>		
	Ele toca em muitos lugares na comunidade, na casa das pessoas e no próprio bar. Fazem seresta esporadicamente (não há uma agenda fixa). O Bar do Milton é um local de encontro para violeiros e músicos da região, como foi citado por Daniel da Viola.		
	<b>Atuação</b>		
	Promovem encontros de música caipira pelo menos uma vez por mês na área rural de Brumadinho/MG.		
04	<b>QUAIS CONTRIBUIÇÕES EM CASO DE EMERGÊNCIA</b>		
	Continuidade na promoção de eventos com participação dos violeiros.		

05	<b>IMAGENS</b>	
<b>INSERÇÃO 9-43 - Entrevista com violeiros no Bar do Milton</b>		<b>INSERÇÃO 9-44 - Encontro no Bar do Milton; da esquerda para a direita: Paulo, Milton e Deley da Viola.</b>
 <p data-bbox="331 775 719 801">Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>		 <p data-bbox="885 775 1273 801">Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>
06	<b>DOCUMENTOS ANEXOS</b>	
Fotografias	Carneiro_BardoMilton_ BrandtMeioAmbiente_17nov22 Carneiro_Encontro_Amanda_17nov22	
Vídeos	Carneiro_IrmãosAindaOntem_ BrandtMeioAmbiente _17nov22 Carneiro_Afinação_ BrandtMeioAmbiente _17nov22	
Áudios	Carneiro_Entrevista_ BrandtMeioAmbiente _17nov22 Carneiro_MusicasEProsas_ BrandtMeioAmbiente _17nov22	
Transcrição	Não se aplica	
07	<b>FICHA TÉCNICA</b>	
<b>Item</b>	<b>Nome</b>	<b>Data</b>
Fotografias	Amanda Diniz e Reginaldo Marins	17/11/2022
Áudios	Amanda Diniz	17/11/2022
Transcrições	Não se aplica	Não se aplica
Vídeos	Amanda Diniz e Reginaldo Marins	17/11/2022
Levantamento	Amanda Diniz e Reginaldo Marins	17/11/2022
Elaboração da ficha	Amanda Diniz, Patrícia Brito	25/11/2022

## 9.2.2.4 Os elementos materiais associados às práticas culturais

<b>FICHA DE ARROLAMENTO DE ELEMENTOS MATERIAIS ASSOCIADOS ÀS PRÁTICAS CULTURAIS</b>			
Nome	Saberes, Linguagens Expressões Musicais da Viola		
Município	Brumadinho		
Distrito	Não se aplica	Área	Urbana e Rural
Endereço	Não se aplica		
<b>01</b>	<b>ITENS ASSOCIADOS ÀS PRÁTICAS CULTURAIS</b>		
Item	Nome		
1	Viola Centenária - Daniel da Viola		
2	Viola do Daniel da Viola		
3	Viola Avô Antônio - Gui da Viola		
4	Viola Gui da Viola		
5	Viola Braz da Viola		
6	Craviola - Braz da Viola		
7	Viola - Deley da Viola		
<b>02</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS ITENS ASSOCIADOS</b>		
1) Viola Centenária - Daniel da Viola	Viola com mais de 100 anos que não está mais em funcionamento. Pertenceu ao Avô do Daniel da Viola.		
2) Viola do Daniel da Viola	Viola utilizada cotidianamente pelo artista.		
3) Viola Avô Antônio - Gui da Viola	Viola foi presenteada para o Gui da Viola pelo seu primeiro professor de Viola, seu Avô Antônio.		
4) Viola Gui da Viola	Viola utilizada cotidianamente pelo artista.		
5) Viola Braz da Viola	Viola utilizada cotidianamente pelo artista.		
6) Craviola - Braz da Viola	Viola de 12 cordas do Braz da viola.		
7) Viola - Deley da Viola	Viola utilizada cotidianamente pelo artista.		
<b>03</b>	<b>LOCALIZAÇÃO DOS ITENS ASSOCIADOS</b>		
Item 1 e 2	Área Rural - Fazenda do Tumba - Brumadinho/MG		
item 3 e 4	Rua Presidente Vargas, 835 - Jota - Brumadinho/MG		
item 5 e 6	Rua Henry Karam, 530 - Progresso - Brumadinho/MG		
Item 7	Rua Gipsom, 01, Bela Vista - Brumadinho/MG		
<b>04</b>	<b>AÇÃO A SER EXECUTADA EM CASO DE EMERGÊNCIA</b>		
Itens de 1 a 7	Os bens não serão impactados pois não se encontram na ZAS e ZSS.		

05	<b>FOTOGRAFIAS</b>	
<b>INSERÇÃO 9-45 - Viola Antiga pertencente a Daniel da Viola.</b>	<b>INSERÇÃO 9-46 - Viola atual pertencente a Daniel da Viola</b>	
 <p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>	 <p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022.</p>	
<b>INSERÇÃO 9-47 - Viola pertencente a Gui da Viola.</b>		
 <p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022</p>		
<b>INSERÇÃO 9-48 - Viola pertencente a Braz da Viola.</b>	<b>INSERÇÃO 9-49 - Craviola pertencente a Braz da Viola.</b>	
 <p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022</p>	 <p>Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022</p>	

**INSERÇÃO 9-50 - Viola pertencente a Deley da Viola**

Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2022

<b>06</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO GRUPO/COMUNIDADE PRATICANTE</b>			
Nome(s) do(s) participante(s)	Daniel Rodrigues da Costa; Guilherme Antônio Maciel Candido; Braz Luiz Moulaz Junior; Deley da Viola			
Data de realização	17 e 18/11	Local	Residências	
Formato	Individual	x	Coletivo	Outros
Descrição	Violeiros			
<b>07</b>	<b>DOCUMENTOS ANEXOS</b>			
Fotografias	FazendaTumba_ViolaAvô_Amanda_17nov22 FazendaTumba_DanielaDaViola_Amanda_17nov22 Brumadinho_ViolaGui_Amanda_18nov22 Brumadinho_ViolaBraz_Amanda_18nov2022 Brumadinho_CraviolaBraz_Amanda_18nov2022 Brumadinho_DeleydaViola_Amanda_17nov22			
Vídeos	Não se aplica			
Áudios	Não se aplica			
Mapas	Não se aplica			
Transcrição	Não se aplica			
<b>08</b>	<b>FICHA TÉCNICA</b>			
Item	Nome			
Fotografias	Amanda Diniz e Reginaldo Marins			
Áudios	Amanda Diniz			
Transcrições	Não se aplica			
Vídeos	Amanda Diniz e Reginaldo Marins			
Levantamento	Amanda Diniz e Reginaldo Marins			
Elaboração da ficha	Amanda Diniz			
Elaboração de Mapas	Não se aplica			

## 10 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

### 10.1 Identificação dos Impactos Socioambientais - Patrimônio Imaterial

Ao observar a dispersão da mancha de inundação em caso de hipotética ruptura da Barragem B1 Ipê - Mina Ipê, percebe-se que não haverá impacto direto sobre os bens de natureza imaterial, Folias de Minas e Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola, pois não há locais e pessoas de referência na ZAS e na ZSS, tampouco na Área de Influência.

Contudo, como o patrimônio cultural imaterial é caracterizado por sua intangibilidade, bem como por sua natureza móvel e não estática, deve-se considerar, entre outros aspectos, o impacto sobre a fruição desses bens pelo território.

Os impactos socioambientais que podem recair sobre os grupos de folias e violeiros existentes no município de Brumadinho, em caso de uma possível ruptura da Barragem B1 Ipê - Mina Ipê, foram identificados a partir da interação dialógica entre a equipe técnica responsável pelas atividades de campo e as pessoas consideradas referência para a manutenção e continuidade das manifestações culturais em análise.

### 10.2 Identificação dos Impactos Socioambientais - Folias de Minas

Para o bem cultural imaterial denominado Folias de Minas foram identificados os seguintes impactos socioambientais:

#### INSERÇÃO 10-1 - Impactos Socioambientais, Folias de Minas

Impactos Socioambientais - Folias de Minas
Interrupção temporária da manifestação cultural
Prejuízo para a fruição da manifestação cultural pelo território
Falta de atenção por parte instituições públicas e interrupção de políticas de incentivo

Para maior compreensão dos impactos e suas ressonâncias sobre o bem analisado, fez-se uso dos critérios propostos para tal análise, sendo o resultado o seguinte:

## INSERÇÃO 10-2 - Quadro com a Avaliação de Impactos Socioambientais - Folias de Minas

Avaliação de Impactos Socioambientais - Folias de Minas									
Impactos	Critérios								
	Natureza	Ocorrência	Duração	Incidência	Dinâmica	Reversibilidade	Abrangência	Magnitude	Importância
Interrupção temporária da manifestação cultural	N	R	M	I	T	R	R	M	I
Prejuízo para a fruição da manifestação cultural pelo território	N	R	M	I	T	R	R	M	I
Falta de atenção por parte instituições públicas e interrupção de políticas de incentivo	N	R	M	I	T	R	R	M	I

\***Natureza:** **Positiva (P):** alteração de caráter benéfico; **Negativa(N):** alteração de caráter adverso. **Ocorrência:** **Rápida (R):** alteração que se manifesta imediatamente após a ação desencadeadora; **Lenta (L):** alteração que demanda um intervalo de tempo para se manifestar após a ação desencadeadora. **Duração:** **Curto prazo (C):** alteração que ocorre em curto prazo após sua manifestação; neste caso, considerado como o tempo igual ou inferior a um ano; **Médio prazo (M):** alteração que ocorre em médio prazo após sua manifestação; neste caso, considerado como o intervalo de tempo superior a 1 ano e inferior ou igual a 5 anos; **Longo prazo (L):** alteração que ocorre em longo prazo após sua manifestação; neste caso, considerado como tempo superior a 5 anos. **Incidência:** **Direta (D):** alteração que decorre da ruptura da barragem; **Indireta (I):** alteração que decorre de um impacto direto. **Dinâmica:** **Temporário (T):** a alteração passível de ocorrer tem caráter transitório, tendendo o aspecto impactado a retornar às suas condições originais quando cessados efeitos diretos da ruptura; **Permanente (P):** a alteração passível de ocorrer sobre o bem cultural permanece, mesmo quando cessados os efeitos diretos da ruptura; **Cíclico (C):** a alteração sobre o bem cultural é passível de ocorrer em intervalos de tempo regulares e/ou previsíveis. **Reversibilidade:** **Reversível (R):** é aquela situação na qual, cessada a causa responsável pelo impacto, o aspecto alterado pode recompor a uma dada situação de equilíbrio, semelhante àquela que estaria estabelecida, caso o impacto não tivesse ocorrido; **Irreversível (I):** o meio ou aspecto cultural alterado se mantém alterado, mesmo quando cessada a causa responsável pelo impacto. **Abrangência:** **Pontual (P):** quando se restringe a um ou mais pontos localizados na área passível de ser atingida pela mancha; **Local (L):** a alteração ocorre em áreas mais abrangentes, porém, restritas ao município onde se encontra inserido o bem cultural; **Regional (R):** a alteração tem potencial para ocorrer ou para se manifestar em escala regional ou até mesmo além dela. **Magnitude:** **Baixa Intensidade (B):** o impacto é passível de ser percebido ou verificável, sem caracterizar perdas ou ganhos na qualidade socioambiental e cultural do bem cultural e seu perímetro de tombamento; **Média Intensidade (M):** o impacto caracteriza perdas ou ganhos na qualidade socioambiental ambiental do bem cultural e seu perímetro de tombamento; **Alta Intensidade (A):** o impacto caracteriza perdas ou ganhos expressivos na qualidade socioambiental e cultural do bem cultural e seu perímetro de tombamento. **Importância:** **Irrelevante (IN):** a alteração não é percebida ou verificável; **Baixa importância (B):** a alteração é passível de ser percebida ou verificada sem, entretanto, caracterizar ganhos e/ou perdas na qualidade socioambiental e cultural do bem cultural e seu perímetro de tombamento, se comparados ao cenário diagnosticado; **Importante (I):** a alteração é passível de ser percebida ou verificada, caracterizando ganhos e/ou perdas na qualidade socioambiental e cultural do bem cultural e seu perímetro de tombamento, se comparados ao cenário diagnosticado; **Alta importância (A):** a alteração é passível de ser percebida ou verificada, caracterizando ganhos e/ou perdas expressivas na qualidade socioambiental e cultural do bem cultural e seu perímetro de tombamento, se comparados ao cenário diagnosticado.

### **10.3 Identificação dos Impactos Socioambientais - Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola**

Para o bem cultural imaterial denominado Saberes, Linguagens e Expressões da Viola foram identificados os seguintes impactos socioambientais:

#### **INSERÇÃO 10-3 - Quadro Impactos Socioambientais - Saberes, Linguagens e Expressões da Viola**

<b>Impactos Socioambientais - Saberes, Linguagens e Expressões da Viola</b>
Interrupção da manifestação cultural
Interrupção de eventos responsáveis por promover a prática
Falta de atenção por parte das instituições públicas e desmantelamento de políticas de incentivo

Para maior compreensão dos impactos e suas ressonâncias sobre o bem analisado, fez-se uso dos critérios propostos para tal análise, sendo o resultado o seguinte:

## INSERÇÃO 10-4 - Quadro com a Avaliação de Impactos Socioambientais - Saberes, Linguagens e Expressões da Viola

Avaliação de Impactos Socioambientais - Saberes, Linguagens e Expressões da Viola									
Impactos	Critérios								
	Natureza	Ocorrência	Duração	Incidência	Dinâmica	Reversibilidade	Abrangência	Magnitude	Importância
Interrupção da manifestação cultural	N	R	C	I	T	R	L	M	I
Interrupção de eventos responsáveis por promover a prática	N	R	C	I	T	R	L	M	I
Falta de atenção por parte das instituições públicas e desmantelamento de políticas de incentivo	N	R	C	I	T	R	L	M	I

\***Natureza: Positiva (P):** alteração de caráter benéfico; **Negativa(N):** alteração de caráter adverso. **Ocorrência: Rápida (R):** alteração que se manifesta imediatamente após a ação desencadeadora; **Lenta (L):** alteração que demanda um intervalo de tempo para se manifestar após a ação desencadeadora. **Duração: Curto prazo (C):** alteração que ocorre em curto prazo após sua manifestação; neste caso, considerado como o tempo igual ou inferior a um ano; **Médio prazo (M):** alteração que ocorre em médio prazo após sua manifestação; neste caso, considerado como o intervalo de tempo superior a 1 ano e inferior ou igual a 5 anos; **Longo prazo (L):** alteração que ocorre em longo prazo após sua manifestação; neste caso, considerado como tempo superior a 5 anos. **Incidência: Direta (D):** alteração que decorre da ruptura da barragem; **Indireta (I):** alteração que decorre de um impacto direto. **Dinâmica: Temporário (T):** a alteração passível de ocorrer tem caráter transitório, tendendo o aspecto impactado a retornar às suas condições originais quando cessados efeitos diretos da ruptura; **Permanente (P):** a alteração passível de ocorrer sobre o bem cultural permanece, mesmo quando cessados os efeitos diretos da ruptura; **Cíclico (C):** a alteração sobre o bem cultural é passível de ocorrer em intervalos de tempo regulares e/ou previsíveis. **Reversibilidade: Reversível (R):** é aquela situação na qual, cessada a causa responsável pelo impacto, o aspecto alterado pode recompor a uma dada situação de equilíbrio, semelhante àquela que estaria estabelecida, caso o impacto não tivesse ocorrido; **Irreversível (I):** o meio ou aspecto cultural alterado se mantém alterado, mesmo quando cessada a causa responsável pelo impacto. **Abrangência: Pontual (P):** quando se restringe a um ou mais pontos localizados na área passível de ser atingida pela mancha; **Local (L):** a alteração ocorre em áreas mais abrangentes, porém, restritas ao município onde se encontra inserido o bem cultural; **Regional (R):** a alteração tem potencial para ocorrer ou para se manifestar em escala regional ou até mesmo além dela. **Magnitude: Baixa Intensidade (B):** o impacto é passível de ser percebido ou verificável, sem caracterizar perdas ou ganhos na qualidade socioambiental e cultural do bem cultural e seu perímetro de tombamento; **Média Intensidade (M):** o impacto caracteriza perdas ou ganhos na qualidade socioambiental e cultural do bem cultural e seu perímetro de tombamento; **Alta Intensidade (A):** o impacto caracteriza perdas ou ganhos expressivos na qualidade socioambiental e cultural do bem cultural e seu perímetro de tombamento. **Importância: Irrelevante (IN):** a alteração não é percebida ou verificável; **Baixa importância (B):** a alteração é passível de ser percebida ou verificada sem, entretanto, caracterizar ganhos e/ou perdas na qualidade socioambiental e cultural do bem cultural e seu perímetro de tombamento, se comparados ao cenário diagnosticado; **Importante (I):** a alteração é passível de ser percebida ou verificada, caracterizando ganhos e/ou perdas na qualidade socioambiental e cultural do bem cultural e seu perímetro de tombamento, se comparados ao cenário diagnosticado; **Alta importância (A):** a alteração é passível de ser percebida ou verificada, caracterizando ganhos e/ou perdas expressivas na qualidade socioambiental e cultural do bem cultural e seu perímetro de tombamento, se comparados ao cenário diagnosticado.

## **11 AÇÕES EMERGENCIAIS PARA PROTEÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

Tendo em vista as características dos bens culturais identificados no município de Brumadinho, a tabela abaixo apresenta as ações a serem tomadas em caso de acionamento de qualquer um dos três níveis de emergência da Barragem B1 Ipê - Mina Ipê. Ressalta-se que não haverá impacto sobre os bens materiais associados ao patrimônio imaterial e, por isso, não foram previstas ações de resgate e salvaguarda.

No que concerne à contratação de equipe externa para a execução das ações, é de responsabilidade da Ipê Mineração garantir que os profissionais envolvidos tenham formação e capacidade técnica para tal finalidade.

**INSERÇÃO 11-1 - Ações emergenciais para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, níveis I, II e III - Vertente Brumadinho**

Ação a ser realizada	Nome e função do responsável pela ação	Tempo necessário para realização da ação		Estratégia a ser adotada para realização da ação
		Início	Fim	
Notificar os órgãos de proteção do patrimônio cultural de todas as esferas.	Responsável pelo PAE	Dia 1 do acionamento	Dia 1 do acionamento	- Notificar os órgãos responsáveis por meio de contatos telefônicos, e-mail e ofícios.
Atualizar as listas de contatos do PAE	Equipe interna ou contratada pela Ipê Mineração	Dia 1 do acionamento	Dia 10 do acionamento	- Verificar necessidade de atualização da lista de contatos por meio de ligações telefônicas - Atualizar a lista de contatos, caso necessário, considerando os detentores e gestores públicos arrolados.
Atualizar o mapeamento dos detentores	Equipe contratada pelo Ipê Mineração	Dia 1 do acionamento	Dia 2 do acionamento	- Verificação dos endereços dos detentores por meio de busca ativa quando não for possível contactá-los por telefone.
Propor ações de mediação a serem executadas no local destinado para a sociabilidade dos grupos.	Equipe contratada pelo Ipê Mineração	Dia 1 do acionamento	Dia 10 do acionamento	- Propor rodas de conversa para diálogo entre as pessoas de referência, gestores públicos e representantes do empreendimento para esclarecimento de possíveis dúvidas e delineamento dos passos a serem seguidos pelo empreendedor diante do acionamento; além de assegurar as demandas trazidas pelo grupo para preservação e mitigação de possíveis impactos.

## 12 RECURSOS NECESSÁRIOS

Para a realização das atividades previstas em caso de possível acionamento dos níveis de emergência (níveis I, II e III) da Barragem B1 Ipê - Mina Ipê deve-se considerar equipe de profissionais com formação apropriada e capacidade técnica, conforme quadro a seguir:

**INSERÇÃO 12-1 - Quadro Recursos Humanos**

Função	Formação	Profissionais (Qtd.)		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Coordenador geral	Ciências Sociais, Antropologia, História, Planejamento e gestão das ações	01	01	01
Analista de patrimônio imaterial	Ciências Sociais, Antropologia e/ou História	02	02	02
Analista de geoprocessamento	Geógrafo	01	01	01
<b>Total</b>		<b>04</b>	<b>04</b>	<b>04</b>

No que concerne aos equipamentos e insumos necessários, recomenda-se que os profissionais sejam munidos da seguinte forma:

**INSERÇÃO 12-2 - Quadro equipamentos e insumos**

Equipamento	Quantidade		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
GPS	01	01	01
Máquina Fotográfica	02	02	02
Gravador	02	02	02
Retroprojeter	01	01	01
Material Cartográfico (físico e digital)	02	02	02
<b>Total</b>	<b>08</b>	<b>08</b>	<b>08</b>

## 13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde ser observado ao longo deste documento, o cenário de hipotética ruptura da Barragem B1 - Mina Ipê ocasionará prejuízos para o patrimônio cultural imaterial protegido pelo Estado de Minas Gerais identificado na área da Vertente Brumadinho: as folias de Minas e os Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola.

No decorrer das atividades de campo foram identificados dois foliões residentes em Brumadinho; além de cinco violeiros. Ressalta-se que não foram entrevistados todos os detentores identificados nas bases do IEPHA, pois não foi possível localizá-los. Contudo, como se trata de uma análise qualitativa, não houve prejuízo para o entendimento das manifestações e saberes existentes nos municípios supracitados.

Ademais, é importante salientar que não foram mapeados danos aos bens culturais materiais associados aos bens imateriais, pois os mesmos não se encontram nas áreas de impacto direto (ZAS, ZSS).

## 14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA/MG. Dossiê para registro das Folias de Minas do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA/MG. Cadastro das Folias de Minas Gerais. Inventário das Folias de Minas. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016.